



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**MEMÓRIA DISCURSIVA DA DITADURA NO SÉCULO XXI:
VISIBILIDADES E OPACIDADES DEMOCRÁTICAS**

SÃO CARLOS
2015



Universidade Federal de São Carlos

Israel de Sá

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MEMÓRIA DISCURSIVA DA DITADURA NO SÉCULO XXI:
VISIBILIDADES E OPACIDADES DEMOCRÁTICAS

ISRAEL DE SÁ
Bolsista: FAPESP

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S111md Sá, Israel de.
Memória discursiva da ditadura no século XXI:
visibilidades e opacidades democráticas / Israel de Sá. --
São Carlos : UFSCar, 2015.
227 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2015.

1. Brasil - imprensa. 2. Ditadura militar. 3. Democracia. 4.
Discurso. I. Título.

CDD: 079.81 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Israel de Sá, realizada em 20/03/2015:

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
UFSCar

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin
UNESP

Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana
UNICAMP

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon
UFG

Prof. Dr. Carlos Felix Provezani Filho
UFSCar

À Karina, pelo prazer da troca cotidiana.
Aos meus pais, pelos fortes traços da vida.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Vanice Sargentini, pela dedicação, atenção e paciência no trato de seus orientandos e, especialmente, no desenvolvimento deste trabalho; pelo carinho e amizade que não cessam de se construir.

Ao professor Christian Puech, pela orientação durante o estágio de pesquisa realizado na França, empenhado nas discussões sobre a história das teorias linguísticas e da ciência.

À professora María Alejandra Vitale, que me auxiliou em um breve estágio de pesquisa na Universidade de Buenos Aires, apresentando aspectos dos estudos discursivos realizados naquele país bem como me colocando em contato com a história da ditadura argentina e da produção de sua memória.

Aos professores membros da banca, Mónica Zoppi-Fontana, Maria do Rosário Gregolin, Marlon Salomon e Carlos Piovezani, que aceitaram ler este trabalho na certeza de contribuir com seu parcial fechamento e entrar em questões tão importantes para nossa história.

Aos professores membros suplentes da banca, Antônio Fernandes Júnior e Mônica Diniz Signori, que também aceitaram ler este trabalho e têm muito a contribuir com essa discussão.

À minha irmã, cujo respeito e a vontade de conquista me são grandes exemplos.

À minha avó Guilhermina, pelo amor com que doma a vida.

Aos professores e amigos Carlos, Luzmara e Rosário que em muitas discussões e conversas contribuíram para o entendimento da vida.

Ao Jocenilson, pela amizade e companheirismo nesses anos de pós-graduação e na condução da saudosa Casa Laranja.

A ADAL – Analyse du Discours de L'Amérique Latine, em especial à Michele Ribeiro e à Morgan Donot.

Aos professores do PPGL-UFSCar, que contribuíram muito para a realização deste trabalho, em especial à Soeli Schreiber, ao Valdemir Miotello e ao Roberto Baronas.

Aos professores que tive contato na França, Sophie Moirrand, Roger Chartier, Marie-Anne Paveau, Jean-Marie Fournier, Marie-Claire Lavabre, François Hartog, cujos cursos, reuniões e debates foram fundamentais para as discussões aqui apresentadas.

Aos professores que me receberam com carinho e atenção durante meu estágio em Buenos Aires e contribuíram para a compreensão do trabalho realizado lá: Julia Zullo, Alejandro Raiter e Florencia Greco.

Aos colegas de Labor, em especial: Amanda, Denise, Geovana, Livia, Luciana, Pedro e Wilson.

À minha família, pelo suporte nas horas complicadas e pelo incentivo nessa caminhada que muitas vezes parece não ter fim.

Aos meus amigos Breno, Sílvio e Renan, que entre uma raquetada e outra dão a leveza para enfrentar cada nova semana de trabalho.

À Ana e à Ann-Marie, que amplificam o mundo além mar...

Ao amigo Renan Belmonte, meu veterano, pelo enfrentamento de desafios de práticas e discurso.

Aos amigos Marcelo, Bruno, Mariah, Bruna, Taísa, Felipe, Roberto, Urso, Júnior, Rodolfo, Aline, Alessandra e muitos outros que fizeram parte desse percurso, modelam minha vida e têm uma letra neste texto.

Ao pessoal de Torrinhã, o escape para a alegria.

Ao Cesar, ao Henrique e ao André, que dão à Vanice a força necessária para enfrentar com doçura todos os desafios da vida.

Ao Sport Club Corinthians Paulista, pelo sofrimento e alegria de todas as horas...

Aos funcionários do PPGL-UFSCar, pela ajuda do dia a dia.

À UFSCar, pelo suporte e estrutura oferecidos para a realização de trabalhos de pesquisa consistentes.

À FAPESP, por ter confiado mais uma vez em meu trabalho, concedendo as bolsas de doutorado pleno e de estágio de pesquisa no exterior.

À CAPES, pela bolsa concedida do primeiro mês de doutorado.

O passado existe concretamente, no espaço? Existe em alguma parte um mundo de objetos sólidos, onde o passado ainda acontece?

— Não.

— Então onde é que existe o passado, se é que existe?

— Nos registros. Está escrito.

— Nos registros. E em que mais?

— Na memória. Na memória dos homens (George Orwell, no livro 1984).

RESUMO

Neste trabalho, partimos da observação de que, em distintas posições, diferentes memórias sobre os tempos ditatoriais são resgatadas na atualidade. Por um lado, a abertura lenta de documentos oficiais referentes ao período de ditadura militar no Brasil e a recusa em revisar a Lei de Anistia, instituída em 1979 no processo de abertura política instaurado pelo regime, e, por outro, a grande quantidade de material produzido pela mídia que trata do período ou de temas atrelados a ele constroem um confronto discursivo que instaura a produção de uma memória pela mídia inscrita entre o democrático (a possibilidade de “dizer tudo” e o debate no âmbito oficial) e o silêncio (o dizer à margem). Ainda, o processo de revisão da Lei de Anistia, em 2010, e a implementação da Comissão Nacional da Verdade pelo governo Federal, em 2012, funcionam como acontecimentos-base, que criam a possibilidade do comentário, de uma análise e reescrita da história, além da produção dessa(s) memória(s). Com base, então, nas proposições teóricas da Análise do Discurso de linha francesa em consonância com estudos sobre a memória em diferentes campos das ciências humanas e sociais, analisamos neste trabalho três tipos de materiais: a) textos que foram produzidos no período ditatorial, sobretudo pela mídia independente, e que são constantemente retomados, reeditados e publicados atualmente (como exemplo, a revista *Pif Paf* e os jornais *O Pasquim* e *Ex-*); b) edições especiais de revistas e jornais publicados no século XXI além de documentários e filmes que tratam de fatos referentes àquele período; c) textos veiculados pela mídia decorrentes do processo de revisão da Lei de Anistia e da instauração da Comissão Nacional da Verdade. Com isso, buscamos compreender o papel da memória na produção e (re)construção da história do período em que o Brasil esteve sob ditadura militar e no aprofundamento da sociedade democrática. Como resultado, entendemos que memórias da ditadura militar brasileira se formam a partir de uma reordenação, entre opacidade e visibilidade, nas formas de dizer; nesses 30 anos pós-ditadura, novos regimes de discursividade emergiram possibilitando um ‘dizer a ditadura’, que configura, no Brasil, uma vontade de memória e um passo para a consolidação de sua democracia.

Palavras-chave: Memória; Discurso; Ditadura Militar Brasileira; Democracia.

ABSTRACT

In this study, we start from the observation that, in distinct positions, different memories about the dictatorial times are brought back to present times. On the one hand, the slow unfoldment of official documents from the Brazilian dictatorial times and the refusal to revise the Amnesty Law – established in 1979, during the process of political opening initiated by the regime – and, on the other hand, a large amount of material produced by the media about the period or related to its themes build a discursive confrontation that introduces the production (by the media) of a memory inserted between the democratic (the possibility of “saying everything”, and the debate on the official level) and the silence (saying it on the margins). Yet, the revision process of the Amnesty Law, in 2010, and the implementation of the National Truth Commission, by the Federal Government, in 2012, serve as the base events to create the possibility of commenting, analyzing and rewriting history, in addition to the production of this/these memory/memories. Based on the theoretical propositions of the French approach of Discourse Analysis, in line with studies on the memory of different fields of the human and social sciences, we analyze in this study three types of materials: a) texts that were produced in the dictatorial period, especially by the independent media, that are constantly reproduced, republished and currently published (such as the magazine *Pif Paf* and the newspapers *O Pasquim* and *Ex-*); b) special editions of the magazines and newspapers published in the XXI century, besides documentaries and films that deal with facts relating to that period; c) texts produced by the media resulting from the revision process of the Amnesty Law and the establishment of the National Truth Commission. With that, we seek to understand the role of memory to the production and (re)construction of the history of the period in which Brazil was under military dictatorship, and the deepening of the democratic society. As a result, we understand that memories of the Brazilian military dictatorship are formed from a reordering, between opacity and visibility, of the ways of saying; in these 30 post-dictatorship years new discursive regimes emerged, enabling ‘to say the dictatorship’, which sets, in Brazil, a will of memory and a step towards the consolidation of its democracy.

Keywords: Memory; Discourse; Brazilian Military Dictatorship; Democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa e chamada do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 31 de março de 1994.....	16
Figura 2 - Capa e chamada do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 31 de março de 2004.....	18
Figura 3 - Capa e chamada do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 30 de março de 2014.....	19
Figura 4 - Capas dos cadernos do <i>ESP</i> que traziam, respectivamente, matérias especiais sobre os 30, 40 e 50 anos do Golpe de 1964	22
Figura 5 - Lamarca morto pelo exército na Bahia	105
Figura 6 - Respectivamente, recorte da Revista <i>Pif Paf</i> de julho de 1964, capa de <i>O Pasquim</i> de abril de 1973, e recorte do jornal <i>Ex-</i> , também de 1973.....	113
Figura 7 - Capa de <i>O Pasquim</i> , de 1972	116
Figura 8 - Capa do jornal <i>Ex-</i> , de novembro de 1973	116
Figura 9 - Capa de <i>Ex-</i> , de janeiro de 1974	119
Figura 10 - Capa de <i>O Pasquim</i> , de outubro de 1974.....	119
Figura 11 - Revista <i>Pif Paf</i> , de agosto de 1964	121
Figura 12 - Capa de <i>Ex-</i> , de agosto de 1975.....	123
Figura 13 - Apresentação do material de análise: textos da mídia alternativa reeditados no século XXI.....	125
Figura 14 - Cadernos de apresentação das edições fac-símiles da revista <i>Pif Paf</i> e do jornal <i>Ex-</i>	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Textos produzidos pela <i>Folha de S. Paulo</i> a respeito do processo de revisão da Lei de Anistia, entre os dias 23 de abril e 5 de maio de 2010	173
Quadro 2 - Textos produzidos pelo <i>Estado de S. Paulo</i> a respeito do processo de revisão da Lei de Anistia, entre os dias 23 de abril e 5 de maio de 2010	174
Quadro 3 - Textos produzidos pela <i>Veja</i> a respeito da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012	184
Quadro 4 - Textos produzidos pela <i>Folha de S. Paulo</i> a respeito da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, entre os dias 12 e 23 de maio	184
Quadro 5 - Textos produzidos pelo <i>Estado de S. Paulo</i> a respeito da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, entre os dias 12 e 23 de maio	188

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
A – TRÊS DÉCADAS DE ‘DEMOCRACIA’, TRÊS DÉCADAS DE PRODUÇÃO DA MEMÓRIA DA DITADURA.....	14
B – OS PROBLEMAS DA DEMOCRACIA NO PÓS-DITADURA	24
C – O TRABALHO SOBRE A MEMÓRIA E A DITADURA REVISITADA.....	29
CAPÍTULO 1 – A MEMÓRIA E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS ENTRE AS CIÊNCIAS HUMANAS	36
1.1 A(S) ARTE(S) DA MEMÓRIA E A FILOSOFIA	37
1.2 HISTÓRIA E/VS MEMÓRIA (E SEUS LUGARES).....	40
1.3 A SOCIOLOGIA E A ANTROPOLOGIA DA MEMÓRIA.....	45
1.4 LINGUAGEM, DISCURSO E MEMÓRIA	49
1.4.1 A memória no âmbito da Análise do discurso: interdiscurso, memória discursiva e intericonicidade	50
1.5 REGIME DE HISTORICIDADE, REGIME DE DISCURSIVIDADE.....	63
CAPÍTULO 2 – A MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE A NECESSIDADE E O ABUSO	69
2.1 A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O <i>CORPUS</i>	70
2.2 ENTRE O DEVER E O ABUSO DA MEMÓRIA: PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS PARA UMA TRANSPOSIÇÃO CONTEXTUAL.....	74
2.2.1 Dever/Necessidade de Memória	75
2.2.2 Abuso da Memória e Direito ao Esquecimento	80
2.2.3 Deslocamento teórico e problematização contemporânea	82
2.3 TRAÇOS DO PASSADO E A PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: COMO OLHAR PARA O <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	84
CAPÍTULO 3 – A MÍDIA ALTERNATIVA: DA RESISTÊNCIA À MEMÓRIA.....	90
3.1 UM OLHAR SOBRE A IMPRENSA ALTERNATIVA: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E DEBOCHE À DITADURA MILITAR BRASILEIRA	92
3.1.1 A imprensa alternativa e a resistência pelo humor: breves apontamentos desta emergência.....	92
3.1.2 Quem te viu, quem te vê: a memória da ditadura brasileira entre o dizer e o silêncio	96
3.1.3 Quando a galhofa vira resistência e a imagem torna-se ‘arma de guerra’: a superexposição do corpo na mídia alternativa durante o regime militar brasileiro	103
3.2 NA VOLTA, O ACONTECIMENTO QUE PRODUZ A MEMÓRIA	125
3.2.1 Uma proposta de retorno: a quem cabe a história?	126
3.2.2 Apenas sentidos políticos?.....	132
3.2.3 Memórias e memórias... ..	134
CAPÍTULO 4 – MEMÓRIAS EM CONSOLIDAÇÃO: DIZER A DITADURA NA ATUALIDADE	150

4.1 A MEMÓRIA NA MÍDIA E A MULTIPLICIDADE DE MATERIAL	151
4.2 A VERDADE, A HISTÓRIA, A MEMÓRIA	152
4.3 A MEMÓRIA NARRADA E REANIMADA: A MÍDIA DE OLHO NO PASSADO	153
4.3.1 A mídia impressa relê o passado.....	155
4.3.2 A ditadura nas salas dos cinemas	160
4.3.3 Da memória do passado à análise da realidade presente	165
4.4 A LEI DE ANISTIA, A TENTATIVA DE REVISÃO E A MOVÊNCIA NOS REGIMES DE DISCURSIVIDADE.....	166
4.4.1 O silêncio e a regulação da memória	177
4.4.2 A repercussão visível do julgamento nos diários: um movimento nos limites de dizibilidade e a inscrição da memória.....	179
4.5 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE COMO FATOR DE CONSOLIDAÇÃO DE UM ‘DIZER A DITADURA MILITAR BRASILEIRA’	183
4.5.1 Na <i>Veja</i> não se vê a ditadura.....	192
4.5.2 Visibilidade ‘(im)parcial’	195
PALAVRAS EM CONSOLIDAÇÃO: VISIBILIDADES E OPACIDADES DEMOCRÁTICAS NO ‘DIZER A DITADURA’	199
A – VONTADE DE MEMÓRIA, UMA NOVA DISCURSIVIDADE.....	200
B – MEMÓRIAS DAS DITADURAS NO CONE SUL: REGIMES SEMELHANTES, HISTORICIDADES DISTINTAS	203
C – O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A VIRADA MEMORIAL: UM TRABALHO QUE NÃO SE CONCLUI	205
REFERÊNCIAS	209
REFERÊNCIAS DO <i>CORPUS</i>	217

INTRODUÇÃO

Pierre Menard era já autor consagrado quando lhe faltava escrever sua obra máxima, realizar seu grande projeto, seu grande sonho, o *Dom Quixote*. Em pleno século XIX, abandonou por um período longo suas reuniões com a alta burguesia ‘intelectual’ e se dedicou por completo à escrita de seu engenhoso livro. Lapidando as frases, peneirando as palavras, esculpindo os sentidos, chegou a um texto sublime, formidável, grandioso, mas que, ironicamente, restou encalhado nas caixas empoeiradas dos livreiros. De forma até mesmo cômica, porque se tratando de grande escritor, enquanto dedicava-se ao seu enorme projeto e (re)escrevia o seu *Dom Quixote*, Pierre Menard não considerou a história, a sociedade, a cultura e a linguagem, cujos cavaleiros medievais já estavam distantes, e por isso acreditou poder ser o novo Cervantes¹.

A história, paradoxalmente, se constrói não apenas pela emergência do inédito, mas também pelo retorno do velho, que colocado na atualidade torna-se novo, e único. A memória, ela, tem a capacidade latente de produzir-se, e tornar-se presente, a partir do retorno ao passado. Seus efeitos de sentido são marcados por esse movimento, de ida e vinda, que vai do presente ao passado, que vem, também, do passado ao presente, e nele produz impacto, e, muitas vezes, inclusive, projeta o futuro, cria possibilidades de futuro. Se o que foi produzido no passado retorna no presente, tal qual existia lá, sua relativa (e aparente) igualdade só existe na forma, porque a materialidade (discursiva) é carregada de história, de possibilidades linguísticas, sociais e culturais, que dão as condições para sua volta, portanto, de sua emergência no presente. O texto de Pierre Menard era estruturalmente sublime, contudo não havia condições discursivas (linguísticas e históricas) para sua emergência. Como não se tratava de retorno mas de novidade, o projeto evidentemente fracassou.

Trinta anos se passaram do início do processo de redemocratização do Brasil e a memória do período ditatorial sempre pareceu ausente, inexistente, quando muito, marginal. Durante 20 anos, pouco se disse sobre a ditadura brasileira. No entanto, veio o século XXI e com ele uma espécie de *boom* memorialista, respaldado por acontecimentos que

¹ Cf. BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor del Quijote. In: *Ficciones*. Buenos Aires: Editora Buenos Aires, 1944.

possibilitaram dizer a ditadura. Passaram-se, hoje, 30 anos de luta pelo dizer para que um Dom Quixote pudesse derrubar cavaleiros do silêncio e levantar a espada da memória.

A – TRÊS DÉCADAS DE ‘DEMOCRACIA’, TRÊS DÉCADAS DE PRODUÇÃO DA MEMÓRIA DA DITADURA

O ano de 1985 não é apenas o da transição de um período ditatorial, violento, para o processo de redemocratização da política brasileira, ainda que o ‘poder de decisão’ não fosse dado de todo ao povo². É, também, o marco de um processo ainda imbricado pela construção da história – de uma história bastante recente e muito pouco conhecida – e pela incipiente produção da memória. O medo, pouco apaziguado pela Lei de Anistia que jamais eliminou a censura e a repressão que percorreria todo o regime militar, até seu último suspiro, carregava, mesmo que se falasse em democracia, um silêncio ao mesmo tempo local e constitutivo³. A história era ainda um quebra-cabeça cujas peças nem sempre se encaixam e a memória, um traço fino, um rio nascente e raso que se forma entre a possibilidade de preenchimento e o temor da *secura*.

A democracia consentida, da transição ‘negociada’ por um único lado, tão cara aos processos histórico-políticos brasileiros, permitia, aliás, que a história fosse quase apenas contada pelo olhar do repressor⁴. E a memória (da resistência), latente, apagada por ele. Os documentos do Estado repressivo, até então quase todos ‘empoeirados’ nos porões dos

² É preciso lembrar que, apesar da grande manifestação popular pelas ‘diretas já’ ocorrida em 1984, a primeira eleição presidencial pós-ditadura se deu de maneira indireta, sendo o presidente Tancredo Neves eleito pelo voto de um colegiado. A primeira eleição presidencial direta ocorreu apenas em 1989, quando Fernando Collor de Melo foi eleito, completando a transição pacífica prevista pelo regime militar.

³ O silêncio, segundo Orlandi (2008, p. 57), significa multiplamente. Daí a distinção, além de outro, o silêncio fundador, entre silêncio local e silêncio constitutivo: o primeiro é “do tipo da censura e similares; esse silêncio é o que é produzido ao se proibir alguns sentidos de circularem, por exemplo, numa forma de regime político, num grupo social determinado de uma forma de sociedade específica etc.”, é o que ocorria explicitamente durante a ditadura militar brasileira; o segundo, é “a parte do sentido que necessariamente se sacrifica, se apaga, ao se dizer. Toda fala silencia necessariamente. A atividade de nomear é bem ilustrativa: toda denominação circunscreve o sentido do nomeado, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito”, é aquilo que se diz pelo não dizer.

⁴ Orlandi (1987, p. 275) mostra que “[...] a categoria de mediador não é transparente. Ao contrário, o mediador tem uma função decisiva na constituição das relações de poder. Ser mediador, no domínio do discurso, é fixar sentidos, é organizar as relações e disciplinar os conflitos. [...] o ato de nomear tem implicações ideológicas decisivas”. É nesse sentido que pensamos a passagem do regime ditatorial ao democrático, mediada pelos militares, na transição pacífica por eles imposta. Os sentidos ali produzidos, se não fortemente explícitos, ainda são marcados pelo silenciamento que se impõe à produção de uma memória oficial daquele período, a cujos arquivos pouco se têm acesso e cuja ‘verdade’ é muitas vezes encoberta.

quartéis – quando não se tornaram vítimas de incêndios ‘acidentalmente provocados’ –, ecoam o silêncio previsto, e estimulado. O apagamento? Bem, apagamentos são fatores preponderantes daquilo que se quer, e se deve, lembrar (e, portanto, esquecer) de um período de violência institucional. Se na democracia o silêncio deixa de ser local, aquele que é constitutivo borbulha no rio que se forma e produz sentidos mesmo na ausência de vozes – e porta-vozes visíveis.

As três décadas de democracia – mas, se preferir, os 30 anos desde o início da redemocratização – retratam esse caminho tortuoso. As feridas, quase todas cobertas, e acobertadas, pouco foram tocadas. Os dizeres, até mesmo os olhares, quase todos ressentidos. Os gritos, mudos, as vozes, opacas, não provocavam reações porque seu eco apenas refratava. Foram quase 30 anos para a criação de uma comissão que pudesse ‘descortinar a verdade’ de um período escuro ainda encoberto por lençóis de silêncio.

Nesse processo, e nesse caminho tortuoso, a mídia escreveu a história do período e, entre o dizer e o silenciar, deu espaço à produção de sua memória – de memórias inicialmente marginais – da ditadura militar brasileira. O jornal *O Estado de S. Paulo (ESP)* foi um dos que mais deu destaque às ‘rememorações’, a cada década completada, do Golpe de 1964. Com dois cadernos especiais (2004 e 2014), inteiramente dedicados a ele, e uma reportagem de capa de caderno (1994), o diário paulista deu início a uma ‘análise’ do período e, nem sempre de forma direta, da redemocratização.

Interessante é observar que todos esses cadernos já tiveram destaque na capa do jornal, como apresentamos nas figuras seguintes:



Figura 1 - Capa e chamada do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 31 de março de 1994

A edição de 31 de março de 1994 apresentou, logo na primeira metade de sua capa, uma chamada para uma reportagem especial, ‘extra’, cujo título era “30 anos depois...”. O título ao mesmo tempo vago e explícito só tornava claro seu sentido quando relacionado e imbricado com as imagens que compõem o todo textual. A primeira delas trazia uma movimentação urbana com a inscrição ‘1964’; a segunda, ainda mais explícita, mostrava uma manifestação de rua com foco em um rapaz que segurava um cartaz cuja inscrição era “Não ditadura”. Os sentidos, então, começam a se compor nesse todo textual, que conjuga claramente o verbal e o imagético. Essa configuração mais visível que diz na sua composição faz com que, então, o leitor passe para aquilo que é menos visível, em sentido literal porque, neste caso, em tamanho menor no todo, que completará os sentidos. Ali aparece um texto verbal dividido neste quadro em duas partes, que diz:

Em três décadas, o País foi marcado por mudanças radicais que deixaram seqüelas em uma geração. Fecha-se o ciclo do terço de século em que os problemas e virtudes alcançaram outra escala. Trinta anos depois, o Brasil avalia o terremoto político de 1964. A herança do movimento que derrubou o presidente João Goulart está visível

nas desigualdades sociais e nos conflitos de interesse que atravancaram a revisão constitucional. Suas conseqüências atingem “vencidos” e “vencedores”.

Os jovens de hoje ignoram a história recente. Um resumo do que pensa a maioria dos estudantes de 1º e 2º graus entrevistados pelo InformEstado resultaria numa visão esquisita dos fatos: para muitos deles, em 31 de março de 1964, os partidos de esquerda derrubaram o presidente Juscelino Kubistchek e colocaram em seu lugar o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, herói da Guerra do Paraguai e autor do hino do Exército, na mesma ocasião em que o Brasil conquistava a Copa do Mundo.

Vale inicialmente observar que em nenhum momento há uma referência explícita a “golpe”, “ditadura” ou “repressão”, a não ser, como mostrado anteriormente, pela imagem que compõe o conjunto textual. Essa imagem, aliás, é reflexo do distanciamento do sujeito discursivo da mídia em relação a essa posição que afirma que se tratava de um regime ditatorial; trata-se de um cartaz cujo dizer “Não ditadura” é emitido pelo manifestante: é como se a imagem do rapaz segurando o cartaz fosse a reprodução de um discurso verbal direto – ‘quem diz é o outro, eu apenas reproduzo para exemplificar aquela opinião, que não é necessariamente a minha’.

A primeira parte do texto traz em si uma crítica – as desigualdade sociais, o terremoto político, os conflitos de interesse – àqueles que fizeram parte do ‘movimento’ que derrubou o presidente João Goulart e que governaram o país a partir de 1964. Contudo, a referência é vaga: “movimento que derrubou o presidente”, ““vencidos’ e ‘vencedores’”. Mas afinal, de que e de quem se tratava o ‘movimento’ e quem foram os ‘vencidos’ e os ‘vencedores’? Há, então, no apagamento do referente, o projeto de distanciamento de uma formação discursiva (FD), ou mais amplamente, de uma posição ideológica – vale lembrar que em 1964 a maioria dos grandes meios de comunicação brasileiros, e isso inclui de maneira direta o *ESP*, apoiaram o golpe que derrubou o governo de João Goulart.

A sequência textual, com a segunda parte, completa essa posição, ou aparente ausência de posição: o foco da ‘reportagem especial’ se dará na compreensão no presente – nesse caso, de 1994 – da história recente do país, observando o que pensam jovens em idade escolar. ‘Os jovens sabem o que se passou em março/abril de 1964, o que foi esse período da história do Brasil?’ A reflexão, diferentemente da esperada, se dá sobre o presente, sobre o conhecimento histórico de um passado recente, e mais amplamente sobre a situação do ensino (de história) no Brasil; o foco no presente, e no ensino, acaba por anular, portanto, a reflexão sobre o passado, e a própria história, ainda que essa estivesse implícita, porque dizer que é preciso

saber e entender o que houve em 1964 é assumir que se tratou de período de exceção e, portanto, importante da história brasileira.

Observemos, então, de que forma continuava – ou descontinuava – esse processo de rememoração, uma década depois, em março de 2004.



Figura 2 - Capa e chamada do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 31 de março de 2004

A edição daquele ano também trazia uma chamada de capa, dessa vez na parte inferior da segunda metade do jornal. Sua chamada era “Março de 1964: 40 anos esta noite”. Além disso, havia uma imagem do primeiro presidente militar, Castello Branco – que se difere ali dos demais pela ‘vestimenta civil’ –, ladeado por homens do exército em pose de continência, e cuja legenda era “Militares – Castello Branco, Costa e Silva e Geisel em cerimônia de 1965”. Essa chamada de capa reflete o ‘processo de imagetização’ da mídia impressa que corroboraria a espetacularização da mídia e do discurso político. Notar-se-á, mais adiante, que os três cadernos que retratam as décadas do golpe evidenciam esse processo, claramente passando do predomínio do texto verbal para o predomínio do texto sincrético sintético e, até mesmo, do imagético.

Os sentidos, então, se constituem nesse jogo intersemiológico que contempla múltiplas linguagens. A referência verbal, dessa vez, é mais direta, ou mais fechada, uma vez que aponta um período específico, março de 1964, mês da articulação do Golpe. A escrita sobre o fundo negro inscreve o luto na presença dos militares, que chegaram ao poder naquela noite que em 2004 completava 40 anos. A ausência de explicitação da repressão ditatorial não impede, portanto, um olhar crítico em relação ao regime e ao período, ainda que brando porque não há admissão da ditadura aqui. Como antes, o silêncio é constitutivo.

Nosso primeiro olhar analítico volta-se, por fim, para a edição comemorativa de 2014:

Figura 2 – Jornal *O Estado de S. Paulo*, de 30 de março de 2014



Figura 3 - Capa e chamada do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 30 de março de 2014

Este foi o ano de maior impacto se pensado em termos de ‘rememoração’ do Golpe de 1964. Afinal, tratava-se de seus 50 anos. Inúmeros foram os eventos nacionais e internacionais, acadêmicos, políticos, midiáticos e, até mesmo, publicitários, que tiveram como tema e foco central os 21 anos de ditadura militar no Brasil, com análises das conjunturas políticas daquela época e do presente, do período ditatorial e do processo de redemocratização, da repressão e da resistência etc.

O jornal *O Estado de S. Paulo* adiantou nesse ano em um dia, para 30 de março, sua edição especial sobre o tema. O descolamento, que aparentemente desterritorializava o acontecimento, se justificava porque aquela era a edição de domingo, possivelmente a de maior visibilidade e também de maior vendagem de qualquer diário impresso. A edição daquele caderno nesse dia da semana criava assim duas justificativas: i) a possibilidade de aumento de vendas uma vez que se tratava de um tema bastante discutido naquele momento; ii) a ampliação do debate, uma vez que era aquela a edição de maior circulação.

A chamada “1964” era aparentemente, e mais uma vez, marca daquela vaguidão de sentidos a que o jornal sempre se colocava. Entretanto, dois aspectos quebravam essa impressão: i) em 2014 havia já um processo de ampliação e consolidação de memórias (heterogêneas) da ditadura, como veremos neste trabalho, o que fazia com que o enunciado ‘1964’ pudesse ser lido como referência direta ao período; ii) diferentemente daquelas edições anteriores, ao invés do ‘texto verbal explicativo’ ou do ‘vazio verbo-textual’, havia aqui subchamadas para aquilo que seria tratado naquele caderno especial, uma espécie de sumário sintético para orientar o leitor, cujos pontos abordados são reproduzidos aqui de forma direta:

- *Golpe teve como justificativa proteger a democracia; mas resultou em 21 anos de ditadura;*
- *Polarização entre duas visões de País culminou em intervenção militar;*
- *Ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso fazem revelações sobre o período.*

Pela primeira vez aparecem, nas capas desses cadernos, as referências explícitas, sem que fosse preciso recorrer ao discurso indireto, a ‘golpe’ e a ‘ditadura’, cujos sentidos se completam pela imagem dos militares chegando e ‘ocupando’ o Palácio do Planalto, em Brasília, em abril de 1964. O olhar, que sempre fora crítico ao regime, ainda que em instâncias distintas, agora é explícito, como mostra a primeira subchamada: ***Golpe** teve como justificativa proteger a democracia; mas resultou em 21 anos de ditadura*. Essa mudança na forma de enunciar corrobora o processo reflexivo em torno do período, que marca então os 50 anos do golpe. Ainda que a discussão se acentuasse na marginalidade do ‘senso comum’, porque mais profícuo nos meios acadêmicos e intelectuais e menos claro na mídia e na política, nos debates populares, havia uma tendência a assumir aquele período como ditatorial

e a chegada dos militares ao poder como golpe, o que fez, inclusive, com que alguns veículos de comunicação se desculpassem por terem apoiado o golpe e o regime.

De outro modo, contudo, ainda que fosse possível, nesse momento, enunciar explicitamente a ditadura, provocando, com isso, um deslocamento discursivo, havia ainda continuidade em confronto com as possibilidades de ‘ruptura’ (com a própria descontinuidade): aqueles que eram chamados, e autorizados, a dizer, e que se constituíam como porta-vozes na produção de memórias, eram ainda figuras que apoiaram o regime ou que resistiram sem pregar em armas e que na democracia romperam com a esquerda, aqui representadas, respectivamente, por José Sarney e Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, nesse processo de consolidação de memórias do período ditatorial, aquela que ainda se sobressai é a da ditadura em detrimento da memória da resistência (sobretudo a armada).

Essa transformação no conteúdo também marca uma mudança na forma. E aqui, inclusive, o processo de espetacularização está completo. O texto composto por verbo e imagem é, ainda, transformado em uma espécie de hipertexto, uma vez que aquilo que chamamos de ‘subchamadas’ funciona como ‘links’ de acesso a outras notícias e reportagens. Há, também, no canto direito da chamada principal, a ‘lincagem’ ao conteúdo sobre o tema presente no site do jornal, como se o leitor pudesse ir dali para o site apenas num movimento de olhar e toque, ou num clique.

Na sequência, apresentamos as capas dos cadernos especiais sobre o período – ou, no caso de 1994, de caderno que traz uma reportagem especial sobre o período – como exemplos das primeiras análises que empreendemos:



Figura 4 - Capas dos cadernos do ESP que traziam, respectivamente, matérias especiais sobre os 30, 40 e 50 anos do Golpe de 1964

Como já tratamos acima, é possível notar as transformações nos modos de escrita e edição da mídia impressa no Brasil. Da forte presença do verbal à sua quase ausência total, as formas de produção dos sentidos também são reformuladas. Observamos que as capas desses cadernos apresentam uma relação de forma com as chamadas de capa de suas edições: i) o caderno de 1994 apresenta na primeira página um texto explicativo relativamente extenso sobre a matéria que abordará o tema, além de uma imagem de fundo que retrata uma passeata da época / a capa daquela edição apresenta da mesma forma textos extensos e imagens figurativas; ii) em 2004 há, tanto na capa do jornal quanto na primeira página do caderno, uma imagem que toma quase o todo textual suportada por uma chamada verbal breve; iii) em 2014, por sua vez, ambas, capa do jornal e primeira página do caderno, apresentam a chamada principal, subchamadas que funcionam como espécie de sumário sintético ou hiperlinks além de uma imagem da chegada do exército ao Palácio do Planalto.

Como já mostramos, ainda que haja movimentos de descontinuidade, de deslocamentos discursivos que abarcam a inscrição da memória, há também fortemente traços de continuidade, seja, como observamos, pela delegação da autoridade do dizer, que dá voz a certos porta-vozes e apaga outros, seja pela recorrência ao discurso que marca o embate entre dois lados, sustentado também pelos militares como justificativa para o golpe. O primeiro enunciado daquela espécie de sumário que compõe a capa da edição de 2014 – *Polarização entre duas visões de país culminou em intervenção militar* – é reflexo dessa memória, quase oficializada, que se produz da ditadura.

Em decorrência dessas análises, ainda insipientes, é possível observar no Brasil a formação de uma espécie de ‘indústria memorialista’ que, sustentada sobretudo pela grande mídia (as grandes corporações), ao mesmo tempo em que possibilita um ‘dizer a ditadura’, produz e reitera uma memória oficializada, muitas vezes retomada do próprio regime militar, e que apaga memórias da resistência. Ao longo deste trabalho, observamos esse movimento, esse processo de produção de memórias da ditadura, e acabamos por nos debruçar mais fortemente sobre memórias da resistência.

Retomando o que apresentamos nesta seção, há, portanto, no decorrer desses 20 anos – ou, se preferir, 30 anos, se tomarmos todo o período que abarcam –, entre a primeira e a última edição comemorativa do jornal *O Estado de S. Paulo*, um deslocamento da reflexão que produz, também, deslocamentos de sentido. Além disso, é também possível notar um aumento no grau de explicitação da ditadura: antes sugerida nas manchetes, ela é atualmente enunciada de forma explícita. São esses traços também para uma discussão mais ampla que

toma conta do período pós-ditadura: a transição formalizada em 1985 marca o início de uma efetiva democracia?

B – OS PROBLEMAS DA DEMOCRACIA NO PÓS-DITADURA

A aparência de democracia é uma ameaça à própria democracia (ZAVERRUCHA, 2010, p. 72).

Em meados da década de 1970, o governo do então presidente Ernesto Geisel alardeou e deu início ao processo de distensão do regime militar, uma abertura que seria ‘lenta, gradual e segura’, uma transição, coordenada pelos militares, para a democracia. Foi preciso, então, uma década para dar cabo ao processo, para amarrar todas as negociações – que incluía, entre elas, a Lei de Anistia –, para livrar militares e ‘conexos’ de punições futuras, para, enfim, construir um processo democrático como aos militares conviria. O ano de 1984 foi, portanto, o ano da luta pela democracia, com manifestações por todo o país pelas eleições diretas; 1985, o ano da transição para o governo civil, ainda com o voto indireto de um colégio eleitoral para a eleição de presidente da República; 1989, finalmente, o ano em que a sociedade retomou o poder de decisão política, com as eleições diretas para as diversas instâncias dos poderes executivo e legislativo. A democracia renascia no Brasil. Mas, qual democracia?

Interessante é observar que a democracia – o termo ‘democracia’ –, nas sociedades modernas, é reivindicada por todos, desde os adeptos de regimes totalitários a governos libertários. Vale lembrar, por exemplo, que os militares que derrubaram o governo de João Goulart em março de 1964, o fizeram, segundo eles próprios, em nome da defesa e do restabelecimento da democracia, também de acordo com eles, perdida durante o governo de Jango, e batizaram seu ato de “revolução democrática de 1964”, sustentada por manifestações organizadas e financiadas pela elite brasileira, como a emblemática Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida, a primeira delas, em 19 de março daquele ano na cidade de São Paulo.

Para sustentar a reflexão, é preciso, primeiramente, entender o que é democracia, mesmo em sentido amplo, para, em seguida, compreender aquilo que é reivindicado como democrático pelos diversos governos. Todorov (2012, p. 15-16) afirma que:

De saída, a democracia é, no sentido etimológico, um regime no qual o poder pertence ao povo. Em outras palavras, a população inteira escolhe seus representantes, os quais, de maneira soberana, estabelecem as leis e governam o país durante um período de tempo decidido de antemão. Nisso a democracia se distingue das sociedades tradicionais, que dizem se submeter a princípios transmitidos pelos ancestrais, ou das monarquias absolutas dirigidas por um rei de direito divino, nas quais a sucessão dos dirigentes depende do pertencimento à mesma família. O povo, numa democracia, não corresponde a uma substância ‘natural’. Não só quantitativa, mas também qualitativamente, ele é diferente da família, do clã ou da tribo – nos quais o que tem primazia é o vínculo de parentesco –, assim como de toda entidade coletiva definida pela presença de um traço como a raça, a religião ou a língua de origem. Fazem parte do povo todos os que nasceram sobre o mesmo solo, os quais se acrescentam os que foram aceitos pelo primeiro. No seio de uma democracia, ao menos teoricamente, todos os cidadãos são iguais em direitos, todos os habitantes são iguais em dignidade.

A democracia, por princípio, então, se distingue das sociedades tradicionais e das monarquias absolutas pelo fato de que estas fundam seus valores no seio do pertencimento à família, à religião e, até mesmo, à raça, e atribui graus de hierarquia no interior da sociedade, que são marcados por tais fatores. Nessas sociedades, portanto, a marca é a da diferença – ‘por pertencer a tal família ou grupo, distingo-me do outro’. A democracia, contudo, é bem o contrário disso, sua marca é a da igualdade, e a diferença, quando ela aparece, porque ela nunca está ausente, é tomada pela inclusão – ‘embora diferentes, somos todos iguais em direitos, formamos uma sociedade na qual somos todos cidadãos’.

Como é possível observar, pela descrição de Todorov daquilo que é democrático, os governos de exceção e ditatoriais, ainda que apelem pela busca e/ou restauração da democracia, não o são e se distanciam ainda mais dela por inúmeros fatores, entre os quais: a ascensão ao poder por meio de golpe e a derrubada de um governo geralmente eleito pelo ‘povo’, não pela escolha livre da sociedade; a eleição de um inimigo interno – no caso do Brasil, os ‘comunistas’ – que rompe com a igualdade de direito entre os cidadãos. Além disso, há, ainda de modo bastante claro, outro traço agudo inerente ao democrático que escapa aos regimes ditatoriais, como o militar brasileiro: o *pluralismo*.

A democracia se caracteriza não só por um modo de instituição do poder ou pela finalidade de sua ação, mas também pela maneira como o poder é exercido. A palavra-chave aqui é *pluralismo*, pois se considera que os poderes, por mais legítimos que sejam, não devem ser todos confiados às mesmas pessoas nem concentrados nas mesmas instituições (TODOROV, 2012, p. 17).

Durante o regime militar, a centralidade do poder do Estado nas mãos do presidente – ou, de modo mais amplo, nas mãos do próprio regime – era manifesta, e evidenciada, por exemplo, pelos casos de fechamento do Congresso e de cassação de deputados eleitos quando havia divergência entre os poderes executivo e legislativo. A figura do militar/presidente era mais marcada e central que a do governante dos regimes políticos legitimamente democráticos, eleitos pelo voto direto do povo, uma vez que a distribuição de tarefas entre os diferentes setores da política e a inscrição real da oposição são empecilhos à centralidade de um ‘homem forte’.

Importante é também observar, contudo, que essa democracia, que é liberal, é por vezes “reduzida a um *regime político eficaz*, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e [que] se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais” (CHAUÍ, 2008, p. 67). Pensando nisso, Chauí contrapõe uma verdadeira democracia, uma sociedade democrática que “institui direitos pela abertura do campo social à *criação de direitos reais*, à *ampliação de direitos existentes* e à *criação de novos direitos*. Eis porque podemos afirmar que a democracia é a *sociedade verdadeiramente histórica*, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo” (2008, p. 69). Um governo democrático, ou seja, um regime político democrático é bastante distinto, portanto, de uma verdadeira sociedade democrática, e é esta última que de fato interessa, porque se uma sociedade é democrática, seu regime político também o será, contudo o inverso nem sempre é verdadeiro.

Para refletir, então, sobre a suposta democracia atual, pós-ditadura, no Brasil é preciso também notar ‘o que resta da ditadura’ e que está amarrado a diversas instâncias: à sociedade, à política, às relações sociais. Tomemos, para isso, três fases de um processo de passagem do ditatorial ao suposto Estado democrático:

Um processo de democratização pode ser [...] dividido em três fases: A da *liberalização* ocorre quando o regime autoritário começa a fraquejar e sinaliza uma intenção de realizar mudanças políticas. A *transição* ocorre

quando novos atores políticos são incorporados ao processo de tomada de decisões, visando preparar a pólis para eleições multipartidárias. A *consolidação democrática* é um processo de fortalecimento de instituições e aprofundamento das instituições e da cultura democrática. Esta consolidação é alcançada quando a democracia torna-se tão legítima e profunda, sendo muito improvável que venha a ser golpeada (ZAVERUCHA, 2010, p. 66).

Essa divisão trifásica tem efeito heurístico, embora seja metodologicamente problemática. Desse modo, sua aplicação serve apenas para exemplificar e não tem, ainda, caráter analítico. É preciso considerar que as duas primeiras refletem quase exclusivamente o processo político/eleitoral, enquanto a última deve ser considerada de forma mais abrangente, tomando além dos direitos políticos, que são os mais visíveis e, portanto, os mais propagados, também os civis e os sociais. Desse ponto de vista, é possível tomar a sociedade brasileira atual e compreender que ainda está aquém da consolidação democrática.

Por um esforço de observação, notamos, de modo retrospectivo, que o processo de *liberalização* tem início com a distensão ‘lenta, gradual e segura’ iniciada por Geisel e finalizada por Figueiredo e a *transição*, com o início do processo de redemocratização, quando os militares passaram o bastão do Estado para os civis, ‘autorizando’ eleições indiretas, e posteriormente diretas, para presidente. A *consolidação democrática*, contudo, ainda parece fora do alcance nacional – e, de forma menos pessimista, ainda ‘em processo’ –, uma vez que a luta por direitos sociais e civis é permanente no país e inscreve, inevitavelmente, as exclusões populares: as desigualdades sociais (fome, pobreza, desemprego etc.), a violência policial que atinge de forma mais explícita as minorias (pobres, negros, homossexuais), o acesso precário a bens básicos (educação, saúde, saneamento básico etc.) são alguns dos aspectos que demonstram esse processo inacabado.

A sociedade brasileira é uma sociedade que conheceu a cidadania por meio de uma figura inédita, a do senhor (de escravo)-cidadão, e que a concede como privilégio de classe; ainda hoje é possível perceber marcas fortes desses privilégios de classe, porque nessa sociedade diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência (CHAUÍ, 2008) que configura impedimento à consolidação democrática.

O sistema de governo brasileiro pós-ditadura, tido como democrático, envereda para um regime de vigilância frequente e, com isso, de violência institucional recorrente. O juiz italiano Serge Portelli mostra que esse é um dos problemas da democracia atual em todo o mundo e também uma de suas grandes ameaças: trata-se “de uma sociedade de segurança

absoluta, de tolerância zero, de prevenção radical, de prisão preventiva, de desconfiança sistemática em relação ao estrangeiro, de vigilância e de controle generalizado” (apud TODOROV, 2012, p. 63). A violência e o controle refletem, portanto, o autoritarismo social presente no Brasil, fator que torna débil os princípios democráticos de igualdade e de liberdade (CHAUÍ, 1994).

É nesse ponto que os traços da ditadura de outrora recobrem seu espaço no presente:

[...] acreditamos que uma ditadura se mede (por que não?, tenhamos coragem de dizer que medir uma ditadura é uma boa ideia). Ela se mede não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente. Neste sentido, podemos dizer com toda segurança: a ditadura brasileira foi a ditadura mais violenta que o ciclo negro latino-americano conheceu (TELES; SAFATLE, 2010, p. 10).

As marcas da repressão ainda estão por toda a parte, explicitados pelos papéis das polícias e do exército, cuja Constituição de 1988 lhes dá poder de se colocarem fora da lei para garanti-la em caso de ‘desordem social’ e ‘perigo interno’ (cf. ZAVERUCHA, 2010). Isso, ainda, vai mais além: o autoritarismo, como vimos, inscreve uma tradição hierárquica e de desigualdade, que cria espaços nada democráticos de dizer e, mesmo, de participação na vida pública.

É momento propício de se observar a grande continuidade do novo regime liberal com a ditadura militar, em termos de domínio de classe e de aparato repressivo – por exemplo, com a permanente marca da impunidade. Sem o desmantelamento do aparato repressivo montado (ou reforçado) na ditadura não se poderá minimamente falar em democracia; sem a punição de torturadores tampouco. Pode se dizer que do ponto de vista das instituições políticas o Brasil é uma democracia liberal, na qual há liberdade de organização e de expressão. Mas fica sempre mais claro para amplos setores sociais o fato de que tudo não passa de uma encenação do poder político. Ainda mais hoje quando a crise das paradigmáticas democracias liberais é patente (DEL ROIO, 2014, p. 12).

Esse aspecto reflete também a luta pela memória e pela possibilidade de dizer o passado recente. E parece estar claro que o apagamento e o silenciamento do passado tão patente no século XX e início do XXI é reflexo dessa semidemocracia da qual fazemos parte, uma democracia presente no âmbito político-eleitoral, e outra possível mas ainda distante no

âmbito social e dos direitos civis. O fato de que apenas 25 anos após o início do processo de democratização é que foi oficializada a possibilidade de dizer o passado e refletir sobre os dados no presente indica também marcas da ditadura e aspectos de uma democracia fragilizada.

No ano de 2010 o Brasil voltou seu olhar para os crimes do passado quando abriu um processo de revisão da Lei de Anistia no Supremo Tribunal Federal, que optou por não modificar a lei e impediu o julgamento de torturadores. Em 2012, o governo federal instalou a Comissão Nacional da Verdade para analisar os crimes cometidos pelo Estado durante o período ditatorial e buscar informações sobre os desaparecidos políticos. Esses dois acontecimentos entraram no jogo do dizer, que permitiu o confronto discursivo entre diversas, e difusas, visões do período.

O mais importante nisso é que de todos os lados, também entre aqueles que preferem esquecer e aqueles que querem lembrar⁵, produz-se uma memória – ou memórias – do período ditatorial brasileiro. E o debate que ocorria apenas em espaços marginais ganha voz também em espaços centrais de debate público e no discurso oficial. É esse fenômeno memorial – a produção de uma memória da ditadura militar brasileira – que procuraremos analisar neste trabalho, levando em conta os aspectos históricos, sociais e linguageiros que inscrevem todas as produções discursivas.

C – O TRABALHO SOBRE A MEMÓRIA E A DITADURA REVISITADA

Compreender a produção de memórias, que se constitui na contemporaneidade, da ditadura militar brasileira requer um olhar para a produção discursiva contemporânea e, de maneira mais ampla, para as condições de possibilidade – que são históricas, sociais, linguísticas e culturais – de emergência desses discursos. Neste trabalho é lançado um olhar para uma gama de material produzido no período ditatorial e que retorna hoje, bem como para aquele que se produz no próprio século XXI sobre o tema. Nosso *corpus*, como será possível observar sobretudo a partir do *Capítulo 2*, quando o detalharemos, se divide resumidamente

⁵ Obviamente, esta dicotomia não é tão clara quanto parece e remete a uma multiplicidade pouco homogênea de dizeres. Contudo, tomá-la dessa forma neste momento é importante para entender um conflito em torno da produção da memória e que mesmo quando se luta pelo silêncio – pelo apagamento – produz-se uma memória do que se diz e também do que se silencia.

em três frentes, quais sejam: i) jornais e revistas produzidos durante o período militar, sob a forma da imprensa alternativa, e que são republicados atualmente em edições *fac-símiles* ou em coletâneas; ii) especiais de jornais e revistas publicados atualmente no intuito de resgatar aquele período, além de documentários e filmes lançados na primeira década do século XXI sobre acontecimentos daquele momento da história brasileira; iii) textos de jornais e revistas que retomam o período a partir de fatos contemporâneos, como a tentativa de revisão da Lei de Anistia, a criação e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, que, neste caso, funcionam para nós como acontecimentos-base, uma vez que possibilitam a emergência de um ‘dizer a ditadura’.

Sem dúvida, trabalhos como os desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade no Brasil (pesquisas de arquivo, entrevistas com testemunhas, “interrogatórios” abertos e fechados com agentes da repressão etc.), a criação de alguns espaços de estudo e memória da ditadura (como aquele no antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS – em São Paulo), o início da abertura de documentos oficiais do regime militar (sobretudo pelo governo do estado de São Paulo) são indícios de uma virada memorial no Brasil, mas também evidenciam a fragilidade com que o tema é abordado e a distância em relação a países vizinhos, como a Argentina, que apresenta uma política memorial desde o fim do período ditatorial, além de Uruguai e Chile⁶, que, como aquele país, julgaram e condenaram membros que atuaram na repressão de Estado.

O fato é que no Brasil instalou-se um regime militar ditatorial que perdurou por 21 anos, de 1964 a 1985, deixando traços e indícios (e restos) a serem lembrados. No entanto, nos perguntamos, hoje mais que sempre: como temos lidado com essa memória? Como compreendemos a produção de memórias contemporâneas da ditadura militar brasileira? E, antes, de que maneira essas memórias se produzem na contemporaneidade e se inscrevem no debate político-histórico atual?

Tratam-se, então, de questões que são ao mesmo tempo sociais e políticas, o agir sobre a memória, e sobre sua produção que nos faz questionar o lugar da política e a relação com o passado. Existe, nesse caso, uma espécie de dever e necessidade de memória? Se nos atentarmos para o papel da memória, observaremos que se trata de uma reflexão sobre o presente a partir de um olhar para o passado. Daqui, então, nasce nosso questionamento e

⁶ No Chile vigora ainda sua lei de anistia, promulgada (e imposta) em 1978 pelo governo ditatorial de Augusto Pinochet. A vigência dessa lei, contudo, não impediu que fossem julgados crimes contra os direitos humanos, conforme sugerem diversos órgãos internacionais.

nossa problematização sobre a construção da história da ditadura militar brasileira (especialmente pela mídia) durante o período de abertura política e de redemocratização do Brasil e, também, sobre a produção de memórias desse período.

Na busca, portanto, de compreender essa espécie de “virada memorial” do século XXI, em que são criadas possibilidades reais de ‘dizer a ditadura’, partimos de alguns questionamentos: há atualmente uma percepção ilusória de que tudo se pode dizer – tal é a ideia de liberdade de expressão que perpassa o Ocidente –, mas por que determinados “enunciados” são retomados e outros não? E mais, quais seus lugares de circulação? Seria a ‘margem’ o espaço em que se reflete o universal ou aquele no qual predominam os interditos das relações de poder? E principalmente: *qual o papel da memória na produção e possível consolidação da história do período em que o Brasil viveu sob uma ditadura militar?* Nesse sentido, a seleção do material que compõe nosso *corpus*, dividido, como destacamos, em três frentes, nos permite refletir sobre a produção de memórias daquele período na atualidade.

Margeando nossa problemática, outra questão nos parece pertinente: em meio à criação da Comissão Nacional da Verdade, desse bombardeio de material que se produz em diversos âmbitos da sociedade e da tentativa de abertura de documentos da ditadura, evidenciamos um *dever de memória* e conseqüentemente/ou um *abuso da memória*? Ou, ainda, e mais amplamente, se pensando no caso brasileiro da ditadura militar, o conceito de *dever de memória* (*devoir de mémoire*), concebido e bem aplicado no contexto francês (cf. NORA, 1997a; 1997b; LAVABRE, 2007; GENSBURGER; LAVABRE, 2005; ROBIN, 2005), teria um estatuto semelhante, dados, por exemplo, a criação da Comissão Nacional da Verdade, a busca pelos mortos e desaparecidos, a divulgação mesmo à conta gotas de documentos oficiais do regime militar, a tentativa (ainda muito longe de tornar-se realidade) de julgamento e criminalização de torturadores e agentes da repressão a partir de uma revisão da Lei de Anistia, além do aparecimento e da reedição de vasto material sobre/do período?

Se pensamos nos conceitos aqui evocados, profícuos sobretudo no campo da História, e ainda os atrelamos à patrimonialização da memória (se tomamos, por exemplo, os espaços de memória e a construção de monumentos à/contra a ditadura), sempre estaremos atentos ao processo discursivo, à sua emergência como discurso, ou seja, à produção de sentidos na história. Atrelar, portanto, essa discussão sobre a memória aos estudos já desenvolvidos em Linguística, especialmente em Análise do discurso, é nosso objetivo teórico e a base para as análises que virão. Portanto, é fundamental observarmos em que medida essa relação se

estabelece no presente, quais os subsídios que nos traz e, evidentemente, quais as contribuições que podemos trazer aos estudos discursivos.

Dadas as transformações – que são técnicas, materiais, institucionais – nas formas de emergência dos discursos, os conceitos que são próprios da Análise do discurso (e de um campo de saber em geral) e que estão na sua base devem ser constantemente repensados e reavaliados, bem como novos e diferentes conceitos podem emergir sem, com isso, nos afastarmos fortemente das proposições iniciais do campo teórico, de suas relações, seus diálogos e, sem com isso também, estabelecermos relações improváveis. É evidente que todo campo de saber sofre transformações na busca por compreender melhor seu objeto de análise, o que evidencia um processo metodológico e analítico não normativo. Vejamos, por exemplo, o que apresenta Courtine (1991, p. 163) a respeito do discurso político e suas diferentes facetas, suas transformações que levaram a mudanças também no campo dos estudos discursivos:

As transformações das análises do discurso são, à sua maneira, um reflexo das mutações do próprio objeto em suas modalidades de existência material, em suas percepções individuais e coletivas. Não se faz a mesma análise do discurso político quando a comunicação política consiste em encontros reunindo uma multidão em torno de um orador e quando ela toma a forma de shows televisivos aos quais cada um assiste em sua própria casa. Não se faz também a mesma análise do discurso independentemente dos preconceitos, dos fechamentos sociais e ideológicos, das polêmicas antigas ou recentes; eles exercem suas coerções sobre o discurso das ciências humanas, na escolha dos sujeitos, na definição dos objetivos, na produção de cortes formais.ⁱ

Se nos inscrevemos, então, naquilo que chamamos de *semiologia histórica* (cf. SÁ, 2011) a partir de proposições como as de Courtine (2011a), trata-se de por ênfase à multiplicidade de linguagens do objeto discursivo e, efetivamente, à historicidade própria a esse objeto, muitas vezes não destacada em trabalhos recentes da área, especialmente na França. Pensar a memória do discurso na contemporaneidade, sobretudo a partir do bombardeio audiovisual estabelecido pela mídia, requer uma (re)adequação de determinados conceitos. Se mobilizamos as noções de pré-construído, interdiscurso e memória discursiva, da qual partimos para refletir sobre parte importante da história do Brasil – essa última que é até mesmo uma espécie de mote para nosso trabalho –, conceitos que nasceram de análises de objetos quase exclusivamente verbais, não podemos deixar de repensá-los e aprofundá-los na

contemporaneidade, a partir da multiplicidade de linguagens, das novas materialidades e dos diferentes *médiums* pelos quais os discursos são difundidos, como, por exemplo, por meio de noções como a de *intericonicidade* (COURTINE, 2011a).

Tendo, então, como foco de nosso trabalho a questão da *memória*, sobretudo a *discursiva*, no intuito de compreender a produção contemporânea de memórias da ditadura militar no Brasil, estabelecemos diálogo com diferentes disciplinas, mas sobretudo com a História. Uma questão levantada por Courtine, ainda em 1994, é-nos essencial para este trabalho, que mostra toda sua atualidade: “qual lugar a perspectiva histórica ocupa hoje no campo das ciências da linguagem [...]”? (COURTINE, 2006, p. 2). É essa a reflexão que trouxemos num momento da pesquisa, ampliando-a na medida em que voltamos nosso olhar para a História, a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia em sua perspectiva cultural.

A produção da memória, atualmente, passa por uma espécie de “exacerbação” discursiva: publicação e republicação de materiais cujo tema ou foco é o período ditatorial (livros, revistas, jornais, filmes, documentários etc.) e ainda a constituição da Comissão Nacional da Verdade⁷ – além de comissões estaduais – para apurar fatos da época e a forte pressão para que os documentos oficiais do regime militar tornem-se públicos. É nesse processo que vemos, então, a emergência de materiais que compõem nosso *corpus* de análise, com textos que são reeditados na atualidade, mas também por meio de material, produzido atualmente, que busca um olhar reflexivo sobre o passado. E sem dúvida é preciso ter sempre em conta que a memória produz impacto no presente e possibilidades de futuro, como é o caso da construção e fortalecimento da democracia de que tratamos.

Para compreender essa produção memorialista, que contempla diferentes gêneros textuais e, conseqüentemente, diferentes linguagens, é preciso ir além de uma descrição linguística. É o que aponta Guilhaumou (1996, p. 110-111):

Uma história dos acontecimentos discursivos [...] não pode se orientar sobre a abordagem empírica dos eventos linguísticos [...] sem levar em conta os problemas de mudança linguística, de nascimento de novos valores, de formação de normas, de estruturação da troca linguageira, de constituição do saber linguístico, aí compreendido no sentido da filosofia da linguagem etc. A simples injeção, se assim podemos dizer, de uma perspectiva da história da língua na descrição do acontecimento discursivo nos parece inadequada à apreensão de tais problemas.ⁱⁱ

⁷ Ainda que os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade abordem um período superior ao da Ditadura Militar brasileira, contemplando também parte do governo de Getúlio Vargas, é sobre os anos que vão de 1964 a 1985 que está o foco de suas investigações.

A preocupação que Guilhaumou (1996) tem para pensar a (memória da) Revolução Francesa cabe perfeitamente para refletirmos sobre a produção da memória da ditadura militar no Brasil; não basta, para compreender essa produção, a análise linguística dos enunciados, a descrição linguística desses enunciados (que são verbais e não verbais) que reaparecem na contemporaneidade. A emergência desse material que volta na atualidade – os jornais da mídia alternativa – provoca também a emergência de novos e (muito) diferentes sentidos. Na promoção da emergência de tais jornais/revistas que foram publicados às portas do regime militar, quais são os sentidos políticos que ora aparecem? Luta pela memória ou fetichismo retrô? É nesse momento que delineamos a especificidade de um trabalho em análise do discurso:

A especificidade da AD em ciências humanas repousa sobre a incontornável presença da *matéria da linguagem* no seio dos processos sociais: com efeito, ela constrói seu próprio objeto a partir dos recursos da linguagem, de sua dimensão profundamente reflexiva. Ela é uma disciplina *interpretativa*, irreduzível a todo formalismo linguístico bem como a toda leitura não instrumentalizada (BRANCA-ROSOFF et al., 1995, p. 54)ⁱⁱⁱ.

Compreender o discurso em seu funcionamento discursivo-histórico-antropológico é nossa preocupação, é nosso objetivo. Lançaremos nosso olhar de forma central para o método de trabalho histórico/filosófico presente no bojo dos estudos de M. Foucault, a fim de observar a produção da memória da ditadura no Brasil.

[...] Foucault é o historiador acabado, o remate da história. Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores. Positivistas, nominalistas, pluralistas e inimigos das palavras em *ismo*, nós o somos: ele é o primeiro a sê-lo completamente. É o primeiro historiador a ser completamente positivista (VEYNE, 1982, p. 151).

Se em Foucault não encontramos uma discussão específica e direta sobre a memória, ele apresenta, de toda maneira, subsídios para uma reflexão que a englobe. A partir, principalmente, dos conceitos por ele estabelecidos de *enunciado*, *formação discursiva* e *arquivo*, nossa atenção se volta para a descontinuidade, as transformações. Nesse aspecto,

suas reflexões são enormemente importantes para uma abordagem do conceito de *memória discursiva*. Vamos, então, assim como Courtine (2011a), pensar com Foucault.

Neste trabalho, em síntese, percorremos o ‘caminho’ (ou, um dos caminhos) de produção de memórias da ditadura militar brasileira, e de modo mais específico, de memórias da resistência àquele regime, que possibilita e constitui a emergência de novos regimes de discursividade e a consolidação de um ‘dizer a ditadura’, ainda que entre pontos de descontinuidade existam outros de continuidade. Esse processo de produção de memórias, como será possível notar ao final da leitura deste texto, põe luz na história, estabelece reflexões com o presente (e os restos da ditadura) e cria possibilidades de futuro, com o fortalecimento da democracia.

Partimos, agora, para o *primeiro capítulo* de nosso trabalho, no qual procuraremos apresentar a forma como a *memória* pode ser e é pensada no interior de campos como a *Filosofia*, a *História*, a *Sociologia*, a *Antropologia* e as *Ciências da Linguagem* para, enfim, inscrever nossa discussão especificamente no âmbito de uma análise discursiva. No *Capítulo 2*, ainda bastante teórico, lançaremos uma reflexão em torno do debate, tomado do contexto francês, sobre o *dever (necessidade) de memória* e o *abuso da memória*, para, com isso, pensar a produção memorial acerca da ditadura militar brasileira. No *terceiro capítulo*, iniciamos nossas análises com um olhar atento para os materiais produzidos naquele período e que são hoje retomados, observando a produção de sentidos, e suas movências, lá e aqui. Por fim, no *Capítulos 4* concluímos as análises com um olhar para materiais produzidos no presente, aqueles que compõem a segunda e a terceira frentes de nosso *corpus*. Para completar, num capítulo de fechamento, retomaremos as discussões apresentadas a fim de observar os rumos desse processo memorial que ora se desenvolve no Brasil, pensando, também, nas brechas para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1 – A MEMÓRIA E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS ENTRE AS CIÊNCIAS HUMANAS

A memória [...] é antes UMA ESPÉCIE DE CONSCIÊNCIA DE SI DA DISCIPLINA que para o historiador trataria de, num primeiro momento, reconhecê-la como tal e cuja eficácia lhe conviria avaliar da melhor forma possível. [...] trata-se antes de recuperar e descrever a diversidade das modalidades dos reempregos do passado (Chiss; Puech, 1994)^{iv}.

Nossa proposta neste capítulo é a de traçar um percurso a respeito da *Memória*, mais exatamente, de como ela foi/é pensada em diferentes disciplinas e por meio de diferentes abordagens. É importante sempre destacar que esse percurso se dará especialmente, e quase exclusivamente, na observação dessas concepções no interior das ciências humanas e, mais particularmente, das disciplinas ditas de interpretação. É por esse fato, portanto, que, além dos trabalhos desenvolvidos no interior das ciências da linguagem, sobretudo no campo da Análise do discurso, nos deteremos principalmente naqueles desenvolvidos acerca da memória no âmbito da História, da Sociologia, da Filosofia e da Antropologia Cultural, propondo um forte diálogo com os trabalhos de Jean-Jacques Courtine e, na sua esteira, de Michel Foucault. Nosso objetivo neste capítulo é, portanto, lançar uma reflexão sobre a memória nessas diferentes perspectivas, privilegiando a discussão daquilo que pode nos auxiliar em nosso campo de estudos.

Os estudos de Maurice Halbwachs sobre memória coletiva e social, realizados na primeira metade do século XX, são fundamentais para as abordagens sobre essa temática desenvolvidas nos diferentes campos das ciências humanas, sobretudo na história, mas que é base para uma reflexão discursiva do conceito. A respeito das lembranças e seu entrelaçamento com a memória, Halbwachs ([1925] 1994, p. 25) aponta:

[...] quando nos lembramos, nós partimos do presente, do sistema de ideias gerais que está sempre a nosso alcance, da linguagem e dos parâmetros de referência adotados pela sociedade, ou seja, de todos os meios de expressão que ela coloca a nossa disposição, e nós os combinamos de modo a encontrar seja tal detalhe, seja tal nuance das figuras ou dos acontecimentos passados, e, em geral, de nossos estados de consciência do passado. Mas essa

reconstrução nunca é apenas aproximada. Nós sentimos que existem elementos pessoais de nossas impressões antigas que não podemos evocar por tal método. Há um vazio na impressão que mede o defeito de adaptação da compreensão social às condições de nossa vida consciente pessoal do passado.^v

Uma reflexão sobre a memória coletiva e social é imensamente importante para pensar e repensar uma memória dos discursos, e, além disso, compreender o conjunto de enunciados que compõem a memória de um período e que inscrevem (e se inscrevem em) uma formação discursiva dada e na sua relação com aquelas FD que a circundam. Por esse motivo, partimos dessa reflexão e atravessamos diferentes campos de saber antes de chegarmos ao nosso domínio de estudos, a análise de discursos, que incluirá o elemento linguístico/semiológico (linguageiro, portanto, suporte de diferentes linguagens) à discussão.

E, por fim, para traçarmos uma transição entre as discussões que ora apresentamos sobre a memória e as reflexões que virão na sequência, sobre uma memória contemporânea da ditadura militar brasileira, traremos como último ponto de reflexão deste capítulo uma discussão sobre uma problemática fundamental para a Análise do discurso, qual seja a de “regimes de discursividade” estabelecendo uma relação com a noção de “regime de historicidade”, proposta pelo historiador François Hartog (2009; 2012) no intuito de abordar as crises de temporalidade, a ruptura e a descontinuidade, fatores também presentes em nossa abordagem propriamente discursiva, nessa semiologia que enfatiza a dimensão histórica dos discursos.

1.1 A(S) ARTE(S) DA MEMÓRIA E A FILOSOFIA

Desde a antiguidade grega, a memória (*Mnèmosunè*) ocupa um lugar central no pensamento filosófico. Ainda entre os gregos antigos, era possível distinguir quatro correntes no tratamento da memória como objeto de estudo e discussão filosófica, assim configuradas (CANDAU, 1996, p. 19-24): i) a primeira, representada essencialmente por Homero e Hesíodo, além do poeta Alcman, expõe a atividade do poeta voltada quase exclusivamente para o passado, provocando um esquecimento do presente, e cujos exercícios de recitação de listas longas de nomes visavam fixar e transmitir um repertório de conhecimentos que

permitia ao grupo colocar em ordem o mundo dos heróis e dos deuses além de decifrar seu passado; ii) para a segunda, marcada por documentos de diferentes origens (trabalhados por Píndaro, Ésquilo, a escola pitagórica etc.), a memória é a potência da qual dependem as almas após a morte, potência ligada aos avatares das encarnações sucessivas dos indivíduos – ela não apresenta mais, portanto, uma função cosmológica, mas sim escatológica, trata-se de uma evasão do tempo; iii) com Platão, a memória torna-se a faculdade própria do conhecer, o esforço de rememoração se confundindo com a busca do verdadeiro, é um instrumento de libertação em relação ao tempo – à diferença das duas correntes anteriores, a memória aparece como um novo meio de alcançar a perfeição da existência real que está fora do tempo humano; iv) na quarta corrente, com Aristóteles, a memória se deixa levar pelo tempo e, da mesma forma, força o homem a elaborar representações do tempo que passa, a memória, então, permite ao mesmo tempo a lembrança e a percepção temporal – essa corrente anuncia concepções consideradas modernas da memória.

Acompanhando essas escolas, e muitas vezes atreladas a elas, está aquilo que chamamos de *Arte de memória*. De Homero a Aristóteles, de Cícero a Santo Agostinho, passando, inclusive, por teóricos modernos como Frances A. Yates (cuja noção de *lugares de memória* Pierre Nora toma de empréstimo), que apresenta um profundo trabalho histórico desse “movimento”, cujas técnicas de memorização são trabalhadas no intuito de fortalecer a lembrança e organizar o discurso (YATES, 1984), as chamadas *Arte de memória* (*Ars memoriae*) surgem na antiguidade grega, com o poeta Simonide de Ceos, associadas à retórica e apresentam como objetivo maior, no que trata da Memória, garantir a disponibilidade material do texto para que seja pronunciado completamente de cor, mas não de forma literal.

Essa tradição, que seguiu entre os gregos e também entre os latinos, como aponta Weinrich (1994, p. 15), tomou forma entre os grandes mestres da retórica latina:

Quem foi, antes de tudo, ao mesmo tempo o mais ilustre dos clássicos nesse quesito e o menos conhecido, o autor anônimo de um livro de retórica endereçado a um certo Hérennius. Nesse “Auctor ad Herennium”, a idade média acreditava [...] ter encontrado o grande “Tullius”, ou seja, Cícero em pessoa. Esse, com efeito, tratou da memória do orador em seus livros *De inventione* e *De oratore*. O terceiro mestre da mnemotecnica antiga é Quintiliano, que fala detalhadamente desse objeto em sua grande obra *Institutio Oratoria*. Todas essas obras clássicas dão à Arte da memória um lugar na retórica, que segue à *Inventio*, à *Dispositio* e à *Elocutio*, e precede por outro lado a *Actio*, ou seja, a performance do discurso público.^{vi}

Ainda entre os mestres da eloquência grega e latina, havia uma disputa entre duas fixações: aquela que chamavam de *memoria verborum*, ou seja, uma memória da palavra, e uma *memoria rerum*, centrada na argumentação⁸. Nesse embate, quase sempre davam preferência à segunda, pela qual punham destaque numa “memória das coisas”, cuja sustentação argumentativa era mais eficaz, em detrimento de uma memória pelas palavras, que se sustentava quase na repetição de textos.

Por meio de um estudo epistemológico da memória desde o Iluminismo, Weinrich (1994, p. 21) afirma que ela, a memória, passa a ser tomada “como o Antigo Regime dos intelectuais, a Bastilha do espírito conservador e tradicionalista: aqueles que pensam fazem uso de sua razão crítica e não de sua memória”^{vii}. A centralidade no homem e na razão encaminha uma espécie de culto à criação e, com isso, à novidade; por isso mesmo, nesse aspecto, provoca uma ruptura com o passado e com os processos de memorização, que impedem a emergência do novo pelo realce na repetição. A memória, fenômeno próprio da tradição, é aqui empecilho para a formação do espírito crítico. Estabelece-se, então, uma ruptura com o culto da memória formado desde a antiguidade grega até o princípio da modernidade. A partir do Iluminismo, portanto, ela perde lugar para a razão crítica.

A memória volta a ter força como discussão teórica nos trabalhos de Freud e, sobretudo, Bergson no campo filosófico, mas mais especificamente no âmbito da história e das ciências sociais, com Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX. Bergson, entre o final do século XIX e início do XX, promoveu estudos na tentativa de de-subjetivar a noção de memória, desconstruindo os limites enquanto atributo exclusivo da consciência humana (CASEY, 1987): ele “rejeitou não só qualquer noção de memória que tivesse como base apenas a consciência, mas também as teses estabelecidas no campo da psicologia que reduziam a memória a reações mecânicas do sistema nervoso” (SANTOS, 2003, p. 21). No movimento que procurava trazer o passado para o presente, Bergson reuniu espírito e matéria, consciência e corpo físico. Na tradição de seus trabalhos, porém com uma reflexão crítica, Halbwachs pôs luz nessa matéria, na materialidade da memória incorporada por Bergson, e a estabeleceu como os fatos sociais, daí sua teoria da memória coletiva.

⁸ Mesmo no que diz respeito a cada uma dessas “memórias”, segundo Weinrich (1994), há uma discussão mais profunda. Para Montaigne, por exemplo, a *memoria rerum* visava a linguagem, especialmente a organização do discurso e o encadeamento dos argumentos no texto; enquanto para Rousseau, as coisas são aquelas da realidade, da ação, da natureza.

Após estudar com Bergson, Halbwachs associou-se a um grupo de intelectuais que se organizava em torno do sociólogo francês Émile Durkheim. Tal como defendido por este último, Halbwachs acreditou na anterioridade e na determinação das idéias sustentadas coletivamente sobre pensamentos e atitudes individuais. A memória foi pensada a partir dos laços sociais existentes entre indivíduos constituídos no presente (SANTOS, 2003, p. 21).

Já no final da década de 1970, a memória, principalmente na França, se torna, além de discussão teórica como conceito e noção, aspecto social, como ponto de debate da história nacional, com destaque para a ideia de *dever de memória*. São sobre esses aspectos que nos deteremos na seção seguinte, quando abordaremos o campo da história. E mesmo uma perspectiva foucaultiana, a princípio filosófica, mas que na prática é também histórica, de análise dos enunciados, de análise dos discursos, aponta para a historicidade da produção discursiva, das práticas discursivas, e revela que a emergência de um enunciado, seu aparecimento e sua repetição inscrevem um domínio de memória. Voltaremos a essa discussão um pouco mais adiante quando tratarmos da relação entre história e memória, mas mais especificamente quando nos voltarmos aos aspectos próprios da memória discursiva. No entanto, é preciso destacar que Michel Foucault, de uma perspectiva filosófica, instaura um método de análise histórico importante para a compreensão dos saberes: “*A Arqueologia do saber* (1969) marca uma ruptura [...] ao introduzir ao mesmo tempo as técnicas de uma disciplina e os conflitos sociais no exame de uma estrutura epistemológica, aquela da história (e não é por acaso)”^{viii} (DE CERTEAU, [1974] 2011, p. 22). Seu trabalho filosófico, portanto, abre espaço para a construção de um método de análise histórico, e, para nós, abre caminho para uma reflexão a respeito de uma análise de discursos. É, então, essa abordagem que se inscreve no campo da história – articulada fundamentalmente com os trabalhos de Michel Foucault – que está na base dos estudos discursivos sobre a memória, da qual trataremos na sequência e, também, mais adiante, ainda neste capítulo.

1.2 HISTÓRIA E/VS MEMÓRIA (E SEUS LUGARES)

Tendo se tornado objeto de especial atenção a partir da década de 1980, a relação história/memória começou a ser problematizada de forma intensa, procurando ora distinguir

os conceitos e os campos, ora associá-los e inseri-los na mesma discussão/abordagem. Essas “novas” preocupações tomam como base trabalhos desenvolvidos desde a primeira metade do século XX, em especial aqueles de Maurice Halbwachs (1994; 2006), que trata da memória coletiva e de seus quadros sociais – a memória opera em diferentes quadros sociais, como a família, a escola, a comunidade religiosa, a classe social, a região, a nação etc. Pensá-la nessa perspectiva de quadro é tomá-la não como um conteúdo, mas sim como um conjunto de estratégias, de disputas que se justificam muito mais pelo que se faz da memória que por ela mesma (NORA, 1997a). Esta perspectiva, de início, é para nós importante na medida em que consideraremos a produção de uma memória (e a emergência dos discursos que a sustentam) constituída numa relação de poder, num jogo de forças que “autoriza” ou “desautoriza” sua constituição. É também por esse motivo que pensaremos a memória não em oposição ao esquecimento, mas a ele intrincado, uma vez que ela o engloba.

Halbwachs (2006), ao retomar de maneira crítica, na primeira metade do século XX, os trabalhos sobre a memória individual de caráter psicologizante de Bergson, propõe seu estudo numa perspectiva coletiva, observada a partir de contextos sociais: a memória, que pertence a uma tradição, está atrelada aos grupos; dessa forma, ela não pode ser pensada como única, *a* memória, mas de maneira múltipla, *uma* memória que se diferencia de um grupo para outro, de uma tradição a outra; ainda, ela está marcada por um pensamento contínuo, uma vez que retém do passado aquilo que está vivo na consciência do grupo, misturando-se com o presente – não há uma separação marcada entre passado e presente. Para esse autor, uma memória individual só pode existir na medida em que esse indivíduo pertence a um grupo e é seu produto: “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30). A memória de um indivíduo é, então, uma combinação da(s) memória(s) de diferentes grupos dos quais ele participa ou sofre influência.

Nesse sentido, Halbwachs explicita também uma diferença entre memória e história. A memória se diferencia da história na medida em que essa última começa onde termina a tradição e está inscrita fora dos grupos; além disso, a história procura demarcar muito bem o passado do presente e pretende ser única. A memória, portanto, está em constante movimento e construção enquanto a história, observada de um ponto para análise, pretende-se estática.

Ao retomar, então, as discussões já iniciadas por Halbwachs, que mostra na crítica a trabalhos anteriores que a memória é social e coletiva, Vernant aponta que a memória social é feita de estratos, de coberturas, de oposições:

A memória social é também a maneira em que pelos jornais, pelas narrativas, pelo cinema, pelos escritores, os poetas, todo esse passado é representado de uma certa maneira, seguindo estratégias, seguindo políticas que são diversas. E, particularmente, nessa memória social, existe aquilo que chamamos de comemoração. O fato de que as autoridades oficiais, ou os grupos particulares, escolham certos dias, certos lugares [...] exprime uma escolha. E essa escolha, bem entendido, é uma discriminação. Não se escolhe ao acaso, e elas não são neutras. Elas guardam certas coisas, elas eliminam outras. Existe então nessa memória social todo um trabalho de reconstrução, até mesmo de fabricação do passado (VERNANT, 1995, p. 342-343)^{ix}.

No que mostra Vernant (1995), a memória, além de uma construção, está claramente em relação, de força, com o esquecimento. Para se produzir uma memória é preciso, antes de tudo, esquecer. A produção da memória, sem dúvida, se dá por seleção; essa é uma das críticas, por exemplo, que se pôs aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, quando afirmam que se dá apenas sobre os crimes cometidos pelo regime, “esquecendo” aqueles possivelmente cometidos pelos grupos de resistência à ditadura. Construção da história, produção da memória, que passam, efetivamente, por processos de monumentalização, emergência de lugares de memória, produção de sentidos, discurso – ou seja, por todo um processo de seleção. A produção da memória passa pelo filtro daquilo que possibilita os dizeres, a produção discursiva. São regimes de discursividade, como veremos, que apontam para aquilo que “deve ser esquecido” para que a memória “seja produzida”.

Social, a memória é, portanto, também uma prática discursiva, que se inscreve num jogo de (micro)poderes, que abarca dispositivos que validam sua constituição, que lhe dão um estatuto de verdade, que lhe realçam os efeitos de sentido. No trabalho do historiador, “escreve-se a História para chegar, por um lado, a encontrar os fatos tal como eles se deram, e, por outro lado, para compreender qual foi a regra do jogo, como as coisas foram estabelecidas”^x (VERNANT, 1995, p. 345). Nosso papel, como analista de discursos, por sua vez, é o de compreender os sentidos que se produzem na emergência de tal ou tal material do e sobre o período, de avaliar seu estatuto de verdade, não buscar a verdade, mas compreender como tal discurso abarcou um estatuto de verídico, e para que isso seja possível, é preciso também olhar para aquilo que o historiador diz sobre o período.

Retomando, então, as discussões que iniciamos sobre a memória vista pelos historiadores, é preciso observar o que é por eles pensado como “história” e como “memória”.

De início, na relação nada tranquila entre “história” e “memória”, Candau (1996) afirma que pode haver história sem memorização, mas que ambas não podem e não devem se confundir, sendo que a história tem como objetivo a exatidão da representação (a busca da verdade de que fala Vernant) enquanto a memória tem como pretensão um caráter apenas de verossimilhança.

Se a história visa a esclarecer da melhor maneira possível o passado, a memória busca antes instaurá-lo, instauração imanente à memorização em ato. A história procura revelar as formas do passado, a memória as modela, um pouco como o faz a tradição. A primeira tem a preocupação de organizar, a segunda é atravessada pela desordem da paixão, das emoções e dos afetos. A história pode vir a legitimar, mas a memória é fundadora. Lá onde a história se esforça para colocar o passado à distância, a memória procura se fundir a ele (CANDAUI, 1996, p. 56-57)^{xi}.

A memória de que trata os historiadores, então, é também uma construção, mas antes uma construção que se permite modificar, que se transforma, uma vez que os historiadores têm as técnicas de intervenção e escrita da memória, e da história (VERNANT, 1995). A história como (re)organização do passado é universal, enquanto que a memória, embora social, apresenta e representa uma coletividade, um grupo, inscreve uma individualidade, daí, como veremos mais adiante, reclama seu aspecto cultural. “A ‘memória’ remete às formas da presença do passado que não fazem parte da história (entendida como ‘saber-fazer’, métodos e exigências do trabalho do historiador)”^{xii} (LAVABRE, 2007, p. 5).

Nora, portanto, explicita mais pontualmente essa diferença entre “história” e “memória” e aproxima seus trabalhos daqueles já desenvolvidos por Maurice Halbwachs:

Memória, história: longe de serem sinônimos, nós tomamos consciência de que tudo as opõe. A memória é a vida, sempre tomada pelos grupos vivos e, por isso, ela é uma evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de revitalizações repentinas. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido ao presente eterno; a história, uma representação do passado. Uma vez que ela é afetiva e mágica, a memória acomoda-se apenas a detalhes que a confortam; ela se nutre de lembranças difusas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, imagens, censuras ou projeções. A história, uma vez que é operação intelectual e laicizante, reclama análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história nivela, ela é sempre

prosaica. A memória surda de um grupo que ela modela, o que quer dizer, como o fez Halbwachs, que existe a mesma quantidade de memória e de grupos; que ela é, por natureza, múltipla e multiplicada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que dá a ela uma vocação ao universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A história se anexa apenas a continuidades temporais, a evoluções e a relações com as coisas. A memória é absoluta e a história conhece apenas o relativo (NORA, 1997a, p. 24-25)^{xiii}.

A construção da história vem, sem dúvida, acompanhada de uma crítica da memória. Enquanto representação da verdade, aportando traços verídicos do passado, a história “tem a obrigação” de suspeitar sempre das produções de memória: “Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria os museus, as medalhas e os monumentos, ou seja, o arsenal necessário a seu próprio trabalho, mas esvaziando-os naquilo que, a nossos olhos, se faz lugares de memória”^{xiv} (NORA, 1997a, p. 25). Nesse sentido, principalmente em trabalhos desenvolvidos na Europa a partir da década de 1980, quando a memória ganha destaque na historiografia, quando se estabelece uma consciência historiográfica – as discussões sobre a história nacional saem do campo unicamente teórico/acadêmico e se expandem para o político, o midiático, o escolar etc. –, a história se constitui como tradição coletiva e, mesmo, como um meio de memória. Trata-se do início de uma “história da história” (NORA, 1997a), em que uma “história-memória” é traduzida por uma “história-crítica”.

[...] interrogando-se sobre os meios materiais e conceituais, sobre os procedimentos de sua própria produção e as transmissões sociais de sua difusão, sobre sua própria constituição em tradição, é toda a história que entrou na sua era historiográfica, consumando sua desidentificação com a memória. Uma memória que se tornou objeto de uma história possível (NORA, 1997a, p. 26)^{xv}.

Nesse momento de transformações no pensamento historiográfico especificamente francês é que se encontra uma problematização a respeito dos *lugares de memória*. Ali, dois movimentos davam lugar a essas discussões: i) um puramente historiográfico, autorreflexivo; ii) outro propriamente histórico, com o fim de uma tradição de memória. Tratam-se, então, de lugares que são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. Esses lugares de memória trazem consigo uma sensação de que a memória não é, e nem pode ser, criada espontaneamente. São, sobretudo, a constituição de arquivos, as comemorações com festas de aniversário, a construção de museus e memoriais específicos, os elogios fúnebres etc. Trata-

se, especialmente, de uma memória arquivística, que lança seu olhar sobre os traços mais precisos, sobre os vestígios, os registros, o mais visível das imagens. Uma memória que cada vez mais necessita de suportes exteriores.

Os lugares de memória são antes os restos. A forma extrema em que subsiste uma consciência comemorativa em uma história que a reclama, uma vez que ela a ignora. É a desritualização do nosso mundo que faz aparecer a noção. Ela secreta, traça, estabelece, constrói, decreta, sustenta pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente conduzida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, com isso, o novo sobre o antigo, o jovem sobre o velho, o futuro sobre o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os objetivos testemunhais de uma outra era, as ilusões de eternidades. De onde o aspecto nostálgico desses projetos de piedade, patéticos e glaciais. São rituais de uma sociedade sem rituais; sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares em uma sociedade que organiza os particularismos; diferenciações de fato em uma sociedade que tende a conhecer apenas indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1997a, p. 28-29)^{xvi}.

A necessidade de memória é antes, segundo Nora, uma necessidade de história. Isso indica claramente uma luta identitária atrelada à construção da história. As discussões propostas, dessa forma, por Nora acerca da relação história/memória e, mais especificamente, dos lugares de memória nos são importantes especialmente se considerarmos uma tentativa de monumentalização da memória da ditadura no Brasil a partir de trabalhos como os da Comissão Nacional da Verdade, da divulgação de documentos oficiais do regime e, principalmente, do tombamento de prédios históricos do período e da construção de espaços e centros de memória em grandes centros urbanos. Esses lugares de memória, antes de serem a própria lembrança, são o espaço onde a memória trabalha, não a tradição, mas seu próprio laboratório (NORA, 1997b).

1.3 A SOCIOLOGIA E A ANTROPOLOGIA DA MEMÓRIA

A inscrição numa *semiologia histórica*, reivindicada neste e em outros de nossos trabalhos (cf. SÁ, 2011; SÁ; SARGENTINI, 2012), é parte e resultado de uma aproximação com as discussões antropológicas sobre o corpo e a cultura, que toma o sujeito sócio-

historicamente constituído, evidencia a dimensão histórica do discurso, seu caráter semiológico (diversas linguagens), bem como dá maior atenção à materialidade, ao suporte/médium de inscrição/transmissão dos discursos, aos aspectos histórico-culturais próprios das produções discursivas.

Nossa aproximação, necessária, aos trabalhos desenvolvidos nos campos da Sociologia e, principalmente e mais especificamente, da Antropologia se dá em duas frentes, ambas imensamente importantes para nosso trabalho: i) compreender a memória como um aspecto discursivo e, por isso, na sua relação com o sujeito e a sociedade, que traz consigo a história e a linguagem; ii) refletir sobre o aspecto cultural na produção da memória e, até mesmo, na construção da história em diferentes sociedades. Esse último ponto é destacado por Joël Candau por meio de um questionamento: “Como a noção de cultura, os conceitos de memória e de identidade são fundamentais para qualquer pessoa que tiver algum interesse no campo das ciências humanas e sociais?” (1998, p. 1)^{xvii}. Nesse sentido, destacamos que *memória e identidade* estão indissolúvelmente ligadas – o aspecto antropológico, desse modo, nos parece fundamental para a compreensão do objeto discursivo.

Propomo-nos, então, a pensar, não só os fatores históricos e linguageiros que contribuem para a emergência discursiva, mas também a emergência “de um enunciado e não de outro em seu lugar”, retomando Foucault ([1969] 2007). Além disso, buscamos observar de que modo o fator cultural está inscrito no fator discursivo, como parte própria da dimensão histórica do discurso. Assim, é importante, também, compreender o trabalho desenvolvido pela Antropologia:

Essa disciplina se interessa pelo homem cuja especificidade é ser um animal social e cultural. A consideração – e a sério – dessa especificidade implica que a antropologia se encarrega de elucidar tão rigorosamente quanto possível as modalidades de acesso do homem a seu estatuto de ser social e cultural. O desafio se resume em determinar como, a partir de uma forma individual – *um ser humano* – que é um dado imediato do *cogito* mas também de toda experiência intersubjetiva, passamos às formas coletivas cuja existência e essência são problemáticas e que demandam sempre serem certificadas. Enquanto o psicólogo e o sociólogo se encarregam um de elucidar a natureza e o comportamento dos indivíduos, e outro dos grupos e sociedades, o antropólogo trabalha essencialmente na articulação dessas duas abordagens. Observador emboscado no ponto de passagem entre o indivíduo e o grupo, ele se esforça em compreender, a partir de dados empíricos, como os indivíduos são capazes de *compartilhar* práticas, representações, crenças, lembranças, em um só sentido, produzindo, assim, na sociedade considerada, aquilo que chamamos de cultura (CANDAU, 1998, p. 3)^{xviii}.

Courtine (2011b), ao traçar uma releitura de seu próprio conceito de *memória discursiva*, abarca uma dimensão antropológica do discurso, inscrevendo a emergência da noção de *intericonicidade* atrelada à consideração importante do médium. Se, com isso, observamos o corpo como discurso e, ao mesmo tempo, suporte material de inscrição dos discursos, ele é claramente tomado por meio de fatores antropológicos/históricos. Se a memória é antes uma reconstrução constantemente atualizada do passado, ao invés de sua simples reprodução⁹ (CANDAU, 1998), tomá-la discursivamente requer considerar as possibilidades de emergência dos discursos que a compõem, e, para tanto, devem ser destacados, sempre, a historicidade (que conduz um aspecto cultural), a língua, os meios (médium e suporte) e a materialidade. São esses fatores que nos parecem essenciais para a compreensão da produção de uma memória da ditadura brasileira, e é também por isso que consideramos necessária uma reflexão sobre a memória como um conceito.

Nesse sentido, a discussão sobre a(s) memória(s) da ditadura militar brasileira exige a compreensão da história, da cultura e da sociedade brasileira.

[...] as modalidades da faculdade da memória são resolvidas, elas variam de acordo com as sociedades e mesmo segundo grupos e indivíduos nos quadros de restrições globais próprias da espécie [...]. Por consequência, uma vez que a regra se manifesta no lugar acordado à memória pelas diferentes sociedades ou ainda nas expressões concretas, particulares e observáveis dessa faculdade, estamos nesse caso na altura da cultura: é então sobre esse domínio específico que vai se interessar antes de tudo a antropologia (CANDAU, 1996, p. 7)^{xix}.

Questão social (e política), agir sobre a memória, e sobre sua produção (dever, necessidade?), nos faz questionar o lugar da política e a relação com o passado estabelecida pelas sociedades democráticas. Mas seu papel é, antes, pensar o passado no presente. Essa é a especificidade da memória em relação à história: enquanto a última, em sua visada mais tradicional, busca uma verdade (o verdadeiro) do passado, a primeira permite retornar ao passado para refletir sobre (e construir) o presente – daqui nasce nosso questionamento e

⁹ É sabido que é impossível o ‘resgate do passado’, uma vez que ele está lá e não mais retorna. Além disso, nem mesmo a sua reprodução é possível, apenas sua reconstrução, implicando reatualizações do passado e a produção de novos e diferentes sentidos. Contudo, interessante é observar que o enunciado ‘resgate do passado’ está bastante presente em nossa sociedade e que práticas sócio-históricas legitimam esse discurso. Quando adentrarmos as análises de nosso *corpus*, que dão conta em certa medida da produção de memória(s) da ditadura militar brasileira, voltaremos a essa problemática e à discussão dessas práticas legitimadores.

nossa problematização sobre a construção da história da ditadura militar brasileira (especialmente com o aporte da mídia) durante o período de abertura política e de redemocratização do Brasil e sobre a produção da memória contemporânea desse período.

A pretensão de agir sobre a memória nos remete a uma interrogação sobre o lugar do político e sobre a relação com o passado nas democracias pluralistas. Ela convida a se perguntar como agir no presente, restabelecer a confiança, assegurar a paz civil ou a reconciliação quando se sabe que o passado e seu cortejo de dramas, de mortos e de injustiças pesam sobre o presente. Entretanto, da mesma maneira que a batalha contra o esquecimento pode ser somente entregue quando o passado ainda não é esquecido, o projeto de agir sobre a memória, de combater seus abusos, especialmente para assegurar a resolução dos conflitos, é apenas formulado em situações em que o passado não é passado. Por meio dos termos “abuso da memória” e “dever de memória”, a questão da memória em democracia se encontra posta (GENSBURGER; LAVABRE, 2005, p. 77)^{xx}.

É desse modo que nos propomos, principalmente no *segundo capítulo* deste trabalho, quando discutiremos os conceitos de *dever de memória* e *abuso da memória*, ver a possibilidade de também pensar a produção da memória da ditadura no Brasil, e se comparada a alguns países da América do Sul, entre um *dever / necessidade de memória* e um *abuso da memória / necessidade de esquecimento*, por meio de nossa perspectiva discursiva, que aparecerá com as análises. É preciso, desse modo, destacar que a especificidade de uma análise propriamente discursiva frente a um material simbólico/sociológico/histórico está no fato de problematizar o método documental. Nesse sentido, deve-se¹⁰: i) descrever esse material antes mesmo de tratá-lo e interpretá-lo; ii) estabelecer essa descrição a partir dos agenciamentos internos próprios do material analisado; iii) recusar uma “linguagem que seja de conteúdo” ou uma abordagem que seja temática. Frente a esse tipo de material, portanto, a análise, para nós, deve ser discursiva no contraponto de uma análise que se construa sobre o conteúdo.

Essas discussões a respeito das perspectivas sociológica e antropológica de trabalho nos são claramente importantes por dois fatores, retomando e ampliando aquilo que já destacamos no início da seção: i) tomar a memória como um objeto de análise discursiva; ii) refletir sobre a própria noção de memória levando em consideração as dimensões linguística,

¹⁰ Aqui retomamos alguns pontos já abordados por Michel Pêcheux, mas de maneira mais específica em texto de 1982, em coautoria com Bernard Conein, intitulado « L'Analyse du Discours face aux matériaux sociologiques », ao qual tivemos acesso durante nossa pesquisa no Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (IMEC), em Caen.

histórica e antropológica. São discussões que estão, como veremos na sequência, quando tratamos da memória em discurso, na base de trabalhos atuais em Análise do discurso, sobretudo aqueles que reivindicam uma herança de Michel Foucault e corroboram as reflexões ainda desenvolvidas por Jean-Jacques Courtine no seio de uma semiologia histórica.

1.4 LINGUAGEM, DISCURSO E MEMÓRIA

Em trabalhos desenvolvidos em nível de mestrado (cf. SÁ, 2011; SÁ; SARGENTINI, 2012) já procuramos discutir, possivelmente não de maneira tão abrangente, a emergência dos processos de memorização e, sobretudo, as relações que se estabelecem entre memória e escrita. É interessante, então, e antes de tudo, acrescentar que a permanência, e por consequência a memória, é, ao lado da bidimensionalidade, uma originalidade da tecnologia gráfica, que não é somente a escrita mas que a conjuga – e é por isso também importante mencionar que o grafismo não nasce com a escritura, mas antes dela, como, por exemplo, as pinturas parietais. A escritura, portanto, segundo Aurox¹¹, é uma tecnologia definida por meio de três aspectos: i) seu modo de existência é o dos objetos técnicos (existência objetiva, finalidade local, história bastante longa, contingência); ii) toda escritura começou por representar a fala; iii) existe uma relação marcada entre a memória, a escrita, o oral.

A questão da memória, desse modo, está presente em variados campos das ciências da linguagem. Para nós, analistas de discursos, ela aparece na própria constituição histórica dos discursos e tem papel fundamental na produção de sentidos. Por outro lado, outros campos a observam na sua relação com a língua/linguagem, na maneira como se entrecruzam, nas possíveis formas de que uma pode interferir na constituição da outra. A memória, como objeto da linguística, é, sem dúvida, um aspecto ainda problemático.

A questão da memória é difícil de ser tratada em linguística, pois ela não se deixa definir nem circunscrever por um de seus pares antonímicos tão práticos em ciências humanas e sociais, como memória/história, sobre o qual se apoiam separadamente historiadores e filósofos. Com efeito, na língua e no discurso, finalmente, tudo não seria memória? Memória lexical do

¹¹ De acordo com notas de sua conferência de abertura realizada durante o Colóquio da Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage / Histoire des Théories Linguistiques (SHESL/HTL), realizado em 2012 e intitulado « Écriture(s) et représentations du langage et des langues ».

"tesouro" da língua tratada e estocada no fio do tempo, memória semântica de todo sujeito falante, memória-competência das estruturas sintáticas [...], memória imediata dos encadeamentos textuais assegurando a coerência do discurso, memória pragmática dos conhecimentos úteis ao funcionamento da interação ("memória discursiva" segundo A. Berrendonner), memória mais longínqua, social e ideológica, das repetições e reformulações de discursos anteriores ("memória discursiva" introduzida em análise do discurso por J.-J. Courtine, em 1981). Descrever a memória em termos linguísticos seria, então, quase, no limite, descrever o uso da própria língua pela produção de discursos historicizados (PAVEAU, 2006, p. 85-86)^{xxi}.

Passando pelos processos mentais de produção da linguagem, a língua como fato social, como o estoque a que o sujeito tem acesso, aos processos histórico-sociais da produção discursiva, a lembrança e a memória são fatores primordiais no estudo da linguagem. Procuraremos, então, observar esses processos e essas relações, a memória funcionando na produção/formação da língua/linguagem, nas relações sociais e entre sujeitos, nos processos históricos. A partir de nosso campo de estudos, a Análise do discurso, refletiremos sobre o conceito de *memória discursiva* e às noções que estão a ele associadas.

1.4.1 A memória no âmbito da Análise do discurso: interdiscurso, memória discursiva e intericonicidade

O conceito de memória discursiva, como nos mostra Paveau, Pradeau e Zoberman (2011, p. 13), é definido em meio a dois contextos particularmente distintos¹² e entre os quais tomaremos partido de um, aquele formulado, como sempre destacamos, na esteira dos trabalhos desenvolvidos por Michel Pêcheux e, mais especificamente no que tange ao conceito formulado por Jean-Jacques Courtine.

É preciso, entretanto, destacar que existem dois conceitos de memória discursiva em Análise do discurso. [...] aquele que foi proposto em 1981 por J. -J. Courtine, no contexto de análise do discurso marxista-freudiano engajado em torno de M. Pêcheux, principalmente a partir do conceito de interdiscurso. Em outro contexto, aquele de uma análise do discurso mais estreitamente harrisiana, que se dá sobre o intradiscurso, ou seja, que limita

¹² O primeiro, formulado por Courtine na esteira das discussões de Pêcheux, inscreve uma perspectiva propriamente discursiva – portanto, entrelaçando história e linguagem –, enquanto o segundo, por Berrendonner, a partir dos trabalhos de Harris, traça uma perspectiva psicologizante.

os contextos à materialidade dos enunciados, o pragmaticista A. Berrendonner desenvolve nos anos 1990 uma "outra" noção de memória discursiva, definida como uma competência psicocognitiva que permite ao receptor interpretar os enunciados em relação a três memórias: imediata, à média duração e à curta duração.^{xxii}

Por meio de seu modelo distribucional, já praticado pela linguística descritiva, Harris¹³ instaura uma análise de discurso cujo modelo formal permite analisar os enunciados levando em conta relações transfrásticas existentes nos textos. Ponto de partida para uma teoria da análise do discurso, especialmente aquela desenvolvida já na década de 1960 por Jean Dubois, seu método não apresenta uma reflexão sobre o sentido, nem mesmo sobre a significação e o tecido sócio-histórico presente nas produções discursivas, embora seu avanço se dê na medida em que consegue se livrar de uma análise conteudista. É possível, então, pensar antes numa relação de intertextualidade por meio desse modelo que em uma teoria propriamente de memória discursiva. É nessa perspectiva estritamente linguística, como apontam Paveau, Pradeau e Zoberman (2011), que surge a noção de memória discursiva desenvolvida por Alain Berrendonner, sobre a qual não nos estenderemos.

A noção de memória discursiva estabelecida por Courtine ([1981] 2009) no seu trabalho sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, a partir da noção de "domínio de memória" desenvolvida por Foucault, foi constantemente relida e retrabalhada, já na década de 1990, incorporando novos aspectos, como nos trabalhos sobre uma "memória interdiscursiva" desenvolvidos por Sophie Moirand e Alain Lecomte, e sobre uma memória discursiva cognitiva pensada por Marie-Anne Paveau (cf. PAVEAU; PRADEAU; ZOBERTMAN, 2011).

De acordo com Foucault ([1969] 2007), todo enunciado tem em si um campo de memória, ele apresenta uma série de formulações distintas e dispersas que forma no seu conjunto um domínio de memória. É essa rede de formulações que abarca um domínio de memória que dá lugar ao que Foucault chama de *formação discursiva*. É interessante, então, notar que, em Foucault, uma noção de memória (e uma reflexão sobre a memória) não está no cerne de suas discussões, não é central, mas ela está presente para pensar conceitos fundamentais como *enunciado*, *discurso* e *formação discursiva*.

¹³ Em 1952, Harris publica um texto cujo título é "Análise do discurso". Cf. HARRIS, Z. Discourse Analysis. *Language*, n. 28, 1952.

Na sequência desta seção, apresentaremos os desenvolvimentos do conceito de *memória discursiva* na análise do discurso, objetivando compreender os desenvolvimentos desta noção no âmbito das ciências humanas e sociais ditas interpretativas, e principalmente no interior da Linguística e da Análise do discurso.

1.4.1.1 O interdiscurso e o pré-construído

A Análise do discurso ancorada nos trabalhos de Michel Pêcheux surge na França no final dos anos 1960, como sabemos, como um campo de estudos teórico-analítico inter ou multidisciplinar¹⁴. A preocupação de Pêcheux com a história, neste primeiro momento, já é clara, dada a própria composição do objeto discursivo, linguístico-histórico-social. Nessa primeira aproximação, até mesmo quando toma de Foucault o conceito de *formação discursiva*, sua leitura é baseada no materialismo histórico, a partir dos trabalhos de Louis Althusser. Somente na terceira fase de seus trabalhos (cf. PÊCHEUX, [1983] 1997), já no início da década de 1980, é que Pêcheux ([1981] 2009a; [1983] 2008) estabelece mais fortemente uma aproximação com os estudos da história, numa leitura de Fernand Braudel e da Nova História que possibilita a compreensão e a incorporação das diferentes temporalidades.

A historicidade do discurso já está presente em Pêcheux ([1975] 2009b, p. 149) quando propõe “chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas”. Pelo viés do materialismo histórico, o interdiscurso é estabelecido, então, como um complexo com dominante do qual as FD dependem; trata-se de uma objetividade material contraditória que “reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009b, p. 149). Vê-se, nessa elaboração, já na segunda fase de seus trabalhos, que o interdiscurso está atrelado às formações ideológicas às quais as formações discursivas estão submetidas.

¹⁴ Madidier e Guilhaumou (1994) afirmam que a AD, em sua formação, apresentava um recuo aos recursos da linguística estrutural e se identificava com uma prática de leitura que se espalhou por diversas disciplinas das ciências humanas, especialmente a história, a ponto de se confundir, muitas vezes, com uma análise de conteúdo.

A noção de pré-construído, por outro lado, é elaborada por Michel Pêcheux e Paul Henry: “o pré-construído designa as formas sintáticas de encadeamento gramatical que retomam certos fragmentos, tomados de discursos anteriores de cujos quais esquecemos o enunciador”^{xxiii} (MALDIDIER, GUILHAUMOU, 1994, p. 111). Trata-se, seguindo Courtine e Marandin, de:

[o pré-construído é] [...] produzido pela AD, objeto construído e recuperável, ligado à presença no intradiscurso de uma sequência discursiva de uma formulação saturada ou de um encadeamento sintático; reenviando ao fato de que ‘isso fala antes, alhures e independentemente’ do sujeito que enuncia e ao efeito de evidência no qual o sujeito enunciador descobre os objetos de que se apropria na formulação. Então, uma condição de possibilidade do enunciável (1981, p. 21)^{xxiv}.

Numa relação de encadeamento sintático existe a possibilidade de que emerja um discursos que explicita formações discursivas em princípio distintas, muitas vezes marcadas pelo pré-construído, pela presença no intradiscurso de algo dito antes, em outro lugar. É a esse aspecto que Pêcheux (2009b) chama de “discurso transversal”, que articula o pré-construído no fio do discurso: o “‘discurso transversal’ remete àquilo que, classicamente, é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa” (p. 153).

O interdiscurso, por sua vez, é repensado por Courtine (1986, 2009), que revela as condições de formação históricas para a emergência dos enunciados, ou seja, os elementos de saber próprios para a constituição dos enunciados que compõem determinada FD e que podem dialogar, refutar, englobar outras FD – trata-se claramente da contradição própria desses processos históricos. “O interdiscurso de uma formação discursiva pode ser assim tomado como *aquilo que regula o deslocamento de suas fronteiras*”^{xxv} (COURTINE; MARANDIN, 1981, p. 25). O interdiscurso, então, aparece como um processo incessante pelo qual uma FD se configura e se reconfigura, seus limites e seus deslocamentos; como uma determinação externa a uma FD. Dessa forma, o conceito de interdiscurso é deslocado para ser pensado na heterogeneidade, e é a partir dele que Courtine ([1981] 2009) estabeleceria a ideia de *memória discursiva* – Courtine explicita a aproximação com os trabalhos de Foucault e, numa articulação com o conceito de formação discursiva, que buscava destacar a especificidade das relações histórico-linguístico-sociais entre os discursos, propõe o conceito de *memória discursiva*, à qual voltaremos mais adiante.

Por fim, a própria ideia de trajeto temático, da qual tratamos exaustivamente em nosso trabalho de mestrado (cf. SÁ, 2011), está atrelada a essa discussão. Ela se inscreve, pelo viés daquilo que é comumente chamado de análise do discurso do lado da história, numa passagem da segunda para a terceira épocas da AD, entre o fim dos anos 1970 e o início da década seguinte, quando também já está consolidada a noção de interdiscurso. Por meio de um trajeto temático é que se estabelece que o acontecimento pode ser categorizado pela descrição de argumentos:

Com a descrição de um trajeto temático, somos imersos em múltiplas redes de enunciados, articulados cronologicamente em torno de atos configurantes. O trabalho configuracional, tão decisivo para o historiador do discurso, coloca em evidência os recursos interpretativos inéditos pela mobilização de elementos linguageiros de uma grande diversidade: atos de linguagem, designantes sócio-políticos, normas político-linguísticas explícitas, noções-conceitos, noções-práticas etc. (GUILHAUMOU, 1996, p. 108)^{xxvi}.

O trajeto temático cria a possibilidade de obter um trajeto de memória do discurso. Estabelecido na repetibilidade, em que palavras, enunciados ou noções se repetem num trajeto de leitura, configura-se uma rede de sentidos que conjuga discursos e define formações discursivas. O enunciado, no caso, é historicamente atestado e produz sentidos na relação que estabelece com outros enunciados nesse trajeto de leitura em torno de um “mesmo tema”. Tem-se, então, os sentidos sendo produzidos nessa rede de memória. É interessante ainda destacar que essa proposta de leitura do *corpus* toma como base e dá importância ao *arquivo*, discutido por Foucault em sua *Arqueologia do saber* (1969), já antecipando a incorporação de conceitos do filósofo em uma teoria do discurso.

Contemplando toda essa discussão, relendo a noção de *formação discursiva* de Foucault a Pêcheux, atualizando o conceito de *interdiscurso*, Courtine propõe uma releitura crítica da proposta arqueológica foucaultiana e traz de suas proposições aspectos importantes para o campo da Análise do discurso. Também lançando olhar sobre o *enunciado* por meio das categorias designadas por Foucault, entre elas a de campo associativo (ou campo de memória), e articulando-o aos conceitos mencionados, é que Courtine (2009) estabelece a ideia de *memória discursiva*, sobre a qual discorreremos a seguir.

1.4.1.2 Das formações discursivas à necessidade da memória discursiva: Courtine relê a arqueologia foucaultiana

Traçar uma análise discursiva não deve se limitar, como mostra Courtine (1991), à caracterização de diversos tipos de textos a diferentes níveis de funcionamento linguístico. É preciso observar como se entrecruzam historicamente os regimes de práticas e as séries de enunciados. É, dessa forma, preciso articular história e discurso, como já propunha Michel Foucault em sua *Arqueologia do saber*, de 1969, uma vez que os discursos constituem uma grande parte, a maior delas, dos materiais da história e são eles a base de constituição de todo arquivo, que reitera o âmbito de uma memória.

Nós devemos a Michel Foucault, em *A arqueologia do saber* (1969), uma abordagem inovadora do enunciado atestado na leitura dos arquivos, e por isso mesmo diferente da frase historiográfica constitutiva do metadiscorso do historiador.

No *enunciado de arquivo* misturam-se de maneira indissociável elementos descritivos e dados reflexivos. Descrever o itinerário de um sujeito, a organização de um tema, a formação de um conceito, um dispositivo acontecimental a partir de configurações de enunciados atestados no arquivo, é se dar conta, também, de sua dimensão interpretativa. A descrição de um *enunciado atestado* permite aceder imediatamente, sem passar pelo já-dito da tradição historiográfica, à compreensão do *sentido produzido*. Desse modo, o arquivo não é um simples material no qual colocamos os referentes, ele participa de um *gesto de leitura* em que se atualizam configurações significantes, dispositivos significativos. Sabemos bem que o arquivo de uma época não é jamais descritível em sua totalidade, que ele se dá a ler por fragmentos, temas, acontecimentos, objetos e mesmo conceitos (GUILHAUMOU, 1996, p. 105-106)^{xxvii}.

Quando pensamos em memória do discurso, como aponta Courtine (1994), não nos referimos e nem nos reportamos àquela da psicolinguística, da neurociência ou das ciências cognitivas; a memória que nos interessa é a memória social, coletiva, na sua relação com a linguagem e a história. Aqui, a retomada dos trabalhos de Maurice Halbwachs (1994; 2006), que pensa a linguagem como uma via de acesso à análise dos quadros sociais da memória, mostra o contexto teórico em que a preocupação discursiva sobre a memória se inscreve; é o mesmo em que Pierre Nora (1997a; 1997b) estabelece seus *lugares de memória* e que faz emergir as discussões sobre uma necessidade e um dever de memória.

Ao reler Foucault, Courtine (1986; 2009) observa que a noção de *enunciado* apresenta certas propriedades, entre as quais a de domínio associado, que compreende todas as formulações às quais o enunciado se refere, de maneira implícita ou não, para repeti-las, refutá-las, modificá-las, atestá-las etc. Essa série de formulações que compõe o enunciado, ou melhor, em que o enunciado está inserido, inscreve também o limite de uma *formação discursiva*. Essa “relação memorial” marca, portanto, a heterogeneidade que se estabelece para as FD, uma vez que ora atua num campo de validação ora na contradição, para refutar, contradizer. Com isso, Courtine coloca a FD na relação entre língua e história, na ordem do discurso, dissociando, com isso, um nível da formulação (o intradiscurso) e outro do enunciado (o interdiscurso).

Distinguir as condições de produção de uma formulação e as condições de formação do enunciado, devolver sua memória às FD fazendo corresponder a toda formulação um *domínio de memória* a partir do qual poderão ser extraídas as formulações com as quais ela formará uma série; devolver um papel central à contradição na instância do interdiscurso: três tarefas primordiais para a análise do discurso (COURTINE, 1986, p. 105)^{xxviii}.

Courtine introduz, então, a noção de *memória discursiva* em Análise do discurso, que surge subjacente à análise da formação discursiva, conforme Foucault: toda formulação possui no seu domínio associado outras formulações que repete, refuta, transforma, nega, isto é, essa formulação produz um efeito de memória específico. É relendo Foucault, especificamente *A Arqueologia do saber*, refletindo sobre os conceitos de *enunciado* e *formação discursiva*, que Courtine ultrapassa a questão das *condições de produção*, reelabora a ideia de *formação discursiva* em AD (estabelece definitivamente a heterogeneidade) e cria a noção de *memória discursiva*.

É na linguagem que se produz a memória. Reler Halbwachs, reler Foucault: “a linguagem é o tecido da memória, isto é, sua modalidade de existência histórica essencial [...]” (COURTINE, 2006a, p. 10).

Reler Foucault então, tendo antes mostrado como a reinterpretação do conceito de FD em análise do discurso, por meio das noções de “condições de produção do discurso”, “enunciado”, “enunciação”, conduz a seu remodelamento sobre uma problemática na qual o discurso, no sentido que estabelecemos aqui, está ausente; e avançar naquilo que encontramos na *Arqueologia...*, elementos capazes de superar algumas das dificuldades

ligadas à identificação empírica e à definição teórica das FD (COURTINE, 1986, p. 98)^{xxix}.

Uma vez que se considera que toda formulação estabelece relações com outras que com ela coexistem, insere-se no campo da AD a problemática da temporalidade (da multiplicidade de tempos)¹⁵ para as FD e é estabelecido de forma explícita o diálogo com os *Annales* de Braudel e a Nova História. A memória discursiva concerne, dessa forma e de acordo com Courtine (1986), à existência histórica do enunciado no interior das práticas discursivas: “os objetos que chamamos de ‘enunciados’, na formação dos quais se constitui o saber próprio a uma FD, existem no *tempo longo de uma memória*, enquanto que as formulações são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*”^{xxx} (COURTINE, 1986, p. 107). O efeito de memória é, portanto, estabelecido na relação entre o intradiscurso e o interdiscurso. Há, com isso, duas formas de relação entre memória e discurso no interior de uma FD: a *repetição* (o interdiscurso atravessado pelas contradições de um processo histórico pelo qual se formam os enunciados) e a *comemoração* e as *formas pedagógicas do passado* (a relação do presente com o passado [e às vezes com o futuro] que estabelece o laço entre a formulação e um domínio de memória).

Por fim, ainda na esteira dos trabalhos arqueológicos de Foucault, a noção de memória discursiva aparece também atrelada à ideia de *arquivo*: “Toda FD ligada ao funcionamento de um aparelho conhece um *sistema de conservação de ‘arquivo’* [...] um sistema documental que gere o acesso, permitindo que uma formulação ressurgja, que uma posição determinada seja reencontrada, mas também que tal outra seja apagada, condenada...”^{xxxi} (COURTINE, 1986, p. 108). Tal sistema de conservação dos enunciados forma um sistema de difusão que regula a circulação das formulações no interior de uma FD.

Como se pôde observar, a noção de *memória discursiva* aparece na Análise do discurso a partir de uma reapropriação do conceito de interdiscurso estabelecido por Pêcheux e articulado, por Courtine, às noções de *enunciado*, *arquivo* e *formação discursiva* de Foucault que fazem pensar num campo de memória. No entanto, no decorrer do desenvolvimento desse campo teórico, a partir, sobretudo, dos anos 1990, o próprio conceito foi retomado, relido e reformulado, observado em diferentes perspectivas, como a que liga a

¹⁵ A problemática dos regimes de historicidade a qual damos atenção mais adiante é parte, portanto, da reflexão que estabelecemos neste trabalho, ao repensar a *memória discursiva*.

processos de rememoração e de cognição¹⁶; de esquecimento e silenciamento; e, também, observado a partir da preocupação com novas materialidades languageiras. Essas novas visadas e o constante movimento implicado pelo conceito são importantes uma vez que não apagam seu processo fundador do conceito, mas principalmente porque possibilitam um novo olhar sobre o *corpus* discursivo.

Em nosso trabalho, destacamos a importância de, quando tratamos de memória em discurso, andar sempre com Courtine, que, ao retomar os trabalhos de Pêcheux e incorporar reflexões de Foucault, nos leva, inevitavelmente, a problematizar também esse diálogo e essa relação, que não são simples.¹⁷ Apesar de considerarmos a importância dos demais trabalhos desenvolvidos atualmente em perspectivas diferentes no campo discursivo – como aqueles que apontamos de Moirand e Paveau –, salientamos nossa necessidade de articular frequentemente língua/linguagem e história, e hoje ainda, um aspecto antropológico que contempla as diferentes materialidades discursivas. Por isso, então, nessa sequência que discute estudos sobre a memória, observaremos sua expansão naquilo que já chamamos de semiologia histórica e que traz consigo a noção de *intericonicidade*.

¹⁶ Os estudos atuais em Análise do discurso na França apresentam uma aproximação mais clara com os estudos linguísticos, se comparados à perspectiva desenvolvida de Pêcheux a Courtine. Se não há efetivamente um apagamento da história, a relação com a língua é mais forte. Na esteira das reflexões sobre “memória” em discurso, desde as noções de *interdiscurso* pensada por Michel Pêcheux e de *memória discursiva* proposta por Jean-Jacques Courtine, Sophie Moirand, em trabalhos desenvolvidos na década de 1990 e nos anos 2000 acerca do discurso midiático sobre as ciências, desenvolve o conceito de *memória interdiscursiva*, implicando transformações no conceito de memória discursiva e também na mobilização do *corpus*. Trazendo fortemente os estudos de Mikhail Bakhtin sobre gênero e dialogia, Moirand concebe um conceito de memória que é eminentemente dialógica (cf. MOIRAND, 2004). Moirand, então, retoma o conceito de Courtine reintegrando uma espécie de consciência do sujeito por meio de uma leitura também do dialogismo da teoria bakhtiniana: “A noção de ‘memória interdiscursiva’ que propõe S. Moirand, articulando a epistemologia do que concerne ao dialogismo bakhtiniano pelo qual não existe mais língua que pelo inconsciente, reintegra uma parte de consciência do sujeito em suas peregrinações discursivo-memoriais. Há, segundo ela, memória interdiscursiva quando os discursos falam nas palavras de outros discursos, como mostram os trabalhos sobre o discurso midiático à propósito dos negócios da vaca louca ou do discurso transgênico [...] ou fazem surgir outros acontecimentos, que se tornam de alguma maneira quadros de expressão [...]” (PAVEAU; PRADEAU; ZOBEMAN, 2011, p. 14). Por outro lado, Marie-Anne Paveau estabelece uma *memória cognitivo-discursiva* inscrita em uma perspectiva da cognição social, que elabora os sentidos e os constrói, quase sempre a partir de operações de categorização (PAVEAU, 2006; 2007). Por meio dessa noção, Paveau pensa uma concepção dinâmica que faz da memória um operador pré-discursivo e discursivo. Desse modo, a memória apresenta também uma operação reconstrutiva, que é a categorização: “o trabalho da memória engendra, com efeito, situações discursivas parecidas que permitem essa extensibilidade semântica das palavras e das fórmulas, aplicável a novas situações pelo único fato de que elas foram aplicadas a situações antigas” (PAVEAU, 2006, p. 106).

¹⁷ Sobre uma história da emergência da noção de discurso na França e dos “diálogos e duelos” entre Pêcheux e Foucault na constituição de uma teoria do discurso, ver: Courtine (2011a – especialmente seu primeiro capítulo), Gregolin (2004) e Puech (2014).

1.4.1.3 Uma semiologia histórica e a intericonicidade: o corpo como discurso e como suporte para o discurso – quando (re)pensar com Foucault significa valorizar a memória

A Análise do discurso na França, a partir dos anos de 1980, de acordo com Guilhaumou (2010), deve muito a Foucault e à sua maneira de estudar, à sua maneira arqueológica/genealógica e à configuração histórica dos conceitos, que permitem afinar as relações entre os campos. Foucault propõe, mais que uma teoria do discurso, uma história dos discursos. Para ele, os objetos são construídos, produzidos a partir de sua relação com certa vontade de verdade, e mais, com a história: “*isso que é feito*, o objeto, se explica pelo que *se faz dele* em cada momento da história” (VEYNE, 1982, p. 155). Filósofo, Foucault é também historiador, e talvez mesmo um modelo de historiador – o historiador acabado, como afirma Veyne (1996).

A crítica à origem e a marcação da descontinuidade são pontos essenciais nessa discussão. Como vimos, a proposição de uma *memória discursiva*, que estabelece relação intrínseca com os conceitos de *interdiscurso* e *formação discursiva*, passa pela explicitação das diferentes temporalidades, e isso se deve também ao diálogo com a teoria foucaultiana. Ao ler a Nova História, Foucault põe acento nessas diferentes temporalidades que contribuem para pensar as rupturas (ou a transformação, como prefere trabalhar), as descontinuidades e a longa duração.

Havia duas noções – das quais uma vinha de Fabvre e de Block, e outra essencialmente de Braudel – que o interessavam e o inquietavam ao mesmo tempo. Era a noção de “longa duração” e a de “história global” ou de “história total”. A noção de “longa duração” o interessava – ele disse –, mas essencialmente porque ela permitia, justamente, perceber melhor as descontinuidades, as rupturas, o folhear das diversas durações temporais (LE GOFF, 2003, p. 205).

Em um momento posterior à apresentação de sua tese de 1981 sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, Courtine se afasta também cada vez mais das propostas marxistas que marcaram grande parte dos estudos em Análise do discurso durante as décadas de 1960 e 1970, e se aproxima ainda mais das propostas foucaultianas inscritas, especialmente, em sua *Arqueologia do saber*. Seu trabalho, com Haroche, já no final dos anos de 1980, sobretudo a partir de *A história do rosto*, se volta mais para uma história dos

discursos (como propõe Foucault), observando os sentidos que se produzem nessa história que não é linear e que, portanto, sofre transformações com a ordem do discurso – uma ordem dependente dos saberes e dos regimes de verdade próprios de cada momento histórico.

Nesse contexto é que nascem as primeiras ideias de uma semiologia histórica¹⁸. Naquele seu trabalho ao lado de Haroche, Courtine põe ênfase total na história: “Ela permitia distanciar-me do que tinha sido minha perspectiva até então – tratava-se dessa vez de história, de história antes de tudo – sem romper totalmente com ela: conservei o termo ‘semiologia’, e com ele a problemática do signo”^{xxxii} (COURTINE, 2011a, p. 29).

Para traçar, por exemplo, uma história do rosto, observando, entre os séculos XVI e XVIII, a história da emergência da expressão e também do controle da expressão, Courtine e Haroche ([1988] 1994) acrescentaram, direta ou indiretamente, novos aspectos à análise: a observação das diferentes temporalidades e dos regimes de discursividade (a essa discussão daremos ênfase mais adiante neste capítulo), a consideração da multiplicidade de linguagens (não só o verbal que produz sentidos, mas também o rosto, as expressões, o corpo), a atenção ao homem (seu corpo que fala e que é suporte). Nesse sentido, as ferramentas de análise clássicas da AD intensificavam seu poder heurístico, incorporando novos aspectos, ampliando o diálogo com a história, voltando a Barthes para superar o verbal, trazendo, além disso, a antropologia para discutir o corpo, o suporte e o aspecto cultural. E caminhando sempre com Foucault. O projeto de análise é repensado constantemente conforme as dificuldades e necessidades impostas pelo objeto discursivo (COURTINE, [1992] 2006c). Sem sair da Análise do discurso, estabelecia-se uma semiologia histórica.

[...] a semiologia histórica não é, com efeito, uma disciplina, mas somente uma perspectiva de análise, uma abordagem que congrega princípios e procedimentos da análise do discurso, particularmente sensível às contribuições de Foucault, da história cultural, da antropologia histórica e da semiologia. [...] Assim, a semiologia histórica pode contribuir com a AD ao fazer com que nos tornemos ainda mais atentos, i) às singularidades de cada sistema semiótico e às conjunções e disjunções que se estabelecem entre eles na configuração semiológica dos discursos; ii) à condição antropológica da linguagem e de suas vias de manifestação, aos condicionamentos da cultura sobre o dizer e às apropriações singulares dos discursos pelos sujeitos; iii) às práticas, valores e representações dos objetos culturais mediante os quais o discurso circula socialmente; e iv) às diferentes temporalidades da história

¹⁸ Piovezani (2009, p. 22) mostra que a expressão *semiologia histórica* apareceu pela primeira vez nos trabalhos de Jean-Jacques Courtine no ano de 1985, quando escreveu dois artigos: “Language, Political Discourse and Ideology” ([1987] 2006b) e “L’homme dévisagé. Sémiologie et Anthropologie Historique de la physiologie et de l’expression du XVIIème au XIXème siècle” ([1985] 1986) (este escrito com Claudine Haroche).

que incidem de diferentes modos na constituição e na formulação das discursividades (SARGENTINI; CURCINO; PIOVEZANI, 2011, p. 7-8).

A relação que se estabelece com a Antropologia, então, se dá na medida, de acordo com Courtine, em que a análise de discursos não deve se restringir a caracterizar um *corpus* aos diferentes níveis do funcionamento linguístico. Deve-se, antes de tudo, “pensar e descrever a maneira em que se entrecruzam – na materialidade do arquivo bem como no suporte ‘psíquico’ das memórias individuais e coletivas – regimes de práticas, séries de enunciados, redes de imagens”^{xxxiii} (2011a, p. 29).

Nessa perspectiva de seus estudos, num trabalho sobre a *história do corpo*, é que Courtine (2008a; 2008b; 2011a) propõe a ideia de uma memória do icônico, uma vez que o trabalho com um objeto discursivo meramente verbal já estava superado – a partir mesmo de sua percepção da espetacularização e das transformações, inicialmente, do discurso político –, criando a necessidade de se debruçar sobre as diferentes linguagens e as distintas materialidades, o que requeria uma reelaboração tanto de conceitos como o de *interdiscurso* e da própria *memória discursiva*. É dessa forma que se propõe a noção de *intericonicidade*.

O que eu quis fazer, ao introduzir a noção de intericonicidade, foi inicialmente destacar o caráter discursivo da iconicidade: eu pensei que, antes que um modelo da língua, era um modelo do discurso que precisaria se referir à imagem. Mas ao discurso, no sentido de Foucault, ou seja, no sentido em que o discurso pode ser tanto um fragmento de imagem quanto uma explosão de linguagem. Parecia-me que as pesquisas que eu havia desenvolvido nessa perspectiva sobre a noção de memória discursiva eram capazes de prestar alguns serviços ao mesmo tempo conceituais e metodológicos no campo da análise das imagens. [...] a ideia de memória discursiva implica que não há discursos que não sejam interpretáveis sem referência a uma tal memória, que há “sempre-já” do discurso, segundo a fórmula que nós empregaríamos então para designar o interdiscurso. Eu diria a mesma coisa da imagem: toda imagem se inscreve numa cultura visual, e essa cultura visual supõe a existência no indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens em que toda imagem tem um eco. Há “sempre-já” da imagem. Essa memória das imagens pode ser uma memória das imagens externas, percebidas, mas pode ser também a memória das imagens internas, sugeridas, ‘acordadas’ pela percepção exterior de uma imagem (COURTINE, 2011a, p. 39)^{xxxiv}.

Com o conceito de *intericonicidade* fica clara a emergência de uma memória do icônico, uma vez que toda imagem se inscreve numa cultura visual que supõe, para o indivíduo, também a existência de uma memória visual. Aqui, é interessante observar que o

sujeito tem papel fundamental numa memória do icônico, uma vez que ele se porta como produtor, suporte e intérprete dessa cultura imagética. Daí a importância da dimensão antropológica para pensar o discurso e a memória. A memória se constitui, também, na relação entre os indivíduos, relações que são sociais, históricas e culturais. E atualmente, talvez mais que sempre, o corpo é sem dúvida marca dessa cultura – discurso e suporte para o discurso.

O trabalho de Foucault é, ainda, essencial nessa relação que se estabelece entre a dimensão histórica e antropológica das imagens, e que nos faz refletir fortemente sobre as produções discursivas contemporâneas. E isso se dá, como já bem destacamos anteriormente, pela noção de domínio de memória.

Existem assim em Foucault dois elementos que me parecem essenciais na ligação da dimensão antropológica e histórica das imagens: são a noção de “domínio de memória”, condição de possibilidade dos saberes; e aquela, de novo, de “dispositivo”, que pode clarear os poderes inéditos que se supõem nos processos tecnológicos de produção e de disseminação das imagens [...] (COURTINE, 2011a, p. 146)^{xxxv}.

Inscrever-se, então, nessa *semiologia histórica*, é-nos importante para a compreensão da produção de uma memória contemporânea da ditadura militar brasileira, uma vez que ela se constitui na produção de materiais dispersos e disformes, que conjugam uma multiplicidade de linguagens e de saberes, uma variedade descontínua de registros e de arquivos. Mais que no âmbito verbal, seu bombardeio é imagético, é vocal, é múltiplo. É preciso, portanto, compreender sua emergência nesse jogo histórico e cultural, e, também, nessa relação semiológica/discursiva. Essa nossa forma de observação orientará especificamente a análise de nosso *corpus*.

Compreender então a memória contemporânea da ditadura militar brasileira requer um olhar atento sobre a produção discursiva atual e, por isso, pensamos ser necessário estabelecer uma relação entre as noções de *regime de discursividade*, oriunda do trabalho arqueológico de Michel Foucault, e *regime de historicidade*, proposta por François Hartog no âmbito da história. Com isso, pensamos ser possível estabelecer pontos de emergência e de transformações que fazem emergir um regime discursivo memorial, que viabilizam a constituição de nosso *corpus* e fundamentam nossas análises.

1.5 REGIME DE HISTORICIDADE, REGIME DE DISCURSIVIDADE

Observar um aspecto temporal e até mesmo espacial que nos possibilite compreender as produções discursivas, a emergência de certos enunciados em determinado momento histórico, por meio de “regimes de historicidade” (HARTOG, 2009; [2003] 2012) permite-nos estabelecer um certo distanciamento que, paradoxalmente, nos aproxima de certo modo do objeto de análise. Pensar um regime de historicidade propicia agregar passado, presente e futuro, mas, privilegiando um deles – e é, de fato, essa relação que contribui para nossas análises, e mais, para a compreensão da produção, no presente, da memória (para Hartog, a memória é compreendida como o presente do passado) de um período importante da história do Brasil. Nesse aspecto, relacionar o conceito de “regime de historicidade” ao de “regime de discursividade” (FOUCAULT, [1971] 2004; [1969] 2007) nos parece profícuo e bastante pertinente na medida em que nos propomos também a refletir sobre a passagem, a transformação de uma “construção da história”, no momento mesmo em que os fatos também se constroem, para uma “produção da memória”, num distanciamento relativamente próximo do passado. Um regime de historicidade nada mais é, segundo Hartog (2012, p. 147), que “a expressão de uma ordem dominante do tempo. Saído de diferentes regimes de temporalidade [ideia que vem dos trabalhos de Fernand Braudel], é, por fim, uma maneira de traduzir e ordenar experiências do tempo – de maneira a articular passado, presente e futuro – e de lhes dar sentido”^{xxxxvi}. Um regime de historicidade, é preciso dizer, se instala lentamente e dura (ou pode durar) muito tempo – é por isso que poderemos ver, se indicarmos um regime de historicidade referente às práticas ditatoriais e de repressão do regime militar, que ele não dura e tem início apenas com a ditadura militar em 1964, mas seus traços já aparecem muito antes, ao menos com a tentativa de impedimento do governo de João Goulart logo após a renúncia de Jânio Quadros, e podem ainda permanecer, com as práticas repressivas ainda dominantes.

Um fator importante que justifica nossa opção pela tomada da noção de “regime de historicidade” – e sua articulação com a de “regime de discursividade” – é o fato de que ela, também, contempla, e até mesmo põe em evidência, a descontinuidade. Do mesmo modo que as ideias advindas dos trabalhos e das análises discursivas/historiográficas propostas por Michel Foucault – a partir dos quais se sustentam nossos trabalhos desenvolvidos em Análise do discurso, procurando sempre aprofundar a historicidade inerente às produções discursivas,

a ruptura com um pensamento e com análises que privilegiem a continuidade e a linearidade temporal –, a noção de “regime de historicidade” nos coloca antes na ruptura, que possibilita também a transformação¹⁹, mas sem estabelecer, com isso, relação de causa e efeito.

Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se mostra como uma ferramenta heurística, ajudando a apreender melhor, não o tempo, todos os tempos ou o todo do tempo, mas principalmente os momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vierem, justamente, a perder de sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro. [...] Essa será também uma forma de lançar uma luz sobre os múltiplos debates, aqui e lá, sobre a memória e a história, a memória contra a história, sobre o jamais suficiente e o já demais do patrimônio (HARTOG, 2012, p. 38)^{xxxvii}.

Nos trabalhos históricos que rompem, no século XX, com a História tradicional, a novidade está, sobretudo, na colocação do problema da periodização: “cada periodização recorta na história um certo nível de acontecimentos e, opostamente, cada estrato de acontecimentos exige sua própria periodização” (FOUCAULT, 2013, p. 65). É, portanto, com isso que se cria uma necessária metodologia da descontinuidade, que permite destacar transformações na ordem histórica. Foucault (1979) ainda acrescenta que uma história que se quer ‘efetiva’ se distinguirá daquela dos historiadores, tradicionais, por não se prender a nenhuma constância, a nada que é fixo: “a história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser” (p. 27).

Ao verificar uma ordem para a produção discursiva, Foucault (2004) nota também que um “regime de discursividade” passa por um processo de seleção e controle (dos saberes, dos dizeres etc.), por uma relação de poder e de produção de verdades, além de um processo que instaura a/na descontinuidade (o discurso como práticas discursivas que se cruzam e se justapõem, se ignoram ou se excluem): “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 8-9). Nesse sentido, quatro noções são importantes para a análise da produção discursiva e, portanto, para verificar a constituição de um “regime de discursividade”: o acontecimento, a série, a regularidade e a condição de

¹⁹ É importante destacar que essa não é uma discussão nova; já nos anos 1920 havia uma preocupação com a descontinuidade e as rupturas em detrimento da continuidade e do progresso, principalmente na Alemanha, com Walter Benjamin, Franz Rosenzweig e Gershom Sholen (HARTOG, 2012), mas também na França, com historiadores dos *Annales*.

possibilidade; que se opõem respectivamente, ainda segundo Foucault, a noções caras à história tradicional: a criação, a unidade, a originalidade e a significação.

[...] a história não considera um elemento sem definir a série da qual ele faz parte, sem especificar o modo de análise da qual está dependente, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem. Certamente a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por meio de um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o "lugar" do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição (FOUCAULT, 2004, p. 55-56).

Os trabalhos desenvolvidos por Foucault, a nosso ver, são centrais para os estudos que procuram observar a produção discursiva, sua emergência, relacionando prática e historicidade. Aqui, a importância é ressaltada uma vez que, mais que tratar de ruptura, buscamos compreender as transformações na ordem histórica/discursiva que possibilitaram a passagem de uma ordem da (construção da) história para uma ordem da (produção da) memória; e nesse ponto, articular ambas as noções, de regime de discursividade e de regime de historicidade, nos parece pertinente e de extrema importância para a compreensão de determinado aspecto da história do Brasil.

Ainda durante o período de ditadura militar no Brasil, já no processo de distensão do regime ditatorial e de abertura política pós-lei de anistia, observava-se, por meio de um certo *boom* dos romances memorialistas e de uma certa narrativa midiática, a construção de uma história do período, ainda em curso (cf. SÁ, 2011). Esse processo de construção histórica de um momento ainda não acabado se configura numa tentativa de história do tempo presente que, segundo René Rémond (1993, p. 33), trata-se de “um bom medicamento contra a racionalização *a posteriori*, contra as ilusões de ótica que podem ocasionar a distância e o afastamento”^{xxxviii}. A noção de “regime de historicidade” deve, dessa forma, ajudar a clarear essa questão do tempo presente; ela, de acordo com Hartog (2012, p. 29), “deve poder fornecer um instrumento para comparar os tipos de história diferentes, mas também e mesmo de início [...] para dar luz aos modos de referência ao tempo: formas de experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de estar no tempo”^{xxxix}. O autor ainda acrescenta que “com o

regime de historicidade tocamos assim uma das condições de possibilidade da produção de histórias: de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, certos tipos de história são possíveis e outros não²⁰ (HARTOG, 2012, p. 39). Bem como a emergência de discursos é possibilitada por condições que são, sobretudo, históricas e linguageiras, há também condições, que articulam passado, presente e futuro, para a emergência de determinados tipos de história.

Se considerarmos que o processo de abertura política coincide, no Brasil, com o início de um processo de espetacularização do discurso político e da política pela mídia (cf. SÁ, 2011), e que naquele momento ela ainda se fortalecia e crescia como meio também de produção da (ou de uma) história, é possível inferir um processo de historização do período de ditadura militar mas que ainda não é comemoração (cf. RICŒUR, 2000), e, portanto, também não se produz como memória. Se comparamos aquele momento ao atual, já no século XXI, em que a espetacularização está consolidada e a mídia assume-se como produtora da história²⁰, aquele que ‘escreve a história’, notamos que o caso da ditadura no Brasil nos coloca numa ruptura entre história e memória/comemoração. A irrupção material de diferentes formas de discursos, no próprio proveito da(s) linguagem(s), reverbera momentos e espaços de memória contraditoriamente calcados e distanciados na/da história. Da construção da história à produção da memória, tanto a emergência de enunciados que se constituem discursos quanto a apropriação de diferentes *médiums* (no sentido estabelecido por Belting (2011): meio de “produção discursiva” essencialmente histórico) explicitam a ruptura que justapõe dois regimes de discursividade e abre espaço mesmo para a reflexão sobre dois distintos regimes de historicidade. Nossa análise linguístico-histórico-discursiva nos permite, por meio de um olhar para a própria materialidade discursiva, observar os processos de formação de uma memória que se produz da ditadura militar brasileira, entre o dizer e o não dizer, entre o estrondo e o silêncio.

Para aprofundar e amparar a discussão que se estabelece no âmbito histórico-filosófico, conforme Hartog (2009; 2012) e Foucault (2004; 2007) (também com outras discussões que já estabelecemos em outros trabalhos), nos remetemos mais uma vez a Courtine (2011a; 2011b), que na releitura de Foucault, também na inscrição de um método antropológico que nos coloca naquela *semiologia histórica*, nos leva a repensar uma análise

²⁰ Pensemos, por exemplo, no 11 de setembro americano ou na invasão/ocupação do Iraque, cujas câmeras nos mostram a história no próprio momento em que ela ocorre e cuja historicização é já comemoração; no momento mesmo em que o acontecimento se produz, ele já é visto (e “transmitido”) como histórico, como já passado.

discursiva que realça o histórico e a multiplicidade de linguagens e não nos deixa afastar de uma discussão sobre a materialidade discursiva e sobre a temporalidade do objeto.

Nota-se, então, que, na possibilidade de definir determinados regimes de discursividade, é também possível observar a constituição de diferentes formações discursivas, que dialogam entre si ou que se contrapõem, mas que são possibilitadas pela inscrição numa ordem dos discursos – para nós, e que é de suma importância, de uma ordem da construção da história para uma produção da memória –, ocasionada pela emergência de tal ou tal regime de discursividade; e que sua transformação faz irromper uma nova ordem caracterizada por novos regimes de discursividade.

Uma tal formação discursiva não se encontra jamais em estado natural na superfície dos textos, ela não se confunde com um gênero do discurso que uma classificação de época teria preestabelecido, ela não é mais a expressão de um século, ou de um período, muito menos de um autor. Sua configuração de conjunto, a duração de seu deslocamento no tempo, as unidades que a compõem e que são também traços que ela deposita no fio dos textos e das imagens, tudo isso deve ser construído. Então, e então somente, nos encontramos verdadeiramente no domínio do discurso, na sua arqueologia (COURTINE, 2011a, p. 23)^{xli}.

Os discursos, como propõe Foucault e reitera Courtine, devem ser entendidos no interior daquilo que o primeiro nomeia de dispositivo, “ou seja, um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de falas e de textos, o dito e o não dito” (COURTINE, 2011a, p. 25)^{xlii}. Uma crise nos dispositivos possibilita, e até mesmo gera, a emergência de novos regimes de historicidade. É importante destacar que a ruptura num regime de historicidade para a emergência de outro é ocasionada por uma crise na ordem do tempo. Do mesmo modo, a transformação que leva à passagem de um regime de discursividade a outro é provocada por uma crise nos regimes de verdade sustentados por certos dispositivos. Na emergência de uma nova ordem do discurso, percebe-se, sempre, a emergência de um acontecimento que inscreve a descontinuidade, a construção de uma nova série discursiva, que abre espaço para o aparecimento de uma regularidade enunciativa e dá condição de possibilidade a emergência e (re)inscrição de novos saberes.

Um olhar sobre o conceito de formação discursiva, nessa reordenação da teoria que toma o discurso como um objeto eminentemente histórico e semiológico, nos permite, portanto, uma análise de cada regime de discursividade, associado, sempre, ao âmbito histórico/temporal.

Analisar os discursos numa tal perspectiva é, com efeito, tentar reconstruir, além das palavras, o regime de olhares e a economia dos gestos próprios aos dispositivos [...]. O termo discurso então não deve ser aqui uma fonte de ambiguidade ou de confusão: o problema é apenas secundariamente linguístico, e o material linguageiro nada mais é que um dos traços concretos da existência de um dispositivo bem mais vasto e complexo que Foucault nomeava então “formação discursiva”, e nada além que uma das vias de acesso possíveis à reconstrução delas. [...] O saber é desse modo uma combinação do visível e do enunciável próprio a cada estrato histórico: combinação de duas formas heterogêneas, diferentes de natureza [...], que, entretanto, se pressupõem reciprocamente e se insinuam “uma na outra” num “prodigioso entrecruzamento”. O discurso, prossegue Paul Veyne, “são óculos através dos quais, a cada época, os homens perceberam cada coisa, pensaram e agiram”. *Percepção, pensamento e agir...* As formações discursivas se situam ao mesmo tempo na própria materialidade linguística dos enunciados que elas atravessam, e além dela, na extrema disseminação de suas formas de existência empírica (COURTINE, 2011a, p. 53-54)^{xliii}.

A produção de memória(s) da ditadura militar brasileira na contemporaneidade parece ser, portanto, resultado desse jogo que conjuga linguagem, temporalidade, espaço: discurso, história. Na articulação entre as noções de “regime de discursividade” e “regime de historicidade”, parece ser possível observar aspectos que resultaram na passagem de uma construção da história do período à produção de memórias na contemporaneidade.

O Brasil apresenta atualmente condições para um “dizer a ditadura”, que emerge por meio de práticas e acontecimentos discursivos. Importante, então, é compreender essas condições que levam à emergência desses dizeres, que inscrevem nova(s) ordem(s) do discurso por meio desse ‘movimento memorialista’, que promovem novos confrontos sustentados, *grosso modo*, quase sempre entre aqueles que querem lembrar e aqueles que querem esquecer. A necessidade de retomar o passado – sobretudo quando este sofre um processo de silenciamento – é reivindicada particularmente por aqueles que guardam cicatrizes jamais apagadas, contudo a prática memorial, muitas vezes, cria novos limites para o debate político-social: a necessidade de lembrança e de produção de uma memória do período é um dever político ou a cura das feridas pela lembrança e pela consolidação da memória resulta num abuso da história? Essa é uma discussão importante nesse processo que precisa ser debatido para a compreensão das práticas de memória contemporâneas.

CAPÍTULO 2 – A MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE A NECESSIDADE E O ABUSO

[...] não se pode falar em retorno às condições perdidas na história, mas que somente nos é possível nos entrever em meio às luzes do presente o escuro que lhe é inerente, uma origem que não está fora da história, mas que garante um olhar não saudosista para o passado e um mirar para o futuro sem esperanças outras que não a própria capacidade de repensar o presente (SCRAMIM; HONESKO, 2009, p. 21-22).

Há na Europa, em especial na França, uma preocupação constante pela reconstituição e produção de uma memória coletiva acerca de fatos históricos marcantes, principalmente da Segunda Guerra Mundial – para os franceses, aquilo que chamam de *memória da Shoah*. Desde a década de 1970, e com maior força a partir da segunda metade da década de 1990, quando o tema ganha força na mídia e na esfera política, discute-se constantemente a respeito de um *dever (necessidade) de memória* que atrai, quase sempre, seu contraponto (ou seu par dicotômico, porque nem sempre seu contrário), um *abuso da memória*, acompanhado de uma necessidade de esquecimento. Neste capítulo, procuraremos observar a pertinência dessa discussão para uma reflexão sobre a memória contemporânea da ditadura militar brasileira, uma vez que vemos emergir uma quantidade incessante de material sobre o (ou que retorna do) período e o aumento do debate acerca da produção de sua memória, que instaura, conseqüentemente, diferentes posições, entre o poder, dever, querer, entre a lembrança e o esquecimento, por exemplo: é preciso lembrar para fazer justiça; é preciso lembrar para não acontecer novamente; é preciso lembrar, mas não se vingar; é preciso esquecer para continuar; é preciso esquecer para não reviver/produzir conflitos; é preciso esquecer, mas apenas depois de se fazer justiça. Ao recontextualizar o debate, procuraremos, então, tecer comentários e análises sobre um dever de memória (e/ou abuso da memória) da ditadura no Brasil (e, talvez, nem um nem outro).

As discussões em torno da memória estenderam-se e ultrapassaram as barreiras da Europa, impulsionadas, sobretudo, pela recuperação e fortalecimento de uma história dos árduos períodos políticos, seja na América do Sul ou na África, por exemplo. Tem-se, então, como nos mostra Lavabre (2007, p. 3), um processo de internacionalização da memória: “Por

extensão [...], a questão da memória (e ainda o vocabulário que está a ela associado) é hoje fortemente internacionalizada, ao preço, talvez, de alguns mal-entendidos”.^{xliv} Os mal-entendidos se dão pela “simples” (porque sem uma devida complexificação) transposição, de um contexto a outro, da Europa a outros espaços, sem uma nova e precisa problematização. Essa internacionalização da memória tem a ver, portanto, e principalmente, com experiências políticas consideradas fascistas, como, na América Latina, as ditaduras militares da segunda metade do século XX; além disso, essa circulação da memória e do vocabulário que a circunda, das discussões que a permeiam, dessa experiência memorial/memorialista, recebe o título de “Justa”, que abre caminho para a instituição, por exemplo, de Comissões da Verdade e de Reconciliação, e muitas vezes, também, para a criação de comissões de julgamento e punição a integrantes desses regimes. Ainda que se trate de uma internacionalização da memória – e também dela enquanto objeto teórico/discursivo –, esse debate não é simultâneo aqui e acolá; há, sem dúvida, uma decalagem temporal e, até mesmo e especialmente, cultural.

Se necessidade ou abuso da memória – e talvez, no caso brasileiro, nem um nem outro –, é importante esse olhar para o passado, naquilo que se constrói atualmente no presente, como uma reflexão sobre a contemporaneidade: “Esse passado recente não pode ser pensado sob o modo de sucessão, porque ele está imbricado em nossa atualidade. São traços de memória que não podem ser esquecidos e que agem sobre a organização de nosso presente. A configuração de nossa atualidade é assolada pelo peso destas ausências e pelas implicações do não-saber” (SALOMON, 2011a, p. 11).

2.1 A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O *CORPUS*

A preocupação com a produção de uma memória (ou de memórias) da ditadura militar brasileira, que parecia apagada no século XX, ou, quando muito, marginal, ainda que o processo de redemocratização tornasse possível um olhar mais atento para aquele período²¹,

²¹ É possível observar que, de acordo com Arantes (2010, p. 209), “a Abertura foi, na verdade, uma continuação. Acresce que, além de abrandada, a ditadura começou também a encolher”. O processo de abertura política instaurado pelo próprio regime militar, que, sem promover ruptura drástica, resultando numa transição conciliada, foi ‘encolhendo’ os mecanismos de repressão ditatorial, é um dos fatores pelo qual não foi possível uma volta crítica imediata, mesmo com os primeiros momentos da redemocratização. Esse movimento de transição política negociada inscreveu aspectos de continuidade política cujo encolhimento da ditadura foi

vem se intensificando desde o início do século XXI. Ações como a (re)edição de material inicialmente publicado durante o próprio período de ditadura, a publicação de especiais em jornais e revistas e a produção de documentários e filmes memorialistas acerca daquele momento da história brasileira, conjugadas à recente publicação, ainda pequena e inicial, de documentos oficiais do regime, à criação da Comissão Nacional da Verdade, ao debate crescente sobre o tema na esfera pública etc., reafirmam e consolidam a iniciativa de revolver e colocar em pauta a ditadura militar brasileira.

No início do século XXI tínhamos ainda uma produção muito mais próxima do caráter marginal (no que se refere à produção e à circulação) que do oficial, que estabelece a legitimidade. Na segunda metade da primeira década desse século vimos emergir uma intensa organização e reedição de materiais que foram inicialmente produzidos durante o próprio período de ditadura militar no Brasil (são edições *fac-símiles* e coletâneas de jornais e revistas, em especial da mídia dita alternativa, que impôs resistência ao regime); além disso, viu-se também uma intensa produção de especiais que retratavam o período, seja de maneira descritiva seja de forma analítica, em jornais e revistas (número ou caderno extras, reportagens especiais, matérias investigativas etc.), além de livros/narrativas, documentários e filmes que retomam alguns momentos e fatos marcantes daquele período.

Da compreensão da emergência desse material é que se formava inicialmente o nosso *corpus*²², aquilo que propúnhamos analisar e fazer trabalhar quando iniciamos este trabalho de pesquisa, composto por um material que, de certa forma, constituía uma memória marginal daquele período – ainda que *marginal* fossem *as memórias* que se constituíam daquele período –, uma vez que o acesso e a divulgação de documentos eram quase inexistentes e o debate no âmbito político/oficial, embora existisse, ainda era raro e/ou reproduzisse apenas a versão oficial do regime ditatorial. No entanto, dois acontecimentos²³, que certamente se entrelaçam e contribuem para uma nova produção memorialista, emergiram no final da segunda metade daquela década e início da década seguinte, sobre os quais não poderíamos passar sem lançar um olhar, são eles: o processo de revisão da Lei de Anistia, debatido e julgado, com resultado negativo àquela proposta, pelo Supremo Tribunal Federal entre janeiro

importante para que não ocorresse seu total desaparecimento. É por isso também que o processo de instauração da democracia, como vimos na *Introdução* deste trabalho, é lento, ainda carente de consolidação.

²² Cf. Projeto de pesquisa entregue ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL/UFSCar) no final de 2010 e reformulado e entregue à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no início de 2011.

²³ Aqui a importância clara de compreender, como propõe Paul Veyne, o *acontecimento* como fruto de um corte do real e de um agenciamento discursivo. Sobre essa preocupação, conferir Steimberg (2011) além dos trabalhos de Pêcheux, com ênfase em Pêcheux (2008).

e abril de 2010; a criação e o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, como um processo de revisão e interpretação do passado. Atrelados, em alguma medida, a um terceiro acontecimento, mais rareado porque mais disperso, a abertura inicial de documentos oficiais produzidos pelo regime, esses acontecimentos, que funcionam como dispositivos, conforme trata Foucault, abriram a possibilidade para uma série de comentários, gerando, com isso, uma nova produção discursiva, o que nos levou a abrir mais um ponto, mais uma frente, para a constituição de nosso *corpus* de análise, que será aqui tratada de forma menos extensa porque em constante formação.

Dessa forma, podemos dividir nosso *corpus* em três pontos, em três frentes, cuja primeira é aquela sobre a qual nos deteremos mais intensamente e as duas seguintes que serão tomadas, menos fortemente, no intuito de observar o processo de produção de memória(s) da ditadura militar brasileira:

1. Materiais, a maioria relacionada à chamada mídia alternativa, editados e publicados durante o regime militar como forma de resistência a ele, e que voltam hoje em coletâneas ou em edições fac-símiles: a revista *Pif Paf* (edição fac-símile), publicada praticamente junto ao Golpe de 1964 por Millôr Fernandes e que foi censurada nos primeiros meses da ditadura; o jornal existencialista *Ex-* (fac-símile), que circulou entre os anos 1973 e 1975, também censurado; o jornal, de maior circulação nesse período entre os alternativos, *O Pasquim* (coletânea em três volumes), cuja produção teve início em 1969, cruzando o fim do regime; e a compilação *As capas desta história*, que traz um brevíssimo histórico de todos os jornais alternativos da época do regime militar, além de um apanhado de seus precursores;

2. Especiais em jornais e revistas, livros/narrativas, documentários e filmes que tratam já no final do século XX e no século XXI daquele período. Entre eles, destacamos os seguintes:

IMPRESSO

- *A ditadura militar no Brasil*: a história em cima dos fatos. Uma coleção da revista *Caros Amigos*;

- *Caros amigos* – edição especial: O golpe de 64;

- a revista *Cult.* n. 78, que traz um dossiê sobre o regime militar;

- especiais sobre os 50 anos do Golpe produzidos pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

VÍDEOS / FILMES

- *Lamarca: o capitão da guerrilha* (Filme, 1994);
- *O que é isso companheiro?* (Filme, 1997);
- *Araguaya: conspiração do silêncio* (Filme, 2004);
- *Cabra-cega* (Filme, 2005);
- *O ano em que meus pais saíram de férias* (Filme, 2006)
- *Guerrilha do Araguaia: as faces ocultas da história* (Documentário, 2007)
- *Cidadão Boilesen* (Documentário, 2009).

3. Artigos e reportagens que circulam atualmente na mídia (para nós, comentários, no próprio sentido foucaultiano), seja sobre o próprio período de regime militar seja a respeito dos fatos contemporâneos que remetam ao período, como o processo de revisão da Lei de Anistia, a própria Comissão Nacional da Verdade ou a abertura de arquivos oficiais do regime – os acontecimentos atuando como dispositivos, no sentido dado a esse conceito por Foucault e retomado por Agamben (2009), que possibilitam uma intensa produção discursiva.

Nota-se, de imediato, que a(s) memória(s) que investigamos é(são) antes de tudo memória(s) da esquerda, da resistência à ditadura militar brasileira, e também, possivelmente, ao esquecimento. Não se pode deixar de ter em conta que a seleção e o recorte do *corpus* se dão sempre a partir de uma posição política, que é, claramente, também discursiva. A memória da ditadura se constrói no dia a dia, explanada e reiterada pelo discurso oficial, pela mídia, muitas vezes, também, pela escola. Ela está sempre presente enquanto outras são apagadas, silenciadas. Entre elas, aquelas da resistência, que se posiciona criticamente em relação às versões oficiais. É nesse sentido que se dá a formação de nosso *corpus*, uma vez que nos possibilita por mais luz tanto no presente quanto no passado e, talvez também, criar possibilidades de futuro.

A constituição do *corpus*, e sua divisão nessas três frentes, nos permite observar a produção de memórias da ditadura militar no Brasil, a forma como essas memórias se

constituem, sua multiplicidade, sobretudo, no início do século XXI (entre 2001 e 2014). Com um olhar breve, é possível notar que se formam marginalmente para se fortalecer no âmbito político-oficial e, portanto, no institucional; e que, em decorrência disso, os efeitos de sentido que se produzem também transitam, não são nunca os mesmos, são, ao contrário, sempre novos, uma vez também que os mecanismos de circulação se modificam e tornam-se mais amplificados. O documento que se produz na atualidade, mais que monumento, é patrimônio, e isso encerra uma transformação da história em memória, como aponta Salomon (2011b). Os sentidos, para nós, constroem-se nessa movência, da construção da história à produção da memória; é com esse olhar que nos debruçamos sobre o material que temos em mãos e constituímos nosso arquivo discursivo – sintético em meio à amplidão do próprio arquivo, mas importante para a discussão que propomos –, no seu caráter amplamente histórico e semiológico.

A reflexão que traçaremos na sequência, então, sobre um dever e/ou abuso da memória, discussão premente na Europa, poderá se estender para o âmbito nacional a partir mesmo dessa produção memorial nada homogênea que por ora apenas apresentamos. Nosso olhar sobre as noções enunciadas só faz sentido se vier permeado por forte problematização, uma vez que a mera (re)contextualização – nesse caso, a passagem do contexto europeu para o latino-americano – pode trazer mais problemas que soluções reflexivas. Dessa forma, mesmo que possamos entender que, no Brasil, não se dá nem dever nem abuso da memória, ou que ambos se entrelaçam, a reflexão e a problematização em torno desses conceitos é um caminho que se abre para compreender como, de fato, essa memória se constitui; e, também, quais são os sentidos que produz.

2.2 ENTRE O DEVER E O ABUSO DA MEMÓRIA: PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS PARA UMA TRANSPOSIÇÃO CONTEXTUAL

Aparentemente, o conceito de “dever de memória”, e mesmo o de “abuso da memória”, teria no Brasil um estatuto similar ao pensado para o contexto europeu, sobretudo se tomado para refletir sobre a ditadura militar brasileira, num projeto de produção da memória daquele período: o processo de revisão da Lei de Anistia, a criação da Comissão Nacional da Verdade, a busca pelos mortos e desaparecidos, a abertura de documentos oficiais

do regime, a tentativa de julgamento e criminalização de torturadores e agentes do regime, o aparecimento e a reedição de vasto material sobre/do período. Tudo isso revelaria, supostamente, uma necessidade de produção da memória daquele período, um lento processo de patrimonialização que transforma ‘símbolos’ da ditadura em objetos culturais. No entanto, será mesmo que esses conceitos funcionam também para o nosso contexto? É possível, então, a simples transposição de um contexto a outro? Ou, de outro modo, é preciso antes problematizá-los para, como isso, fazê-los trabalhar de acordo com nossas condições, e contradições, históricas/políticas?

É desse modo, portanto, que agora pretendemos traçar um panorama do contexto europeu naquilo que se refere à emergência de ambos os conceitos – *dever de memória* e *abuso da memória* –, dando a eles os sentidos que lhe são próprios naquele contexto, sobretudo o francês, para, em seguida, ainda neste capítulo, iniciarmos uma problematização dos conceitos no intuito de verificar a pertinência de fazê-los, em alguma medida, trabalhar em nosso contexto de produção de uma memória contemporânea da ditadura militar brasileira, observando de que forma se inscreve esse debate atual e de que maneira emerge uma produção discursiva em torno desse debate.

2.2.1 Dever/Necessidade de Memória

[...] a memória instituída funciona como um disco riscado, passando sempre sobre os mesmos pontos, sintoma de desarranjo da política e da cultura. Como certos velhos, nós cultivamos as emoções retrospectivas. Se prevalece a crença de que estamos melhores, é que nos falta a força para reformular uma identidade esclarecida pela experiência (Paul Thibaud).^{xlv}

As discussões sobre um *dever de memória* surgem na França no final da década de 1970, ganhando força no decorrer da década de 1980, sobretudo com a entrevista e a posterior publicação do livro²⁴ com esse nome do italiano Primo Levi, ainda que o conceito tenha sua

²⁴ O mais interessante é que em nenhum momento da entrevista concedida por Primo Levi à Anna Bravo e Federico Cereja, que dá origem ao livro mencionado, o termo “dever de memória” é utilizado. No entanto, sua publicação póstuma ganha esse nome, talvez mesmo pelo fato de que uma discussão premente de uma memória

consolidação definitiva somente na década de 1990, na tentativa de fortalecimento de uma memória da segunda guerra mundial na Europa, sobretudo para os franceses. Essa discussão ganha força, ainda teoricamente entre os historiadores e cientistas sociais, na década de 1980, especialmente a partir do trabalho de Pierre Nora ([1984] 1997c) sobre os *lugares de memória*. Observando o processo de circulação e das condições de produção da expressão, é possível perceber que há também um processo de normatização a partir da década de 1990 quando a discussão se institucionaliza nos âmbitos político e escolar e se estabelece nas discussões midiáticas.

Tão colada ao debate público/político, até mesmo popular, francês, a expressão ganha, em 2003, entrada no dicionário Larousse, com a seguinte definição: “A obrigação moral de testemunhar, individualmente, os acontecimentos cujos conhecimento e transmissão são considerados necessários para tirar as lições do passado (a Resistência ou deportação durante a Segunda Guerra, por exemplo)”^{xlvi} (LEDOUX, 2012, p. 175). Esse processo de normatização é também observado por Ledoux (2012, p. 181): “Essa evidência implica mais geralmente considerar a ‘memória’ como nova virtude social de nossa condição ‘pós-moderna’ marcada pelo fim das grandes narrativas”^{xlvii}.

Nesse sentido, é preciso observar que esse conceito leva em conta ao menos três aspectos: uma consciência de crise, um novo olhar sobre o esquecimento e um primado da vítima/vitimização. Há uma crise de identidade e de representação que carrega as vítimas e seus descendentes da Segunda Guerra mundial; isso se dá pela destruição de seu passado (e aqui, a destruição se dá no próprio sentido literal, uma vez que cidades, monumentos, obras, documentos, casas etc. foram destruídos e famílias inteiras desapareceram) e o conseqüente apagamento da história. Com isso, cria-se uma necessidade de estabelecer um novo olhar para o passado e fazer com que ele seja reavivado, seja por meio da criação de monumentos, de festividades, homenagens, seja pela prática indenizatória – financeira e moral –, ou, ainda, pela punição àqueles que os fizeram sofrer. E para que isso se torne possível, torna-se necessário que as famílias, e mesmo seus descendentes, reativem seu lugar de vítima.

A luta pela memória que se estabelece na segunda metade do século XX ganha, como já mostramos, um estatuto teórico principalmente a partir dos anos 1980. Na esteira dos trabalhos de Pierre Nora sobre os lugares de memória, que reativa as discussões propostas por Maurice Halbwachs (1994; 2006), ainda na primeira metade do século, emerge a noção de

da segunda guerra estivesse em voga e ganhasse corpo e de que tal expressão/noção tenha alcançado seu auge no debate histórico/político europeu.

“dever [necessidade] de memória”, que, ainda que remeta ao pós-guerra, ganha destaque principalmente no início dos anos 1990, na constituição de uma memória da Shoah, portanto com um vínculo extremo também com a ideia de Nação²⁵.

A memória como lembrança ou como experiência vivida ou transmitida, e sua instrumentalização em seus usos políticos/públicos do passado, como objeto teórico, não é, portanto, algo recente entre os historiadores e os sociólogos. Lavabre (2007, p. 3) aponta que a novidade está no “fenômeno memorial reivindicado como tal pelos atores sociais e políticos, e, por outro lado, [n]a atenção que as ciências sociais dão ao fenômeno, datada da metade dos anos 1970”^{xlvi}. Trata-se de um alargamento do objeto, que é, desde então, teórico e social, também na medida em que é tomado por parte da sociedade. Desse modo, a memória torna-se um objeto maior das ciências sociais e, além disso, um objeto do debate público e de disputa política, que faz com que se misturem posições de sujeitos públicos/políticos e de teóricos/analistas desse fenômeno.

Afirmar um dever de memória é aceitar e defender a ideia de que cada um pode desejar assumir o dever de honrar a memória de suas palavras, que cada grupo social, em outro momento vítima e hoje herdeiro da dor, pode reivindicar o reconhecimento de seu prejuízo e a celebração dos seus, mártires ou heróis, até mesmo a reparação simbólica ou material (GENSBURGER; LAVABRE, 2005, p. 27)^{xlx}.

Nesse processo de institucionalização e universalização da noção e do debate, perde-se, em certa medida, o poder teórico para fortalecer sua posição política na voz do militante – trata-se aqui, e antes de tudo, de uma luta contra o esquecimento e a reafirmação constante daquele lugar de vítima, centrada especificamente no sujeito social, participante ou herdeiro dos acontecimentos relacionados. Enquanto, por um lado, e conforme já destacamos anteriormente, o historiador estabelece uma busca pela verdade (que para ele é histórica), por outro, o militante pede justiça para seu grupo de vítimas das fatalidades da história. Trata-se antes, portanto, de justiça que de verdade; ou, de outro modo, um deslocamento da verdade, que é colocada junto ao sofrimento e como meio de demandar justiça pelas vítimas.

Nessa transformação da noção de memória, do objeto teórico ao objeto social, ocorre também um deslocamento que vai do histórico/sociológico ao político/ideológico: são

²⁵ Ainda que se requeira a constituição de uma memória da Segunda Guerra Mundial, que aparentemente é universal, trata-se, aqui e antes de tudo, da constituição de uma memória coletiva e ao mesmo tempo nacional, daí entrelaçada à ideia de Nação.

sentidos que se perdem e se reconstróem, se reorganizam – sentidos que se reconstróem quando o objeto é alargado e reorganizado por dispositivos diversos: as disciplinas histórica e sociológica, mas também a política, a mídia, a escola, a sociedade como um todo.

A noção de "dever de memória" é política (no sentido de que ela participa de uma política da memória), ela não é nem filosófica, nem historiográfica. Ela certamente tem raízes sob a forma de injunção, mas aposta sobre as gerações seguintes, sobre as lembranças das vítimas a serem mantidas vivas, em particular das vítimas da Shoah (ROBIN, 2005, p. 50)¹.

A luta pela memória põe em relevo um acontecimento – histórico, político, midiático: por tudo isso, discursivo. Desse embaraço crescem e se espalham as discussões, do campo teórico emerge o conceito, que cai na boca do político, da mídia, se reinventa, e torna eco na voz popular. A patrimonialização, em certo sentido, é apenas um aspecto dessa necessidade latente de memória, aspecto profundo mas inicial, porque da comemoração, e rememoração, cresce também a reivindicação pelo acerto de contas com o passado – daí, então, estabelece-se a vitimização, que para uns estabelece o dever de reparação, para outros, os exageros de uma herança perdida, como veremos mais adiante.

O mais importante, nesse momento, é perceber que, na esteira das discussões de François Hartog (2009; 2012), é possível conceber, como ele mesmo propõe, o surgimento de um novo regime de historicidade, que surge dessas discussões e reivindicações, e que retrança a luta pela memória e, sobretudo, perpassa teoricamente a busca de um sentido histórico – e, nesse sentido, na esteira de nossas discussões, abre também caminho para novos regimes de discursividade, uma vez que daí emergem novas discursividades históricas e políticas, circunscritas claramente na luta pela memória e no julgamento do passado, na necessidade de resistir ao esquecimento.

O interessante, sem dúvida, é que essa necessidade clara de memória é composta por uma patrimonialização, ou seja, pela constituição daquilo que Pierre Nora chama de *lugares de memória*, que são lugares onde a memória trabalha, uma espécie de laboratório antes que de uma tradição (NORA, 1997a).

Como havia destacado François Hartog, o “dever de memória” nos remete, com efeito, a um novo regime de historicidade no qual nos encontraríamos desde os anos 1970. A expressão aparece como um indicador, entre outros, da nossa nova presença no mundo em ligação com seu passado e seu futuro.

Uma presença dilatada em uma sociedade da inovação e não mais da tradição, caracterizada por uma intenção patrimonial que tem a particularidade de produzir uma “filiação inversa” (LEDOUX, 2012, p. 182)^{li}.

Para nós, é interessante reiterar esse processo: um novo regime de historicidade e também novos regimes de discursividade. A partir, em especial, dessas dimensões política e midiática, abre-se a possibilidade para a emergência de uma série de enunciados construídos em torno dessa noção de *dever e necessidade de memória*. Daí sua popularização, que passa também pela escola e pela dimensão social. Desse entremeio surge uma gama de comentadores e analistas da opinião pública que discutem no âmbito popular um conceito que inicialmente era teórico. Todo esse movimento redefine também os sentidos que são produzidos, de exaltação da memória por meio de comemorações e da patrimonialização à luta política pela justiça.

Para Henry Rousso, quando se fala de “dever de memória”, trata-se de estudar a evolução das “diferentes práticas sociais, de sua forma e de seu conteúdo, tendo para objeto ou para efeito, explícito ou não, a representação do passado e a manutenção de sua lembrança, seja no interior de um grupo dado, seja no seio da sociedade como um todo”^{liii} (apud LEDOUX, 2012, p. 183). Nesse sentido, nossa preocupação neste trabalho, sem deixar evidentemente de ter em conta a dimensão político-institucional, se dá sobretudo no âmbito teórico, observando a expressão como noção e princípio de análise e, por isso, observaremos o conceito conforme propôs Henry Rousso (1998).

Sem dúvida, de todo modo, para compreender toda a problemática que envolve a expressão como conceito é preciso também compreender sua inscrição político-institucional, mas, antes de tudo, pensá-la como um fato social denominado comumente como um “fenômeno memorial”, e é nesse sentido que encaminhamos a discussão deste capítulo. Contudo, em nossas análises, a produção de memórias será sempre tomada como um aspecto discursivo (portanto, histórico/linguístico), que caracteriza a emergência do (ou de um) fenômeno social.

Pautados nessa problematização, lançamos um olhar para o que se faz emergir daquele período ditatorial brasileiro, para o debate que se constrói na atualidade e para interrogar a produção de uma memória daquele período – que estabelece movimentos do marginal ao oficial.

A exigência da abertura dos arquivos, no entanto, não pode servir para reafirmar a imagem ingênua e ordinária de uma verdade escondida que seria finalmente tornada visível em toda sua transparência. A abertura dos arquivos é uma condição necessária, mas insuficiente da verdade. A verdade não é uma consequência automática e imediata dessa abertura. Além disso, aquilo sobre o que silencia um documento é muitas vezes mais importante do que aquilo sobre o que ele fala. Os arquivos dependem da interrogação histórica e dos tipos de problema que lhe são formulados: esta é uma evidência de manual que não pode ser esquecida (SALOMON, 2011a, p. 14).

Na sequência, voltaremos nosso olhar para as discussões que surgiram a partir de uma crítica clara à noção de *dever de memória*, sobretudo a partir daquele estatuto de vitimização. Do *abuso da memória* surge o *direito ao esquecimento*, realçando o debate histórico, político e social acerca da memória que afluía na Europa, e que se estende fortemente ainda hoje.

2.2.2 Abuso da Memória e Direito ao Esquecimento

O esquecimento é necessário tanto à sociedade como ao indivíduo. É preciso saber esquecer para aproveitar o sabor do presente, do instante e da espera, mas a própria memória precisa do esquecimento: é preciso esquecer o passado recente para reencontrar o passado antigo (Marc Augé)ⁱⁱⁱⁱ.

Há, sem dúvida, uma crítica importante a essa ideia de “memória a qualquer custo”, a essa necessidade incessante de memória, de reconstituí-la na sua inteireza para recobrir as feridas do passado. Como aquela noção de “dever de memória” é ao mesmo tempo teórica e social/política, seu contraponto e a crítica a ela associados se dão nos mesmos âmbitos. O epílogo desta seção abre esse ponto de disputa: no contraponto do dever de memória há uma necessidade e até mesmo um dever de esquecimento. Mas ambos não podem se imbricar e estabelecer uma mediação? O próprio Marc Augé discute esse embate: “Fazer o elogio do esquecimento não se trata de vilipendiar a memória, menos ainda ignorar a lembrança, mas de reconhecer o trabalho do esquecimento no primeiro e recuperar sua presença no segundo. A memória e o esquecimento estabelecem de alguma maneira a mesma relação que a vida e a

morte”^{liv} (2001, p. 20). O esquecimento é visto, portanto, como um componente da memória, as lembranças são contornadas pelo esquecimento, daí vem a necessidade de problematização e de se compreender claramente a crítica que se estabelece à noção de “dever de memória” e a busca por uma mediação.

A denúncia da noção de “dever de memória” tornou-se um verdadeiro paradigma de reflexão sobre a memória. Daí emergiu a noção de “abuso da memória”, contra aquela de “dever”, a fim de denunciar um certo elogio incondicional da memória que, de acordo com Todorov (2004), a ele está associado. A expressão abuso da memória dá corpo a um “paradigma da memória estratégica” e tem em Tzvetan Todorov, Jean-Michel Chaumon e Paul Ricoeur seus maiores defensores; são eles que nutrem essa abordagem e oferecem versões mais aprofundadas dessa crítica à necessidade absoluta de memória, sobretudo ao “recordar a qualquer preço”, que para eles está na base daquela noção (GENSBURGER; LAVABRE, 2005). A crítica ao dever de memória se dá, inicialmente, a partir de algumas expressões: síndrome, assombramento do passado, patologia, manipulação na constituição das vítimas etc.

Nesse aspecto, é a própria finalidade da memória que caracteriza o abuso. O conceito de “dever de memória” é, então, comparado a uma nova religião cívica (LALIEU, 2001; RIOUX, 2012), o que dá força para ser constantemente rebatido e tomado como abuso. O conceito de *abuso de memória*, então, nasce da oposição ao de *dever de memória* quando este é estabelecido num uso político da “memória a qualquer custo”, da necessidade de reparação antes da necessidade própria de memória. Nesse sentido, a noção se estabelece na relação direta entre memória e esquecimento, mais claramente, na identificação de que para que a memória se produza não é necessário que não haja esquecimento, é antes o contrário disso, memória e esquecimento estabelecem uma relação necessária. É o que mostra Todorov (2004, p. 14):

É preciso antes lembrar uma evidência: é que a memória não se opõe certamente ao esquecimento. Os dois termos que formam contraste são o *apagamento* (o esquecimento) e a *conservação*; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação dos dois. A restituição integral do passado é uma coisa certamente impossível [...], e, aliás, assustadora; a memória é claramente uma seleção: certos traços do acontecimento serão conservados, outros são imediatamente ou progressivamente descartados, e então esquecidos.^{lv}

Augé (2001, p. 30) acrescenta ainda que “o esquecimento, em síntese, é a força viva da memória, e a lembrança é o seu produto”. Nota-se, portanto, que as noções *dever de memória* e *abuso da memória* podem ser pensadas como par necessário, mas sempre na medida em que ‘dever de memória’ não for estabelecido apenas como desejo de reparação, mas antes como um processo de constituição de uma memória de determinado período e/ou acontecimento e, por isso, também na relação com a história. É, então, dessa maneira que procuraremos conduzir a discussão que trazemos neste capítulo.

A própria noção de *abuso da memória* contempla, de certa maneira, a mediação, a síntese, uma vez que apontar o abuso não requer inexistência da memória, de sua produção; ao contrário, prepara o caminho para a produção de uma memória sem ressentimentos, por isso também propõe que, de certo modo, há uma necessidade de esquecimento. É preciso, de certa maneira, como nos mostram Gensburger e Lavabre (2005), Conan e Rousso (1996) e Rousso (1998), refletir sobre uma forma de conciliar o “dever de memória” e o “dever de esquecimento”. Nesse sentido, é importante destacar que ambas as noções, de “dever” e de “abuso” da memória, podem ser colocadas lado a lado e refletidas no seu conjunto, junto a uma proposta memorialista, sem serem excludentes.

A seguir, apresentaremos uma breve reflexão no intuito de verificar a possibilidade de trabalhar ambas as noções no contexto brasileiro, de compreender em que medida os deslocamentos teóricos e, mesmo, sociais e políticos das noções não interferem nesse trabalho. Feito isso, passaremos à descrição do *corpus* para, na sequência, colocá-lo em ponto de análise, na produção de memória(s) da ditadura no Brasil.

2.2.3 Deslocamento teórico e problematização contemporânea

Em um primeiro momento – e antes mesmo de nos debruçarmos efetivamente sobre nosso *corpus* e iniciarmos nossas análises –, tendemos a observar que no Brasil não se trata, quando lançamos um olhar para a produção da memória da ditadura militar brasileira na contemporaneidade, nem de uma necessidade incondicional de constituição da memória, muito menos de um abuso irracional da produção memorial. Isso, claramente, observado por meio da perspectiva de constituição de ambos os conceitos a partir do contexto europeu que,

como sabemos e já destacamos anteriormente, é bastante diferente do nosso. É preciso, então, efetivar um deslocamento teórico.

Por um lado, as condições de produção para a emergência de uma discussão teórica em torno da memória, sobretudo nos campos da história e da sociologia, na Europa eram adequadas em função do vasto campo de trabalho que estava associado a essas disciplinas. Lembremos que as discussões a respeito da memória coletiva e, portanto, social advêm da primeira metade do século XX, especialmente com os trabalhos de Maurice Halbwachs, mas também com Freud na psicanálise – e se levarmos em conta que esses trabalhos apareciam já como críticas a outros trabalhos, como os de Bergman, nota-se que esses estudos têm base no final do século XIX. As discussões que aparecem já no final dos anos 1970 e dão a base para as noções de *dever de memória* e, posteriormente, de *abuso da memória* acompanham esse processo e inscrevem-se na esteira daquelas iniciais. Havia, portanto, uma base teórica que, associada às condições sócio-históricas, possibilitou a emergência de tais noções e suas inscrições no campo/embate político.

Da mesma forma, e seguindo essa tendência, o deslocamento para a ordem social era uma realidade. Daí a percepção da memória como um objeto teórico e real. As feridas da Segunda Guerra trouxeram o questionamento sobre a construção da história daquele período e, mais, sobre a produção de sua memória. No entanto, deve-se observar que as discussões teóricas consolidam-se apenas na década de 1980, e o debate nos âmbitos político, midiático e escolar, na década seguinte. Passavam-se mais de quatro décadas do final da segunda guerra para o debate vir verdadeiramente à tona, com enorme intensidade que provocou o embate entre a *necessidade* e o *abuso*.

Por outro lado, e em segundo lugar, é possível verificar a decalagem associada tanto ao âmbito teórico quanto ao social. No que tange ao primeiro, é claro observar que as discussões em praticamente todos os campos teóricos associados às ciências humanas e sociais no Brasil são bastante recentes e estiveram quase sempre relacionadas às discussões europeias. Nesse sentido, mesmo a relação e o “embate” entre *história* e *memória*, pouco presente no Brasil, seguia a tendência daquele continente, porém a partir de uma leitura tardia e, portanto, deslocada.

Do mesmo modo, nos âmbitos social e político, a inscrição do debate a respeito de uma memória da ditadura militar é novo, uma vez que o próprio acontecimento é recente. Entre o acontecimento e a inscrição da memória passaram-se três décadas, especialmente pelo fato de que o processo negociado de transição da ditadura para a democracia retardou o

processo de debate público e político. Talvez, então, ainda não seja possível estabelecer, aqui, uma relação entre um *dever* e/ou um *abuso* da memória. Não naqueles moldes europeus. Para que haja uma reflexão nesse sentido é preciso, de fato, considerar essas decalagens, teórica e social, e estabelecer cortes nas duas abordagens. Desse modo, compreender a formação dos conceitos e a emergência do debate social na França é essencial se os associamos às suas condições de produção. E nesse sentido estabelecer uma relação com o contexto nacional: dadas as condições de possibilidade que o contexto histórico brasileiro estabelece, é possível observar uma *necessidade de memória* da ditadura militar brasileira? E, talvez mais que isso, um *abuso da memória* quando atrelada ao processo indenizatório das vítimas e aos pedidos de julgamento dos militares?

Quando voltarmos nosso olhar para os materiais que compõem nosso *corpus* – sobretudo nos capítulos 3 e 4 –, essa discussão nos parecerá mais clara e será possível verificar, por meio de uma abordagem discursiva, a pertinência dessa reflexão. Por ora, no intuito de observar os traços que permanecem daquele período e as condições de possibilidade para a produção de sua memória, lançaremos um olhar para uma produção contemporânea da/sobre a ditadura, e, aqui, sempre à luz de Foucault.

2.3 TRAÇOS DO PASSADO E A PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: COMO OLHAR PARA O *CORPUS* DE ANÁLISE

Com o período de redemocratização do Brasil, no momento imediatamente posterior a 1985, iniciou-se um processo de formação da memória da ditadura militar brasileira que, reiterando o discurso oficial, apagava e silenciava outros dizeres, sobretudo aqueles de resistência, e, portanto, outras memórias. Esse esquecimento/silenciamento não revela, contudo, uma ruptura com o passado, uma vez que se não cura, jamais, as feridas que ainda estão visíveis no presente. Nietzsche (2003), ao retrazar a relação lembrança/esquecimento, afirma que é preciso que esse seja um esquecimento feliz, na medida em que possibilite fazer as pazes com o passado. “Essas dimensões positivas do esquecimento nunca negam ou apagam o passado, mas transformam seu estatuto vivido no presente, permitem que se viva sem ressentimento, diz Nietzsche, sem cair na perpétua repetição, diz Freud, permitem a instauração do novo” (GAGNEBIN, 2010, p. 179). Mas ainda com Nietzsche, é importante

questionar: “como fixar o limite em que se torna necessário que o passado seja esquecido para não enterrar o presente?” (2003, p. 29) – esse questionamento remonta às discussões que tecemos até o momento neste capítulo.

A imposição do esquecimento, como sugerem alguns, com o objetivo de apagar e de ignorar o passado – portanto, um esquecimento efetivo e completo – “vai justamente na direção oposta dessas funções positivas do esquecer para a vida” (GAGNEBIN, 2010, p. 179), e, retomando as discussões que já apresentamos neste capítulo, rompe tanto com o dever de memória quanto com um abuso da memória²⁶. Nesse sentido, as reflexões apontadas por alguns pesquisadores que discutem o que ainda resta da ditadura²⁷, e principalmente por Jeanne Marie Gagnebin, vão ao encontro de nossas proposições para esta pesquisa. Ainda segundo ela, “a anistia configura sempre uma política de sobrevivência imediata, às vezes realmente necessária, mas não pode pretender ser uma política definitiva de regulamento da memória histórica” (GAGNEBIN, 2010, p. 180). Compreender os resquícios deixados pela ditadura na política, e também na sociedade, ajuda a entender a produção da memória daquele período na contemporaneidade e o ponto em que se encontra o processo de democratização do país. Ora, se há fortes traços do passado no presente, eles, de certo, contribuem para nossas impressões de outros tempos, em especial “daquele tempo”²⁸.

Nesse momento, voltaremos para algumas discussões apontadas por Michel Foucault, que muito nos auxiliarão no decorrer deste trabalho para “responder” às inúmeras questões que não cessam de nos inquietar. Em texto de certa forma metodológico, “Resposta a uma questão”, de 1968, Foucault estabelece critérios para uma análise de discursos, a partir do que propõe suas pesquisas da fase arqueológica. Ele se coloca, nesse momento, o problema da individualização dos discursos: “É referenciando e sistematizando seus caracteres próprios que gostaria de tentar individualizar as grandes unidades que escandem, na simultaneidade ou na sucessão, o universo dos discursos” (FOUCAULT, [1968] 2010a, p. 3). Para isso, ele define três grupos de critérios: i) os critérios de formação, ou seja, o jogo de regras que possibilitam a formação (a emergência) de determinados discursos; ii) os critérios de transformação ou de limiar, que dizer, as condições reunidas que possibilitam a formação de um discurso, como também de suas transformações; iii) os critérios de correlação, ou seja, o

²⁶ Tendo em vista sempre que a crítica que estabelece o abuso da memória não institui o esquecimento total, mas aponta que há, de todo modo, também uma necessidade de esquecimento – parcial – que rompe com a necessidade de memória a qualquer custo.

²⁷ Cf. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

²⁸ À medida que fomos trabalhando com nosso *corpus*, analisando-o, essa observação do presente para compreender sua emergência será fundamental.

conjunto de relações que definem e situam uma formação discursiva entre outros tipos de discurso.

Essa preocupação metodológica de Foucault, que responde às críticas às suas obras anteriores, em especial *As palavras e as coisas*, e precede sua *Arqueologia do saber*, são de fundamental importância para nossos trabalhos discursivos, para a perspectiva da Análise do discurso a qual nos filiamos. Olhar para a produção da memória da ditadura militar no Brasil, que se fortalece sobretudo no século XXI, ainda no limiar entre a possibilidade de tudo dizer e o silêncio (o apagamento), é procurar observar, atentamente, as regras de formação, ou, mais claramente, de emergência de um discurso memorial/memorialista, que se estabelece numa espécie de descontinuidade, mas não de ruptura total e evidente, entre a construção da história e a produção da memória²⁹, portanto num ritmo/processo de transformação. Ainda, não se furtar de estabelecer, pelo contrário, explicitar, seus campos de correlação, seja no âmbito da produção memorial/memorialista brasileira (um diálogo com a memória político-cultural brasileira – passando pelas tradições folclóricas e culturais até pelas transformações políticas e sociais), seja na relação que se estabelece com os outros processos ditatoriais e de produções de memória ocorridos na América do Sul. Portanto, como se vê, o trabalho de Foucault nos é primordial. E vai mais além.

Sua proposta arqueológica é antes de tudo a descrição do arquivo, ou seja, do “conjunto de regras que, em uma época dada e por uma sociedade determinada, definem” (FOUCAULT, 2010a, p. 9-10) alguns limites de produção, transformação e conservação dos discursos.³⁰ São eles, que aqui apresentamos de forma detalhada:

- i) “os limites e as formas de *dizibilidade*: de que é possível falar? O que foi constituído como domínio de discurso? Que tipo de discursividade foi destinado a tal e tal

²⁹ Mesmo que possamos considerar, a partir de nossas análises, a passagem de um regime de historicidade a outro, a ruptura não é jamais total, uma vez que descontinuidade não pressupõe apagamento do regime anterior para a inscrição do novo – se não há continuidade, há, de todo modo, regularidade.

³⁰ Foucault, em seu texto “Sobre as maneiras de escrever a história” ([1967] 2013, p. 75), mostra que “meu objeto não é a linguagem, mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada dos discursos. A arqueologia, tal como eu a entendo, não é parente nem da geologia (como análise dos subsolos), nem da genealogia (como descrição dos começos e das sucessões); ela é a análise do discurso em sua modalidade de *arquivo*”. Mais adiante, ele complementa, discutindo sua obra, em especial *As palavras e as coisas*, mostrando que “a língua é um conjunto de estruturas, mas os discursos são unidades de funcionamento, e a análise da linguagem em sua totalidade não pode deixar de fazer face a essa exigência essencial. Nessa medida, o que faço localiza-se no anonimato geral de todas as pesquisas que, atualmente, giram em torno da linguagem, ou seja, não somente da língua que permite dizer, mas dos discursos que foram ditos”.

domínio (de que fizemos relato; de que quisemos fazer uma ciência descritiva; com o que conciliamos uma formulação literária etc.)?”;

ii) “os limites e as formas de *conservação*: quais são os enunciados destinados a passar sem vestígio? Quais os que são destinados, ao contrário, a entrar na memória dos homens (por recitação ritual, a pedagogia e o ensino, a distração ou a festa, a publicidade)? Quais são anotados para poderem ser reutilizados, e para que fins? Quais são colocados em circulação e em que grupos? Quais os que são reprimidos e censurados?”;

iii) “os limites e as formas da *memória* tal qual ela aparece nas diferentes formações discursivas: quais são os enunciados que cada uma reconhece válidos ou discutíveis, ou definitivamente invalidados? Quais aqueles que foram abandonados como desprezíveis e aqueles excluídos como estranhos? Que tipos de relações são estabelecidas entre o sistema dos enunciados presentes e o *corpus* dos enunciados passados?”;

iv) “os limites e as formas da *reativação*: entre os discursos das épocas anteriores ou das culturas estrangeiras, quais são os que retemos, que valorizamos, que importamos, que tentamos reconstituir? O que fazemos deles, quais as transformações que os fazemos sofrer (comentário, exegese, análise), qual sistema de apreciação lhes aplicamos, qual o papel que lhes damos para desempenhar?”;

v) “os limites e as formas da *apropriação*: quais indivíduos, quais grupos, quais classes têm acesso a tal tipo de discurso? Como é institucionalizada a relação do discurso com aquele que o detém, com aquele que o recebe? Como se assinala e se define a relação do discurso com o seu autor? Como se desenrola entre classes, nações, coletividades linguísticas, culturais ou étnicas, a luta para o domínio dos discursos?”.

Foucault, aliás, tem uma preocupação, em sua história dos discursos (em seu processo de descrição e análise da emergência dos enunciados), em descrever tais enunciados, “grupos inteiros de enunciados, fazendo surgir as relações de implicação, de oposição, de exclusão, que podem ligá-los novamente” (FOUCAULT, 2013, p. 68) – e é dessa forma que pretendemos nos debruçar sobre os materiais que compõem nosso *corpus*, pois assim pensamos ser possível compreender a produção de memória(s) da ditadura brasileira. Para Foucault, portanto, a tarefa de descrição é primordial, mais que a de explicação. “Em um

sentido, a descrição é infundável; em outro, ela é fechada, na medida em que tende a estabelecer o modelo teórico capaz de dar conta das relações existentes entre os discursos estudados” (FOUCAULT, 2013, p. 69).

É preciso observar que textos emergem na relação de uma época e na “sua configuração epistemológica com toda uma massa de enunciados” (FOUCAULT, 2013, p. 71). É aí então que se observa que a memória se constrói também nessa relação, cujos discursos emergem e se sucedem, mas não na linearidade tranquila de uma narrativa histórica, muito menos na relação fácil de causa e efeito, ao contrário, na descontinuidade que carrega sempre transformações na ordem do saber, na ordem, certamente, do verdadeiro. E nesse ponto evidencia-se um paralelo claro e longínquo entre as produções memoriais nos países que passaram por ditaduras militares na América do Sul. Saber e verdade não são, todavia, universais. Portanto, a produção discursiva pode ser, e é, estabelecida numa dissimetria em culturas e histórias distintas. Voltamos, então, aos limites na produção discursiva apontados por Foucault e, a partir deles, poderemos regular essa dissimetria ao estabelecer paralelos mas também distanciamentos, muitas vezes profundos.

Nesse ponto é que se estabelece o princípio da descontinuidade, que não se opõe obrigatoriamente e tão obviamente ao da continuidade. Antes, a oposição se estabelece mais à contiguidade e talvez à linearidade. A descontinuidade aparece, então, no espaço correlacional. Descontinuidade na construção/produção da história. Brasil e Argentina, por exemplo, apresentam uma história política aparentemente semelhante quando se trata de seus regimes militares totalitários, mas muito diferentes quando se trata de um saber memorial, da própria construção das memórias referentes a seus períodos ditatoriais. Descontinuidade, portanto, na ordem do saber. É disso que trata Foucault, em princípio, e do qual nos valem em nossas descrições e análises.

Descontinuidade paralela, descontinuidade intrínseca. Há, como visto, um ponto forte de descontinuidade entre culturas diferentes, mesmo que tenham passado por processos históricos semelhantes. É por esse olhar que vemos em conjunto não simétrico Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, por exemplo. Mas há também descontinuidade se olharmos separadamente para cada um desses países; nesse ponto, observando a cada um e a todos, notamos que pontos de ruptura são diferentes, uns mais outros menos profundos, logo, as transformações na ordem do discurso são também mais ou menos claras para cada uma dessas diferentes culturas.

Observando profundamente a produção da memória da ditadura no Brasil, traçamos, então, e como já os apresentamos, três tipos de materiais que constituem nosso *corpus* de análise: i) Materiais, a maioria relacionada à chamada mídia alternativa, editados e publicados durante o regime militar e que voltam hoje em coletâneas ou em edições fac-símiles; ii) Especiais em jornais e revistas, livros/narrativas, documentários e filmes que tratam hoje daquele período; iii) Artigos e reportagens que saem atualmente na mídia, seja sobre o próprio período de regime militar seja sobre fatos contemporâneos que remetam ao período, como a própria Comissão Nacional da Verdade ou abertura de arquivos. Aqui, então, neste trabalho, procuraremos estabelecer as descontinuidades, as rupturas, as transformações e notar quais são os enunciados que permanecem, que são reativados, que inscrevem novas dizibilidades, que estão na memória (que é discursiva), que são apropriados, ou, ainda, que são esquecidos, apagados, por vezes transformados.

No capítulo seguinte, o terceiro de nosso trabalho, voltaremos efetivamente para a descrição e análise de uma das frentes com compõe nosso *corpus*, a primeira, e, com isso, daremos início ao processo de compreensão da produção da memória (ou de memórias) da ditadura militar brasileira. Completando esse trajeto, no quarto capítulo traremos as demais frentes de material e, desse modo, ainda que as análises lá sejam menos extensas e amplas que aquelas da primeira frente, será possível verificar o movimento discursivo que, no processo democrático pós-ditadura, poderia culminar na transposição de regimes de historicidade – sempre regidos por regimes de discursividade –, para um que possibilite “dizer a ditadura militar brasileira”.

CAPÍTULO 3 – A MÍDIA ALTERNATIVA: DA RESISTÊNCIA À MEMÓRIA

A Ditadura Militar Brasileira, sombra viva cuja ausência ilumina a contemporaneidade nacional, carrega sua especificidade na forma como sua história se constrói e na maneira como sua memória se produz. A ausência de corpos e de documentos, de debates e de enfrentamentos, deu visibilidade a um progresso que, de certa maneira, estancou nossa suposta democracia. Havia visibilidade lá onde se negava o avanço e se produzia a memória na margem que se queria oficial, mas em cujo debate havia somente a crença de que o apagamento e o esquecimento poderiam levar o Brasil para frente³¹. Seria, então, aquilo que se abriu para a memória no início do século XXI, poucos materiais dispersos que corriam à margem do debate político-oficial, uma espécie de fetichismo retrô? Ou seria, de maneira mais ampla e também mais crítica, o início de uma inscrição política desterritorializada, uma vez que ainda permeada pelo marginal?

A especificidade brasileira é evidenciada quando contrastada às demais ditaduras ocorridas na América Latina no mesmo período. O que se poderia pensar é que o resgate e a análise de documentos oficiais do regime, bem como julgamentos e punições a agentes da repressão estabelecessem um acordo com o passado e criassem a paz necessária para o presente e para o futuro; e que, por outro lado, o esquecimento, ao contrário, deixasse viva a cicatriz da violência e aberta a dívida com o passado censor e repressivo. No entanto, como vimos em discussão apresentada no capítulo anterior, não se deve pender de maneira irracional para um dos lados, a mediação é, sem dúvida, uma forma eficaz para a compreensão do passado e da produção da memória: nem dever irrestrito, nem abuso espetacular. Ainda que o debate sobre o tema seja atualmente constante na mídia e encampado por algumas personalidades políticas³², o Brasil ainda titubeia, embora penda, politicamente,

³¹ Vale lembrar um *slogan* bastante notório do regime militar dos anos 1960/1970, usado em um momento de nacionalismo exacerbado em função da Copa do Mundo de 1970, realizada no México, onde a seleção brasileira foi tricampeã: “Pra frente Brasil”. Ainda, é interessante observar que tanto aqui, na virada do século XX para o XXI, como lá o avanço do Brasil só se dá (ou se dava) pelo silêncio: lá, a euforia do crescimento econômico, o milagre, e a Copa do Mundo promoviam um apagamento, e, mais que isso, um silenciamento da repressão e da censura, sufocando um desejo de justiça; aqui, o apagamento e o silenciamento do passado repressivo inscreve o Brasil no avanço (outros dirão retrocesso) político e econômico.

³² É sem dúvida relevante a mudança de forma na tomada do período ditatorial por candidatos a cargos políticos no Brasil se observamos, por exemplo, as eleições de 2010 e 2014. Naquela, a interdição às referências ao período eram mais claras e estavam postas de maneira evidente: lembremos a capa da revista *Época*, em sua

mais para um lado que para outro, entre o esquecimento e a revisitação de seu passado que, de todo modo, jamais deixou de fazer sangrar suas feridas.

Neste trabalho, portanto, procuramos investigar a produção de uma memória da ditadura militar brasileira que se dá, hipoteticamente, entre a possibilidade de tudo dizer, um pressuposto nem sempre claro da democracia, e os silenciamentos próprios das produções discursivas. Partimos de um questionamento de *qual o papel da memória na produção e possível consolidação da história do período em que o Brasil viveu sob uma ditadura militar para buscar compreender o funcionamento da memória na consolidação de uma história em curso inscrita nas curta e média durações às quais a mídia está circunscrita e produz efeitos de espetacularização.*

Neste capítulo, portanto, focamos nossos estudos basicamente em três tipos de reflexões: i) uma breve compreensão da produção da memória produzida na primeira década do século XXI a partir, principalmente, de discussão a respeito das relações de poder e dos mecanismos de controle dos discursos estabelecidos pelos trabalhos de Michel Foucault; ii) uma descrição da mídia alternativa, que tinha como foco a resistência por meio do humor, ainda observando as produções de sentido que se estabeleciam naquele momento de ditadura, visualizando aspectos de uma resistência cômica que trazia o corpo da figura do regime, e de seus aliados, quase sempre reformulados (e desfigurados), evidenciando aspectos do sarcasmo e do escárnio; iii) uma leitura analítica desse material que é hoje reeditado – especialmente de seus textos de apresentação – e que, em sua nova forma de circulação, produz novos e diferentes efeitos de sentido, contribuindo, assim, para a produção de uma memória contemporânea daquele período.

Por meio dessas impressões e análises iniciais, observamos apontamentos fundamentais para a compreensão do funcionamento discursivo desse material que surge e que volta a aparecer nessa produção marginal da memória contemporânea daquele período. Ainda, uma reflexão sobre o corpo como discurso e como lugar de produção discursiva – atuais no campo dos estudos discursivos e nas proposições de uma *semiologia histórica* – é fundamental para a compreensão do funcionamento da mídia alternativa naquele momento de

edição 639, de 14 de agosto de 2010, que estampava uma foto de Dilma Rousseff, então candidata à presidência da República, a mesma usada em sua ficha dos órgãos repressivos da ditadura, e a manchete: “O passado de Dilma – documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar: seu papel na luta contra o regime militar”. Além disso, havia o distanciamento, e mesmo apagamento, dado pela candidata em relação ao seu papel na resistência política. Em 2014, por sua vez, a candidata à reeleição destacou em diversas oportunidades sua posição na luta armada e na resistência ao regime, fator claro dessa virada discursiva que propiciou um ‘dizer a ditadura’, com novos regimes de discursividade.

repressão, uma vez que tinha no trabalho imagético seu ponto alto da resistência ao regime militar e aos costumes, como também para uma reflexão dessa revisitação contemporânea, que inscreve no corpo do resistente ora aspectos do heroísmo pelo combate à repressão ora aspectos do banditismo pela violência da luta armada.

3.1 UM OLHAR SOBRE A IMPRENSA ALTERNATIVA: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E DEBOCHE À DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Antes de analisar o reaparecimento desse material na atualidade, por meio de edições *fac-símiles* e coletâneas, os efeitos de sentido e de memória que produzem na contemporaneidade, traçaremos aqui um panorama de sua emergência lá, durante o período de ditadura militar, observando seu papel na resistência ao regime e suas formas linguístico-discursivas de enfrentamento do autoritarismo bem como dos costumes. Esse quadro panorâmico é importante para a compreensão do movimento que há nesse processo de (re)inscrição dos dizeres, que conduzem também a novos enfrentamentos.

3.1.1 A imprensa alternativa e a resistência pelo humor: breves apontamentos desta emergência

A chamada imprensa alternativa não era, e nunca foi, exclusividade daquele momento histórico pelo qual o Brasil passava; presente em muitos, senão em todos, os períodos da história do país³³, tinha como principal objetivo a circulação de um discurso crítico e contrário ao discurso oficial – e, muitas vezes, assumido pela grande mídia –, ora para ridicularizar o governo ora para promover o combate. São exemplos dessa mídia os pasquins panfletários do período da Regência, a imprensa anarquista do início do século XX e os jornais que confrontavam o governo Vargas nas décadas de 1930 e 1940, com os quais a imprensa

³³ O primeiro jornal brasileiro, por exemplo, *Correio Braziliense*, foi editado de Londres, em 1808, por Hipólito José da Costa, como resistência à imprensa oficial do império. Vê-se, desde então, e como “precursor dessa história” (CARVALHO, 2012), o surgimento no Brasil da imprensa alternativa, marcada pela contestação e inscrita fundamentalmente no contradiscurso.

alternativa dos anos de 1960 e 1970 se identifica e dos quais é sucessora, estabelecendo um espaço público contra-hegemônico. “Pode-se traçar, assim, uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial, dos intelectuais, jornalistas e ativistas políticos” (KUCINSKI, 2003, p. 22).

Durante a ditadura militar brasileira, em especial no período posterior ao Ato Institucional nº5 (AI-5) de dezembro de 1968, essa imprensa de resistência ganhou forte destaque no cenário nacional e, muitas vezes, concorreu com a imprensa tradicional e que tinha proximidade com o ideário do regime. De acordo com Chinem (1995), entre 1964 e 1980, circularam cerca de trezentos jornais e revistas que fizeram resistência intransigente ao regime: “a imprensa alternativa fazia oposição sistemática ao regime militar, denunciava a tortura e a violação dos direitos humanos e criticava o modelo econômico” (p. 8).

[...] o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 2003, p. 13).

Nesse ponto, a imprensa independente, além da resistência à ideologia dominante em determinada época, é também uma alternativa aos modos de percepção da chamada grande mídia, que, segundo Chinem, “é ligada àquela classe que a pode manter. Esses jornais podem exercer um papel de esclarecimento da sociedade, porém só até o limite dos interesses de seus proprietários, vinculados à manutenção de um complexo econômico, político e institucional – mas a grande imprensa pode educar” (1995, p. 11). Com um discurso de resistência e, muitas vezes, de combate, a imprensa alternativa, ainda que não vinculada a um partido ou a uma ideologia característica, distancia-se claramente do discurso da grande mídia, muito próximo do discurso oficial, dominante.

É possível destacar no Brasil, já nos anos de 1950 e em maior medida a partir da década de 1960, dois tipos de jornais alternativos:

- i) um predominantemente político, que “protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, como o do *caminho da revolução brasileira* e as táticas e estratégias de

oposição durante o longo processo de abertura”, tendo, portanto, um projeto ideológico partidário, e que “tanto a linguagem dogmática da maioria dos jornais políticos, formulada de modo canônico, como sua postura pudica, refletiam o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), predominantemente durante a maior parte do ciclo alternativo” (KUCINSKI, 2003, p. 14-15);

ii) e outra que tinha suas raízes na contracultura norte-americana, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo sartriano, adotando o humor e o escárnio como forma de resistência uma vez que “rejeitavam a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média” (KUCINSKI, 2003, p. 15).

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos (KUCINSKI, 2003, p. 16).

A imprensa alternativa de cunho humorístico, e também de resistência, ganha destaque naquele período a partir da publicação da revista *Pif Paf*, lançada em maio de 1964, dois meses após o golpe militar, depois da demissão do jornalista e humorista Millôr Fernandes da tradicional revista *O Cruzeiro*, onde tinha uma seção com o mesmo nome. Seu surgimento teve impacto fulminante na sociedade, como lugar de reação ao regime estabelecido, ao lado do *Correio da Manhã*, único jornal da grande imprensa a condenar o autoritarismo e a violação dos direitos humanos. Contudo, dentre as inúmeras publicações de cunho alternativo – e vale lembrar sempre que não estamos nos referindo à imprensa alternativa política, partidária –, foi *O Pasquim*, criado em 1969 na conjunção de humoristas consagrados como Jaguar, Ziraldo e Millôr Fernandes, e outros que ainda eram promessas, como Henfil, que teve

maior destaque, com sucesso imediato que o fez atingir uma marca próxima de 200 mil edições vendidas de um mesmo número.

Torna-se importante destacar que o humor crítico desses jornais e revistas se dava muito pela superexposição do corpo de seus “adversários”, mas que essa crítica se dava muito mais pelo uso do cartum, das tirinhas e da charge, e quase nunca, ou jamais, pela utilização da caricatura, que era vista como afrontosa pelos militares.

Desde o começo, os humoristas evitaram a caricatura; recorreram muito mais à charge para a qual não faltavam os ingredientes essenciais: os tipos e as situações genéricas que o público podia identificar facilmente, gerais sobrecarregados de medalhas, agentes truculentos da polícia, os coronéis neurotizados pelo anticomunismo dirigindo Inquéritos Policiais Militares, que inspiravam mais do que temor. Tratava-se, nesse início, de um regime ambíguo, ainda indefinido entre uma corrente civil liberal-conservadora e outra militar-autoritária. Havia um discurso ‘democrático’ e uma prática repressiva. Com a arma poderosa da ironia o humorista penetrava nas contradições entre palavra e ato enfatizando o grotesco das situações (KUCINSKI, 2003, p. 44-45).

E ainda,

Com seu apego à hierarquia, o sistema militar avaliava como perigoso o uso da caricatura. Ao deformar fisionomias, dissecando e expondo os traços críticos da personalidade, a caricatura individualiza o ataque, abrindo o flanco a retaliações diretas. Em alguns jornais interioranos, nem mesmo a charge política genérica era permitida. Além de raras, as caricaturas eram quase sempre dos civis, que apoiaram o golpe, como os governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros (KUCINSKI, 2003, p. 45).

Voltaremos a tratar dessa imprensa alternativa em 3.1.3.2, atentando-nos para as especificidades de cada veículo que serão objetos de nossas análises (*Pif Paf*, *Ex-* e *O Pasquim*). Lá, teremos como preocupação a análise de cartuns, charges e fotomontagens, e, em menor medida, caricaturas, veiculadas por esses jornais e revistas, a maioria em suas capas, que revelavam a superexposição corporal como meio de ridicularizar e criticar o regime, seus agentes e aqueles, geralmente civis, que de alguma maneira a ele estavam ligados, ainda que distantes espacialmente, mas na proximidade político-ideológica.

3.1.2 Quem te viu, quem te vê: a memória da ditadura brasileira entre o dizer e o silêncio³⁴

E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os registros contassem a mesma história –, a mentira tornava-se história e virava verdadeira. “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”, rezava o lema do Partido. E com tudo isso o passado, mesmo com sua natureza alterável, jamais fora alterado. Tudo o que fosse verdade agora fora verdade desde sempre, a vida toda. Muito simples. O indivíduo só precisava obter uma série interminável de vitórias sobre a própria memória. “Controle da realidade”, era a designação adotada (George Orwell, 2009).

A produção de memórias e a construção da História estão inscritas nas redes de poder que possibilitam dizeres e estabelecem silenciamentos na produção de sentidos de uma determinada época como também de uma determinada cultura – daí pensar que as cronologias não são estanques nem homogêneas, que o retrato das condições de produção não se reduz somente ao contexto e ao tempo. O poder/querer dizer reflete aspectos do pensamento político e da política e abre espaços para a formação da memória. A democracia, tão aclamada e fortemente sustentada no Ocidente durante a modernidade, especialmente a partir da década de 1990 com políticas de “democratização mundial”, cria regimes de visibilidade que projetam efeitos de que tudo é permitido dizer/enunciar, mas de que nem tudo é dito e que o silêncio recobre a construção da História.

Os regimes ditatoriais pelos quais passaram muitos países da América do Sul – entre os quais Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai – entre as décadas de 1960 e 1980 estabelecem uma aproximação entre eles ao mesmo tempo em que os distancia nas suas relações com a produção de memórias do período e aos regimes de visibilidade que sustentam. Estava claro, pela maneira como o tema era (re)tomado no Brasil, que a memória da ditadura militar brasileira como um todo, e especialmente aquelas da resistência, estava formada na opacidade regida pelas produções marginais, quase sempre de materiais da

³⁴ Uma versão desta seção foi publicada, com o mesmo título, na revista *Eutomia*, da Universidade Federal de Pernambuco. Cf. SÁ, Israel de. Quem te viu, quem te vê: a memória da ditadura brasileira entre o dizer e o silêncio. *Eutomia*, Recife, v. 9, p. 479-491, 2012.

esquerda³⁵, uma vez que os órgãos oficiais insistiam no apagamento do passado sobretudo pela não divulgação de documentos oficiais do regime e ainda hoje se sustentam na Lei de Anistia instituída naquele momento de repressão, em 1979, para não julgar os casos de tortura tão comuns à ditadura³⁶. Mas, quais são os efeitos dessa revisitação marginal³⁷ que diz no não dizer? Embora muitas vezes traçassem planos estratégicos conjuntos – lembremos especialmente da Operação Condor, que abrange um período entre os anos de 1973 e 1980, aproximadamente, realizada em conjunto entre as ditaduras do Brasil, da Argentina, do Chile, do Uruguai, da Bolívia e do Paraguai com o objetivo de combater o “terrorismo” (a resistência aos regimes militares) na América do Sul (DINGES, 2005) –, as ditaduras do sul da América escancaram uma produção histórica distinta que revela traços históricos e, portanto, culturais nas formas como os sentidos e, ainda, as verdades são construídos. Se, por um lado, a Argentina³⁸, como exemplo, sustenta uma hipervisibilidade realçada por grandes manifestações e por punições – muitas delas com ampla cobertura midiática – e construções de espaços de debate e memória – há, na cidade de Buenos Aires, um sem-número de antigos espaços clandestinos de repressão utilizados pela ditadura que se tornaram espaços de memória –, por outro, no Brasil, há uma produção da memória no discurso que figura entre o democrático (a possibilidade de “dizer tudo”) e o silêncio (que evidencia, neste caso, o dizer à margem) – no Brasil, os projetos de constituição de espaços de memória ainda são insipientes e de pouca visibilidade; há, por exemplo, na cidade de São Paulo, o antigo centro de repressão do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), no centro, que se tornou

³⁵ É interessante observar que, de fato, são os materiais da resistência que ainda mais aparecem nessa retomada marginal, mesmo que possamos considerar que há, atualmente, já na segunda década do século XXI, uma espécie de retomada oficial, com a abertura, pequena, de documentos do regime e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (e a produção discursiva a ela associada). No entanto, desses materiais da resistência – que apresentamos acima e aos quais retornaremos ainda neste capítulo –, notamos que são memórias, principalmente, de uma “esquerda festiva”, cuja resistência se dava pelo humor e pelo sarcasmo, sendo a esquerda armada quase silenciada ou, em muitos casos, romantizada.

³⁶ Nota-se, especialmente desde o final da primeira década do século XXI, a volta do debate sobre a punição de antigos agentes da repressão e a revisão da Lei de Anistia. O debate sobre as punições se fundamenta hoje na possibilidade de julgamento de ex-militares pelo fato de se considerar que crimes de desaparecimento não prescrevem, uma vez que os corpos não foram encontrados e, portanto, ainda não estão “encerrados”. Esse movimento estabelece, tanto na política quanto na mídia, uma disputa que trouxe visibilidade também às manifestações da (extrema) direita identificada ao regime que tem como exemplo as comemorações recentes pelo Golpe de 1964, ou Revolução de 1964, como é chamada por alguns grupos, marcada especialmente pela ‘nova’ Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreu em 31 de março de 2014 em diversas capitais brasileiras.

³⁷ Um exemplo disso é apresentado aqui com a exposição sobre a imprensa alternativa; outros serão desenvolvidos sobretudo no *Capítulo 4* deste trabalho, com a análise de especiais sobre o período e da repercussão pela mídia de acontecimentos como a tentativa de revisão da Lei de Anistia, em 2010, e a instalação da Comissão Nacional da Verdade, 2012.

³⁸ Cf. especialmente Zoppi-Fontana (2011).

local de visitação pública e espaço para estudos e debates sobre o período, o chamado Museu do Imaginário do Povo Brasileiro (ou Museu da Resistência³⁹).

3.1.2.1 Uma breve retomada: quando a história começa a se construir⁴⁰

O final da década de 1970 foi marcado, no Brasil, por uma retomada do dizer político (um realce da política) por meio de um processo de espetacularização inscrito no interior da mídia, que via nesse mecanismo de produção discursiva uma maneira de trazer de volta a população para a discussão de tal tema. A segunda metade daquela década foi marcada por microacontecimentos que deram início a um processo de distensão do regime militar que conduziria, já em meados dos anos 1980, à abertura política e ao início da redemocratização. A crise econômica que deu fim ao *milagre econômico* que sustentava em boa medida a ditadura, o estopim da repressão com os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho no interior do Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de São Paulo e os consequentes questionamentos decorrentes desses casos e, ainda, as dissonâncias no interior do próprio regime são alguns desses aspectos. Ora, estudos (cf. SÁ, 2011; SÁ, SARGENTINI, 2012) apontam que nesse momento surge um discurso de uma distensão política conduzida pelo próprio regime sustentado por enunciados como “abertura lenta, gradual e tranquila” e que procura salientar uma centralização na condução do país e, também, nas relações de poder. Esses trabalhos mostram, da mesma forma, que as relações de poder são muito mais complexas que a simples centralização estatal, até mesmo em estados de exceção, ainda que nesses casos o controle, sobre os sujeitos e, conseqüentemente, sobre as produções discursivas, seja muito maior, uma vez que também o discurso é objeto de desejo, é “aquilo por que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2004, p. 10).

³⁹ Outrora chamado de Museu da Liberdade.

⁴⁰ Nesse ponto, retomamos algumas das discussões apresentadas em nossa dissertação de mestrado a fim estabelecer um breve trajeto entre a construção de uma história do tempo presente, ainda naquele momento de repressão política, e a produção de uma memória contemporânea da ditadura militar brasileira, que é o objetivo principal deste nosso trabalho.

Cf. SÁ, Israel de. *Da repressão à abertura política: processos de espetacularização do discurso político*. Dissertação de Mestrado, sob a orientação da Profa. Dra. Vanice Sargentini. São Carlos: UFSCar, 2011, 213f.

O poder não está, substancialmente, identificado a um indivíduo que o possuiria e o exerceria desde sua origem; ele torna-se um maquinário do qual ninguém é titular. Certamente, nessa máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; certos lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De sorte que podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder da força individual (FOUCAULT, 2010b, p. 116-117).

A mídia, também ela, tem papel fundamental nesse processo de distensão da ditadura e, com isso, na construção da história, ainda em curso e, portanto, do tempo presente. Um percurso de leitura pelas páginas da grande mídia impressa da segunda metade da década de 1970 revela a ampliação do debate político e a construção de uma história que ainda nem é memória, uma vez que os fatos ainda acontecem e, portanto, o debate e o processo de construção ainda estão em curso. Não obstante, a caracterização do debate já revela por si movimentos na ordem do discurso que conduzem para o espetáculo da política e estabelecem o encaminhamento para o democrático, que dá a ilusão de que tudo é possível dizer mas que também é marcado pela opacidade e pelo silêncio.

Fato é, sem dúvida, que a repressão e a censura ainda estavam presentes de maneira marcante naquele momento, porém o enfraquecimento do regime que sustentava a ditadura já possibilitava uma resistência discursiva mais elaborada. O caso da morte do jornalista Vladimir Herzog expõe as relações de poder que apontam para o enfraquecimento da ditadura e a possibilidade de abertura política (cf. SÁ, 2011) – “Passados três anos [...] a ação dos serviços de segurança sofreu fundas, dramáticas mudanças – detonada, em parte, pela própria morte de Herzog” (VEJA, 1978a, p. 28) ou, ainda, “Pela primeira vez [...] imprensa então livre de censura prévia entrou de rijo numa questão deste teor – e, depois, não parou mais. Uma semana após a morte, 8000 pessoas se concentraram na Catedral da Sé, em São Paulo, para um ato ecumênico – a primeira manifestação de tal porte, após longos anos de silêncio” (VEJA, 1978b, p. 25).

O caso desse assassinato no interior de uma dependência do próprio regime carrega consigo os traços mais marcantes da espetacularização da política pela mídia, uma vez que entre os anos de 1975 e 1978 forma-se um trajeto de leitura que vai do informativo (descritivo) ao analítico: antes inscrita no debate meramente policial (o campo do jurídico), a morte de Herzog é deslocada para o debate político (logo, outro campo discursivo), que faz circular dados estatísticos (referentes à tortura, desaparecidos políticos etc.), exemplos comparativos (estabelece-se uma relação entre a barbárie ugandense e a civilidade inglesa que

mostra que o Brasil, após o caso Herzog, estava pronto para passar também da barbárie à civilização), mobiliza comentadores que dão a voz de autoridade necessária para atestar aquilo que se argumenta e produzir efeitos de verdade ao que se investiga e analisa. Constrói-se, com isso, um espetáculo em torno do caso que, também ele, abre caminho para mudanças na política nacional e provoca abalo no próprio regime militar. Esse trajeto, embora descontínuo, revela regularidades que dão à mídia o papel de sujeito da construção histórica.

Buscava-se, naquele momento de distensão do regime ditatorial e início da abertura política, um retorno ao passado recente pela análise do presente; um processo de *construção* da história que evidenciou, de fato, ruptura na ordem do discurso que inverteu o primado do efetivamente político – antes sustentado pelo gênero doutrinário dos partidos e das organizações de esquerda, muitas vezes inscritas na luta armada contra o regime militar – para o espetáculo da política no interior da mídia, que traria consigo também uma espetacularização da memória e da história.

Passadas mais de duas décadas do fim da ditadura militar no Brasil, que em 1985 efetivou a transição aparentemente tranquila do regime repressivo para a democracia constitucional – uma transição regida pelo governo militar em “parceria” com representantes civis da política –, a memória do período, no início do século XXI, permanecia ainda inscrita mais na opacidade e no silêncio que nas possibilidades reais de dizer. As discussões em torno da revisão da Lei de Anistia, por sua vez, e os debates de campanha eleitoral evidenciaram, em 2010, as relações de poder que sustentam a produção da memória do período e marcaram aspectos da visibilidade que se dá ao tema – entre o apagamento da história e a reativação do passado pelas (não) punições aos envolvidos, entre a construção histórica marcada pelas feridas das “lutas” e a romantização/“glamourização” da resistência. É próprio, por exemplo, dos ex-integrantes de organizações políticas ligadas à luta armada e que atualmente participam da vida política nacional produzirem um apagamento do passado, especialmente da luta armada, pela “romantização”, e ainda mais, por meio de uma “glamourização” do período e da resistência. Dois exemplos da política atual, das campanhas eleitorais de 2010, são evidentes: a) Fernando Gabeira, que participou do sequestro de embaixador americano, Charles Burke Elbrick, em 1969 – cujos relatos são evidenciados em seu livro *O que é isso companheiro?*, de 1979 –, negou veementemente a possibilidade de ser o autor da ação caso decidissem pelo assassinato do diplomata, fato que poderia manchar sua candidatura ao governo do estado do Rio de Janeiro; b) Dilma Rousseff, candidata à presidência da República, trazia em seu site de campanha uma foto-montagem que apresentava uma espécie

de biografia; nela, há três fotos: a primeira retratava Dilma ainda menina, enquanto a última, Dilma já política, porém, a foto que está no centro (e também centro de polêmica) mostrava a atriz Norma Bengel (sem que seu nome fosse especificado) em meio a manifestação dos anos 1960, fato que desvinculava Dilma da luta armada – que ainda a caracteriza como “terrorista” por alguns setores da sociedade e que a campanha política não nos deixou esquecer – e que apresentava o *glamour* da resistência pacífica contra regimes ditatoriais⁴¹.

A construção da história e a produção da memória estabelecem, portanto, relação intrínseca com a (produção da) verdade – “espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável” (FOUCAULT, 1979a, p. 19). No Brasil, de maneira diferente dos demais países da América do Sul que passaram por ditaduras, as lutas pela memória revelam as relações de poder e inscrevem o debate político no jogo de visibilidades opacas que proporcionam, em alguma medida, um debate no escuro a respeito do passado, do presente e, também, do futuro.

3.1.2.2 A luta pela memória como traço cultural

As possibilidades para uma produção ampla da memória da ditadura militar brasileira, diferentemente, por exemplo, da Argentina, que já mencionamos, passa pelos entraves políticos ao acesso a documentos oficiais da época⁴². Dessa forma, mais que nunca, a relação dizer/não dizer configura a reativação do passado. Nesse ponto, volta sempre a questão da identidade brasileira, inscrita na sua própria cultura – o brasileiro como povo cordial e pacífico que, portanto, não guarda mágoas e perdoa seus detratores (HOLANDA, 1995) –, que põe no esquecimento uma forma de superação do passado obscuro. Assim, ampliando a discussão foucaultiana, observa-se que a produção e a formação dos regimes de verdade

⁴¹ Sobre essa minibiografia de Dilma Rousseff, a Profa. Dra. Vanice Sargentini desenvolveu análises, apresentadas em eventos em Maringá (1º CIELLI/4º CELLI) e São Carlos (58º GEL) – junho e julho de 2010, respectivamente –, que sustentam, por meio de uma semiologia histórica, a produção de sentidos por uma espécie de narrativa que se evidencia pela leitura linear das imagens/fotos. Essa análise também está em artigo publicado pela série Trilhas Linguísticas, da UNESP: SARGENTINI, V. A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, M.R.; KOGAWA, J.M. (Org.). *Análise do discurso e semiologia: reflexões contemporâneas*. Araraquara/ São Paulo: Laboratório Editorial da FCL/UNESP; Cultura Acadêmica, 2012.

⁴² Ainda que em 2014 tenha sido instalado um processo de liberação ao acesso de documentos da época, especialmente em arquivos disponibilizados pelo governo do estado de São Paulo, ele ainda é muito incipiente e praticamente não atinge os arquivos das forças armadas, que permanecem obscuros, sem até mesmo se saber se permanecem intactos e inalterados.

envolvem, sempre, caracteres histórico-culturais, que também atuam no “controle” das produções discursivas.

Com força na margem, portanto, a memória, que recebe um estatuto de não politizada/despolitizada, mais uma vez tem seu espaço na mídia, que aparece como fundamental nesse processo na medida em que é nela, quase sempre, que o passado volta a aparecer, dando a ele uma visibilidade espetacularizada. É nesse movimento e deslocamento constantes que se verificam, paralelamente, incessantes chamadas pela mídia à apresentação de um passado obscuro, apagado da memória social, e, mais, a publicação (ou republicação) de coletâneas e edições completas de jornais e revistas que tiveram destaque nos anos mais violentos da repressão militar e exerceram certo papel de resistência ao regime.

A não politização do tema ditatorial, sobretudo durante o século XX e ainda no início de século XXI, leva à manutenção de uma “falta de sentidos” do discurso marginal dos tempos da ditadura; ao mesmo tempo, a retomada de textos da época, ainda que na sua marginalidade, constituem um processo de (re)significação e inscrição de um discurso de resistência na memória e, talvez, na história. A produção da história hoje, que está intrinsecamente permeada pela consolidação de memórias, passa, sem dúvida, pelos jogos que se estabelecem na mídia. Uma memória do período de ditadura militar no Brasil não é diferente e vem marcada pela visibilidade que conjuga opacidade e silenciamento, regulação e silêncio – como mostra Zoppi-Fontana (2011, p. 169), “a democracia tem a ver com a produção de um visível, e o quanto a produção desse visível depende de invisíveis que ainda nos habitam”. É interessante, portanto, o papel que se dá a esse material, que compõe o *corpus* de nossa pesquisa, que emerge e é resgatado na contramão dos debates atuais acerca do período. Tal emergência, embora pareça registro oficial uma vez que esse material é, geralmente, financiado por órgãos atrelados ao governo, tem circulação específica na margem e evidencia, de certo modo, uma preocupação com o resgate histórico e a produção/consolidação da memória; contudo, inscreve também um apagamento (e silenciamento) no debate acerca de uma possível revisão na Lei de Anistia, de 1979, que desembocaria em possíveis punições a agentes da repressão. E, como dito, um dizer que sustenta um não dizer.

O aparecimento de um discurso de retomada no interior da mídia – pelas reedições, especiais, documentários, entrevistas e filmes – não cria ainda um regime de visibilidade e muito menos provoca uma hipervisibilidade que sustente o tema, ao contrário da Argentina, por exemplo, cuja mídia de massa, em especial a televisiva, trouxe o julgamento (e a

condenação) de agentes políticos da ditadura e provocou uma rede de visibilidade que sustenta uma hipervisibilidade (ZOPPI-FONTANA, 2011). Há, portanto, relação com o que afirma Pêcheux (1999), de que há uma “fragilidade, uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (p. 50), pois há o acontecimento que escapa à memória, que não chega a se inscrever, e há o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido – a mídia acentua, então, a visibilidade que dá margem para uma compreensão do todo, que atesta uma característica de produção do real, mas que na verdade é apenas “efeito de”, que marca a opacidade e acentua a relação do visível com o invisível, da produção de sentidos com o silêncio.

Se hoje, ainda, uma memória do período ditatorial se produz no embaraço democrático que cria efeitos de verdade e, talvez, de realidade, a história daquele momento emerge na marginalidade cujos dizeres visíveis acentuam uma cultura da cordialidade mas que os silêncios realçam a contradição.

3.1.3 Quando a galhofa vira resistência e a imagem torna-se ‘arma de guerra’: a superexposição do corpo na mídia alternativa durante o regime militar brasileiro

A dimensão histórica do discurso é preocupação constante da Análise do discurso desde os trabalhos iniciais de Michel Pêcheux e seu Grupo e ganhou ainda mais destaque a partir da década de 1980 com o deslocamento do conceito de *interdiscurso* para a emergência da noção de *memória discursiva* a partir de uma aproximação dos estudos discursivos com os trabalhos foucaultianos realizada por Jean-Jacques Courtine ([1981] 2009) e incorporada por Pêcheux (1999, [1983] 2008, [1981] 2009). Embora relegada a um segundo plano, ou esquecida em alguns trabalhos atuais, especialmente na França, essa dimensão histórica é enfatizada, a partir de uma reformulação na metodologia de trabalho e da consideração de diferentes temporalidades, quando da abordagem de uma *semiologia histórica* (COURTINE, 2011a). Nesse movimento, e nas constantes redefinições no interior da AD, diferentes materialidades são trabalhadas, além do aspecto verbal, e, com isso, o corpo também se torna objeto de estudo discursivo e ganha uma abordagem marcada por uma perspectiva histórica/antropológica.

No interior dessas preocupações, voltamos nosso olhar para a ditadura militar brasileira que, inscrita num combate marcado por sua “invisibilidade”, produziu, especialmente durante sua fase mais repressiva (entre os anos de 1968 e 1974), o apagamento do corpo, principalmente do corpo da resistência, e, por consequência, do corpo do combatente da luta armada. Já em trabalhos anteriores (SÁ, 2011; SÁ, SARGENTINI, 2012) destacamos, ainda sem nos debruçarmos sobre tais aspectos de forma extensiva e definitiva, que a ausência/presença do corpo do combatente da resistência evidenciava ora aspectos eufóricos do combate à ditadura ora aspectos disfóricos dessa resistência. A ausência do corpo do guerrilheiro, durante o combate à repressão, alçava-o à figura de herói trágico pela figura do mártir morto para salvar o povo. No entanto, com o início da distensão do regime e o fortalecimento da mídia (especialmente da grande mídia) e com o afrouxamento da censura, o corpo do resistente começa a ganhar visibilidade, morto, aproximando-o ora da figura do bandido comum ora de um herói tragicômico, no próprio estilo quixotesco.

O aprofundamento da repressão e da censura entre o final da década de 1960 e o início dos anos de 1970, especialmente durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, contribuiu decisivamente para uma transformação da mídia. A censura prévia e, também em muitos casos, a autocensura levaram a maior parte dos meios de comunicação a portarem-se como porta-vozes do regime – alguns veículos aderiram ao discurso oficial outros aprofundaram esse discurso, com exaltação da política econômica do regime e de suas obras e crítica aos movimentos de resistência. Nesse sentido, a imagem, tomada como reprodução da realidade, perde espaço e aparece, quando aparece, quase sempre como objeto figurativo.

Em nossa pesquisa desenvolvida durante o mestrado, observamos um aprofundamento do jogo imagético a partir do final da década de 1970, quando ocorre um *boom* dos meios de comunicação alavancando a grande mídia por meio de uma espetacularização da política e do discurso político. Observamos, então, que por meio de uma retomada do passado recente, na elaboração de uma história em curso, aquela do tempo presente, a imagem ganha força na caracterização e na figurativização do herói da esquerda, que começa a aparecer, por meio das fotos (que inscreve, com isso, um índice de realidade), como derrotado – a supervisibilidade conferida ao cadáver configura a derrota e a luta perdida, promovendo um deslocamento da figura do herói trágico, elaborado pelas narrativas de campanha das guerrilhas, para um herói tragicômico, que desafia uma luta sem possibilidades de vitória.

O exemplo a seguir foi retirado daquele momento de nossas pesquisas:



Figura 5 - Lamarca morto pelo exército na Bahia

Fonte: VEJA (1979).

Se pelas narrativas elaboradas pelos documentos emitidos pelos grupos da resistência armada, sem o recurso da exposição imagética, os feitos do guerrilheiro morto eram realçados, elevando o mártir, que morre em nome da liberdade do povo, a mito, a imagem de sua morte, superexposta pela repetição própria da grande mídia, estabelece, também, sua desmistificação, uma vez que a imagem é confrontada com o real, e muitas vezes igualada a ele, mostrando que se o guerrilheiro morre, o que configura sua derrota, ele é figura desse mundo, uma figura real que tem corpo e que é comparado ao terrorista (que tem seu lado político) mas também ao bandido comum; portanto, longe dos heróis míticos: “o encadeamento das imagens aponta para o fato de que seu único destino era a derrota. Todas as ilusões estavam/estão perdidas” (SÁ, 2011, p. 137). Se em outro momento, da luta contra o regime, evidenciava-se a morte de Lamarca como símbolo da luta contra a repressão, no momento de abertura ele é trazido pela mídia como assassino, terrorista que prejudicava o andamento do país. Observemos, ainda, que não há uma superexposição clara da imagem do resistente, no entanto, a simples reprodução de sua imagem, de combatente (para o regime, terrorista) morto, estabelece os sentidos claros da derrota e do banditismo.

É interessante observar um paradoxo na relação com o corpo durante os anos do regime militar no Brasil: a imagem era exceção no interior da grande mídia naquele momento configurando uma ausência de corpo; no entanto, o corpo era fundamental para o regime, sendo o lugar pelo qual era possível calar a resistência, sempre por meio das marcas ali deixadas pela repressão. São esses alguns traços apontados por Arantes (2010, p. 208):

[...] desde o início, a exceção se instalara noutra dimensão, verdadeiramente inédita e moderna, a partir do momento em que ‘o corpo passa a ser algo fundamental para a ação do regime’ e câmara de tortura se configura ‘como a exceção política originária na qual a vida exposta ao terrorismo de Estado vem a ser incluída no ordenamento social e político’ [...].

No contraponto da grande mídia, que promove a ausência de imagens – ou seu uso como aspecto figurativo, uma vez que não pretendia desafiar a censura –, aparece a imprensa alternativa, em especial aquela que tem em sua base, além da função jornalística, o humor. Antes, a própria função jornalística de cada uma dessas imprensas naquele contexto, como já destacamos, era distinta: enquanto a primeira aderiu ao discurso oficial, ainda que em alguns casos pelo silêncio, a segunda tinha no seu seio uma resistência, marcada pela crítica aos costumes, ao modelo econômico e à política censora e repressiva imposta pelo regime: “Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico” (KUCINSKI, 2003, p. 13).

Aqui, voltamos então nosso olhar para esse outro material midiático produzido naquele momento no contraponto da mídia tradicional: jornais e revistas da chamada mídia alternativa (e também conhecida, naquele momento, por diversas outras denominações, como imprensa alternativa, nanica, de leitor, independente e *underground*), aquela que tinha no humor seu ponto central de crítica e também de resistência ao regime militar. Nesses veículos de comunicação, a superexposição do corpo é efetiva, contudo ela se dá de maneira muito distinta daquela da grande mídia. Cria-se um jogo entre a exibição corporal e a exaltação de seus traços mais bizarros cuja resistência é manifestada por meio do satírico, do sarcástico e, também e muitas vezes, do escatológico – no contraponto da luta radical, promovia a “festa” ambientada no espetáculo discursivo da paródia escrachada e na piada escatológica. A fotomontagem e o cartum aparecem, contudo, com uma dupla função, que é bastante paradoxal: i) rir para criticar, resistir e, também, possivelmente transformar, conforme

mencionamos; ii) rir para deixar seguir, debochar do regime e mostrar que seu tentáculo não é tão abrangente. Dessa forma, configura-se o aspecto paradoxal: é resistência, porque ri do regime, mas é também adesão, uma vez que o deboche não é ação, portanto não é atitude clara de transformação. Daí sua clara diferença em relação aos jornais ‘partidários’ da mídia alternativa, cujo objetivo primeiro é luta contra o regime, ou seja, a mudança.

Procuramos, então, a seguir, traçar uma reflexão – que nos ajudará a observar o papel dessa mídia alternativa na resistência ao regime – sobre o discurso, a história e o corpo, preocupando-nos mais com as duas primeiras dimensões, em seus entrecruzamentos, mas tomando a última como objeto e para constituição de um percurso de análise, amparada nos pressupostos teóricos da Análise do discurso derivada dos trabalhos de Pêcheux e na sua articulação com a proposição de Courtine (2011a) de uma semiologia histórica, que, como apresentamos e discutimos no primeiro capítulo, enfatiza a dimensão histórica dos discursos, abre a possibilidade para o aprofundamento da análise de diferentes materialidades e contempla aspectos da Antropologia histórica e da História.

3.1.3.1 *Quando o corpo entra no jogo discursivo*

No momento em que a Análise do discurso expandiu seu olhar sobre outros objetos que não somente o linguístico, o corpo ganhou visibilidade também numa perspectiva histórico-linguística. Ao voltar seus olhares para diferentes materialidades e, portanto, diferentes suportes e *médiums*⁴³ lvi, os analistas passaram também a refletir sobre os aspectos que eram então somente observados numa perspectiva física e que ali entraram no jogo da produção discursiva. Essa nova perspectiva se dá especialmente por meio dos trabalhos desenvolvidos por Courtine, ainda na década de 1980, que reflete sobre as modificações no discurso político em função das transformações históricas e das novas tecnologias que impõem “o exame das relações entre corpo e discurso nas novas formas da fala pública”

⁴³ É importante ressaltar que, numa perspectiva tomada por Belting (2004) e por nós adotada, o *médium* é concebido como um “meio” de produção discursiva essencialmente histórico. Daí nossa opção pela manutenção do termo original e por uma distinção daquilo que é tomado simplesmente como *suporte*: “a experiência das imagens se liga, por sua vez, a uma experiência de seus médiums. Esses que apresentam uma forma dinâmica que eles adquirem nos ciclos históricos de seu desenvolvimento. [...] Cada médium possui uma forma temporal que lhe assinala a um momento dado. A questão dos médiums [e da própria materialidade] é então, por essência, uma questão histórica” (p. 40, tradução nossa).

(PIOVEZANI; SARGENTINI, 2009, p. 10). Com isso, o corpo – e, por extensão, a voz, o olhar, os gestos – passa a ser visto como um objeto discursivo na medida em que: i) pode ser condicionado pelo discurso; ii) é visto como um lugar privilegiado de produção do discurso; e iii) sustenta discursos (trata-se de um lugar sobre o qual se produzem discursos). Courtine (1989) destaca que o corpo está além da fala (e da linguagem) e a transcende, apontando que:

As fontes examinadas – obras de retórica, manuais de decifração do corpo pela fisiognomonia, livros de civilidade, artes da conversação – permitem precisar a inflexão da problemática, em relação àquela em que se constitui a origem: passa-se assim de uma análise linguística dos discursos a um trabalho histórico sobre a articulação do discurso e do corpo nas práticas linguageiras e expressivas; no tempo curto de uma sincronia sucede o tempo longo de um processo; a um pensamento do assujeitamento se substitui um conjunto de relações complexas, no qual as estratégias políticas, os mecanismos de poder se imbricam nas sociabilidades cotidianas, as formas da vida civil, mas também as sensibilidades e as resistências individuais. Pois todos os textos dizem e repetem: o rosto fala. Pelo rosto, é o indivíduo que se exprime. Ou se cala (p. 85)^{lvii}.

Corpo e linguagem são, portanto, indissociáveis: “tanto quanto o verbo, o corpo é expressão subjetiva, laço social de comunicação, linguagem natural da alma” (COURTINE, 1989, p. 86)^{lviii}. Corpo e discurso são histórica e culturalmente indissociáveis. O corpo obedece a um modelo de leitura do discurso. Nas práticas contemporâneas de produção dos discursos políticos, principalmente a partir da importância dada à televisão nas campanhas eleitorais, postura, gesto, voz, olhar são tão importantes quanto o verbal na produção e na compreensão dos sentidos políticos.

Antes relegado a um segundo plano, o corpo ganha importância teórica e analítica no interior das ciências humanas a partir do século XX, quando Freud observa que o “inconsciente fala através do corpo”. Courtine (2008a) mostra que invenção teórica do corpo no século XX se dá primeiro com a psicanálise freudiana, depois com a fenomenologia de Husserl, que pensa o corpo como berço de toda significação, e com o existencialismo de Merleau-Ponty, que vê o corpo como “encarnação da consciência”, e, por fim, com a antropologia de Marcel Mauss, que traz a noção de “técnica corporal”. “E assim aconteceu que o corpo foi ligado ao inconsciente, amarrado ao sujeito e inserido nas formas sociais de cultura. Faltava-lhe um derradeiro obstáculo a transpor: a obsessão linguística do estruturalismo” (COURTINE, 2008a, p. 8), que foi rompida pelas lutas sociais do final dos anos de 1960 e início da década de 1970 – movimentos individualistas e igualitaristas de

protesto –, pelas quais o corpo foi investido de linguagem, e mais, de discurso – “o corpo carrega, desde então, as marcas de gênero, de classe ou de origem, e estas não podem mais ser apagadas” (COURTINE, 2008a, p. 9). Courtine (2008a; 2008b) ainda acrescenta que é a Foucault, ao observar as maneiras exercidas pelo poder sobre a carne, que se deve a inscrição do corpo numa história de longa duração.

A reflexão de Courtine, em seus diversos trabalhos sobre o corpo, em especial o terceiro volume da *História do corpo – as mutações do olhar; o século XX*, por ele organizado, trata de uma compreensão do corpo monstruoso desde o início do século de XIX até o final do século XX, ora visto com certa curiosidade que abre espaço para o espetáculo do anormal, ora como objeto de controle e exclusão, tornando-se objeto de medicalização – “O anormal vai permitir, dali em diante, compreender o normal, e confunde-se a fronteira que os mantinha separados” (COURTINE, 2008b, p. 289). É importante destacar e sempre retomar que Courtine (2008b) observa o corpo monstruoso como uma construção histórica e cultural.

Com vistas a escrever uma história dos consecutivos sucessos, declínios e desaparecimentos da exibição das deformidades dos corpos humanos, Courtine concentra-se no período que se estende do começo do século XIX até o final do século XX. Trata-se, segundo ele, de tentar apreender uma transformação fundamental do olhar contemporâneo sobre o corpo, considerando a extração da diferença corporal do conjunto daqueles que eram antes concebidos como exceções monstruosas e sua inscrição no universo dos corpos comuns. Compreender essa metamorfose do olhar é essencial para aqueles que buscam conhecer as formas de constituição da individualidade moderna e contemporânea pelo viés da relação entre corpo e identidade (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2009, p. 14).

Refletir sobre o corpo no interior da Análise do discurso é, portanto, também refletir sobre as imagens que o veiculam, que produzem e o reproduzem, e que muitas vezes o exploram na produção de um espetáculo. Dessa forma, é preciso voltar nosso olhar tanto para a imagem quanto para o *médium*, que são indissociáveis, uma vez que o *médium* nos faz ver a imagem de forma que não nos confundamos nem com os verdadeiros corpos nem com as coisas simples (BELTING, 2004). Nesse sentido, Belting põe em pauta a questão de uma análise antropológica da imagem a partir do ponto de vista do olhar humano e do artefato técnico. Dessa maneira, a AD entra em contato também com uma *semiologia histórica* que, antes, está àquela associada e dela faz parte fundamental. Na linha das discussões de Belting,

Courtine ainda afirma que “o corpo, o rosto são objetos históricos e culturais cujas percepções estão ligadas, no registro da *expressão*, às representações linguageiras, às suas transformações” (1989, p. 88)^{lix}.

Torna-se, então, importante retomar o projeto de uma *semiologia histórica* a fim de enfatizar a dimensão histórica dos discursos. A própria relação com a materialidade discursiva apresentada por Pêcheux já deixa clara sua relação com a história na medida em que há um efeito do discursivo sobre a história, “mas, por outro lado, se há materialidades discursivas é porque os discursos estão pegos na materialidade histórica: há efeitos de dominação da estrutura histórica sobre o discursivo” (PÊCHEUX *apud* ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 166). Além disso, os discursos, também eles, são inscritos numa materialidade que é física, e também historicizada, um *médium* cujas condições de emergência e de produção também contribuem para a produção de sentidos. Esse suporte histórico pode ser o corpo, mas o corpo, enquanto discurso, ora na sua reprodução imagética, pode também estar inscrito num *médium* que juntos conjugam sentidos históricos e culturais.

Em nossos estudos será preciso, portanto, refletir sobre a aparição e a veiculação de imagens⁴⁴ na mídia alternativa dando total atenção a esse meio, refletindo sobre sua circulação e sobre sua constituição, que nos darão a segurança de uma análise que contemple a produção discursiva, o corpo como discurso e como lugar de discursos, enraizada em determinado *médium*, um suporte histórica e culturalmente constituído. Na sequência, então, voltamos nosso olhar definitivamente sobre parte do *corpus*, que é constituído de material da mídia alternativa produzido durante o período ditatorial e que retorna hoje, e damos início às nossas análises.

3.1.3.2 A superexposição crítica (e de resistência) do corpo da ordem

Retomando o material que constitui nosso *corpus* de análise, verificamos que a publicação de *Pif Paf*, *O Pasquim* e *Ex-* marcam três momentos distintos da imprensa alternativa durante a ditadura militar: uma espécie de início, um apogeu e a repressão. Nesse

⁴⁴ Vale sempre ressaltar, como reitera Zoppi-Fontana (2011, p. 172), que só é possível apreender as imagens, uma vez que são discursos, no funcionamento da história, pelas “suas condições de produção em relação a uma memória que não é universal”.

sentido, Kucinski aponta que a imprensa alternativa “floresceu nos momentos de anticlímax do regime militar: primeiro, logo após o golpe; depois, quando se esgotou o impacto do AI-5 e, finalmente, ao se iniciar a abertura política” (KUCINSKI, 2003, p. 44). São em grande medida as ‘fases’ em que se inserem cada um desses três veículos: *Pif Paf*, logo após o golpe; *O Pasquim*, no ano seguinte à instalação do AI-5 e fortalecido no início dos anos 1970 e, também, no início da abertura política; e *Ex-*, no esgotamento da repressão pós-instauração do AI-5 e na transição para a distensão.

Embora tenha sido preparada antes do golpe de março/abril de 1964, a revista *Pif Paf*, que circulou entre maio e agosto daquele ano, estabeleceu-se, ao lado do *Correio da Manhã*, “como primeiros sinais de reação do campo derrotado e da sociedade civil” (KUCINSKI, 2003, p. 44), centrada principalmente na crítica de costumes, mas cujo uso tornou-se político, e oferecia a seus leitores humorismo com poucos desenhos (CHINEM, 1995), ainda que as imagens que nela foram veiculadas causassem impacto e reação do regime – vale lembrar que foi uma charge, que será objeto de análise neste trabalho, veiculada na edição nº 8 da revista, que levou a seu fechamento. A partir de sua publicação foi criada uma dinâmica de confronto, que marcou claramente a crítica ao regime militar.

O jornal *O Pasquim* foi criado⁴⁵ no final de 1969 e logo se tornou o veículo alternativo de maior circulação daquele período. “*O Pasquim* propagou [...] uma contracultura, alternativa tanto à cultura da ordem estabelecida como à cultura oficial de esquerda. Uma contracultura sintetizada no conceito de ‘antecaretismo, do repúdio ao conformismo, a tudo o que fosse conservador, repressor e inautêntico’” (KUCINSKI, 2003, p. 209). Sua crítica tinha como alvos a ditadura militar, a classe média moralista e a grande imprensa. Por esse motivo, ainda de acordo com Kucinski (2003, p. 209), “*O Pasquim* possuía duas dimensões, uma contingente, de combate à ditadura, e outra filosófica”. Seu humor era efetivamente centrado na denúncia da coerção e da violação dos direitos humanos. Também acrescenta Chinem que “no *Pasquim* se desenhava e se escrevia de maneira muito pessoal, uma das marcas da publicação. Muito irreverente, fazia crítica política no momento em que a imprensa estava calada. E havia crítica de costumes, no início mais do que qualquer coisa” (1995, p. 49). Além da maneira de criticar e de resistir, *O Pasquim* revolucionou o jornalismo brasileiro ao rever o tratamento dado à linguagem, instituindo uma oralidade que ia além da transposição do coloquial para as páginas do jornal. Esse aspecto linguístico fortalecia o confronto: não era

⁴⁵ Circulou até 1991, voltando em 2001, com o nome de *O Pasquim 21*, publicado por Ziraldo e seu irmão – além do apoio de antigos colaboradores –, sem grande impacto, para logo desaparecer, em 2004.

somente a ironia crítica e o sarcasmo que atingiam os costumes e o regime; também sua forma linguageira, muito próxima do popular, atentava contra o predomínio linguístico das grandes mídias sustentadas por representantes da classe média brasileira. Piovezani (2007, p. 173) mostra que ainda no início do século XX “o estilo monológico e as formas discursivas tradicionais de autoridade e hierarquia parecem ainda predominar”, ocorrendo uma mudança na fala pública apenas a partir do Estado Novo. A linguagem produzida pelo *Pasquim* é reflexo dessa mudança, contudo é também sua extrapolação, é a ridicularização das formas tradicionais da fala pública, é a desierarquização⁴⁶ acabada da linguagem.

Por fim, o jornal *Ex-* teve grande repercussão, mas durou pouco mais de um ano e meio, entre os anos de 1973 e 1975, com 16 edições com esse título e outras duas com títulos diferentes (*Extra* e *Mais Um*), numa tentativa de driblar a censura imposta pelo regime. Uma de suas características mais marcantes foi o uso vigoroso da fotografia, que era ampliada e disposta no intuito de causar uma forte impressão no público, sem a necessidade do texto verbal. Nas palavras de Kucinski (2003, p. 244), “*Ex* realiza em toda sua plenitude [...] o jornalismo de ruptura, a narrativa forte, uma linguagem sem barreiras à leitura [...], que vá direto à ferida, sem metáforas, sem compromissos com a censura. Que seja totalmente político sem precisar das muletas do discurso pedagógico”⁴⁷.

As imagens apresentadas a seguir, que compõem a Figura 6, são apenas exemplos de como cada um desses três veículos faziam uso das imagens na produção de sentidos, ora produzindo sentidos apenas por meio delas ora complementando os sentidos pelo texto verbal ou, ainda, no seu conjunto, conjugando ambas as linguagens.

⁴⁶ Piovezani (2007) vai a Cmiel (1990) para mostrar que uma adaptação do dizer, das formas de falar, às classes menos favorecidas, portanto, menos escolarizadas é já observada na Europa do século XVIII, provando transformações na fala pública. Além disso, a partir de Sennett (1974), aponta que há no século XIX efeitos desierarquizantes do estilo conversacional na fala pública, uma vez que a intimidade começa a ganhar cada vez mais o espaço público, enfraquecendo os limites entre as esferas pública e privada.

⁴⁷ Note, por exemplo, que o discurso pedagógico era uma característica do discurso comunista (cf. COURTINE, 2006b), mas que é apagado em outros tipos de discursos de resistência, como esse do jornal *Ex-*. E para que possamos identificar os deslocamentos de sentido na reedição desses jornais e revistas, da resistência a uma espécie de romantização e fetichismo (nossa hipótese), devemos voltar nosso olhar para os textos que introduzem esse material.

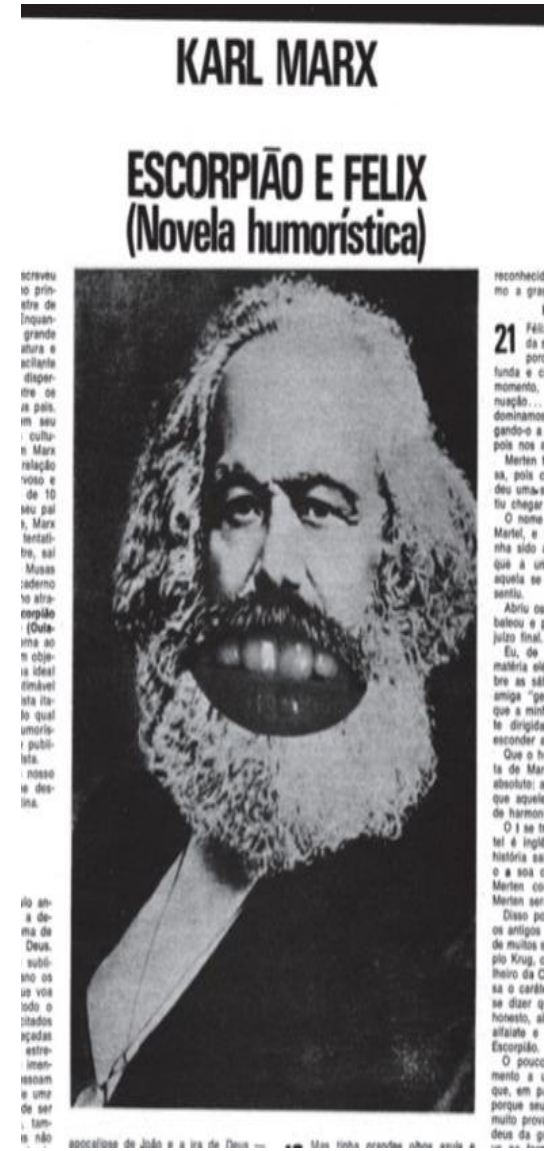
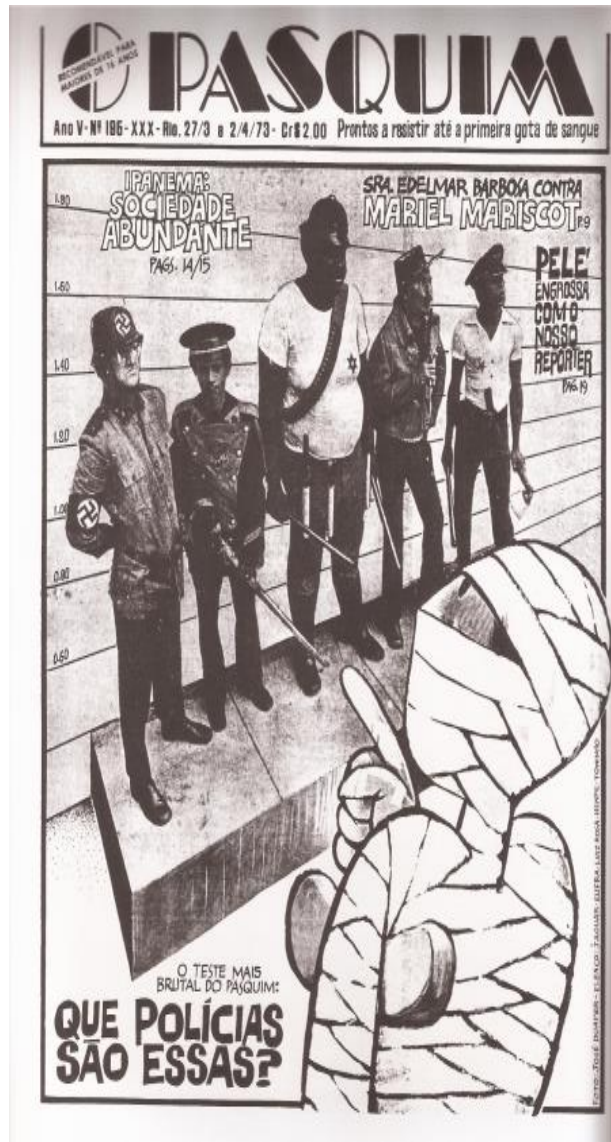


Figura 6 - Respectivamente, recorte da Revista Pif Paf de julho de 1964, capa de O Pasquim de abril de 1973, e recorte do jornal Ex-, também de 1973

A partir desses exemplos, é possível observar o modo com o qual se estabelece o jogo entre imagens, corpo e produção de sentidos. Tão logo se iniciou o regime militar, em abril de 1964, a revista *Pif Paf*⁴⁸ aparecia como crítica dos costumes e, depois, deslocada também para a crítica do sistema e da política. O corpo, longe da deformação própria da caricatura, que realça caracteres negativos do corpo, é reformulado pelo desenho no estilo fotomontagem – a figura de Magalhães Pinto, político importante do MDB que lutava pela presidência da República, em eleição que, a princípio, seria realizada em 1966, é deslocada para um concurso de Miss. Ponto semelhante é visto em *Ex*-⁴⁹, cuja figura de Marx, “inimigo” ideológico do governo, símbolo das tendências socialista e comunista, é apresentada pelo realce de um de seus caracteres, não pela caricatura, mas também pela fotomontagem. E ainda, no jogo entre sociedade e política, os costumes e a repressão, *O Pasquim*⁵⁰ fortalece sua representação humorística na criação chargística, com desenhos que deformam o corpo refletindo o horror da violência e o cômico do rebaixamento do policial. Ainda, nessa capa, é interessante observar o enunciado que acompanha o nome do jornal e que varia a cada edição: “Prontos para resistir até a primeira gota de sangue”, estabelecendo uma ruptura com a resistência armada, à qual voltaremos mais adiante.

Em nosso percurso descritivo, mais adiante, também nos atentaremos para as “expressões faciais”, uma vez que o close (na charge, na caricatura, na fotomontagem) é característica de supervisibilidade e exagero na produção de sentidos – a expressão, segundo Courtine (1988, p. 27), vai “dar sentido aos comportamentos, penetrar profundamente a interioridade subjectiva e fazer do corpo o lugar expressivo de uma voz íntima”. Retomando Pêcheux, Zoppi-Fontana apresenta a importância da apreensão da materialidade discursiva que estabelece sentidos no entremeio da memória discursiva e das condições de produção.

“[...] as circulações discursivas nunca são aleatórias, o qualquer coisa nunca é qualquer coisa” – e, aqui, eu relaciono justamente com o processo de constituição dos sentidos. “Aquilo que irrompe no espaço da repetição discursiva é efeito de uma materialidade específica, sobre e com a qual não se pode dizer qualquer coisa” – e aqui tem-se o processo de formulação dos sentidos. As imagens, então, devem ser interpretadas no entremeio da memória e das condições de produção (2011, p. 167).

⁴⁸ O exemplo apresentado é da edição nº 6, de julho de 1964. Fonte: Caruso (2005).

⁴⁹ O exemplo apresentado é da edição nº 1, de novembro de 1973. Fonte: Nitrini, Severiano e Chiodi (2010).

⁵⁰ O exemplo apresentado é da edição nº 168, de 27/03 a 02/04 de 1973. Fonte: Pasquim 40 anos (2009).

O silêncio imposto aos meios de comunicação de massa pela repressão do regime militar contribuiu, conseqüentemente e paradoxalmente, para a emergência de uma regularidade da superexposição imagética, e corporal, pela imprensa alternativa de resistência. Ao contrário do discurso oficial reiterado pela grande mídia, a imprensa alternativa encontra na hipervisibilidade uma forma de criticar as políticas repressivas que silenciavam a sociedade. Ora, é evidente, como já mostrado em relação à produção de caricaturas e na descrição dos três meios que tomamos para análise, que, embora houvesse ataque direto ao regime, por meio de textos satíricos, charges, tirinhas etc., essa não era a forma mais corrente de adesão a um discurso de resistência. A crítica e o ataque se davam, muitas vezes, a figuras associadas ao regime, ainda que não contemporâneas a ele, e àqueles que com ele tinham relação. O suporte material, sem dúvida, fortalecia a possibilidade de emergência desse discurso, por meio do jornal de tipo tabloide, cujo acabamento nem sempre era “perfeito”, o que diminuía os gastos. Vejamos, então, duas imagens de Hitler reproduzidas em capas de *O Pasquim* e de *Ex-*:



Figura 7 - Capa de *O Pasquim*, de 1972



Figura 8 - Capa do jornal *Ex-*, de novembro de 1973

A imagem militarizada de Hitler (Figura 7)⁵¹ era frequentemente associada à imagem militarizada do regime e a crítica, pelas imagens, se dava de maneira indireta. Retomar uma figura atemporal associada a um acontecimento contemporâneo, a realização dos jogos olímpicos de Munique, ocorrido em 1972, também ano dessa edição de *O Pasquim*, marcado por atentados terroristas, estabelece uma forte crítica ao período e às políticas totalitárias pelo mundo – no caso dos jogos olímpicos, a repressão do Ocidente sobre a cultura oriental –, e que tinha representatividade no Brasil por meio do governo militar ditatorial. O corpo de Hitler é transformado em monstro, cuja boca e os dentes o configuram como o Lobo-Mau; essa figura monstruosa reflete sua imagem fascista, também revelada pela suástica em seu casaco de militar, e corrobora a relação com o terrorismo, que podem ser vistas por indícios como as marcas de tiro que aparecem no pódio olímpico e as cruzes que substituem os vencedores – e neste caso, os derrotados pela(s) ditadura(s) – das medalhas de prata e bronze. É interessante observar, por um reflexo da memória, que há uma inversão no paradigma do terror, que é frequentemente associado à resistência aos regimes políticos (seja pelo próprio discurso oficial ou por parte da mídia) e que aqui concerne ao oficial, ao regime totalitário. Esse deslocamento produz a crítica tanto àquele regime nazista da primeira metade do século XX quanto à ditadura brasileira, que tem laço pela farda militar e pela gravata de comando – conforme aponta Almeida (2006, p. 43), que traça também uma análise desta imagem de capa, “no Pasquim, dadas as condições de produção de interdição, a caricatura funciona na referência aos assuntos internacionais na busca de fazer significar as condições internas do país”. No Brasil, 1972 era o auge da repressão do governo Médici, que pelo totalitarismo era frequentemente associado a figuras como as de Hitler e Mussolini; daí, também, o efeito de sentido e memória que é produzido pela associação ao alemão.

Além disso, o enunciado verbal que acompanha o nome e o cabeçalho do jornal, no alto da página, e que varia a cada edição produz o riso que é, ao mesmo tempo, adesão e ruptura. “O importante não é vencer. É sair vivo” – que reatualiza, de acordo com Almeida (2006), o ideal olímpico: “O importante não é vencer, é participar” – aproxima-se daquele de 1973, ao qual já nos referimos acima, que dizia “Prontos para resistir até a primeira gota de sangue”. Ambos realçam o confronto, existente naquele momento político, por meio de vocábulos como “vencer” e “resistir”, contudo implicam um duplo sentido: i) adesão à resistência pela palavra, pelo verbo, e, nesse caso, pelo humor que ridiculariza os costumes e a política; ii) ruptura com a resistência propriamente política dos partidos e organizações de

⁵¹ Fonte: Pasquim 40 anos (2009).

esquerda que propõem a luta armada. Nesse sentido, ainda que haja resistência ao regime pela crítica e pelo humor, há também uma resistência à própria resistência política cujo paradigma ideal é aquele que afirma: ‘eu morro pela liberdade e pela igualdade’. Também este enunciado completa sentidos na sua conjunção com a imagem de capa, uma vez que os ‘vencedores’ das medalhas de prata e bronze saíram mortos, e, portanto, derrotados por um regime fascista que, na vitória a qualquer custo, afirma: “Isto sim é que foram Olimpíadas”.

Por outro lado, na edição de novembro de 1973, a reprodução de uma imagem/fotomontagem de Hitler nu em pose fotográfica em uma praia paradisíaca e deserta (Figura 8)⁵² evidencia a crítica existencial própria do jornal *Ex-*, cujo simples recurso visual pela superexposição imagética causa o estranhamento próprio da resistência. Nota-se que não há qualquer recurso verbal que estabeleça relação clara com o visual. De acordo com Courtine (2008b, p. 284), “a superexposição do corpo desnudado intensifica a visibilidade dos sinais”. Duplo desnudamento do corpo de Hitler na crítica silenciosa de *Ex-*: a representação do corpo nu que, ao mesmo tempo em que mostra prazer, revela fragilidade, desproteção; ausência de outros recursos linguageiros que auxiliem na interpretação e na compreensão dos sentidos. A fragilidade e a solidão de um ditador, realçadas pelo corpo nu, também são associadas a uma fragilidade da(s) ditadura(s). Entre uma e outra imagem há a diferença evidente da configuração da expressão; uma como resultado histórico da repressão fascista/militar, outra na tranquilidade surpreendente do repressor em declínio.

Recurso semelhante é evidenciado quando os mesmos jornais trazem, de maneiras próximas e distintas, imagens do presidente norte-americano Richard Nixon.

⁵² Fonte: Nitrini, Severiano e Chiodi (2010).

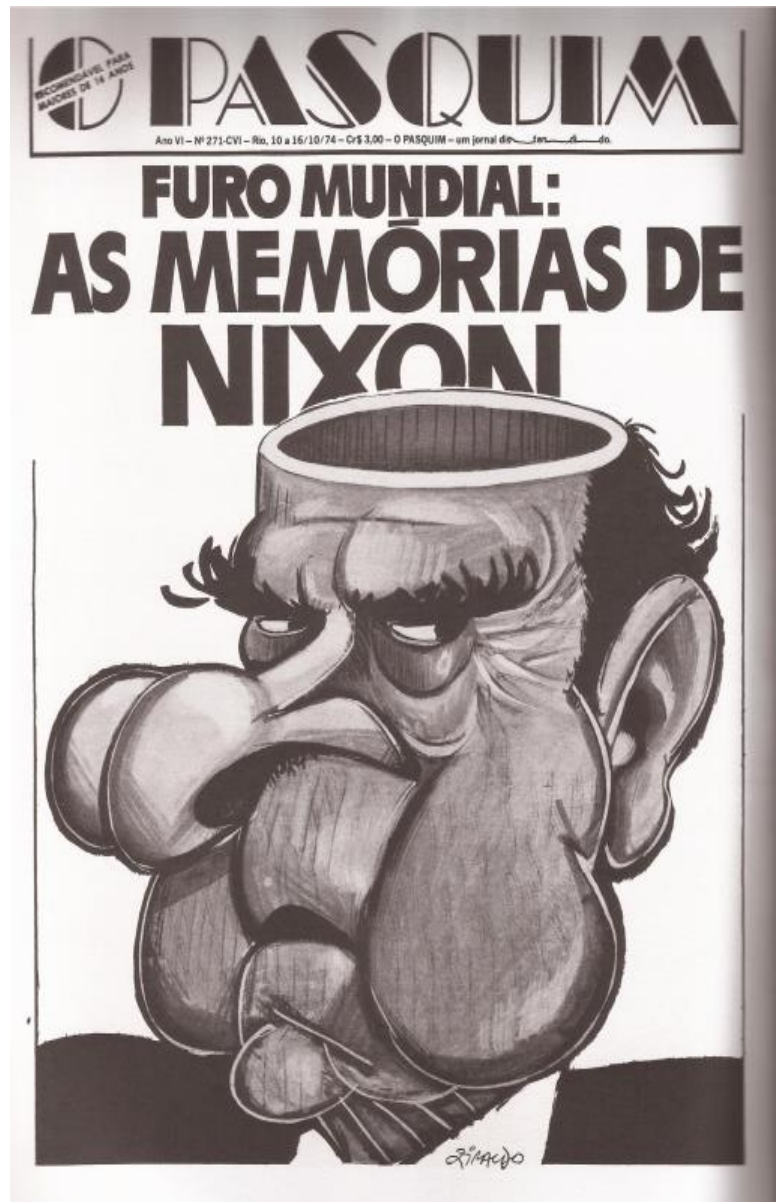


Figura 10 - Capa de *O Pasquim*, de outubro de 1974



Figura 9 - Capa de *Ex-*, de janeiro de 1974

O recurso à caricatura em *O Pasquim*, edição de outubro de 1973, é mais uma vez apresentado quando na representação de uma figura associada mas não própria do regime militar brasileiro – e nem sequer se trata de um militar, mas de um parceiro político e econômico. A deformação da face do presidente Nixon (Figura 10)⁵³ pelo realce debochado de algumas de suas características físicas – a bochecha saltada e o nariz abatado, por exemplo – criam uma figura repulsiva, muito parecida a um animal visto como asqueroso, como o rato. Também a falta do cume de seu crânio e a aparente ausência de cérebro contribuem para essa aparência monstruosa. Percebe-se que um dos recursos adotados pelo humor crítico de *O Pasquim* é o realce das aparências na construção de deformidades que revelam um aspecto monstruoso da figura criticada; daí o forte combate do regime militar à caricatura de componentes do governo. A desconfiguração corporal ressalta, quase sempre, os caracteres de monstruosidade ora suavizados pelos outros recursos imagéticos. As memórias de Nixon, que aparentemente não existem, inscrevem-se de maneira semelhante às memórias brasileiras, silenciadas e apagadas pela censura aos meios de comunicação, aos artistas, às obras teóricas e literárias etc.

O jornal *Ex-*, em edição de janeiro de 1974, por seu lado, traz mais uma vez a fotomontagem, própria de suas publicações, com a ausência do recurso verbal. A figura de Nixon com roupa de presidiário (Figura 9)⁵⁴ tal qual aquelas utilizadas pelas animações norte-americanas é vinculada, por meio de uma memória icônica, ao escândalo de Watergate e, de forma não menos intensificada, à política de apoio entre ambas as nações, Brasil e Estados Unidos. A face ao mesmo tempo tranquila e preocupada apresenta indícios de indiferença e de derrota, corroborando a crítica inicialmente estabelecida pela imagem de Hitler nu em uma praia deserta, tranquilo pelo repouso, mas abalado por uma derrota já passada e que ainda está por vir.

Destoando desta perspectiva de “ataque” ao regime, cujo confronto era estabelecido pela crítica ao “estrangeiro”, que induzia a uma crítica indireta ao regime e à ditadura, a revista *Pif Paf*, quando de seu deslocamento político, se caracterizava pela crítica direta a membros da política nacional pela sátira dos costumes e da política, como no exemplo que apresentamos na Figura 6 e na imagem reproduzida a seguir (Figura 11)⁵⁵, da edição nº 8 da revista, de agosto de 1964, no embate pelo título de “Miss Alvorada 66” – referência às

⁵³ Fonte: *Pasquim 40 anos* (2009).

⁵⁴ Fonte: Nitrini, Severiano e Chiodi (2010).

⁵⁵ Fonte: Caruso (2005).

eleições que inicialmente aconteceriam em 1966 – entre Magalhães Pinto e o então presidente Humberto Castelo Branco.



Figura 11 - Revista *Pif Paf*, de agosto de 1964

Deslocados, por meio de uma arte/desenho muito próxima da fotomontagem praticada por *Ex-*, para o corpo feminino mas também animalesco, os possíveis presidenciáveis eram colocados num concurso tipicamente feminino e numa briga (rinha?) propriamente

animalesca. A desconfiguração de seus corpos proporciona o estranhamento e o constrangimento do olhar fragilizado pela repressão. É importante destacar que essas imagens aparecem no último número da revista, posteriormente censurada e acabada, fato que revela o real afrontamento pela crítica estabelecida no jogo intersemiológico: o anúncio de um concurso para miss e o aparecimento de duas figuras da política nacional travestidas de mulher constroem o governo, na política e nos costumes, e marcam o poder da resistência pelo humor imagético.

As imagens, confrontadas, ladeadas ou não ao/pelo verbal, e numa perspectiva trabalhada pelo humor, inscrevem a imprensa alternativa num lugar de confronto, direto e indireto. A distorção e o realce dos corpos, a superexposição das aparências e o deslocamento dos sentidos produzem, sem dúvida, uma transformação nos olhares e nas visibilidades e provocam uma revolução nos meios de comunicação.

3.1.3.3 Ainda algumas palavras sobre a mídia alternativa como resistência...

A análise de imagens veiculadas pela imprensa alternativa dos anos de 1960 e 1970 revela aspectos importantes para a compreensão da história do período, especialmente no que tange à resistência à ditadura, e, de forma mais ampla, da produção de sentidos pelo jogo intersemiológico, e mais ainda pela utilização de imagens “trabalhadas” num momento de forte censura imposta pelo regime militar. O recurso à charge e à fotomontagem, e em menor medida à caricatura, expõe um deslocamento do olhar para o “corpo refeito” de agentes da repressão, de seus interlocutores, mas também de figuras-símbolo da esquerda.

Antes de passarmos definitivamente à análise da produção da memória da ditadura militar brasileira na contemporaneidade, trazemos outra capa do jornal *Ex-*, que tem a imagem do presidente cubano Fidel Castro, a fim de retomarmos, sinteticamente, nossos mecanismos de análise.



Figura 12 - Capa de *Ex-*, de agosto de 1975

A imagem de Fidel Castro (Figura 12)⁵⁶ na capa da edição número 13, de agosto de 1975, do jornal *Ex*- inscreve a crítica do jornal, e da imprensa alternativa de um modo geral, além da simples resistência ao regime, mas também de resistência à resistência política e armada. A remissão a Cuba, lugar da oposição ao mundo capitalista e lugar ideal para a constituição do guerrilheiro, principalmente nos primeiros anos do governo militar, neste caso, expõe uma via dupla de constituição dos sentidos: i) a imagem de Fidel Castro, em capa de jornal, exposta a todos nas bancas de revistas, proporciona o afrontamento da ditadura militar, que vê nas ideologias socialista e comunista seus inimigos de Estado; ii) a ação de Fidel Castro, que raspa sua barba – talvez pela indicação de uma mulher que está ao seu lado, cuja aparência física é característica dos grandes centros capitalistas e muito distinta da mulher cubana que se constrói no imaginário popular –, marca dos políticos da esquerda nos anos 1960 a 1980, configura também um desnudamento da ideologia comunista, cujos sentidos são sedimentados na conjunção com a legenda da imagem: “O Dr. Fidel Castro Ru[i]z, de volta ao sistema interamericano”. Ora, os sentidos estabelecem uma crítica tanto ao regime militar, capitalista, quanto ao comunismo, e às esquerdas – a resistência política como um todo –, e se configuram no duplo jogo do uso corporal: a imagem do líder comunista provoca o afrontamento, e o apagamento de uma de suas principais marcas, a barba, inscreve a desilusão com a resistência política (partidária) e armada. Os sentidos, portanto, são estabelecidos pelo jogo entre linguagem (imagética) e história, que atuam na emergência de uma memória discursiva.

A imprensa alternativa opera uma regulação da resistência a partir de um humor crítico que tem em seus projetos imagéticos o grande potencial para se opor à ditadura militar. Resgatando o jogo harmonioso entre um sujeito político e a malandragem⁵⁷, a mídia encontra espaço para “impor” a diversão a quem quer ver o Brasil livre da repressão. Ao lançar um olhar de estranhamento sobre os corpos desfeitos, e refeitos, os sentidos percorrem a resistência e ecoam para a mais forte reação ditatorial, a censura.

⁵⁶ Fonte: Nitrini, Severiano e Chiodi (2010).

⁵⁷ Aqui um aspecto que revela a diferença entre as imprensas alternativas do Brasil e de outros países. A figura do malandro como síntese de uma identidade brasileira e que encontra no “jeitinho”, no cinismo e no humor formas de burlar o sistema e também de resistir. Segundo Damata (2004, p. 55), “num mundo tão profundamente dividido, a malandragem e o ‘jeitinho’ promovem uma esperança de conciliação harmoniosa e concreta. Esta é a sua importância, este é o seu aceno. Aí está a razão de existir como valor social”.

3.2 NA VOLTA, O ACONTECIMENTO QUE PRODUZ A MEMÓRIA

O começo do século XXI é marcado, conforme já mencionamos, por um retorno ao passado recente do país, pela volta do debate acerca da ditadura. O que se vê, num primeiro momento, é sobretudo o aparecimento, na mídia, de especiais acerca do período e, ainda, a volta de materiais produzidos durante a ditadura, que surgiam especialmente sob a forma de resistência político-ideológica ao regime militar. Além dos materiais sobre os quais já lançamos um olhar inicial na seção anterior (*Pif Paf, Ex-* e *O Pasquim*), também trazemos agora uma coletânea organizada com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto Vladimir Herzog intitulada *As capas desta história*, apresentando os jornais e as revistas, com ênfase do período ditatorial mas também os precursores, que traçaram, desde as lutas pela independência, alguma forma de resistência ao poder vigente.

Abaixo, apresentamos imagens dos materiais que serão analisados: as frentes das caixas das edições *fac-símiles* de *Pif Paf* e *Ex-* e as capas do primeiro volume da coletânea de *O Pasquim* e da compilação *As capas desta história*.



Figura 13 - Apresentação do material de análise: textos da mídia alternativa reeditados no século XXI

Observando, então, esse material, nos perguntamos com frequência: quais os efeitos de sentido que são produzidos nesse retorno? Se o tom de resistência é aparentemente amortizado, uma vez que não há mais ditadura, é possível aí subscrever um sentido político na produção da memória? No retorno desse material associado ao apagamento da resistência à ditadura surgem novos e diferentes gêneros? E, por fim, nesse possível reordenamento político-linguístico (e liguageiro uma vez que sincrético), esses materiais podem inscrever-se

antes numa espécie de fetichismo retrô? É por meio da retomada desses questionamentos que também reordenamos nosso olhar para esse “conjunto de textos” – não mais a produção de sentidos *lá*, agora o que interessa é o *aqui* – e que iniciamos, de fato, nossas pesquisas e análises a respeito da produção da memória contemporânea da ditadura militar brasileira. Verificando, desse modo, as proposições de reedição e de organização desses materiais, as formas de circulação, além do próprio conjunto, verificaremos de que maneira essa memória começa a se produzir no século XXI.

3.2.1 Uma proposta de retorno: a quem cabe a história?

Interessante observar, de início, nesses quatro materiais que temos em mãos, um fator que é comum a eles: todos apresentam, primeiramente, seja como prefácio (na coletânea de *O Pasquim* e na compilação *As capas desta história*) ou como cadernos de apresentação (nas edições *fac-símiles* de *Pif Paf* e de *Ex-*), propostas dos editores, organizadores e mesmo patrocinadores para sua publicação. Dentre elas, apontamos e destacamos, inicialmente, por meio de alguns poucos e pequenos fragmentos dessas apresentações às coleções e coletâneas, indícios daquilo que ‘pretendem’ – em todo esse material que contém textos e comentários de apresentação, trata-se especialmente, e na sua maioria, de textos de pessoas que fizeram parte da produção desses jornais e revistas na época, que contam um pouco de suas visões daquela e dessa história, da produção e do retorno, mas também de patrocinadores e organizadores desses projetos.

Nesse sentido, apresentamos, como forma de exemplificação, os seguintes trechos, divididos por publicação:

Pif Paf

- “A idéia de reunir num livro as oito edições pioneiras de *Pif Paf* tem como objetivo (mais do que justo) contribuir para o resgate dessa geração de brilho exemplar” (José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras, p. 5);
- “O compromisso principal da Petrobras é contribuir para o desenvolvimento do Brasil. E um país que não conhece sua história, que não se encontra em seu passado –

não importa se recente ou distante – dificilmente será, algum dia, um país desenvolvido” (José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras, p. 5);

- “O Pif Paf que Millôr lançava ‘agora direto do produtor ao consumidor’, sem a intermediação de ‘O Cruzeiro’, até hoje não foi citado por nenhum dos historiadores, sociólogos e memoriadores que mal ou bem, quase sempre muito mal, se têm ocupado das verdades e outras tantas inverdades sobre os anos de domínio militar. Calar é um dos vícios mais praticados pela história, ainda mais a que criou o grito do Ipiranga. Pois bem, o Pif Paf em revista foi a primeira iniciativa editorial de resistência ao arbítrio do regime policialesco. Não nasceu nem viveu para fazer militância política, muito menos partidária, mas só por ser uma revista de humor já era uma afirmação de liberdade” (Janio de Freitas, “Oito rodadas de Pif Paf”, p. 7).

O Pasquim

- “O volume que agora você tem em mãos é nitroglicerina pura! Trata-se de uma antológica antologia do Pasquim, nos seus melhores anos. Uma seleção cuidadosa e abalizada feita por dois dos maiores protagonistas desta verdadeira odisséia humorística: Jaguar e Sérgio Augusto” (Marcelo Madureira, na orelha do v.1);

- “Até o seu formato tablóide hoje está na moda e é apontado por especialistas da mídia como o futuro dos jornais” (Ancelmo Gois, na orelha do v.2);

- “[...] o extraordinário é como o material destas antologias não envelheceu. Nem frustra a saudade nem decepciona a descoberta. O humor continua afiado, a crítica continua forte, o quociente de inteligência continua alto. E – talvez a maior surpresa tanto para os saudosos quanto para os recém-chegados – tudo continua atual” (Luis Fernando Verissimo, na orelha do v.3);

- “Não foi só a linguagem que a patota do PASQUIM mudou. As capas também. O nosso negócio era ser do contra. Contra a ditadura, contra as capas (não confundir com contracapa) e a linguagem solene dos jornalões no final dos anos 1960” (Jaguar, na orelha da ‘Edição Comemorativa 40 Anos’).

- “E nesses 40 anos não surgiu outro PASQUIM. Por quê? Porque o Brasil e o mundo mudaram, até o universo mudou [...]; a ditadura caiu; a censura acabou; a grande imprensa absorveu parte dos encantos, da linguagem solta (inclusive os palavrões) e

dos profissionais (por assim dizer) do PASQUIM” (Sérgio Augusto, na orelha da ‘Edição Comemorativa 40 Anos’).

- “Mas seus efeitos, suas conseqüências, sua progênie, estão por aí. E isso exige uma celebração” (Sérgio Augusto, na orelha da ‘Edição Comemorativa 40 Anos’).
- “[...] o PASQUIM chegou 1.072 vezes às bancas em seus 22 anos de (r)existência” (Sérgio Augusto, na orelha da ‘Edição Comemorativa 40 Anos’).
- “Jornalistas tarimbados, sofisticados, com anos de profissão, juntaram-se na república de Ipanema pra fazer o país melhorar, rindo de si mesmo, das autoridades, do autoritarismo, de tudo. Se não fosse a censura, ou o fim dela, com a debandada e a absorção de seus talentos pela grande imprensa, o PASQUIM poderia ser hoje uma empresa sólida, rica, poderosa e esculhambada por jovens iconoclastas que hoje não mais existem...” (Chico Caruso, em prefácio da ‘Edição Comemorativa de 40 Anos’).
- “Não, as capas, como o pessoal do PASQUIM, como o uísque do PASQUIM, não tinham ideologia. Isto é, tínhamos uma extraordinária, rara, pretenciosa ideologia, a do ‘Não estamos nem aí’. Não era conosco. Não tínhamos nada a ver com a solução dos problemas da pobreza, com a nojenta utilização que os ricos fazem do dinheiro, com as mulheres fazendo indignados ataques aos homens e se apropriando indevidamente de termos como: ‘Não me enche o saco!’ Não dávamos a menor pelota às ameaças da polícia (tremíamos apenas, necessariamente, quando a polícia batia na porta, utilizando a porta dos fundos como saída de incêndio). Mas estávamos em todas, gozando no mais amplo sentido” (Millôr Fernandes, em prefácio da ‘Edição Comemorativa de 40 Anos’).

Ex-

- “[...] a reedição do *ex-*, e por que não dizer o renascimento do *ex-*, oferece aos leitores uma viagem na máquina do tempo. Os que viveram aqueles anos terríveis poderão lembrar suas capas memoráveis e seus textos transbordando inteligência. Os mais jovens poderão imaginar um pouco o que era ser jornalista sendo constantemente perseguido. A ditadura não poupava sequer os patrocinadores da chamada mídia alternativa ameaçando com represálias ou mesmo com corte de verbas governamentais, se esse fosse o caso” (texto “O renascimento”, p. 2);

- “Nossa missão é contribuir para a reflexão e produção de informações voltadas ao direito à vida e à justiça. O legado de Vladimir Herzog será levado adiante pelo Instituto que tem como uma de suas metas a busca incansável pelo jornalismo de qualidade. E o *ex-* é um exemplo único disso” (texto “O renascimento”, p. 2);
- “Esta publicação, editada no ano de 2010, trata com graça e elegância assuntos sem graça alguma e muito deselegantes, ocorridos entre 1973 e 1975, tempos de escuridão. Foram produzidos 1.500 exemplares. A caixa contém edição fac-similar da coleção completa do *ex-*, nanico corajoso que enfrentou ditadores usando criatividade e picardia. Um encarte de abertura conta – e mostra – como eram os bastidores da redação. Foi editado por Dácio Nitrini, Mylton Severiano e Amancio Chiodi, ex-sobreviventes. A direção de arte é de Kiko Farkas, (Máquina Estúdio), leitor do *ex-* desde pequenino.

Trata-se do primeiro projeto abraçado pelo Instituto Vladimir Herzog, presidido por Ivo Herzog, para resgate da memória da imprensa de resistência à ditadura militar. E só foi realmente realizado porque a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo concretizou esta publicação” (p. 8, do caderno de apresentação).

As capas desta história

- “O projeto ‘Resistir é preciso...’ – jornais que fizeram história – é uma iniciativa de resgate de um importante período da história brasileira. Entre 1964 e 1979, o país viveu o momento mais crítico de restrição à liberdade e ao acesso à informação. Ao impedir a livre difusão de notícias e opiniões, a censura oficial procurava impor uma determinada visão da realidade política e social do Brasil e dificultar o acesso a pontos de vista divergentes. Aqueles que tiveram a coragem de expor fatos e opiniões que o regime autoritário tentava ocultar cumpriam uma missão heroica, fundamental para a redemocratização do país. A imprensa alternativa contribuiu para o retorno da liberdade ao oferecer outras perspectivas para a realidade brasileira, lutando com as armas mais poderosas contra a arbitrariedade: as ideias e as palavras.

A liberdade de expressão e o amplo acesso à informação são elementos essenciais à democracia. Se hoje a imprensa não precisa mais se submeter à censura e o debate de ideias não apenas é aceito, mas exigido, isso se deve em grande parte ao pioneirismo desses veículos. Nesse sentido, os jornais alternativos mantiveram acesa a chama

democrática durante as décadas de 1960 e 1970. Ao dar destaque a tais iniciativas, este livro não apenas exalta sua relevância, mas estimula o debate sobre o papel dos veículos alternativos na vida política brasileira e sobre a importância da liberdade de imprensa nos regimes democráticos. Ao patrocinar esta publicação, o BNDES enfatiza a importância da imprensa livre e reafirma seu compromisso com a memória nacional, o desenvolvimento social do Brasil e a promoção dos direitos humanos, elementos primordiais para o aprimoramento do regime democrático” (texto de apresentação do patrocinador, o BNDES, p. 6);

- “São 188 páginas de muita pesquisa, muita descoberta, muita emoção a partir desse olhar diferenciado que percebe a história embutida em milhares de páginas da imprensa alternativa, clandestina e no exílio que souberam resistir com inteligência e coragem, aos desmandos da ditadura no período 1964-1979, do golpe à Anistia” (texto de apresentação de Ivo e Clarice Herzog, p. 7);

- “O X amarelo da capa e da contracapa desta publicação quer deixar bem claro que, entre outras vicissitudes, foi a implacável censura da ditadura que tentou calar a voz a de jornalistas, intelectuais e militantes de oposição ao regime militar implantado em 1964. Tentou, mas não conseguiu. Tanto é assim que aqui está este livro que tem, pelo menos, três qualidades:

1. É pioneiro, ao contar a história da imprensa alternativa, clandestina e no exílio, a partir das capas de publicações que resistiram ao poder dos militares [...]” (contracapa).

Num primeiro momento, talvez o que mais nos salte aos olhos sejam dois pontos, bastante importantes, sobre os quais voltaremos mais adiante, quais sejam: i) o fato de que o que se tenta mostrar nessas apresentações, o fator que motiva e que, de certo modo, respalda essas coletâneas e reedições é aquele da “atualidade” da imprensa alternativa, do formato, ainda que os sentidos que se produzam nesses textos possam ser definitivamente outros; ii) a busca clara de contar *aquela* história para produzir *essa* história (*essa* memória): a história do período, sempre enfatizando os traços repressivos do regime, e a história de produção desses jornais e revistas, também muito atrelada ao contexto histórico-político, sem dúvida.

Queremos, antes, olhar para a própria questão política, nesse caso trazida pela resistência. Observa-se, então, também por meio das proposições iniciais de cada publicação,

ou seja, da “intenção” de publicação dessas coleções, uma busca de resgate histórico que, num primeiro momento, contempla uma dimensão política. Se tomarmos apenas essas proposições, notamos que, de certa maneira, há ainda uma inscrição marcada na resistência, se não mais a um regime ditatorial como antes, mas a um processo de apagamento da história. Vejamos: *E um país que não conhece sua história, que não se encontra em seu passado – não importa se recente ou distante – dificilmente será, algum dia, um país desenvolvido* (Pif Paf); *E – talvez a maior surpresa tanto para os saudosos quanto para os recém-chegados – tudo continua atual* (O Pasquim); *Ao dar destaque a tais iniciativas, este livro não apenas exalta sua relevância, mas estimula o debate sobre o papel dos veículos alternativos na vida política brasileira e sobre a importância da liberdade de imprensa nos regimes democráticos* (As capas desta história).

A dimensão política aparece, inicialmente, na relação temporal – passado, presente e futuro – que carrega um efeito, ao mesmo tempo, de herança e (necessidade de) ruptura: as lições do passado para um futuro mais promissor; retomar o passado, e acertar as contas com ele, para poder viver o presente; as conquistas do presente em relação ao passado etc. A produção da memória, nesse caso, é política na própria medida em que lança seu olhar para o passado recente do país para construir um presente novo e um futuro promissor. Deixando de lado o futuro, a relação passado/presente, nesse caso é bilateral cujo efeito se constrói pela memória discursiva: *um país que não conhece sua história dificilmente será um país desenvolvido; e tudo continua atual; a importância da liberdade de imprensa em regimes democráticos* etc.

Cria-se, com isso, uma espécie de *necessidade de memória* que é, de todo modo, mais amena, uma vez que não propõe uma intervenção na história, nem mesmo nas consequências do passado: o que se propõe, aqui, é apenas a inscrição da/na história por meio do resgate do passado. Ainda que não haja mais ditadura, que hoje se viva uma democracia política, é comum estabelecer relações com aquele período: a violência institucional (a polícia que ainda é militar), a impunidade e a corrupção, por exemplo, contudo pouco se propõe intervir nesses aspectos. Os sentidos políticos se produzem, aqui, pelas palavras: *desenvolvido, atual, liberdade, regimes democráticos*, mas também *resistir, memória nacional*. Entre a construção da história (a publicação desses jornais e revistas) e a produção da memória (o acontecimento de suas voltas), sentidos políticos (e de resistência) parecem ser produzidos, mas de maneiras distintas, na resistência à repressão e na resistência ao apagamento da história para o desenvolvimento do país.

3.2.2 Apenas sentidos políticos?

Ainda que carregue (novos) sentidos de resistência, portanto, e nesse caso, sentidos eminentemente políticos, não há também uma fuga dessa dimensão? Então, numa época marcada por uma espécie de fetichismo retrô, que se vislumbra sobretudo no Brasil, esse material não se inscreve também nesse movimento mais próximo da moda que do político? E, se a resposta for positiva para este último questionamento, pode haver, ainda, uma relação entre ambos? O aspecto comercial, vendável, é também um aspecto político que inscreve uma nova visão da história e do presente?

O jornalismo alternativo, a partir de nosso primeiro olhar para o *corpus* ainda quando de sua emergência nas décadas de 1960 e 1970, é próprio a um tipo de resistência: inicialmente, uma resistência à chamada “grande mídia”, ao seu formato linguageiro e normativo, mas que, muitas vezes, carrega consigo traços também de uma resistência política, ao poder instituído, mas que, também conforme já observamos, é bastante distinta daquela resistência armada das organizações. É, portanto, no contraponto a essas duas esferas, à grande mídia e ao poder instituído, que nasceram, e morreram, dezenas de jornais alternativos durante o período de ditadura militar no Brasil.

Ora, no seu retorno, num momento bastante posterior ao período de sua emergência, lá durante a ditadura, os sentidos que se produzem são os mesmos? Já vimos, ainda que parcialmente, que a resposta é evidentemente negativa. Há, então, uma mudança no gênero também pelas transformações nos sentidos? Antes, outras duas questões: i) no Brasil, atualmente, quantos são os jornais (ou mídias) alternativos de ampla circulação?; ii) qual o jornal de tipo tabloide – a forma – que (ainda) carrega sentidos explicitamente políticos, sobretudo inscritos em uma espécie de resistência? Os jornais de tipo tabloide, atualmente, no Brasil, fazem mais sucesso na imprensa esportiva (são exemplos: *Marca* e *Lance!*, esse último de grande circulação). Por outro lado, a mídia de resistência (porque mais à esquerda), impressa, como, por exemplo, o jornal *Brasil de fato* e a revista *Caros Amigos*, não apresentam ampla circulação.

Então a própria impopularidade atual daquilo que chamaríamos ainda de jornalismo alternativo (os veículos que escapam à denominada grande mídia) e o deslocamento no uso do

suporte (o tipo tabloide) indicam também uma nova dimensão para esse material que reaparece. Se os sentidos são outros, ou, de outra forma, mais amplos, há, com isso, um redimensionamento no caráter do gênero. Isso tudo, claro, tomando o que se produz atualmente na mídia brasileira; e mesmo sob esse ponto de vista é possível perceber um redimensionamento na produção de sentidos.

Para voltarmos mais uma vez nosso olhar para nosso material que compõe o *corpus* de nossa pesquisa, vejamos, para uma análise dessa questão, as capas dos cadernos de apresentação das edições *fac-símiles* de *Pif Paf* e de *Ex-*:



Figura 14 - Cadernos de apresentação das edições fac-símiles da revista *Pif Paf* e do jornal *Ex-*

A reedição desse material, quando produz o sentido político na sua volta, se dá pela crítica ao esquecimento, ao apagamento da história. Mas não é somente esse sentido que salta aos olhos; nos textos de apresentação, sobretudo de *O Pasquim*, é possível perceber a tentativa de arrebatamento do olhar do leitor para o humor, como um caractere atemporal, que mesmo de “outro tempo” chama a atenção pelo seu refinamento artístico e estético. Além do mais, o formato mal acabado do jornal de tipo tabloide causa aproximação do leitor/público por meio de um estranhamento que é também beleza. Não são esses, da mesma forma, os motivos que fazem da moda retrô um sucesso?

[...] a temporalidade da moda tem um outro caráter que a aparenta à contemporaneidade. No gesto mesmo no qual o seu presente divide o tempo segundo um “não mais” e um “ainda não”, ela institui com esses “outros tempos” – certamente com o passado e, talvez, também com o futuro – um relação particular. Isto é, ela pode “citar” e, desse modo, reatualizar qualquer momento do passado (os anos 20, os anos 70, mas também a moda imperial ou neoclássica). Ou seja, ela pode colocar em relação aquilo que inexoravelmente dividiu, rechamar, re-evocar e revitalizar aquilo que tinha até mesmo declarado morto (AGAMBEN, 2009, p. 68-69).

Nesse sentido, uma reativação do formato pela volta de um material já-produzido – ora, são reedições, em *fac-símiles* ou coletâneas, não publicações atuais – não significa uma reativação do gênero preexistente (o jornal alternativo), pelo contrário; a reativação do formato pela republicação de tais materiais constitui novos sentidos e, portanto, um novo gênero, nesse caso, memorialístico: político, histórico, estético. A crítica ao esquecimento e ao apagamento do passado, da história, se imbrica à reativação estética do formato e do próprio humor. Embora diferente da narrativa memorialista, que se compõe no “dizer o passado”, esses materiais reativam o passado pelo seu próprio aparecimento, tal como um objeto da moda retrô.

Esse material, portanto, que emerge pelo retorno é carregado de sentidos memoriais e sua inscrição no presente é já representação vigorosa dessa necessidade de memória que parece inscrever-se no Brasil contemporâneo. Entretanto, é preciso observar quais memórias se formam e como elas se consolidam na sociedade, o que faremos pela análise dos textos de apresentação de cada um desses materiais que acabamos de descrever.

3.2.3 Memórias e memórias...

Um fator interessante – talvez o mais importante – a se observar nos textos de apresentação das coletâneas e edições *fac-símiles* é que a produção da memória pode se dar em muitos planos, entre os quais destacamos alguns: a memória da ditadura militar brasileira (num aspecto mais amplo, que relaciona resistência, política e história), a memória da resistência pela palavra (na relação da imprensa alternativa com o contradiscurso), a memória da própria imprensa alternativa e/ou do próprio veículo que retorna (que, de certo modo, pode

silenciar a ditadura e a própria resistência), a memória das lutas sociais (que atrela o papel social da mídia à resistência ao regime ditatorial e à ausência de liberdade). Ainda que de maneira ampla, nesses casos, esses aspectos aqui elencados estejam quase sempre conjugados, é possível também perceber, portanto, uma linha divisória entre eles, que se torna visível, paradoxalmente, quando se apagam memórias para a emergência e a consolidação de outras, sobretudo quando o realce não está no plano da resistência e da luta por direitos humanos, sociais e civis, mas no humor que carrega o riso, a chacota e, em alguns casos, uma espécie de despolitização.

Se voltarmos para os trechos já apresentados aqui de quatro dos materiais que compõem nosso *corpus*, recortando-os ainda mais para este momento da pesquisa, notamos que em todos eles há diferentes planos de produção da memória que são perceptíveis, de modo que há também uma conjugação desses aspectos. Mas, de toda forma, qual é aquele que mais salta aos olhos e que, de fato, constitui o eixo central na produção dessa(s) memória(s)? Para problematizar essa questão, lançaremos mão de três perguntas-base que nos servirão de impulso para a reflexão, quais sejam: i) quem fala?; ii) a quem fala?; iii) de que(m) se fala? Observando, então, caso a caso cada um desses quatro materiais, a partir dos recortes mencionados, pensamos ser possível compreender esse processo de produção de memória(s), suas identidades e diferenças.

3.2.3.1 A revista *Pif Paf* e o riso desafiador

A coleção com as edições *fac-símiles* de *Pif Paf*, publicada em 2005 pela editora Argumento, trazia um caderno de apresentação, com 16 páginas, produzido no mesmo formato das edições da revista. Além de um pequeno texto de agradecimento, de Eliana Caruso, responsável pelo projeto, havia ainda um texto propriamente de apresentação do trabalho, escrito pelo então presidente da Petrobras, patrocinadora do material, José Eduardo Dutra. Havia também outros cinco textos que também apresentavam o material, focalizando, sobretudo, os aspectos de produção lá nos anos 1960; esses textos foram todos escritos por ex-integrantes daquela revista: Janio de Freitas, Millôr Fernandes (fundador de *Pif Paf*), Claudius, Ziraldo e Jaguar. Dentre todos esses que compõem o caderno, selecionamos apenas

fragmentos que tratam da produção e publicação desse material na contemporaneidade ou na sua relação explícita com o período ditatorial, vejamos:

1. “[...] objetivo (mais que justo) contribuir para o resgate dessa geração de brilho exemplar” (José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras, p. 5);
2. “[...] contribuir para o desenvolvimento do Brasil. E um país que não conhece sua história, que não se encontra em seu passado [...] dificilmente será [...] um país desenvolvido” (José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras, p. 5);
3. “O Pif Paf que Millôr lançava [...] até hoje não foi citado por nenhum dos historiadores, sociólogos e memoriadores que [...] se tem ocupado das verdades e outras tantas inverdades sobre os anos de domínio militar. [...] o Pif Paf em revista foi a primeira iniciativa editorial de resistência ao arbítrio do regime policialesco. Não nasceu nem viveu para fazer militância política, muito menos partidária, mas só por ser uma revista de humor já era uma afirmação de liberdade” (Janio de Freitas, p. 7).

Nas apresentações de *Pif Paf*, observamos, na maior parte dos textos, que são de integrantes do jornal, a recorrência ao relato de vivência, que conduz a uma narrativa em torno de situações da redação e da produção do jornal, das relações de grupo e histórias ‘engrandecidas’ de momentos supostamente vividos, quase sempre romantizados. Esse é o aspecto padrão, contudo não é o único que aparece, ainda que o desvio ocorra também, e especialmente, quando surge o discurso que é ‘alheio à redação’, de um personagem que não seja integrante da equipe de *Pif Paf*. Nesse desvio emergem memórias que, ao mesmo tempo, relacionam-se entre si e apagam, muitas vezes, umas às outras.

Partimos, inicialmente, quando observamos os três recortes que ora selecionamos, de nosso primeiro questionamento, *quem fala*, ou seja, quem é o sujeito que emerge nesse discurso de retomada, o que nos permite, com isso, apreender um lugar de formação do sujeito discursivo. Ali, percebemos, nesse discurso que desvia do relato, duas vozes, uma ‘institucional’ (enunciados 1 e 2), oficial/governamental, e outra que chamaremos de ‘meta’ (enunciado 3), que fala de si e sobre si. A primeira se porta como o olhar deslocado, já que inscreve a visão do outro, que está alheio ao processo de criação, à formação da revista, mas não de sua volta, e toma, sobretudo, um aspecto de análise da importância da emergência desse material no presente. A segunda, por sua vez, que ao contrário da primeira tem um olhar do interior, por isso ‘meta’, reforça o olhar especialmente para o passado.

A partir de nosso segundo questionamento, *de que(m) fala*, que explicita o ‘objeto’, notamos a distinção de referentes que corrobora as duas vozes, ‘posições-sujeito’, que destacamos. Observamos, antes, três dos planos aos quais já nos referimos e cujos limites são

bastante tênues: uma memória da própria imprensa alternativa e dos jornalistas dessa geração (enunciado 1), uma memória ‘social’ da história ligada à ditadura (enunciado 2) e, por fim, um plano que traz a imprensa alternativa como ponto de formação de uma memória do período de ditadura militar no Brasil (enunciado 3). Em (1) é clara a referência única e exclusiva à imprensa – resgate dessa geração – que conduz a uma percepção de uma memória da imprensa alternativa de modo amplo e daquela revista de modo mais fechado. Essa referência, contudo, não deixa de aparecer no enunciado (3), embora esteja atrelada a uma memória do período ditatorial, como em: *foi a primeira iniciativa editorial de resistência ao arbítrio policialesco e só por ser uma revista de humor, já era uma afirmação de liberdade*. É pelo apelo à revista (e à imprensa alternativa) que se retoma o passado e inscreve uma posição de resistência à ditadura: *iniciativa editorial de resistência ao arbítrio*.

Nesse processo, a imprensa alternativa, aqui em especial *Pif Pif*, é um catalizador de memória, na medida em que é ela que incita à emergência de uma memória dela própria, mas também de uma memória que reafirma o passado ditatorial; é, portanto, com ela, e a partir dela, que se fala de ditadura: *O Pif Paf até hoje não foi citado por [aqueles] que se têm ocupado [d]os anos de domínio militar*. Está sendo feito isto agora, na medida em que reivindica seu lugar na resistência, que não era *política, muito menos partidária*, mas que desafiava o regime.⁵⁸ Essa memória se completa em (2) ao mesmo tempo em que produz uma da própria história: *um país que não conhece sua história, que não se encontra em seu passado, dificilmente será um país desenvolvido*. São, então, três memórias, sempre com um fio condutor, a imprensa alternativa, que, por isso e ao mesmo tempo, realça e silencia a história social e o período ditatorial.

Os sentidos se completam num terceiro aspecto, quando pensamos a quem se dirige, *a quem fala*, que nos leva a cinco pontos, nesta ordem: 1. aos interessados na história da revista; 2. aos interessados na história da imprensa alternativa como um todo; 3. aos interessados na história da resistência ao regime ditatorial; 4. aos antigos leitores da revistas; 5. aos interessados na história do período de ditadura. Também por isso é possível perceber que o foco está, antes, na imprensa alternativa, que engloba a revista, a resistência e seus leitores. O período ditatorial apenas margeia os quatro primeiros alvos, assumindo um papel secundário no processo de reedição desse material.

⁵⁸ Pelo próprio fato de que a revista foi projetada e concebida no período pré-ditatorial – ainda que seu primeiro número tenha sido publicado já nos primeiros meses do regime militar – trata-se de um veículo da imprensa alternativa que não inscreve uma resistência propriamente política, muito menos partidária.

Vê-se, portanto, ainda que as apresentações das edições *fac-símiles* de *Pif Paf* reiterem a multiplicidade de memórias que se produz nesse retorno, aquela que se sobressai, uma vez que permeia todas as outras, é a da imprensa alternativa, e nesse caso mais especificamente, da própria revista como ícone e, até mesmo, precursora dessa imprensa alternativa e também como aspecto da resistência aos abusos do regime militar. A memória da imprensa alternativa, que se destaca nesse retorno, como vimos, funciona como catalizadora, ou melhor, como impulsionadora de outras memórias, que emergem entre o dizer e o silêncio. Uma memória da ditadura militar brasileira, em seu ponto de resistência, é já aqui formada, contudo seu espaço de emergência é secundário. Esse aspecto, de todo modo, não é observado somente no retorno de *Pif Paf*, como veremos na sequência das análises.

3.2.3.2 A festa de *O Pasquim* e o confronto da mídia

A coletânea de *O Pasquim* é composta por três volumes e aqui acrescida de um quarto, com uma seleção de capas em comemoração aos seus 40 anos, todos eles publicados entre 2006 e 2009 pela editora Desiderata. Cada um dos quatro volumes contém um texto de apresentação em suas orelhas, sendo que os três textos das coletâneas são escritos por jornalistas, escritores e humoristas que exaltam sua herança, mas que não participaram daquela publicação entre nos anos 1960 e 1970. Além disso, esses três volumes que compõem a coletânea propriamente dita trazem textos de apresentação de seus organizadores, Jaguar e Sérgio Augusto, que também escrevem na edição de 40 anos, esta que apresenta ainda textos de Chico Caruso e Millôr Fernandes, ex-integrantes daquele jornal, a maioria relatos de experiência e vivência. Como em *Pif Paf*, selecionamos trechos que tratam de seu aparecimento no presente ou de uma relação que é estabelecida com a ditadura militar.

4. “Trata-se de uma antologia antológica do Pasquim [...]. Uma seleção cuidadosa e abalizada [...] desta verdadeira odisséia humorística [...]” (Marcelo Madureira, na orelha do v.1);
5. “Até o seu formato tablóide hoje está na moda e é apontado por especialistas da mídia como o futuro dos jornais” (Ancelmo Gois, na orelha do v.2);
6. “[...] o extraordinário é como o material destas antologias não envelheceu. Nem frustra a saudade nem decepciona a descoberta. O humor continua afiado, a crítica continua

- forte, o quociente de inteligência continua alto. E [...] tudo continua atual” (Luis Fernando Veríssimo, na orelha do v.3);
7. “Não foi só a linguagem que a patota do PASQUIM mudou. As capas também. O nosso negócio era ser do contra. Contra a ditadura, contra as capas (não confundir com contracapa) e a linguagem solene dos jornalões no final dos anos 1960” (Jaguar, na orelha da ‘Edição Comemorativa 40 Anos’);
 8. “E nesses 40 anos não surgiu outro PASQUIM. Por quê? Porque o Brasil e o mundo mudaram, até o universo mudou [...]; a ditadura caiu; a censura acabou; a grande imprensa absorveu parte dos encantos, da linguagem solta (inclusive os palavrões) e dos profissionais (por assim dizer) do PASQUIM” (Sérgio Augusto, na orelha da ‘Edição Comemorativa 40 Anos’);
 9. “[...] seus efeitos, suas conseqüências, sua progênie, estão por aí” (Sérgio Augusto, na orelha da ‘Edição Comemorativa 40 Anos’);
 10. “Jornalistas tarimbados, sofisticados, com anos de profissão, juntaram-se na república de Ipanema para fazer o país melhorar, rindo de si mesmo, das autoridades, do autoritarismo, de tudo” (Chico Caruso, em prefácio da ‘Edição Comemorativa de 40 Anos’);
 11. “Se não fosse a censura, ou o fim dela, com a debandada e a absorção de seus talentos pela grande imprensa, o PASQUIM poderia ser hoje uma empresa sólida, rica, poderosa e esculhambada por jovens iconoclastas que hoje não mais existem...” (Chico Caruso, em prefácio da ‘Edição Comemorativa de 40 Anos’).

A coletânea de *O Pasquim* é, antes, uma ode ao próprio jornal, que surgiu e circulou no período mais repressivo do regime e que à repressão sobreviveu e dela gozou, em muitos sentidos. Suas referências são quase exclusivas ao jornal, como exemplo da imprensa alternativa, do humor e do deboche, e, de algum modo, menos claro, de fato, da resistência pela palavra. Aqueles que são chamados a contar essa história o fazem pela exaltação explícita de uma geração que soube inventar e reinventar a linguagem e a forma de fazer jornalismo e humor, também por isso são seus herdeiros e/ou representantes que falam e dirigem seus dizeres, sobretudo, aos saudosistas daquele tempo e aos carentes de um jornalismo cada vez mais marginalizado. Esses traços são, portanto, perceptíveis por nossas análises dos fragmentos destacados das apresentações.

Quando tomamos o questionamento *quem fala* nesse retorno, observamos também a formação de duas vozes, uma ‘meta’ que, como vimos, fala de si e sobre si e é formada por um conjunto de ex-integrantes do jornal; e uma que chamaremos de ‘semi-meta’, que, mais distanciada, fala de si não pela presença, mas pela adesão e pela aproximação, já que é formada por um conjunto de ‘herdeiros’ da linguagem, da forma, da estética: jornalistas, humoristas e escritores. Enquanto a primeira funciona como revisitação, reconstituição do passado por meio do relato de vivência, a segunda aparece como consolidadora de uma história que já é ela forte, uma vez que criou raízes e produziu seguidores, mas que busca se

firmar na memória. As vozes ‘meta’ e ‘semi-meta’ demonstram o aspecto de fixação dessa imprensa que, em princípio, apaga a história política do período. O fato de não haver uma voz institucional cria, por si, um distanciamento em relação a um papel propriamente social que a imprensa alternativa teve no passado e que seu retorno (re)editado representaria no presente, o que se comprova pela sequência das análises.

Essa afirmação do veículo e, em menor medida, da imprensa alternativa é confirmada quando se observa *de que(m) se fala*. Interessante é notar que nos oito enunciados selecionados a referência ao *Pasquim* está evidente e é sempre ela que conduz a emergência de memórias. Ou melhor, de uma memória reflexiva. Vejamos. Os enunciados (5), (6), (9) e (10) produzem uma memória do *Pasquim*, pela ênfase na herança e na continuidade histórica: *seu formato está na moda; o material destas antologias não envelheceu; tudo continua atual; seus efeitos, suas consequências, sua progênie, estão por aí*. Os demais enunciados, por sua vez, consolidam essa memória por meio de dois fatores: i) a importância desse jornal para a imprensa alternativa e seu fortalecimento (enunciado 4); ii) o papel de *O Pasquim* na resistência, seja pela crítica aos costumes, à conjuntura política e, em menor grau, porque suavizado, ao regime militar (enunciados 7, 8 e 11). Essa memória é, portanto, reflexiva pelo fato de que apenas uma memória global se forma, aquela do próprio jornal, que está presente em todos os enunciados e que é constantemente ressaltado; contudo a partir dessa memória, submemórias (ou memórias secundárias) são constituídas: a da imprensa alternativa, que tem como destaque *O Pasquim*; a do período e da conjuntura histórica, que se formam a partir daquele jornal, de sua representatividade numa espécie de resistência.

Outro aspecto interessante a ser observado é também o discurso de adesão, sobre o qual já tratamos rapidamente em outro momento, e que caminha paradoxalmente ao lado daquele de resistência. Em (8) e (11) a censura é tomada como impulsionadora do jornalismo alternativo, uma vez que seu fim provocou também o fim desse tipo de imprensa, sendo seus jornalistas e sua forma absorvidos pela grande mídia: *a ditadura caiu, a censura acabou, a grande imprensa absorveu parte dos encantos do Pasquim; e se não fosse a censura, ou o fim dela, com a debandada e a absorção de seus talentos pela grande imprensa, o Pasquim poderia ser hoje uma empresa sólida*. Há, sem dúvida, a relação de cujo discurso se produz, ou seja, a linguagem e a história. O período ditatorial provocou a emergência desse tipo de imprensa, que a ela tentou resistir pelas palavras. Contudo, no pós-ditadura, a resistência torna-se adesão na medida em que se ‘reconhece’ o sucesso deste jornal pelo fato de ter havido censura e se ‘lamenta’ sua decadência pela absorção de seu formato pela grande mídia.

Gozar a ditadura, então, revela um duplo sentido: i) o deboche, que através dele, em muitos casos, ridicularizava militares e ‘simpatizantes’ da ditadura, além dos costumes sustentados pela elite que apoiava o regime; ii) a própria adesão, uma vez que ‘gozavam’ da condição histórico-política para crescer como imprensa alternativa e vender seu material. A linguagem e o discurso de *O Pasquim* são, então, durante a ditadura, resistência aos costumes, à grande imprensa e, de maneira mais atenuada, à ausência de liberdade, ao regime. Contudo, em seu retorno, é, paradoxalmente, adesão ao regime também pela ausência de liberdade, que permitia que seu dizer fosse resistência e, com isso, trouxesse sucesso e, na atualidade, seja lembrado.

Se, por fim, observamos *a quem fala*, efetiva-se a memória do jornal em detrimento de uma memória do período ou, até mesmo, da resistência. Com foco no humor, que aparece, inclusive, nesses textos de apresentação (enunciados 4, 7, 8, 10 e 11), e no relato, essa coletânea volta-se sobretudo para aqueles interessados na história do periódico e, em menor grau, da imprensa alternativa. A própria linguagem, aqui também esculhambada pelo humor, suaviza a repressão e produz até mesmo seu apagamento. A ditadura só é lembrada como fator de exaltação de *O Pasquim* e de sua geração de jornalistas. Uma memória estrita do período, aqui, não se forma, pelo contrário, se deforma na margem de um empreendimento vigoroso, como é o caso desse jornal.

3.2.3.3 *O riso sério e a resistência no deboche*

De modo bastante semelhante àquela caixa que comporta a reedição de *Pif Paf*, a coleção de *Ex-*, também disponível em uma caixa, contém um caderno de apresentação desse material no mesmo formato das edições do jornal. Com oito páginas, revela dois textos que são propriamente de apresentação do material, um deles escrito pelo Instituto Vladimir Herzog, apoiador do projeto, e outro pelos próprios editores, sem assinatura. Além disso, há ainda 12 textos de antigos participantes do jornal, quase todos na forma de relatos de vivência e experiência: Dácio Nitrini e Mylton Severiano (fundadores do jornal), Amancio Chiodi (junto com os dois primeiros, organizador desse material), Ethel Kosminsky, Hilton Libos, Lana Nowikow, Palmério Dória, Sérgio Fujiwara, Suzana Regazzini, José Trajano, Elvira Alegre e Vanira Codato. Ao focar na apresentação desse material na atualidade e na sua

relação com o presente, selecionamos trechos apenas dos textos propriamente de apresentação.

12. “Os que viveram aqueles anos terríveis poderão lembrar suas capas memoráveis e seus textos transbordando inteligência. Os mais jovens poderão imaginar um pouco o que era ser jornalista sendo constantemente perseguido. A ditadura não poupava sequer os patrocinadores da chamada mídia alternativa ameaçando com represálias ou mesmo com corte de verbas governamentais, se esse fosse o caso” (texto “O renascimento”, p. 2);
13. “Nossa missão é contribuir para a reflexão e produção de informações voltadas ao direito à vida e à justiça. O legado de Vladimir Herzog será levado adiante pelo Instituto que tem como uma de suas metas a busca incansável pelo jornalismo de qualidade. E o *ex-* é exemplo único disso” (texto “O renascimento”, p. 2);
14. “Esta publicação [...] trata com graça e elegância assuntos sem graça alguma e muito deselegantes, ocorridos entre 1973 e 1975, tempos de escuridão. [...] A caixa contém edição fac-similar da coleção completa do *ex-*, nanico corajoso que enfrentou ditadores usando criatividade e picardia” (p. 8, do caderno de apresentação);
15. “[...] resgate da memória da imprensa de resistência à ditadura militar” (p. 8, do caderno de apresentação).

As apresentações de *Ex-* sugerem uma visada distinta daquela apresentada por aquelas de *Pif Paf* e, sobretudo, de *O Pasquim*, na medida em que o humor, também marca deste periódico, é relativizado para se por luz na ditadura, na repressão e na censura, e por consequência na resistência, que é sua marca. O humor, então, é apenas mencionado aqui, e mesmo naqueles textos de seus *ex-integrantes* ele jamais aparece como recurso de memória, uma vez que se avalia – e se respeita – a dificuldade e o terror do período. Ao contrário de *O Pasquim*, também, não há o discurso de adesão, ao contrário, a censura e a repressão são, aqui, vistos como impedimento para o debate de ideias, para a luta por direitos humanos, civis e sociais, marcas de uma democracia plena.

Os textos de apresentação apontam novamente para duas vozes, que são como as de *Pif Paf*, uma ‘meta’ – que não é aqui analisada profundamente –, que fala de si e sobre si e é manifesta pelo conjunto de seus *ex-integrantes*, e outra institucional, explicitada pelo Instituto Vladimir Herzog e pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, editora pela qual este material é publicado, e presente especialmente na apresentação dos editores. A primeira, que como nos demais veículos, é marcada pelos relatos de vivência e experiência, tem sua especificidade no fato de que esses relatos são quase todos voltados para as dificuldades de publicação em função da censura e da repressão e pela ‘experiência modificadora’ que fazia desses jornalistas mais fortes em função da situação política. A voz institucional, como lá, é a

marca de autoridade que reitera a condição de verídico desses discursos, já presente na voz dos participantes daquela história. Sua singularidade, também, está na recorrência do objeto resistência, apagado no discurso de *Pif Paf* e *O Pasquim*. A imprensa, neste caso, é ressaltada na condição de resistente, cujo contraponto aqui é a própria ditadura militar, não os costumes como em outros casos, ainda que houvesse também resistência a eles.

Desse modo, duas são as memórias que se formam, embora em consonância profunda: i) uma memória da imprensa alternativa como reativadora do período, ou seja, de maneira ampla trata-se de uma memória da resistência (enunciados 12, 14 e 15): *os que viveram aqueles tempos terríveis poderão lembrar suas capas e textos; o que era ser jornalista sendo constantemente perseguido; a ditadura não poupava sequer os patrocinadores da imprensa alternativa; trata com graça e elegância assuntos sem graça alguma e muito deselegantes; tempos de escuridão; nanico corajoso que enfrentou ditadores; resgate da imprensa de resistência à ditadura militar;* ii) uma memória do jornalismo atrelado à luta pelos direitos humanos: *contribuir para a reflexão e produção de informações voltadas ao direito à vida e à justiça.*

Da mesma forma que os outros dois materiais até o momento analisados, a imprensa alternativa e o próprio veículo estão no centro de formação da(s) memória(s). Contudo, a especificidade de *Ex-* está no fato de que sua retomada é sempre e essencialmente associada ao período ditatorial, à repressão e à censura bem como à luta por direitos humanos e sociais. É portanto essa vertente humanista que o diferencia fundamentalmente dos demais e também o coloca, nesta republicação, na mira de outros leitores, daqueles que têm interesse, além da imprensa alternativa *de resistência*, na história do período e da sua resistência como um todo. Aqui, com isso, formam-se memórias que são do próprio jornal e da resistência – *nanico corajoso que enfrentou ditadores* – mas especialmente da ditadura, cujos mecanismos, paradoxalmente, fizeram emergir (aqui sem exaltação) e reprimiram as resistências.

3.2.3.4 A resistência é uma capa de jornal

Diferentemente dos demais materiais que compõem o *corpus* neste momento da pesquisa, a compilação *As capas desta história*, publicada como parte do projeto “Resistir é preciso...” do Instituto Vladimir Herzog, é um apanhado de capas de jornais e revistas que, de

diferentes modos, resistiram ao regime ditatorial, além de algumas de seus precursores, que traçaram resistências desde o período imperial. Por isso mesmo é um material propriamente memorial, cuja função primeira é a consolidação de uma história, a da imprensa alternativa. Dividido em quatro partes – “precursores desta história”, “imprensa alternativa”, “imprensa clandestina” e “imprensa no exílio” – traça um panorama geral da resistência pela palavra⁵⁹ no período 1964-1985. O livro contém dois textos de apresentação geral, de dois patrocinadores e apoiadores do projeto: o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e o Instituto Vladimir Herzog. Além disso, cada uma das quatro seções contém uma apresentação daquele material. Há, por fim, um texto sintetizador do projeto na contracapa e uma espécie de posfácio, escrito por José Luiz Del Roio, um dos responsáveis pelo acervo de periódicos de resistência que está atualmente arquivado no Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Aqui, selecionamos trechos dos dois primeiros textos e da síntese presente na contracapa do livro.

16. “[...] iniciativa de resgate de um importante período da história brasileira” (texto de apresentação do patrocinador, o BNDES, p. 6);
17. “Entre 1964 e 1979, o país viveu o momento mais crítico de restrição à liberdade e ao acesso à informação. Ao impedir a livre difusão de notícias e opiniões, a censura oficial procurava impor uma determinada visão da realidade política e social do Brasil e dificultar o acesso a pontos de vista divergentes. Aqueles que tiveram a coragem de expor fatos e opiniões que o regime autoritário tentava ocultar cumpriam uma missão heróica, fundamental para a redemocratização do país. A imprensa alternativa contribuiu para o retorno da liberdade ao oferecer outras perspectivas para a realidade brasileira, lutando com as armas mais poderosas contra a arbitrariedade: as ideias e as palavras” (texto de apresentação do patrocinador, o BNDES, p. 6);
18. “A liberdade de expressão e o amplo acesso à informação são elementos essenciais à democracia. Se hoje a imprensa não precisa mais se submeter à censura e o debate de ideias não apenas é aceito, mas exigido, isso se deve em grande parte ao pioneirismo desses veículos” (texto de apresentação do patrocinador, o BNDES, p. 6);
19. “[...] os jornais alternativos mantiveram acesa a chama democrática durante as décadas de 1960 e 1970” (texto de apresentação do patrocinador, o BNDES, p. 6);
20. “Ao dar destaque a tais iniciativas, este livro não apenas exalta sua relevância, mas estimula o debate sobre o papel dos veículos alternativos na vida política brasileira e sobre a importância da liberdade de imprensa nos regimes democráticos. Ao patrocinar esta publicação, o BNDES enfatiza a importância da imprensa livre e reafirma seu compromisso com a memória nacional, o desenvolvimento social do Brasil e a promoção dos direitos humanos, elementos primordiais para o aprimoramento do regime democrático” (texto de apresentação do patrocinador, o BNDES, p. 6).

⁵⁹ Também de modo distinto das demais publicações, que tratam da imprensa que debochou do e resistiu ao regime exclusivamente pela palavra, aqui, sobretudo na seção “imprensa clandestina”, é tratado também dos veículos que funcionaram como porta-vozes dos partidos e organizações de esquerda que, na clandestinidade, resistiram, quase sempre pelas armas, à ditadura.

21. “[...] história embutida em milhares de páginas da imprensa alternativa, clandestina ou no exílio que souberam resistir, com inteligência e coragem, aos desmandos da ditadura no período 1964-1979, do golpe à Anistia” (texto de apresentação de Clarice e Ivo Herzog, p. 7).
22. “[...] foi a implacável censura da ditadura que tentou calar a voz de jornalistas, intelectuais e militantes de oposição ao regime militar implantado em 1964. Tentou, mas não conseguiu. Tanto é assim que aqui está este livro que tem, pelo menos, três qualidades:
 1. É pioneiro, ao contar a história da imprensa alternativa, clandestina e no exílio, a partir de capas de publicações que resistiram ao poder dos militares [...]” (Contracapa).

Esta antologia de capas, diferentemente das outras três publicações, apresenta já uma particularidade na medida em que não se trata do retorno de uma publicação específica, mas de vários desses jornais e revistas que são aqui denominados *imprensa de resistência*. Além disso, vai mais além ao subdividi-la em três categorias: imprensa alternativa, imprensa clandestina e imprensa no exílio. É justamente sobre a primeira classificação que pusemos ênfase até o momento – e que sempre destacaremos neste trabalho –, pela análise de *Pif Paf*, *O Pasquim* e *Ex-*, mas já mostramos que havia também uma imprensa alternativa vinculada aos partidos e/ou grupos de resistência armada, que circulava na clandestinidade. Esta seleção coloca ainda um terceiro grupo que é o da imprensa criada por brasileiros que estavam exilados no exterior e que tinha como objetivo divulgar a repressão existente no Brasil à época. Este apanhado, por si, já revela dois aspectos, que tentaremos comprovar pela análise das apresentações, são eles: i) a ênfase está na resistência pelas palavras, uma vez que seleciona todos os tipos de imprensa que emergiram na época como ‘contestação’ da ditadura, de seus modelos de vida e político; ii) a ênfase que se põe na resistência tem como consequência colocar o tema ditadura em lugar de destaque, contribuindo para a consolidação de memórias daquele período.

Também de forma diferente dos demais projetos de republicação e organização, as vozes que aqui se molduram são todas elas institucionais, ainda que nem sempre sejam oficiais/governamentais. Há, aí, um projeto de recuperação da memória do período, cuja ‘marca’ Instituto Vladimir Herzog dá sustentação, na medida em que se trata de um dos órgãos que mais tem dado apoio a esse tipo de projeto, como já vimos com as edições *fac-símiles* de *Ex-*. Nesse aspecto, o apoio, também com um texto de apresentação, do BNDES projeta um lugar de dizibilidade que vai tirando o ‘dizer a ditadura’ da marginalidade. Trata-se de um ponto nesse movimento que, como veremos mais adiante, produz um novo regime

de discursividade. Essa voz institucional, que já existia ladeada pela voz ‘meta’, por isso secundarizada, em duas das demais publicações, cria legitimidade ao que se diz.

Ao produzir uma memória da imprensa alternativa de resistência, ela não vem isolada como em outras publicações, ao contrário, os temas sociais e políticos estão sempre presentes, constituindo-se memória particularmente atrelada à conjuntura sócio-histórica do período. Aquela, entretanto, que mais produz visibilidade é a que forma uma memória da ditadura a partir da imprensa alternativa, aqui já ela denominada de resistência, como se vê nos enunciados (17), (19), (21) e (22). O papel dessa imprensa é destacado sempre a partir do par ditadura (repressão) / democracia, de combate àquela para a emergência desta, formando um conjunto em torno do período.

Ao contrário das coletâneas de *O Pasquim*, de suas apresentações, e corroborando as apresentações da reedição de *Ex-* – também um projeto do Instituto Vladimir Herzog –, a memória do período formada a partir da imprensa alternativa produz uma ruptura com o regime militar e a repressão, uma vez que coloca esses veículos como fundamentais para a resistência e o processo de redemocratização do país: *Aqueles que tiveram a coragem de expor fatos e opiniões que o regime autoritário tentava ocultar cumpriram uma missão heroica, fundamental para a redemocratização do país. A imprensa alternativa contribuiu para o retorno da liberdade ao oferecer outras perspectivas para a realidade brasileira, lutando com as armas mais poderosas contra a arbitrariedade: as ideias e as palavras.* É ruptura com os mecanismos de repressão do regime, mas também com a resistência armada, ou seja, com qualquer tipo de luta militarista; e esse é, sem dúvida, um aspecto comum a todas essas publicações, que silencia a luta armada e, com isso, inscreve a imprensa alternativa como ícone da resistência e a palavra como o meio mais forte e qualificado para combater o totalitarismo e as desigualdades.

A ditadura, portanto, não é jamais silenciada aqui, ao contrário, ela tem lugar central e por isso as memórias que se produzem, todas, estão a ela associadas. A proposição inicial, já ela, põe luz nesse aspecto: *iniciativa de resgate de um importante período da história brasileira.* E isso se dá pela recuperação da memória também desses jornais e revistas a partir de suas capas. Desse modo formam-se ainda memórias que apelam ao papel social do jornalismo, ligado aos temas dos direitos humanos e sociais (18) – *o pioneirismo desses veículos na luta pela liberdade de expressão e o debate de ideias, elementos essenciais da democracia* –, também a partir da resistência à ditadura (20) – *o papel dos veículos*

alternativos na vida política brasileira e sobre a importância da liberdade de imprensa nos regimes democráticos.

Na produção dessas memórias, com isso, restringe-se a quem se dirige, que não engloba mais leitores específicos de tais veículos. Ao contrário, o público tem interesses mais amplos, contudo é mais restrito porque seriam menos numerosos (já que atrelados a temáticas específicas), são eles: os interessados na história do período e, por consequência, da resistência a ele; os interessados na história da imprensa alternativa como um todo; e os interessados e defensores dos direitos humanos, sociais e civis, que são a base de consolidação de uma democracia.

A reprodução de capas da imprensa alternativa de resistência e seu apelo aqui trazem um debate mais politizado que em *Pif Paf* e *O Pasquim* e corroboram a proposta do Instituto Vladimir Herzog no projeto “Resistir é preciso...”, que tem na reedição de *Ex-* também um marco desse processo. Ao tirar o foco do humor e colocá-lo na resistência – aqui, sobretudo, ao regime militar – cria-se um processo de politização da memória e é, também por isso, que o período ditatorial ganha evidência e concorre com as memórias que se formam dos próprios jornais e revistas e da imprensa alternativa de maneira geral.

3.2.3.5 Memórias em luta

Ao observar a republicação de jornais e revistas importantes da imprensa alternativa do período ditatorial, além de uma coletânea de capas dessa mídia, notamos a emergência, em graus distintos a depender do material, de diferentes planos de produção da memória. Nessa multiplicidade de sentidos que se forma, há claramente um confronto discursivo que estabelece a luta memorial. Os dizeres – e, sem dúvida, os não ditos – inscrevem realces e apagamentos que põem luz numa geração e/ou num período. Apresentar esse material tornou-se uma espécie de fio condutor dos sentidos, sem o conhecimento de que eles sempre escapam. Com isso, as memórias entram em luta no campo do discurso.

Quando nos referimos, em outro momento de nossas análises, aos sentidos políticos do retorno desses materiais que configurava uma resistência a um processo de apagamento da história (do período), centramos nossa análise numa espécie de resistência que é política, e

que existe de fato. Contudo, há outra resistência que nos salta mais aos olhos, resistência a um apagamento da história dessa imprensa alternativa. Parece-nos, em certa medida, que mais importante do que lembrar do período é retomar e consolidar a história dessa imprensa que resistiu, sobretudo, às imposições da grande mídia, mas também à ordem, aos costumes e ao regime político ditatorial. Enquanto as apresentações de *Pif Paf* e *O Pasquim* recorrem mais ao humor e à exaltação da imprensa alternativa da época, que centralizava seu conteúdo e sua linguagem, sobretudo, na crítica aos costumes (à moral) e à grande imprensa, as apresentações de *Ex-* e *As capas desta história* exaltam o papel da imprensa alternativa enquanto resistência aos desmandos do regime militar.

Vimos, então, que esse jogo se formava em torno de dois eixos, que claramente se interseccionavam, ainda que muitas vezes se silenciassem: i) a imprensa alternativa de modo amplo e o jornal/revista de maneira restrita; ii) o período de ditadura militar e a resistência ao regime. Interessante é que um dos eixos, quase sempre o primeiro deles, puxava o outro e constituíam memórias conjuntas, conjugadas. Por isso nos parece mais forte a formação de uma memória da imprensa alternativa e de seus veículos que da própria ditadura. Contudo, o campo discursivo é de batalha, de luta constante, e, por isso mesmo, muitas vezes, paradoxalmente, esse ‘diálogo’ produz apagamento. Foi o que notamos, sobretudo, pelas análises de *Pif Paf* e *O Pasquim*. O realce nos próprios veículos, ali, produziu, de certo modo, um silenciamento em relação à ditadura, quando não uma adesão a ela. Por outro lado, em *Ex-* e *As capas desta história*, a imprensa alternativa funcionava como espécie de catalizadora, que chama e põe luz na memória da ditadura militar brasileira.

Outro fator interessante – e aí retomamos discussões iniciadas mais acima – é que na constituição de uma memória social da mídia – e desses veículos da mídia impressa das décadas de 1960 e 1970 – é reforçado, mesmo que de forma não explícita, o aspecto vendável desses produtos que retornam para serem rememorados. Se a condição política de resistência ao esquecimento é salientada, há outra que se moldura e que com ela entra em choque: a memória como consumo. Há, aí também, uma dimensão político-mercadológica que é reforçada pelo aparecimento desses e não de outros veículos, na medida em que eles são mais suscetíveis ao ‘sucesso de venda’, comercial. A memória é, então, parte do jogo do capital, pois é também adaptável às condições sócio-político-históricas do século XXI.

A reedição desses jornais e revistas e a emergência de coletâneas e compilações de materiais daquele período fazem parte desse processo que vai permitindo um ‘dizer a ditadura’, em diferentes âmbitos, que é também parte de um processo de redemocratização do

país. Sua consolidação depende de outros fatores, da conjunção de outros dizeres e da ampliação dos espaços de emergência e circulação dos discursos. Conforme anunciamos, então, no início deste trabalho, lançaremos nosso olhar, na sequência, para outros materiais que, durante o século XXI, vai ampliando o processo de formação e de circulação de memória(s) da ditadura militar brasileira.

CAPÍTULO 4 – MEMÓRIAS EM CONSOLIDAÇÃO: DIZER A DITADURA NA ATUALIDADE

Volátil e efêmera, hoje nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente sentido como instante fugaz. Ao perdermos a diferenciação temporal, não só rumamos para o que Virilio chama de ‘memória imediata’, ou ausência da profundidade do passado, mas também perdemos a profundidade do futuro como possibilidade inscrita na ação humana enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas. Em outras palavras o sentido da cultura como ação histórica (CHAUÍ, 2008, p. 62)

A memória contemporânea da ditadura, em sua multiplicidade, que se produz na mídia por uma multiplicidade de formas, e atualmente abarca diversos aspectos da sociedade, constitui um embate entre o olhar para o passado, e somente para ele, e a reflexão sobre o presente para trabalhar o futuro. São diversos os lugares onde a memória teima em se inscrever, opaca mas presente, e produzir sentidos pelas formas de sua circulação. Nesse embate, então, qual o lado – entre passado, presente e futuro – que predomina e se fortalece nesse jogo que constitui uma vontade de memória? Qual, portanto, a regularidade enunciativa que sedimenta essa(s) memória(s) e produz, também, apagamentos?

A fragmentação de nosso *corpus* em três frentes propiciou nossa análise dos aspectos marcados da ditadura. E, aqui, é sobre as duas últimas que voltamos nosso olhar: para aquela que é composta pelos especiais (da mídia impressa, da TV ou do cinema) e para aquilo que se discute na mídia, a partir de determinados acontecimentos-base, sobre o período. Sem o mesmo fôlego que colocamos nas análises anteriores, especialmente pelo fato de que, sobretudo a última frente, se trata de uma produção discursiva ainda em formação, colocamos acento sobre um ‘dizer a ditadura’, sua emergência e consolidação, que se configura de modo mais claro na passagem da primeira para a segunda década do século XXI.

No jogo de forças que constitui essa vontade (contemporânea) de memória, as duas formas que mais se destacam e se opõem são aquela que busca desvendar o passado para poder contar a ‘história verdadeira’ do período e aquela que olha para o passado e propõe uma reflexão sobre o presente a fim de, também, pensar o futuro – a questão, nesse caso, é ‘o que resta da ditadura no presente’? Em um caso, observa-se quase apenas ruptura entre passado e

presente; em outro, descontinuidade, mas jamais ruptura total. No primeiro, questiona-se o passado para escrever a história e produzir a verdade; no segundo, o peso se põe sobre o presente, tocando no passado porque ele ainda persiste e marca tanto o agora quanto o amanhã. A produção da memória é múltipla, mas o jogo de forças é constante para que apenas uma delas seja a ‘verdadeira’, a ‘oficial’, aquela que se constitui como a ‘verdade’ e o fio condutor dessa vontade de memória.

4.1 A MEMÓRIA NA MÍDIA E A MULTIPLICIDADE DE MATERIAL

Na mídia, então, a memória que se forma do período é múltipla. Essas memórias, então, circulam de inúmeras maneiras, conforme já mostramos brevemente em outro momento. Essa multiplicidade se dá de maneira não regular, não homogênea, porque os lugares de circulação são distintos e sua amplitude, bastante discrepante: são jornais e revistas de grande porte, outros de menor porte, alguns mesmo quase marginalizados; são também filmes cuja produção é relevante e chegaram às grandes salas de cinema no Brasil, foram reproduzidos por emissoras importantes de televisão, outros que se restringiram aos grandes centros urbanos, alguns que também circularam apenas de forma marginal⁶⁰, entre pequenos grupos de interessados no período e pesquisadores.

Nosso *corpus* se divide, nas duas frentes mencionadas, em duas categorias distintas. A primeira, que poderíamos chamar de *retrospectiva*, reúne os especiais sobre o período, textos cujo objetivo primeiro é contar e traçar uma reflexão sobre aquele momento da história brasileira, ou parte dele, mostrando fatos, acontecimentos históricos – são as edições e cadernos especiais sobre a ditadura –; além disso, nessa categoria encaixam-se filmes e documentários que contam essa história, ou também parte dela. A segunda, por sua vez, que denominaríamos *analítica*, é composta por textos que analisam acontecimentos contemporâneos que retomam o passado, ou também parte dele, e estabelecem uma análise da

⁶⁰ Esse é o caso da maioria dos documentários, que, independentemente do tema que trabalhe e retrate, tem comumente pouco espaço nos cinemas – e, sobretudo, nas grandes emissoras de televisão –, com exceção de quando se tratam de algumas mostras importantes do gênero. É evidente também que quando retrata um tema que é tabu para a sociedade, como fora o caso da ditadura militar brasileira durante muito tempo, até o início deste século, a dificuldade de circulação torna-se ainda maior.

situação, a partir desses acontecimentos-base, que engloba passado e presente, e põe foco em um desses aspectos.⁶¹

4.2 A VERDADE, A HISTÓRIA, A MEMÓRIA

Traçar uma reflexão sobre o passado supõe, de início, uma busca pela verdade. Contar a história de uma época seria mostrar eventos e acontecimentos que de fato se sucederam e que formaram um período. Porém, tomar um único aspecto, um único viés, é também acreditar que as interpretações – dos acontecimentos, dos fatos, dos discursos – são transparentes e, portanto, também únicas. A história, portanto, é jamais verdade absoluta, pois se compõe, é escrita no interior das relações de poder, se forma e se transforma no movimento das vontades de verdade, que também não são perenes, ao contrário, se articulam na descontinuidade que perpassa o fio da história.

A memória, por sua vez, não é jamais, como se supôs, a representação real dos fatos, a verdade única e transparente, e nem mesma se propõe a sê-la. Ela é, por isso mesmo, multifacetada, pois conjuga uma multiplicidade de sentidos que se formam, também, a partir de uma multiplicidade de produções, que podem ser ou não já de início memorialistas. Já a víamos, em nosso trabalho, se formar a partir de uma gama de materiais que retornam do período ditatorial para na atualidade produzir diferentes sentidos, alguns de resistência – uma resistência muito diferente daquela à ditadura – outros de ‘comemoração’ e, até mesmo, de fetichização da mídia dita alternativa. Mas não é apenas esse tipo de material que compõe a produção memorial do período, existem muitos outros, sendo que dois deles compõem as demais frentes de nosso *corpus*: os especiais da mídia impressa e audiovisual e os textos-comentários que são produzidos pela mídia a partir acontecimentos do presente. E a memória que se forma a partir de cada um deles tem sua particularidade, sua especificidade, ainda que

⁶¹ Pode-se colocar peso, num primeiro momento, sobre a denominação dessa segunda categoria: por que não chamá-la *prospectiva* em contraposição à primeira, a *retrospectiva*? Ora, a justificativa se dá pelo fato de que nem sempre, e muito poucas vezes, o olhar para os acontecimentos do presente se forma para pensar o próprio presente e refletir sobre o futuro. Em muitos casos, como mostraremos neste capítulo, dá-se justamente o contrário, a análise dos acontecimentos do presente relacionados ao passado, da ditadura militar brasileira, se dá para justificar, reafirmar, consolidar ou mesmo retificar a história do período. A análise do presente se dá, portanto, também de forma retrospectiva, mas, à diferença da primeira dimensão, que lança olhar quase de maneira exclusiva para o passado, parte do presente para analisar e também ‘construir’ (a história do) o passado recente brasileiro.

contribua para um aspecto mais amplo que aqui chamamos de memória (contemporânea) da ditadura militar brasileira.

Ora, esses aspectos aqui apontados, somente eles, já nos levam a perceber que ‘a’ memória verdadeira é ilusória, mais, é inexistente. Contudo, outros aspectos apontam para a mesma direção: os modos de circulação dos discursos, as formações discursivas às quais pertencem, os médiums etc. Por isso em nossas análises não nos propomos entender e escrever a história do período. De outro modo, buscamos compreender as memórias que se formam por meio desse jogo que é claramente discursivo. Não há verdade memorial – e nem mesmo histórica –, mas, por outro lado, a produção dessas memórias, não intencional, é real, verdadeira, porque presente.

Em constante processo de formação – e de transformação – as memórias da ditadura militar brasileira inscrevem-se em espaços múltiplos e circulam atualmente, de maneiras distintas, entre todas as esferas da sociedade. Se não há verdade, há a produção do verdadeiro, que não é evidentemente factual, uma vez discursivizado. Desse modo, é preciso observar suas formas de emergência e buscar compreender seus sentidos, que, também por não serem únicos, inscrevem a multiplicidade de memórias.

4.3 A MEMÓRIA NARRADA E REANIMADA: A MÍDIA DE OLHO NO PASSADO

Durante esses 30 anos que marcaram o processo de redemocratização do Brasil pós-ditadura muitos especiais e retrospectivas sobre o período do regime militar pingaram – ou jorraram, a depender do momento – na mídia, sobretudo a partir da década de 1990. A maior parte deles, especialmente aqueles produzidos pela mídia impressa, apareceu e ganhou destaque em momentos específicos de rememoração, em datas como aquelas dos aniversários do Golpe, do fim da ditadura, do AI-5, a referência a algumas personalidades políticas ou da resistência etc. Outros foram surgindo sem alarde, aparentemente sem uma referência espaço-temporal específica. Com isso, certas memórias do período eram produzidas – ou melhor, esse material ia compondo um memorial da ditadura –, cujo processo histórico era quase sempre abordado no passado, sem referência direta e analítica ao presente, embora, como já tratamos em outro momento deste trabalho, a memória traga sempre impacto no presente e crie possibilidades de futuro.

Possivelmente, esse tipo de material (os especiais, as coleções⁶², as revisitações), ainda que em constâncias diversas, tenha sido, até a primeira década do século XXI, o único realmente profícuo numa tentativa de contar ‘aquela’ história esquecida e um dos marcos nesse processo de produção da memória da ditadura militar brasileira. As reedições e coletâneas que já analisamos no capítulo anterior são fruto desse processo e inscrevem-se nessa tendência de visitar o passado, mas eram inexistentes até o início do novo século. O debate político-oficial em torno do tema, também ele, era raso, pouco aprofundado, uma vez que os interditos sufocavam essa vontade de memória, uma vontade que joga, também, com os limites de dizibilidade. É, portanto, esse tipo de material o único que de fato atravessou todo o processo de redemocratização e que, na margem ou no centro, tomou o período como referência direta de um estado de exceção, um estado especial portanto, e desse modo, passível de rememoração e inscrição na memória.

Já tomamos para uma breve análise introdutória, em outro momento deste nosso trabalho, os especiais ‘comemorativos’ dos aniversários do Golpe produzidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Tratam-se eles de exemplo acabado desse tipo de produção, uma vez que foram (e possivelmente continuarão sendo) publicados sempre a cada década de aniversário do Golpe (1994, 2004 e 2014) e, além de apresentar esse movimento na produção da memória do período pela mídia, revela a transformação nas técnicas de construção da história (em curso) em seu interior. Mas não é, conforme também já mostramos, apenas em casos como esses, de aniversário, de datas comemorativas, que eles aparecem, daí a quantidade marcante de filmes e documentários – que também consideramos neste grupo de especiais⁶³ – que foram produzidos nos anos 1990 e 2000. É possível encontrar exemplos de filmes que obtiveram sucesso no cinema nacional e importante circulação ao retratar aspectos, determinados acontecimentos e personagens dos tempos da ditadura: *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1994); *O que é isso companheiro?* (1997), *Araguaya: conspiração do silêncio* (2004), *Cabra-cega* (2005) e *O ano em que meus pais saíram de férias* (2006) são os exemplos mais concretos desse panorama. Além disso, documentários como *Guerrilha do Araguaia: as faces ocultas da história* (2007) e *Cidadão Boilesen* (2009) também alcançaram

⁶² A coletânea de *O Pasquim*, da qual tratamos no capítulo anterior, se diferencia das coleções de que tratamos aqui na medida em que aquela é uma composição de textos do passado, produzidos em outro momento da história e selecionados por uma equipe editorial; essas, por sua vez, são textos publicados hoje que retratam e analisam aquele período de ditadura no Brasil.

⁶³ Filmes e documentários sobre o período ou, de maneira mais específica, sobre determinados aspectos e acontecimentos do período, são por nós incorporados nessa classificação geral que denominamos ‘especiais’ pelo fato de que buscam retratar o período, traçar uma narrativa sobre o acontecimento ‘ditadura’, tal qual é o papel dos especiais produzidos pela mídia impressa.

marcas consideráveis de reprodução e inscreveram-se nesse debate em formação e, mais adiante, em fase de consolidação.

Compreender esse tipo de produção memorialista, que retrata acontecimentos e personagens de momento importante da história brasileira, seus lugares de circulação e suas formas de recontar a história, é fundamental para um trabalho sobre as memórias do período. Por isso, aqui, é menos importante a descrição efetiva de cada um desses especiais que trouxemos para compor nosso *corpus* de análise que a observação das formas de referência ao período e, portanto, ao passado. Procuramos, neste caso, apreender três aspectos: os lugares de produção e de circulação desses discursos; as formações discursivas às quais se inscrevem; e as formas de produção da memória (se a partir de uma referência direta e acabada ao/no passado; se por meio de um percurso que vem do passado para o presente; e, finalmente, se através de acontecimentos do presente que nos remetem ao passado). Esses aspectos, portanto, também nos possibilitam compreender o processo de produção da memória da ditadura na contemporaneidade.

Na sequência, então, observaremos os especiais produzidos pela mídia impressa, os filmes e os documentários que compõem nosso *corpus*, tomando como base de análise os três aspectos elencados acima.

4.3.1 A mídia impressa relê o passado

Na mídia impressa é marcante a publicação de especiais sobre períodos importantes da história brasileira e acontecimentos-chave. É, portanto, na mídia impressa que ressoa uma forma de recontar a história, e até mesmo de escrever e construir a história. No dia a dia, são produzidos inúmeros textos que traçam fatos do cotidiano e transformam ocorrências sociais importantes em acontecimento. A informação torna-se narrativa histórica na medida em que um fato, e, logo, um acontecimento, torna-se narrável, quando inscreve uma rede de comentários. Foi assim durante o processo de abertura política no qual a mídia exerceu papel fundamental na construção da história do período com a distensão do regime e o abrandamento da censura (cf. SÁ, 2011). Os especiais a que nos referimos nesta seção têm uma particularidade: uma vez que funcionam de maneira direta nesse '(re)contar a história', seu funcionamento é peculiar pelo fato de que a narrativa não é mais aquela do tempo

presente, uma vez que se refere a acontecimentos do passado e, quase sempre, já historicizados. A história em curso é, neste caso, relativizada, pois ainda que associe a ditadura a acontecimentos do presente, as consequências do passado no presente – e, por isso, produz impacto no presente –, seu foco está lá, não aqui – e é também porque ocorreu lá que se fala aqui. Além disso, sua produção – desses especiais – é, de certo modo, ‘encomendada’, elaborada a partir de critérios de publicação pré-definidos, não é cotidiana, mas marcada não pela informação, que é sempre presentificada (ainda que se refira a algo do passado), mas pela remissão, pela necessidade de lembrar. Por isso, também, fazem parte de uma exterioridade do jornal/revista – são cadernos ou edições especiais –, uma vez que não fazem parte de sua produção regular.

Nesse aspecto, é possível notar uma diferença entre um especial sobre o período e as notícias (reportagens, matérias) produzidas atualmente que tratam do ou remetem ao período. Citamos, então, dois exemplos dessa diferença: i) em dezembro de 2008, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um caderno especial sobre os 40 anos do AI-5⁶⁴, no qual mostrava fatores que levaram à sua instituição e as consequências de seus artigos, tratava-se, portanto, de ‘contar’ um acontecimento importante da história brasileira e que marcou todo um período; ii) em 2009, o mesmo jornal – e posteriormente muitos outros – publicou uma série de reportagens⁶⁵ a respeito da divulgação de arquivo pessoal de um coronel reformado do exército, Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, que participou do combate à Guerrilha do Araguaia e revelava, três décadas depois, fatos até então desconhecidos. Tratam-se, portanto, de dois tipos de publicações sobre o mesmo período – ou sobre fatos que remetem àquele momento da história brasileira –, mas cujos focos são distintos: enquanto o primeiro retrata acontecimentos que estão exclusivamente no passado, ainda que tenham consequências no presente, e, portanto, traça uma espécie de narrativa histórica, o segundo, por sua vez, traz o passado por meio de acontecimentos do presente, ou seja, um acontecimento do presente permite um movimento que é também discursivo, uma nova escrita da história. É do primeiro que tratamos neste momento, sendo que o segundo tipo de material terá destaque logo na sequência, na próxima seção.

Os três cadernos especiais produzidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que tomamos para análise na introdução deste trabalho são exemplo desse ‘gênero’ midiático. Eles

⁶⁴ A edição n. 42054, de 7 de dezembro de 2008, trouxe um caderno especial intitulado: “AI-5: a liberdade assassinada”.

⁶⁵ A primeira dessa série de reportagens foi publicada na edição n. 42250, de 21 de junho de 2009, com a seguinte manchete de capa: “Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia”.

aparecem em momento particular, os aniversários do Golpe, e situam a discussão em torno de acontecimentos que levaram a ele (a crise política do governo de João Goulart, as manifestações contra esse mesmo governo, os movimentos das Forças Armadas etc.), depois às suas consequências, ao fechamento do regime, à repressão, mas também ao crescimento econômico e sua posterior crise e à abertura política. Trata-se, desse modo, de uma construção discursiva imbricada, cujo texto jornalístico é aproximado do texto historiográfico, ou, até mesmo, do texto sociológico, que toma o ‘fato histórico’ de maneira analítica⁶⁶. É essa, então, uma das especificidades dos especiais produzidos pela mídia impressa: a construção da história e a consolidação da memória por meio de um texto que associa a narrativa histórica e a crítica sociológica à materialidade jornalística. No caso de *O Estado de S. Paulo*, há um lugar de circulação privilegiado – aquele da grande mídia – que, do impresso à internet, muitas vezes transcende as barreiras nacionais e, até mesmo, ideológicas. Ali, uma produção da memória da ditadura realça o passado, como vimos na *Introdução*, pelo olhar distanciado que vê um Estado de exceção, mas se ausenta das reflexões acerca de suas consequências no presente.

Nessas três décadas que marcam, em 2014, o fim da ditadura e o processo de redemocratização do Brasil, como dissemos, inúmeros foram os especiais produzidos na mídia impressa. Praticamente todos os veículos de comunicação impressa produziram especiais sobre a ditadura em momentos específicos – ou nem sempre. É também por esse motivo que não nos prendemos à análise específica de cada um deles, pois não nos interessa compreender o como e o porquê cada um deles retratou o período. O que nos interessa efetivamente é compreender, no conjunto, o funcionamento desse tipo de produção discursiva, seu papel na produção de memórias do período, e é por isso que consideramos que observar a emergência de alguns desses materiais torna-se suficiente, pois formam um conjunto memorial para inscrição e consolidação da história.

A revista *Caros Amigos*, nesse sentido, em novembro de 2007, apresentou uma coleção intitulada “A ditadura militar brasileira: a história em cima dos fatos”. A proposição, como é possível perceber, era uma abordagem factual do período, sustentada por seus fascículos: 12 no total. Eles foram publicados a cada 15 dias e ao final, com uma capa dura

⁶⁶ Veyne (1983) aponta que existem acontecimentos históricos, mas que não há explicação histórica. Com isso, reafirma o ponto de contato entre a História e a Sociologia (que ele chama também de Ciências Morais e Políticas), uma vez que é a última que trata de uma análise da sociedade e, portanto, da análise dos ‘acontecimentos’ e fornece à primeira seus pontos de investigação: “E já que os fatos são apenas a matéria da História, para informá-los um historiador deve recorrer à teoria política e social” (p. 7).

oferecida pela editora, formaram um livro⁶⁷ de 384 páginas, com os seguintes capítulos: 1. A noite do golpe; 2. Antecedentes: o suicídio de Vargas; 3. Governo Jango (1961-1964); 4. Governo Castelo Branco (1964-1967); 5. Governo Costa e Silva (1967-1969); 6. Governo Médici (1969-1974): o milagre; 7. Governo Médici: a tortura; 8. Governo Médici: terror total; 9. Governo Geisel (1974-1978): fim do milagre; 10. Governo Geisel: extinta a luta armada; 11. Governo Geisel: a abertura; 12. Governo Figueiredo (1979-1985): fim da ditadura.

A apresentação dos fatos, ali, parece suficiente para a retomada do passado. A divisão dos fascículos (ou capítulos) em acontecimentos-chave de ordem cronológica leva a uma construção linear da história – com começo, meio e fim e cujo processo é evolutivo –, ainda que o ponto de partida seja o golpe e se dê dois movimentos, um retrospectivo, outro prospectivo, na escrita dessa história, fator que o diferencia dos demais especiais, que tomavam temas como a repressão, a censura ou o crescimento econômico para, a partir deles, traçar uma história do período, cuja visada é crítica e fragmentária. A proposição factual, dessa forma, é acentuada. Esta coleção fia-se no ordenamento linear dos ‘fatos’, mas, com isso, contrapõe-se a si, uma vez que no texto de apresentação afirmava: “A proposta [...] é mostrar episódios e personagens da história do Brasil a partir de nosso ponto de vista. Que difere substancialmente do encontrado em trabalhos semelhantes publicados pelas editoras grandes de revistas e jornais, mesmo porque elas defenderam e defendem a elite econômico-financeira que sempre dominou o poder e que não admite qualquer projeto de reforma institucional que possa ameaçar seus privilégios”. Criava-se, nesse aspecto, uma proposição paradoxal: escrever a história factual – a verdade dos fatos – do período ditatorial, mas a partir de seu ponto de vista, que, discursivamente e ideologicamente, difere daquele da grande mídia.

A mesma revista, três anos antes, em 2004, lançou também uma edição ‘comemorativa’ dos 40 anos do Golpe, cujo título e subtítulo de capa eram: “O Golpe de 64: edição dedicada à juventude que deseja conhecer em detalhes esse episódio trágico da história política brasileira”. De modo diferente – ainda que se subtítulo vá ao encontro da ‘proposta’ apresentada pela coleção, que previa ‘contar a história daquele período a partir de seu ponto de vista’ –, este especial seguia uma tendência da mídia, cuja prioridade estava na ‘análise da história’ a partir de temas importantes do período, e não do ordenamento linear dos fatos. Por meio de textos analíticos, episódios que levaram ao Golpe, seu desenvolvimento e suas

⁶⁷ Atualmente, este material, já em formato de livro, pode ser comprado na loja virtual da própria revista, provocando, com isso, também um deslocamento na produção da memória.

consequências eram abordados por jornalistas, especialistas e críticos. Contudo, a proposta era a mesma, a de compreensão do passado, e somente ele, mas cuja implicação no presente seja fazer a juventude *conhecer em detalhes esse episódio trágico da história brasileira*. Diferença na forma, mas não na produção da memória.

A revista *Cult*, de modo semelhante, também em março de 2004, na ‘comemoração’ dos 40 anos do Golpe, trouxe um dossiê sobre o período intitulado: “1964: o golpe da História”. Sua composição, também ela, era analítica, muito mais que historiográfica, pois se tratavam de artigos que analisavam o período, neste caso por especialistas, geralmente pesquisadores renomados do período. De todo modo, essas análises também se voltavam sobre fatos, acontecimentos do passado, sem quase haver a referência ao presente, sem uma análise específica das consequências da ditadura para a atualidade. O que distingue esta publicação daquelas já analisadas é que seu foco editorial, sobretudo em sua seção “Dossiê”, é analítico/descritivo e aproxima-se, muitas vezes, do discurso acadêmico, uma vez que a maior parte dos convidados para ali escreverem são professores e pesquisadores de importantes universidades brasileiras e também estrangeiras. Com isso, há um suposto apagamento, que é próprio das produções científicas, do ideológico, ainda que saibamos que a neutralidade é apenas ilusória. No caso de *Cult* e sua publicação sobre a ditadura, a produção da memória está associada a uma análise crítica do passado, cuja base é compreender, refletir e lembrar para que não mais ocorra algo semelhante.

Essa tendência de focalizar o passado em detrimento de uma análise do presente, das consequências daquele período para o presente, foi, portanto, marcante na mídia brasileira, seja ela grande ou ‘nanica’. Outros veículos importantes de comunicação produziram especiais sobre o período, sobretudo quando dos aniversários do Golpe. Na ‘comemoração’ de seus 50 anos, além dos veículos de comunicação já mencionados e de muitos outros, *Folha de S. Paulo* (“Tudo sobre a ditadura militar” [23/03] e “50 anos do Golpe” [30/03]), *O Globo* (“64/50” [30/03]) trouxeram também cadernos especiais, enquanto a revista *Veja* (“Especial 1964” [26/03]) apresentou um especial de cerca de 50 páginas no interior mesmo de sua edição semanal. Em todos eles sobressaem a referência e a análise do passado e pouco se volta o olhar para as consequências no presente. Esse caráter retrospectivo é marcante e sugere uma visão finita da história, sem consequências explícitas para o presente e para o futuro do Brasil. A diferença que se via entre eles era no foco, na posição enunciativa, na inscrição a determinada formação discursiva, nos modos de circulação, mas quase nunca na forma.

É preciso, contudo, salientar que, mesmo que o foco dessas produções memoriais esteja no passado ditatorial, com pouca, ou nenhuma, reflexão a respeito de suas implicações no presente e suas possibilidades de futuro, existem diferentes e muitas posições discursivas/ideológicas nesse retorno. As memórias que são produzidas pela grande mídia são muito distintas daquelas que são produzidas pelos veículos menores. E, mesmo no interior de cada um desses polos, quase sempre, ou sempre, são evidenciadas posições dissonantes. São esses fatores que nos permitem observar e afirmar a multiplicidade de memórias que se formam daquele período.

A observação desses especiais possibilita-nos, então, verificar a produção de memórias que estão, de um certo ponto de vista, fincadas no passado e, mesmo, na consolidação da história recente. A emergência desse tipo de material inscreve uma percepção do passado que é finita e, portanto, acabada com o início do processo de redemocratização do país, quando há aparentemente um ponto de ruptura. Cria-se uma história ao mesmo tempo linear e fragmentada, cujos acontecimentos sucedem-se dentro do período mas cujas marcas do passado ditatorial, repressivo, não existem no presente ‘democrático’. Retomar aquele período é importante para o conhecimento da história brasileira, seus fatos marcantes, seus períodos de exceção. Contudo, quase não há reflexão que toma a história numa perspectiva global e que, portanto, releve o presente e, até mesmo, o futuro. Mesmo quando da narrativa histórica, que é, neste caso, linear, o período é tomado com começo, meio e fim, aprofundando a ruptura e o início de uma ‘nova época histórica’. De posições ideológicas completamente distintas, cujas formações discursivas mostram-se antagônicas, da *Caros Amigos* à *Veja*, o realce está sempre no passado. Um ponto que os distancia, entre outros, são seus lugares de circulação que faz prevalecer a visão da grande mídia, conservadora, sobre aquele passado.

A produção audiovisual sobre o período – ainda que apresente estrutura essencialmente distinta daquela da mídia impressa –, que compõe esse conjunto de especiais, reitera a memória do passado, uma vez que a narrativa se dá sobre personagens e acontecimentos acabados, mesmo quando tomados por um olhar crítico, conforme veremos na sequência.

4.3.2 A ditadura nas salas dos cinemas

No campo audiovisual houve também diversas produções que retrataram a ditadura militar brasileira, ou acontecimentos e personagens específicos daquele período. Entre elas, já mencionadas no início desta seção, algumas ganharam destaque na produção cinematográfica brasileira, atingindo um número considerável de telespectadores a partir de uma circulação importante por meio da reprodução em cinemas e/ou festivais. Um ponto interessante a se observar é que o tema que ganhou maior destaque nesse conjunto foi o da resistência à ditadura militar, focalizando personagens importantes daquele movimento ou a luta armada e a guerrilha em geral. Com a exceção de *Cidadão Boilesen*, que traça um panorama inverso, com um olhar para o repressor, todos os demais estabelecem uma linha narrativa centrada na atuação da luta armada ou, de modo menos central, mas sempre margeada por ela, como em *Cabra-cega* e *O ano em que meus pais saíram de férias*, na participação de jovens nesse movimento de resistência – mas sempre na resistência.

É importante, primeiramente, acentuar que se trata de dois gêneros audiovisuais distintos, que aqui chamamos de fílmico (o filme)⁶⁸ e documental (o documentário). A diferença, para nós, entre um e outro é que o primeiro, além de seguir um roteiro pré-definido, ainda que o acontecimento retratado seja (ou tenha sido) real, ‘conta’ um episódio, uma história acabada, concretizada; o segundo, por sua vez, embora possa centrar-se em fatos já ocorridos, como é o caso da ditadura, tem na base o caráter investigativo, portanto crítico, que tenta criar uma versão para os fatos tratados e analisados e, portanto, dá plenitude a um acontecimento aparentemente acabado: “a natureza desse filme [o documentário] pressupõe a realidade, enxergada por uma lente que faz de conta não existir, que se acostuma aos hábitos e costumes do que está sendo investigado” (EVANGELISTA, s/d, s/p). O filme que retrata a realidade e se fia em um acontecimento real procura ser fiel aos fatos, busca uma ilusória neutralidade; o documentário, por sua vez, é já ele marca de uma narrativa, argumentativa, parcial uma vez que o objeto de investigação é analisado por determinados olhares, pontos de vista, vozes de autoridade que dão a ele o fundamento para suas conclusões.

⁶⁸ Não falamos aqui de ficcional porque se trata, a maioria deles, de filmes que retomam acontecimentos históricos verdadeiros, reais, ainda que o roteiro fílmico pressuponha o olhar do produtor/diretor e, portanto, uma entrada que nem sempre condiz com a ‘realidade dos fatos’ – as exceções, neste caso, são *Cabra-cega* e *O ano em que meus pais saíram de férias*, cujos enredos são todos ficcionais, ainda que baseados num contexto sócio-histórico real. De todo modo, vale lembrar que a história é sempre escrita a partir do olhar do sujeito/autor, e mesmo um documentário ou um texto informativo inscrevem sentidos diversos quando produzidos no interior de formações discursivas distintas.

Vale ainda salientar que não é nossa preocupação a definição dos gêneros audiovisuais. Se os classificamos, como agora, por nossa própria conta, é apenas para acompanhar o movimento discursivo de produção da história da ditadura militar brasileira, e o fazemos do modo que nos parece mais conveniente para isso.

Interessante, portanto, é observar que também esses filmes e documentários que retratam e analisam aspectos e momentos do período ditatorial, mesmo com suas especificidades, produzem uma memória da ditadura militar centrada no passado, cuja reflexão, e mesmo a referência ao (sobre o) presente também é mínima. Os filmes apresentam a ressalva de que isso se dá pelo fato de tomarem um acontecimento passado e o adequarem à linearidade narrativa e ao tempo finito de (re)produção; os documentários, contudo, escapam a esse pressuposto e focam sua visada apenas no passado – com raríssimas alusões à presença do passado no presente – por escolha de objeto e produção, porque mesmo com o tempo finito de (re)produção, a reflexão argumentativa desse gênero permitiria uma amplitude e um escopo maior.

Outro aspecto importante é que, como observamos nas análises daqueles jornais e revistas que voltam na atualidade, há na emergência desses filmes – todos eles – uma voz institucional que os sustenta e que inscreve um estatuto de consolidação ao que ‘se diz’. Além das verbas adquiridas por meio de leis de incentivo à Cultura, inúmeros órgãos estatais – federais, estaduais e municipais – patrocinam e/ou apoiam esses projetos, vejamos:

- “Lamarca”: governo do Espírito Santo, Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Ministério da Cultura, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro;
- “O que é isso companheiro?”: Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Banco do Estado de Santa Catarina (BENESC), Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Petrobras;
- “Araguaya”: Petrobras, Banco do Brasil, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Energética de Brasília (CEB), Centrais Elétricas do Pará (Celpa), Governo do Pará;
- “Cabra-cega”: Petrobras, Ministério da Cultura, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, Banco do Brasil, Infraero, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES);
- “O ano em que meus pais saíram de férias”: Ministério da Cultura, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, Petrobras.

A relevância desses apoios/patrocínios se dá, sobretudo, na medida em que o próprio governo, aí incluído os diversos órgãos estatais, silenciaram durante muito tempo a ditadura pela não divulgação de documentos oficiais e pela omissão na investigação de casos de

abusos naquele período. Paradoxalmente, se houve um período de silenciamento imposto pelos militares quando governaram, na década de 1990 e início dos anos 2000, o próprio governo patrocinou e apoiou, pela figura de órgãos conexos, projetos de resgate da memória, como esses filmes, bem como a reedição daquele material. Ora, na marginalidade do debate popular e oficial, que quase não existia, vozes institucionais inscreviam-se também nesse processo de formação de memórias da ditadura militar brasileira, quase todas com foco na resistência.

Três dos filmes observados tomam como central o movimento guerrilheiro, dois deles ainda durante os anos 1990, são eles: *Lamarca, o capitão da guerrilha*, que em 1994 retrata parte da atuação do ex-militar Carlos Lamarca na resistência ao regime, desde sua deserção até a sua morte no sertão baiano; *O que é isso companheiro?*, de 1997, que, baseado na obra de Fernando Gabeira, foca a narrativa no sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 1969, por membros dos grupos guerrilheiros Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Aliança Libertadora Nacional (ALN); e *Araguaya: conspiração do silêncio*, cujo enredo de 2005 se dá em torno de grupo guerrilheiro, o braço armado do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que atuou no sul do Pará entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970, desde a chegada de seus membros ao norte do país até seu extermínio pelo Exército.

Esses filmes inscrevem-se numa narrativa verídica do passado, que retrata de forma finita momentos ocorridos em determinado período da história. A eleição de um personagem (seja ele individual ou coletivo) é marca dessa proposta rememorativa, cujo aspecto mais visível é a consolidação de uma história, mais, a fixação da história de um período de exceção para que este não seja esquecido. Essa produção memorialista toma, portanto, um aspecto de fixação da história, muito mais que de reflexão sobre a História – esta com H maiúsculo –, que imortaliza personagens e acontecimentos, torna alguns momentos mais importantes que outros, faz do passado um tempo a ser sempre lembrado.

Cabra-cega e *O ano em que meus pais saíram de férias*, por sua vez, tratam também da luta armada, porém permeada por outros aspectos. No primeiro filme, ela é centro do que é narrado, mas as relações, pessoais e amorosas, entre os personagens também é focada e priorizada. No segundo, ela é sugerida, pois que é retratada a história de um garoto cujos pais partiram para a luta armada e o deixaram aos cuidados do avô; neste caso, a própria violência do período é pano de fundo para contar a história de um garoto e suas relações com o mundo. Aqui, o tempo ditatorial é o ponto para a compreensão da realidade vivida pelos personagens

nesses filmes, é, de certo modo, o contexto histórico-político determinando as relações pessoais e sociais. Trata-se de uma abordagem mais reflexiva que as ‘biografias da guerrilha’, de que tratamos em nossa dissertação de mestrado (cf. SÁ, 2011), uma vez que se busca a compreensão do tempo histórico, mas a produção da memória, ainda aqui, é ela voltada para o passado, para aquele contexto de efervescência política e social.

Um ponto importante a ser observado é que todos esses filmes que retratam aspectos do período ditatorial, e que obtiveram sucesso no cinema nacional, o fazem com foco na resistência ao regime, como já mostramos. Contudo, todos eles retratam o movimento armado de maneira romantizada, inclusive o filme não ficcional. O guerrilheiro é, nesses filmes, elevado à condição de herói e mártir, aquele que luta e morre pela libertação do país, pela libertação de seu povo. O retrato da resistência ao regime, nesses filmes, dá ao resistente um selo de herói trágico, tal como eram representados pelos próprios documentos autobiográficos das organizações de esquerda dos anos 1960 e 1970 (cf. SÁ, 2011).

Os documentários, de outro modo, afastam-se dessa visada romantizada dada aos personagens daquela história pelo fato mesmo de terem uma tomada ‘investigativa’, ou seja, partem de uma análise do objeto focalizado para a compreensão de uma realidade. Quando tratam de um personagem⁶⁹ da época, o fazem pela narrativa biográfica mas também pela voz de sujeitos de autoridade, que são pessoas próximas desses personagens, ou que viveram no mesmo momento que ele ou, ainda, estudiosos do ‘tema’. Quando ‘investiga’ acontecimentos, o fazem da mesma forma, sempre conclamando vozes de autoridade, documentos, interferindo na própria construção da história investigada, proporcionando, muitas vezes, uma reescrita da história. Contudo, no caso da ditadura, eles o fazem também com o olhar centrado no passado, partindo e detendo-se apenas a acontecimentos ocorridos naquele período.

Guerrilha do Araguaia: as faces ocultas desta história e *Cidadão Boilesen*, por exemplo, abordam, respectivamente, a participação de homens na luta armada e na repressão. O primeiro, cuja reprodução se deu em rede nacional pela TV Cultura em 2008, ‘investiga’ a formação e a atuação do grupo guerrilheiro que se constituiu na região do alto Araguaia, uma vez que sua história até recentemente era desconhecida e apenas sugerida, pelo fato do extermínio da guerrilha pelo Exército e do ocultamento dos corpos e dos documentos. O segundo apresenta uma particularidade na medida em que parte da descoberta de uma rua na cidade de São Paulo chamada Henning Boilesen e traz questionamos a respeito de quem se

⁶⁹ O uso do termo ‘personagem’ aqui é indiscriminado, servindo, nesta seção, para referir-se a sujeitos representativos da história do período ditatorial, à esquerda ou à direita.

trata aquele nome – há, aí, presenças do passado no presente; contudo, a partir disso, esse documentário retrata a atuação daquele sujeito, dinamarquês presidente do grupo Ultragas no Brasil e que liderou um conjunto de empresários nos anos 1960 e 1970 a fim de contribuir e financiar a repressão, sobretudo a Operação Bandeirantes (OBAN) no estado de São Paulo. Se colocamos os dois lado a lado, verificamos uma relação que é, até certo ponto, maniqueísta, pela qual os guerrilheiros do Araguaia são heroificados e o empresário demonizado. Contudo, essa relação que parece clara na produção da memória da ditadura, no documentário é dada a visibilidade não pela romantização, mas pelo levantamento de dados, ou seja, pela investigação dos fatos.

Essa memória que se produz, tanto nos filmes quanto nos documentários, por meio de construções narrativas distintas, é toda ela voltada para o passado, seja pela fixação da história por meio da rememoração de personagens e acontecimentos do período, seja pela investigação da história, que elege homens e acontecimentos a serem esmiuçados. O passado é colocado no presente não para neste interferir, mas para nele existir.

4.3.3 Da memória do passado à análise da realidade presente

Diferentemente, talvez, daquilo que veremos na sequência, quando analisaremos textos produzidos na mídia a partir de acontecimentos-base do presente, a memória que se forma pelos especiais é uma memória do passado, cujo papel principal é o de consolidar, de fixar e, até mesmo, de reescrever a história do período, uma vez que aquela que circula é quase sempre ainda aquela versão oficial, sustentada por discursos e instituições. Seu funcionamento tem pouco impacto no presente e corrobora o ‘pacto de reconciliação’ imposto pelo regime quando possibilitou a distensão. Esse é o tipo de material mais marcante na construção de uma memória do período, sobretudo por dois aspectos: i) é ele o único que perdurou por todo o processo de redemocratização do Brasil, desde o fim da ditadura em meados dos anos 1980; ii) é ele talvez o que tenha maior circulação, uma vez que se inscreve em gêneros e suportes populares: o jornal, a revista, o cinema, a TV.

Embora tenhamos observado a produção de memórias da ditadura em veículos da mídia impressa inscritos em formações discursivas bastante antagônicas, há, nelas, um aspecto comum, conforme observamos acima: o da produção da memória centrada no

passado. Contudo, os lugares de circulação são também completamente diferentes, pois a grande mídia ‘chega a (quase) todos os lugares’ e expande o discurso conservador, outros veículos, de menor porte financeiro e, portanto, com menor distribuição, circulam quase apenas ‘entre os seus’. Nesse jogo de forças, cujo passado está sempre no centro do debate, é a visão conservadora da grande mídia que sobressai.

Os filmes e documentários que observamos nesta seção também tiveram circulação ampliada pelo fato de que foram retransmitidos por grandes cadeias de cinema e por emissoras de televisão no Brasil, além de terem apoio e patrocínio de órgãos institucionais e governamentais. Há, sem dúvidas, um grande número de produções independentes que merece destaque e contribui para a produção da memória e da consolidação da história, porém sua circulação, muitas vezes, resume-se a pequenos grupos de especialistas e/ou interessados naquela história. Contudo, o fato de que há uma produção vigorosa sobre o período e de que ela atinge, em alguns casos, o âmbito nacional é já aspecto marcante de uma vontade de memória que se configura no Brasil do século XXI. Em conjunto com produções de menor visibilidade, porque marginais, realçam esse aspecto da rememoração.

Em contrapartida, a partir do final da primeira década do século XXI, a mídia deu relevância a temas importantes do período ou que a eles remetia. A partir de acontecimentos do presente, um conjunto de textos-comentário emergiu nesse campo e trouxe um novo olhar para esse momento tão importante da história brasileira. Dessa forma, uma nova perspectiva de produção da memória era formada, que partia do presente para o passado, para compreendê-lo de maneira mais abrangente, e, muitas vezes, voltava para o presente, para uma reflexão sobre as consequências na contemporaneidade, sobre ‘o que resta da ditadura’. É sobre esse material que voltamos nosso olhar a partir de agora.

4.4 A LEI DE ANISTIA, A TENTATIVA DE REVISÃO E A MOVÊNCIA NOS REGIMES DE DISCURSIVIDADE

Aquela marginalização da produção da memória da ditadura – dos dizeres sobre a ditadura –, à qual muito nos referimos até aqui, que afastava o debate do plano político oficial e, conseqüentemente, da sociedade, é colocada em cheque a partir da virada para a segunda década do século XXI. Mais especificamente a partir de abril de 2010, com o processo de

revisão da Lei de Anistia instaurado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de requerimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). É possível tomar, contudo, esse acontecimento num conjunto sócio-histórico mais amplo, que nos remete a um novo regime de discursividade, cuja emergência é silenciosa. Para sustentar essa reflexão é preciso, antes, voltar para o âmbito político-histórico-social que nos conduzirá, inevitavelmente, para a dimensão discursiva, que o engloba e que é nosso aporte teórico, metodológico e analítico.

No início de nosso trabalho, trouxemos uma breve reflexão a respeito da democracia, levantada pelo fato de que o Brasil vive um processo democrático recente e, também em função disso, ainda não consolidado. Esse processo, portanto, fortaleceu de maneira clara o âmbito político, cujas eleições diretas são o fundamento de nossa democracia representativa. Nesses últimos 25 anos, dois modelos de governança e de ideologia política, quase sempre representados por dois partidos, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), dividiram a cena federal e instituíram políticas de certo modo antagônicas. O primeiro deles, de 1993 a 2002, representado pela figura de Fernando Henrique Cardoso, dois anos como ministro da Fazenda⁷⁰ e oito anos como presidente da República, instituiu uma política neoliberal, com foco no avanço econômico e fortalecimento da moeda em detrimento das políticas sociais. O segundo, por sua vez, de 2003 a 2014 – e que se estenderá ao menos por mais quatro anos –, representado por oito anos de presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e quatro de Dilma Rousseff, instituiu um programa de políticas sociais alinhado a políticas econômicas de sustentação, que fortaleceram a imagem de crescimento do Brasil no exterior.

Essas transformações do âmbito político-histórico-social inscrevem também mudanças nos regimes de discursividade, que permitem a emergência de novos dizeres. E é nesse ponto que entra um ‘dizer a ditadura’ na esfera política oficial, uma vez que os três líderes políticos mencionados exerceram certo papel de resistência ao regime: Fernando Henrique na resistência intelectual como sociólogo e professor universitário; Lula como líder sindical; e Dilma, que pegou em armas na tentativa de enfrentar e derrubar a ditadura. É possível, e necessário, ainda que *en passant* porque não é nosso objetivo principal, notar como aquele período é retomado em suas propostas políticas, e mais, como aquele período se mantém ou se

⁷⁰ A atuação de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco é destacada pela criação e instituição do Plano Real – ele é sempre lembrado como o ‘pai do Plano Real –, fator que consolidou sua figura de líder político e sempre destacado por ele próprio durante seus mandatos presidenciais e por candidatos à presidência pelo seu partido, o PSDB, nos anos subsequentes, que confiavam a ele um caráter de progresso.

apaga na política e nas relações sociais brasileiras. Dessa maneira, será possível compreender algumas das condições que possibilitaram a inscrição de um ‘dizer a ditadura’.

Observemos, então, para sustentar essas nossas reflexões acerca do movimento nos regimes de dizibilidade e, mesmo, de historicidade, reflexos dessas transformações pela fala de dois representantes daquelas tendências políticas às quais nos referimos: Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, que resistiram, de maneiras distintas, à ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970 e retomam esse período em seus discursos de posse. Tomamos, desse modo, o discurso de posse de seus primeiros mandatos, o do primeiro realizado em janeiro de 1995, e o da segunda, em janeiro de 2011. Ambos, em seus discursos, reivindicam a luta pela democracia, sua importância para a sociedade, contrapondo-a, de forma nem sempre explícita, com o período ditatorial. Dessa forma, ambos constroem seus discursos de maneiras distintas e produzem, por isso, efeitos de sentido e memória distintos, ainda que defendam a democracia e tenham enfrentado, como apontamos, cada um a seu modo, as arbitrariedades do regime militar de outrora.

Vejamos, então, alguns trechos para nós importantes do discurso de posse⁷¹ do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e que retomam a luta pela democracia:

23. *“Pertencço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo”.*
24. *“Vieram, então, anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E, depois, nem isso, mas somente o legado – este, sim, para todos – de uma dívida externa que amarrrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980”.*

Em (23), FHC reivindica a luta pela democracia, pela liberdade e pela justiça, contudo a estabelece por meio de uma ausência de marcação temporal, colocando, com isso, seus ideais como aqueles importantes em todos os tempos. Na sequência, em (24), a relação com o período ditatorial, ainda que não seja direta, mas por um efeito de memória, é mais explícita, uma vez que há referência a *anos sombrios* que *sacrificaram a liberdade*. Contudo, essa

⁷¹ Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acesso em 12 ago. 2014.

marcação enunciativa que é, de início, disfórica⁷², porque substantiva e adjetiva negativamente o período, perde força, ou melhor, se neutraliza quando ressalta o *crescimento* econômico e o *progresso* do país, ainda que para poucos, com o custo da liberdade e com o legado da dívida externa.

Fernando Henrique Cardoso, ao retomar o passado, nem sempre com precisão, revela ainda mais sua posição enunciativa, de político inscrito numa posição neoliberal, cuja centralidade de suas ações enquanto governante está na economia. Nota-se, então, que essa referência ao passado se dá em função do legado econômico, mostrando como a história econômica se constituiu lá, na ditadura (e mesmo antes dela), e se reformula aqui, na democracia.

Continuemos com outros trechos:

25. *“Pacificamente, com tranquilidade, e apesar das mágoas e das cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo, que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação”.*
26. *“Todos percebem hoje porque a nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo, restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia”.*

Em (25), há nova referência à violência de outrora, contudo sem especificação, como ocorrera antes, mais uma vez estabelecendo uma relação atemporal vazia – mostrando, também, que a violência é recorrente nas práticas políticas brasileiras, por isso atemporal –, e de modo generalizante: ‘autoritarismo que desvirtuou nossa República desde sua fundação’ – todos sabemos do período ditatorial, mas naquele momento, era interdito referenciá-lo de forma explícita. As referências vazias, como se percebe, distanciam o enunciador da crítica forte ao período; não há qualquer uso de termos como ditadura, repressão ou tortura, preferise, por sua vez, a generalização: autoritarismo presente desde a fundação da República.

De modo semelhante ocorre em (26), cujos sentidos se completam por um efeito de memória. No Brasil, o regime militar negociou sua distensão, sua abertura, que seria “lenta, gradual e segura”. FHC corrobora então o discurso militar, mas neste caso para pensar o

⁷² Ainda que condenemos a ditadura, não faz parte deste trabalho científico a atribuição de juízos de valor; por isso, utilizamos o termo ‘disfórico’ ao fato de o presidente desqualificar o regime ditatorial. Evidentemente, se seguíssemos apenas um caminho opinativo – não analítico – poderíamos qualificar as negações atribuídas ao governo militar como ‘eufóricas’.

presente, de fortalecimento da democracia. Seu dizer justifica, portanto, a demora em cobrir as feridas do passado com a segurança de uma democracia forte. Contudo, se vai ao encontro do discurso militar, distancia-se daquele de historiadores e pesquisadores do período (ZAVERRUCHA, 2010), que veem um período de *liberalização* e de *transição* da ditadura para a democracia, que fortalece os direitos políticos, mas uma fraqueza na *consolidação democrática*, uma vez que direitos sociais e civis ainda não estão fortalecidos no Brasil. Deste modo, também, valida sua inscrição naquela formação discursiva que privilegia o econômico e o político em detrimento do social: a democracia, aqui, é mais ampla e profunda porque “restauramos as liberdades democráticas e *iniciamos a reforma da economia*” (grifo nosso) – liberdade de expressão e economia forte, nesta posição discursiva, parecem ser suficientes para uma democracia consolidada.

Passemos, agora, para o pronunciamento de posse⁷³ feito por Dilma Rousseff, com trechos que também retomam certos aspectos da transição da ditadura para a nossa suposta democracia:

27. *“Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos”.*

Neste primeiro trecho (27) de seu discurso, observa-se a presença do passado recente por meio de vocábulos marcados: ‘ditadura’, ‘arbítrio’, ‘censura’, que são contrapostos a ‘democracia’ e ‘direitos humanos’. Essa explicitação revela a luta pelo dizer que, 15 anos após o pronunciamento de FHC, dá lugar à produção da memória de um período marcado pelo silêncio e que, também nesse processo, possibilita a emergência ao cargo mais importante de uma nação de uma mulher que combateu uma ditadura com armas em punho, resistindo, inclusive, à tortura. Essas condições, que são histórico-sociais, mas também linguísticas, possibilitam a emergência de um discurso de resistência, não mais à ditadura, mas que diz a ditadura. E, de certa forma, retoma o processo lento de constituição da democracia, mas, diferentemente do dizer de FHC, ainda não consolidado. Isso se mostra pela bandeira defendida por Dilma, a das conquistas sociais e humanas.

⁷³ Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>>. Acesso em 12 ago. 2014.

Ela termina seu discurso de posse da seguinte maneira:

28. “*Chegamos ao final desse longo discurso. Dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor.*

Muitos da minha geração, que tomaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem”.

Neste trecho (28), ela é mais enfática na sua condição de ex-resistente do regime militar – sustentado pelo *nós* inclusivo de seu discurso –, destacando o sonho de um país justo e democrático, referindo-se às dificuldades da luta contra o arbítrio e lembrando que muitos caíram para que a democracia pudesse voltar. Mais uma vez, portanto, apresenta-se uma nova ordem do dizer, uma nova *ordem do discurso*, que dá condições para que dizeres sobre a ditadura emergjam no meio do engajamento político: são essas as condições que permitiram, por exemplo, a contestação da vigência da Lei de Anistia, ainda em 2010, antes da posse de Dilma, e possibilitariam a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, já sob seu governo, acontecimentos-base para nossas análises de agora e da sequência.

Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso, como vimos, reivindicam, ambos, a luta pela democracia em contraposição ao arbítrio de ditaduras e governos autoritários. No entanto, seus discursos inscrevem *posições discursivas* que são distintas e corroboram suas posições políticas. São dois aspectos que marcam mais claramente essa dissimetria: i) ainda que numa distância temporal relativamente curta, de 15 anos, há uma transformação na ordem do discurso, na ordem dos dizeres, que cria um novo *regime de discursividade* e que permite à atual presidente enunciar de maneira mais explícita e enfática a ditadura, e, dessa forma, seus dizeres trazem o passado carregado pela luta direta contra aquele regime, enquanto os de FHC apagam o confronto; ii) enquanto FHC enuncia de uma posição neoliberal, que põe ênfase nos aspectos econômicos, mesmo quando retoma o passado, Dilma, por sua vez, enuncia de uma lugar à esquerda, cujas preocupações com o social e os direitos humanos estão na ordem do dia. Ambos, como pudemos perceber, inscrevem seus discursos na luta pela democracia e no combate às ditaduras, à violência, ao arbítrio, o que demonstra que não se tratam de formações discursivas claramente antagônicas, mas de posições discursivas distintas. Essa é uma característica cada vez mais presente nos países do Cone Sul.

Nessa transição dos regimes de discursividade, cujo governo de FHC portou-se bem como ponte entre o silêncio e o dizer, como vimos, criou-se no âmbito político-oficial a possibilidade de ‘dizer a ditadura’ e, também, de questionar seus paradigmas, como a repressão e a tortura, ‘esquecidas’ pela instituição da Lei de Anistia, ainda que esta permanecesse válida. E aqui voltamos ao ponto que iniciamos a seção e que nos é fundamental para este trabalho. Nos dias 27 e 28 de abril de 2010, o Supremo Tribunal Federal julgou um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil que reivindicava a revisão da Lei de Anistia, promulgada pelos próprios militares, em 1979, ainda durante a vigência da ditadura militar.

É sabido que o resultado do processo foi negativo à proposta de revisão da lei, mas não é isso que é o mais importante para nós, neste momento, embora também o seja, especialmente no âmbito histórico-social. Mais importante é perceber um movimento nos *limites de dizibilidade*, que tirou o tema da ditadura do debate marginal e o colocou na pauta da opinião pública: esse acontecimento-base, de início, compõe um quadro paradoxal, a derrota factual do processo que não aceitou a revisão e a vitória simbólica que consolidou um dizer. É por esse aspecto que teceremos nossas análises; e, para isso, tomamos textos de três importantes veículos de comunicação brasileiros – a revista *Veja* e os jornais paulistas *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* –, com grande circulação⁷⁴ e selecionados a partir de um recorte preestabelecido: para a revista, selecionamos nove edições, tomando como referência a edição publicada imediatamente após o julgamento do STF, e, a partir dela, as quatro anteriores e as quatro posteriores; para os jornais, selecionamos treze edições de cada, tomando como referência a edição publicada no último dia do julgamento, e, a partir dela, as cinco anteriores e as sete posteriores.

Nosso trabalho analítico, aqui e na sequência, com os textos sobre a instauração da Comissão Nacional da Verdade, não será demasiado profundo, como aquele que realizamos dos textos publicados durante o período de ditadura militar pela imprensa alternativa e reeditados na contemporaneidade. Isso se dá pelo fato de que se trata de um movimento, portanto ainda em construção, de consolidação de um dizer a ditadura e de produção de memórias daquele período. Contudo, não podemos deixar de lado esse movimento que ora se fortalece, ignorando-o para dar atenção apenas ao já inscrito e, de certa maneira, consolidado

⁷⁴ A *Veja* é o semanário de maior circulação do Brasil, bem como a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*, ao lado de *O Globo*, são os diários de maior circulação.

– e também por isso mais fácil de ser apreendido no fio da história. Se nossas análises nesse momento são ainda iniciais é preciso tomá-las, sobretudo, como ponto de partida para um trabalho mais complexo, que toma o curso da história pela análise discursiva; trabalho este que ainda está por ser feito.

A seguir, apresentamos quadros referentes a cada um desses veículos, mostrando as manchetes e subtítulos (ou textos introdutórios, ou, ainda, legendas e sínteses introdutórias) dos textos, o tipo de texto (reportagem, nota, entrevista, artigo de opinião, artigo analítico⁷⁵ etc.) e a data de publicação, para, com isso, trazer um panorama em torno do tema:

Quadro 1 - Textos produzidos pela *Folha de S. Paulo* a respeito do processo de revisão da Lei de Anistia, entre os dias 23 de abril e 5 de maio de 2010

TIPO DE TEXTO	DATA	MANCHETE	SUBTÍTULO
Reportagem	28/04	“Anistia deve ser mantida, dizem pré-candidatos”	-
Capa	29/04	“Relator no supremo vota pela manutenção da Lei de Anistia”	-
Reportagem – p. A4	29/04	“Relator é contra rever Lei da Anistia para punir torturador”	“Para Eros Grau, pacto político foi ‘bilateral’ e permitiu a redemocratização do país”
Artigo analítico – André Ramos Tavares – p. A4	29/04	“Discussão extrapola as barras dos tribunais”	-
Capa – chamada principal	30/04	“Lei da Anistia fica como está, diz STF”	-
Reportagem – p. A4	30/04	“Por 7 votos a 2, STF mantém Lei de Anistia sem alteração”	“Tribunal derruba ação da OAB que pedia revisão da lei para punir torturadores”

⁷⁵ Em nossas análises, optamos por diferenciar *texto de opinião* e *texto analítico*: O primeiro se caracteriza pelo autor não especializado, geralmente um colunista do jornal (aquele que mantém um espaço fixo no jornal/revista e lá escreve com frequência), que traz comentários acerca de acontecimentos variados e temas do cotidiano; o segundo, por sua vez, é caracterizado pela recorrência ao autor especializado, convocado pelo veículo para tecer comentários analíticos em função e acerca de um acontecimento ou tema de sua alçada – neste caso, portanto, trata-se do discurso de validação (ou ‘discurso da verdade’): um jurista, por exemplo, é convocado para analisar a atuação do STF frente ao processo de revisão da Lei de Anistia.

Ainda, nessa sequência, distinguimos o editorial dos demais, e principalmente do artigo de opinião, ainda que também o seja um, pelo fato de este se tratar da opinião/posição do jornal/revista, sendo veiculado sem a assinatura de um autor-indivíduo.

Reportagem – p. A6	30/04	“Corte ‘perdeu bonde da história’, diz OAB”	“Presidente da entidade, que protocolou ação no STF questionando a lei, afirma ter ouvido ‘mesmo discurso do passado’”
Artigo de opinião – jornal – p. A6	30/04	“O Brasil repudia, mas não condena”	-
Reportagem – p. A12	01/05	“Militares recebem com alívio decisão do STF”	“Jobim avalia que mexer na anistia é reabrir feridas sem ganhar nada em troca; Aldo Rebelo, do PCdoB, também elogia medida”
Artigo de opinião – Jânio de Freitas – p. A6	02/05	“A falta da História”	“A OAB pretendeu o reconhecimento de que aqueles crimes dos porões ditatoriais não são político”
Artigo de opinião – Carlos Heitor Cony – p. A2	04/05	“Buraco Negro”	-
Artigo de opinião – Marcos Nobre – p. A2	05/05	“Suicídio internacional”	-
Artigo de opinião – Paulo Sérgio Pinheiro – p. A3	05/05	“O STF de costas para a humanidade”	-

Quadro 2 - Textos produzidos pelo *Estado de S. Paulo* a respeito do processo de revisão da Lei de Anistia, entre os dias 23 de abril e 5 de maio de 2010

TIPO DE TEXTO	DATA	MANCHETE	SUBTÍTULO
Nota – p. A8	23/04	“Campanha pede abertura de arquivos”	-
Artigo de opinião – Denis Lerrer Rosenfield – p. A2	26/04	“Viva Marighella!”	“Agora, quando ouvimos falar de ‘solidariedade’ e ‘justiça’, estamos sendo literalmente enganados”
Nota – p. A9	27/04	“Simon fala em plenário sobre Lei da Anistia”	-
Reportagem – p. A11	29/04	“STJ indica que rejeitará ação contra Anistia”	“Relator do caso, o ministro Eros Grau votou contra a OAB e foi elogiado por seus colegas; julgamento foi interrompido e

			deve ser retomado hoje”
Entrevista – Roberto Delmanto (advogado) – p. A11	29/04	“A lei aprovada atendeu ao anseio da época”	-
Entrevista – Dalmo Dallari (professor) – p. A11	29/04	“Já passa da hora de punir os torturadores”	-
Capa – chamada principal	30/04	“Revisão da Lei de Anistia é rejeitada pelo Supremo”	“Por 7 a 2, STF mantém legislação que impede julgar agentes do Estado que cometeram crimes na ditadura”
Reportagem – p. A4	30/04	“Por 7 a 2, STF mantém Anistia”	“Após dois dias de julgamento, maioria dos ministros rejeitou ação proposta pela OAB alegando ser impossível processar penalmente e punir os agentes de Estado que atuaram na ditadura militar e praticaram crimes contra opositores do governo”
Reportagem – p. A4	30/04	“Defensores de punição para torturadores criticam resultado”	-
Reportagem (com advogado criminalista) – p. A4	30/04	“‘Decisão foi perfeita’, afirma Ives Granda”	-
Artigo analítico – Roldão Arruda – p. A4	30/04	“Caso ainda pode chegar às cortes internacionais”	-
Artigo de opinião – Dora Kramer – p. A6	30/04	“Em nome da história”	“Julgamento da Anistia no STF mostra como pode ser difícil exercício da democracia”
Capa	01/05	“Comissária da ONU ataca STF sobre Anistia”	-
Editorial – p. A3	01/05	“Anistia e acesso à verdade”	-
Reportagem – p. A12	01/05	“Cúpula da ONU critica decisão do Supremo”	“Alta comissária para direitos humanos das Nações Unidas afirma que desfecho ‘foi muito ruim’ e pede fim da impunidade no País”

Reportagem – p. A12	01/05	“Corte da OEA pode vetar uso da Lei de Anistia”	“Tribunal julgará ação que pretende declarar que o Brasil, ao não punir os delitos, infringe tratados internacionais”
Reportagem – p. A13	04/05	“OEA quer definição do Brasil antes das eleições”	-

Nos períodos analisados – que se diferenciam quando se trata de revista semanal ou jornal diário –, encontramos um total de 30 manchetes⁷⁶ que levam a 26 textos. Esses números estão divididos da seguinte maneira:

- i) das nove edições analisadas da revista *Veja*, como se pôde notar pela ausência de um quadro específico, em nenhuma delas há qualquer texto ou referência ao processo de revisão da Lei de Anistia⁷⁷;
- ii) no período analisado, de 23 de abril a 5 de maio de 2012, o jornal *Folha de S. Paulo* repercutiu o tema com 13 manchetes (sendo duas na capa do jornal, com uma chamada principal) e 11 textos, divididos entre cinco reportagens, um artigo de opinião e cinco artigos analíticos;
- iii) nesse mesmo período, o diário *Estado de S. Paulo* repercutiu o tema de forma um pouco mais intensa: 17 manchetes (sendo duas de capa, com uma chamada principal) e 15 textos, divididos entre sete reportagens, um artigo analítico, dois artigos de opinião, duas notas, um editorial e duas entrevistas.

Embora nossa preocupação primeira não seja quantitativa, os números apresentados nos ajudam a compreender o processo de circulação e de visibilidade dada ao tema e ao debate. A revista *Veja* sequer noticiou o processo julgado pelo STF, e voltaremos a isso na sequência. Os dois diários deram cobertura mais ampla, cujos dados demonstram alguns aspectos primários: i) ambos trouxeram duas manchetes de capa e uma chamada principal (em 30 de abril, um dia após o fim do julgamento), mostrando a importância do processo; ii) em semelhante apelo às reportagens (textos supostamente informativos uma vez que não são opinativos), eles se diferenciam em relação aos textos de opinião: a *Folha* trouxe apenas um

⁷⁶ Aqui, não consideramos como manchetes as chamadas de Capa para editoriais e artigos de opinião das páginas 2 e 3 dos jornais, pois repetem as manchetes daqueles artigos e, principalmente, porque as chamadas de Capa para editoriais e artigos de opinião são comuns nesses jornais, independentemente do tema abordado.

⁷⁷ Exceção feita a algumas cartas de leitores, que aparecem em edições subsequentes. Contudo, ainda que selecionadas pela editoria da revista, não as consideramos no âmbito global das análises pelo fato de não se apresentarem como discurso próprio da mídia, e que se distinguem evidentemente dos artigos de opinião e textos analíticos que são de autores próprios do jornal ou convidados por seus editores a tecer comentários a respeito de determinado tema.

texto de opinião, de um de seus colunistas, e preferiu o uso dos artigos analíticos, que trazem uma voz de autoridade para o debate, especialistas em determinados temas, com a formação de um ‘discurso verdadeiro’; o *Estadão*, por sua vez, trouxe dois artigos de opinião e um editorial, posicionando-se explicitamente diante do tema, enquanto que o debate de ideias exterior ficou por conta de duas entrevistas (na mesma edição e com a apresentação de opiniões contrárias) e um artigo de opinião.

Para compreender, contudo, a importância histórico-discursiva desse processo de revisão da Lei de Anistia é preciso que nos afastemos um pouco dos números – ou que os coloquemos apenas a serviço de nossas análises – e observemos a formação desses enunciados, seus funcionamentos enquanto fundadores de discursividade e seu papel na produção de uma memória da ditadura militar brasileira.

4.4.1 O silêncio e a regulação da memória

A revista e os jornais que tomamos para análise, como é possível notar por meio dos quadros e das descrições apresentados acima, se diferenciam no tratamento dado ao tema. A ausência de textos, na revista *Veja*, que repercutiriam o julgamento do pedido de revisão da Lei de Anistia é exemplo claro desse movimento de transição, que possibilitaria a emergência de um novo regime de discursividade. O tratamento dado pela revista ao tema inscreve uma continuidade na produção da memória da ditadura militar brasileira: silêncio, apagamento do passado; ao mesmo tempo, a reedição daqueles jornais e revistas, a publicação de especiais, filmes e documentários sobre o período e o tratamento de outros veículos da grande mídia dado a esse e a outros temas relacionados à ditadura inscrevem um processo de ruptura que cria uma descontinuidade no interior da produção da memória. Jogo de forças que permeia o processo; história em movimento, jamais linear. Interessante é perceber, portanto, que a revista se coloca fora desse movimento que amplia o limite de dizibilidade que permite dizer a ditadura fixando-se no campo do esquecimento. E mais interessante ainda é que ela se coloca fora de todo limite de dizibilidade que se moldura na construção da democracia brasileira, mesmo daquele que permitia dizer a ditadura sem mesmo dizê-la, de forma explícita, como no discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso, cujos excertos analisamos brevemente acima.

Ora, o silêncio, conforme nossas discussões anteriores, é também produtor de sentidos. De maneira até mesmo simplista, é possível afirmar que ‘algo se diz também pelo fato de não dizer’, ou seja, o sentido se produz também pelo vazio do dizer. Num momento de emergência de um forte debate na sociedade em torno da Lei de Anistia, e sua possível revisão, é curioso que um veículo de comunicação – reiteramos, o semanário de maior circulação no Brasil –, cuja prioridade aparente seja a informação, não tenha dado destaque ao tema, ainda que mínimo. O silêncio, nesse caso, resiste à emergência de uma vontade de memória que tem base também no dizer a ditadura: o que antes era o corrente, o não se falar sobre coisas relacionadas à ditadura militar brasileira, atualmente se configura como resistência, e a *Veja*, aqui, exerce esse papel. Aquilo que era então hegemônico torna-se resistência a toda forma de transformação, de emergência mesmo de uma nova ordem do discurso.

A produção da memória da ditadura foi marginalizada, como vimos, até o início do século XXI, quando a grande mídia, em geral, e órgãos institucionais não levantavam o tema e, com isso, não possibilitavam o debate. A republicação, em coletânea e fac-símiles, de jornais e revistas produzidos naquela época, ainda que marginais pela restrita circulação, inscreve-se também nesse movimento que amplia o limite de dizibilidade e atesta uma vontade de memória. Isso se dá especialmente pelo fato de que algumas dessas reedições, as principais delas, foram financiadas por instituições oficiais, governamentais, como a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (para os fac-símiles do jornal *Ex-*), a Petrobras (coletânea de *O Pasquim*) e o BNDES (fac-símiles de *Pif-Paf*). Ali, portanto, criavam-se novas formas de produção da memória.

Nessa luta pelo dizer, a revista *Veja* abre mão da palavra e brada pelo esquecimento. Afinal, ‘esquecer o passado’ ditatorial, repressivo, é também um discurso que emerge nesse jogo – seja como adesão ao discurso militar, seja como distanciamento que não quer ‘tocar nas feridas do passado’. O silêncio, de toda forma, nesse momento, é resistência a essa vontade de memória que, se não se constitui pela necessidade de revisão da Lei de Anistia e, com isso, de julgar e condenar membros da ditadura, se produz no ‘lembrar para que não aconteça novamente’, ou seja, a lembrança como exemplo do que não fazer – nisso, somos remetidos de maneira especial aos textos de apresentação daqueles jornais e revistas que são republicados na atualidade.

A prática da revista *Veja* é resultado ainda da fragilidade na produção da memória da ditadura, mas é também importante porque, quando comparamos com as publicações dos

diários, que analisamos na sequência, esse embate para sua consolidação fica claro. No interior da grande mídia, o movimento que observamos no regime de discursividade, configurado pela ampliação dos limites de dizibilidade, é marcado pelo embate entre o silêncio que revela opacidade e o dizer que institui novas dizibilidades e também novas visibilidades – o embate, é importante salientar, é próprio de todo e qualquer movimento de transformação. Ambos, silêncio e dizer, são vetores manifestos dessa luta pela memória, que no Brasil caminha a passos lentos. Mas, frágil, ela caminha...

4.4.2 A repercussão visível do julgamento nos diários: um movimento nos limites de dizibilidade e a inscrição da memória

Se a inscrição da memória da ditadura brasileira é ainda lenta, ela é também, paradoxalmente, forte, porque concentrada. O processo de revisão da Lei de Anistia é, como afirmamos, ponto de deriva nesse processo e, 30 anos após o fim do regime ditatorial, em 1985, um regime de discursividade que possibilita claramente dizer a ditadura é tornado visível no debate político-sócio-histórico brasileiro. É aqui, então, que se põe luz nessa vontade de memória à qual nos referimos com frequência neste trabalho. Apagada – ou fortemente acobertada – no século XX, marginalizada na primeira década do século XXI, a produção da memória da ditadura militar brasileira começa a tomar fôlego na transição entre a primeira e a segunda décadas deste século, sobretudo quando tem foco em três setores: na política, no judiciário e, sobretudo, na grande mídia. Há, desse modo, também uma transição entre o não dizer, o silêncio, e a possibilidade de dizer, sua discursivização.

Trata-se, portanto, de um movimento discursivo. A memória é, então, produzida pela possibilidade de dizer: um dizer a ditadura. A quantidade de textos, de diferentes gêneros, que são publicados nos dois diários paulistas, traçando um paralelo com as (não) publicações da revista *Veja*, aponta-nos o ‘outro lado’ da repercussão dada ao tema pela grande mídia – por grande parte dela, portanto –, e, por isso, ali já é possível perceber um movimento, e mesmo uma ampliação, nos limites de dizibilidade, ou melhor, a explicitação desse movimento, uma vez que eram criadas, ali, novas formas de dizer. Da reedição dos jornais e revistas e da publicação de especiais à forte cobertura da grande mídia, passamos a um processo de consolidação dos dizeres.

Nosso olhar, neste estudo, se volta para os enunciados que compunham as manchetes de capa – estas que sempre nos levam a reportagens no interior do jornal – ou das próprias reportagens. Notamos, em princípio, a quase exclusividade do caráter informativo – realçada pela grande quantidade, a maioria dos textos, de notas e reportagens –, que pode ser observada nos exemplos que apresentamos a seguir:

- 29. *Relator é contra rever Lei da Anistia para punir torturador (FSP, 29/04)*
- 30. *Por 7 votos a 2, STF mantém Lei de Anistia sem alteração (FSP, 30/04)*
- 31. *Militares recebem com alívio decisão do STF (FSP, 01/05)*
- 32. *STJ indica que rejeitará ação contra Anistia (ESP, 29/04)*
- 33. *Defensores de punição para torturadores criticam resultado (ESP, 30/04)*
- 34. *Cúpula da ONU critica decisão do Supremo (ESP, 01/05)*

Tratam-se, esses enunciados, de afirmativas diretas a respeito do processo de revisão da lei, fato que implica uma relação direta com o presente, neste caso, com o acontecimento imediato, o próprio processo de revisão da Lei de Anistia julgado pelo STF. Em um primeiro momento, portanto, o fato é sobreposto ao processo histórico: os enunciados informativos – as afirmativas diretas e a utilização exclusiva de verbos no presente do indicativo, o que é próprio do texto informativo jornalístico – dão visibilidade à atuação do STF, à sua repercussão em determinados setores da sociedade, mas apagam, ou antes, silenciam o debate em torno do processo histórico – a ditadura, a repressão, a censura etc.

A abordagem, num primeiro olhar, revela, portanto, a inscrição do debate jurídico em detrimento do histórico-político. O foco, pelos enunciados das manchetes, está na lei e na atuação arguidora do judiciário, aqui representada pela figura máxima do Supremo Tribunal Federal, deixando de lado, inclusive, sua importância histórica e uma reflexão sobre o passado, o próprio período e a ditadura em si, e seus traços que ainda marcam o presente. Por outro lado, algumas marcações nos remetem aos tempos da ditadura: ‘torturador’ (enunciados 29 e 33) e ‘militar’ (31), que acompanham a discussão em torno do processo. Contudo, ainda que estas marcas linguísticas produzam um efeito de memória que salienta o processo repressivo da ditadura, elas produzem sentidos apenas na relação com o presente – e uma vez mais com o fato imediato –: o ‘torturador’ não será punido em função da *decisão do STF*; os ‘militares’ comemoram a *decisão do STF* de não puni-los por seus crimes de tortura e desaparecimentos de presos políticos.

Esse debate, que é mais amplo, é trazido, então, pelos textos introdutórios, que também compõem a base de nosso material de análise. Esses textos funcionam como complemento às manchetes dos jornais, dando ao leitor uma visada mais ampla daquilo que será tratado na reportagem – e é por isso que os chamamos aqui de textos introdutórios ou resumos ou, ainda, sínteses da reportagem. Vejamos, então, os textos que completam as manchetes trazidas na discussão anterior:

35. *Para Eros Grau, pacto foi 'bilateral' e permitiu a redemocratização do país (FSP, 29/04)*
36. *Tribunal derruba ação da OAB que pedia revisão da lei para punir torturadores (FSP, 30/04)*
37. *Jobim avalia que mexer na anistia é reabrir feridas sem ganhar nada em troca; Aldo Rebelo, do PCdoB, também elogia medida (FSP, 01/05)*
38. *Relator do caso, o ministro Eros Grau votou contra a OAB e foi elogiado por seus colegas; julgamento foi interrompido e deve ser retomado hoje (ESP, 29/04)*
39. *Alta comissão para direitos humanos das Nações Unidas afirma que desfecho 'foi muito ruim' e pede fim da impunidade no país (ESP, 01/05)*

Para uma das manchetes não há textos introdutórios, porque se trata de reportagem complementar, aquela que não é a principal da página. Quanto aos demais textos, três deles, os enunciados (35), (36) e (37), oferecem um recuo ao passado justamente pelo uso de vocábulos atrelados àquele período, à transição para a democracia e à produção da memória: 'torturadores' [tortura], 'redemocratização' e 'feridas' [do passado]. Além disso, a referência ao 'pacto político bilateral' (a própria Lei de Anistia de 1979 na forma como os militares a apresentam ainda hoje) retoma o suposto debate na sociedade que possibilitou a instituição da Lei. Outro, o enunciado (39), estabelece uma relação entre passado e presente marcada pelo uso do termo 'impunidade': a não punição de torturados e responsáveis pela ditadura é reflexo de um problema que vem do passado e ainda mal resolvido no presente, qual seja, a impunidade; neste caso, é preciso resolver um problema que é ainda do presente, que permanece de outrora, para curar as marcas deixadas pelo passado.

Mesmo pelos textos complementares, que de forma mais incisiva tocam as questões próprias da ditadura militar brasileira, o passado emerge pelos acontecimentos do presente: o processo do STF, em maior escala, e a impunidade, em segundo plano. Aqui, portanto, a memória que se produz é resultante de um trabalho sobre o presente, porque os sentidos que se produzem pelas análises dos enunciados que apresentamos acima são de que é mais importante repensar a lei de anistia agora, talvez punir os torturadores hoje e acabar com a

impunidade. É este o debate posto em causa, o de uma nova reconfiguração do presente, ainda que seja necessária a cura de feridas abertas no passado, naquele passado.

Tendência semelhante se observa quando se trata de artigo de opinião e editorial ou de texto analítico, cujas reflexões estão centradas sobretudo no presente, ou seja, nas implicações que o processo de revisão da Lei de Anistia – sua revisão ou manutenção – trazem para a sociedade e a política brasileiras, como nos dois exemplos que apresentamos na sequência:

- 40. *Discussão extrapola as barras dos tribunais* (FSP, 29/04, texto analítico de Andrés Ramos)
- 41. *Anistia e acesso à verdade* (ESP, 01/05, editorial)

Dois artigos, contudo, um em cada um dos jornais, rompem com esta tendência e põem foco no passado, estabelecendo uma relação inversa, das heranças do passado. Mais amplamente, porque remetem antes ao passado, inscrevem uma reflexão sobre a própria História, presente também em seus títulos:

- 42. *A falta da História* (FSP, 02/05, artigo de opinião de Jânio de Freitas)
- 43. *Em nome da história* (ESP, 30/04, artigo de opinião de Dora Kramer)

Esses dois enunciados são pontos fora da curva neste momento, mas revelam uma tendência da produção da memória brasileira: a memória do passado, em especial, uma memória que se fiaria no passado e, até mesmo, apagaria o presente. Neste aspecto, os textos das reportagens de ambos os diários e das análises/opiniões da *Folha de S. Paulo* que tratam deste momento da história política brasileira – o processo de revisão da Lei de Anistia – se diferenciam bastante daqueles que tratariam, dois anos mais tarde, de um novo fato, a criação da Comissão Nacional da Verdade.

Ponto de deriva, o processo de revisão da Lei de Anistia é, portanto, ponto de transição e marco visível do dizer a ditadura em espaços públicos/políticos, ainda que construa uma análise que se fia, sobretudo, no presente. A conjunção do processo se dá especialmente na segunda década do século XXI e tem marca fundamental no governo de Dilma Rousseff, que possibilita a instauração da Comissão Nacional da Verdade e, a partir dela, uma nova pesquisa sobre o passado, com um olhar atento sobre as ações da repressão, consolidando a produção

de uma memória da ditadura militar brasileira. Suas ações políticas e sua postura frente ao tema, aliás, corroboram seu discurso de posse. Era hora de dizer a ditadura.

4.5 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE COMO FATOR DE CONSOLIDAÇÃO DE UM ‘DIZER A DITADURA MILITAR BRASILEIRA’

Outro acontecimento histórico-discursivo sobre o qual nos debruçamos e que, portanto, funciona também como dispositivo que orienta uma produção discursiva, sobretudo no seio da mídia, foi a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 16 de maio de 2012. Naquele momento, o governo de Dilma Rousseff criava condições para a busca de mortos e desaparecidos durante o período de ditadura militar, além de investigações sobre a atuação das forças armadas na repressão. Contudo, embora os trabalhos da Comissão possibilitassem questionamentos da sociedade sobre aquele período, suas investigações não previam a punição a agentes do Estado que prenderam, torturaram e mataram membros da resistência à ditadura, ainda amparados pela Lei de Anistia de 1979.

De todo modo, tratava-se de um avanço no debate sobre a ditadura militar brasileira e ampliava, com isso, aquele novo regime de discursividade, que emergiu no século XXI, sobretudo a partir da passagem para sua segunda década, com debates consistentes na sociedade e no âmbito político-oficial, uma vez que o ‘dizer a ditadura’ era uma espécie de tabu até então. Acontecimentos como o processo de revisão da Lei de Anistia e a instalação da Comissão Nacional da Verdade, e seus trabalhos, possibilitaram a circulação de discursos sobre a ditadura, em muitos e diferentes aspectos – do confronto à defesa – e, nesse sentido, da produção de uma memória daquele período. Com isso, retomamos a questão que tem orientado nossas discussões neste capítulo: qual memória da ditadura se produz a partir da emergência desse novo regime de discursividade que é fortemente amparado por uma vontade de memória no século XXI? E, ainda, essa memória age unicamente sobre o passado ou tem reflexos no presente e, talvez, no futuro?

Em nosso trabalho, assim como fizemos em relação ao processo de revisão da Lei de Anistia, selecionamos para análise textos produzidos pela revista *Veja* e pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*. Daquela revista, como antes, pesquisamos nove edições, publicadas entre os dias 18 de abril e 20 de junho, sendo elas a edição publicada

imediatamente após a instalação da Comissão, em 23 de maio de 2012, as quatro anteriores a ela, e as quatro posteriores; quanto aos jornais, buscamos textos sobre a Comissão – e, num âmbito global, sobre a ditadura – em 13 edições de cada, tomando como referência a edição publicada no dia da instalação da Comissão, em 16 de maio de 2012, as cinco edições anteriores a ela, e as sete posteriores.

A seguir, apresentamos três quadros, referentes a cada um desses veículos, mostrando as manchetes e subtítulos (ou textos introdutórios, ou, ainda, legendas e sínteses introdutórias) dos textos, o tipo de texto (reportagem, nota, entrevista, artigo de opinião, artigo analítico etc.) e a data de publicação, para, com isso, trazer um panorama em torno do tema, uma visão global do debate, e facilitar nosso acesso ao *corpus*:

Quadro 3 - Textos produzidos pela *Veja* a respeito da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012

TIPO DE TEXTO	DATA	MANCHETE	SUBTÍTULO
Carta ao leitor – p. 12	23/05	“A verdade vos libertará”	-
Reportagem – p. 54-57	23/05	“O direito à verdade”	-
Quadro comparativo – p. 56-57	23/05	“Muitas comissões, muitas verdades”	-

Quadro 4 - Textos produzidos pela *Folha de S. Paulo* a respeito da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, entre os dias 12 e 23 de maio

TIPO DE TEXTO	DATA	MANCHETE	SUBTÍTULO
Capa	11/05	“Dilma indica grupo que vai investigar crimes na ditadura”	-
Reportagem – p. A11	11/05	“Dilma anuncia a Comissão da Verdade”	“Presidente indica advogada que a defendeu na ditadura para integrar equipe que investigará crimes do período”
Editorial – p. A2	12/05	“Comissão da Verdade”	“Mostram-se legítimas as indicações da presidente Dilma Rousseff para o colegiado que investigará violações a direitos humanos”

Reportagem – p. A11	12/05	“Dilma pede Comissão da Verdade sem revanchismo”	“Presidente diz a indicados que órgão será ‘de Estado, e não do governo’”
Reportagem – p. A14	12/05	“Militares aprovam escolhidos para a Comissão da Verdade”	“Oficiais reagem com discrição a anúncio do grupo, mas ainda temem possibilidade de revisão da Lei da Anistia”
Reportagem – p. A15	12/05	“Grupo não atuará em clima de Fla-Flu, diz escolhido por Dilma”	“Paulo Sérgio Pinheiro afirma que não haverá revanchismo, mas que ex-presos merecem ‘verdadeira história’ da ditadura”
Artigo de opinião – Eliane Cantanhêde – p. A4	13/05	“A verdade que dói”	-
Capa	14/05	“Comissão deve focar violência dos dois lados, diz ex-ministro”	-
Artigo de opinião – Vinícius Mota – p. A4	14/05	“Comissários da verdade”	-
Reportagem – p. A9	14/05	“Comissão da Verdade deve analisar os dois lados, diz integrante”	“José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça do governo FHC, defende que grupo apure tudo o que puder, ‘até o fim’”
Capa	15/05	“Advogada defende que comissão não investigue esquerda”	-
Reportagem – p. A4	15/05	“Alvo de comissão é ditadura e não guerrilha, diz integrante”	“Poder para investigar luta armada abre 1ª polêmica na Comissão da Verdade”
Reportagem – p. A4	15/05	“Argentina e Uruguai só julgaram agentes de Estado”	-
Capa	16/05	“Acordo prevê que esquerda será investigada, afirma Jobim”	-
Editorial – p. A2	16/05	“Mais luz”	-
Artigo de opinião – Hélio Schwartsman – p. A2	16/05	“A verdade da comissão”	-
Reportagem – p.	16/05	“10 perguntas para a	“Vinte e sete anos após o fim da

A12		Comissão da Verdade”	ditadura, grupo poderá desvendar segredos como o destino dos desaparecidos”
Reportagem – p. A12	16/05	“Integrante associa tortura a ‘gozo proibido”	“Psicanalista Maria Rita Kehl critica militares e diz ser contra investigar ações da esquerda”
Reportagem – p. A13	16/05	“Houve acordo para apurar esquerda, diz ex-ministro”	“Para Jobim, acerto para comissão previu investigação sobre luta armada”
Capa	17/05	“Comissão da Verdade não deve ter ódio nem perdão”, afirma Dilma”	-
Artigo de opinião – Eliane Cantanhêde – p. A2	17/05	“Memória e história”	-
Reportagem – p. A4	17/05	“Dilma afirma que não haverá revanche nem perdão para ditadura”	“Presidente reúne antecessores em posse da Comissão da Verdade e chora ao lembrar morte de guerrilheiros”
Reportagem – p. A4	17/05	“Na estreia, grupo tenta esfriar divergências”	“Integrantes da Comissão da Verdade evitam polêmica sobre possibilidade de investigar ações da luta armada”
Artigo analítico – Joaquim Falcão (professor de direito) – p. A8	17/05	“Comissão poderá decidir se investiga ou não ações da luta armada”	-
Artigo de opinião – Jânio de Freitas – p. A11	17/05	“A nova batalha”	“Militares já investigaram a esquerda, mas com métodos que não tiveram a coragem de reconhecer”
Reportagem – p. A17	18/05	“Comissão vai pedir papéis dos EUA sobre regime militar”	“Documentos de Washington podem esclarecer cooperação com ditadura”
Capa (legenda para uma foto do encontro)	19/05	“Na semana em que instalou a Comissão da Verdade, Dilma Rousseff visita o arcebispo emérito de SP, dom Paulo Evaristo Arns, defensor de vítimas da ditadura”	-
Reportagem – p. A8	19/05	“Militares articulam comissão paralela”	“Sete oficiais da Marinha vão integrar grupo que acompanhará os trabalhos da Comissão da

			Verdade do governo”
Reportagem – p. A8	19/05	“Dilma doará indenização ao Tortura Nunca Mais”	“Presidente receberá R\$20 mil do Rio”
Capa	20/05	“Dois personagens à procura de uma história”	-
Artigo de opinião – Frei Betto – p. A3	20/05	“Os dois lados da Comissão da Verdade”	“Convocar quem prometeu o resgate da democracia seria como imputar à Resistência Francesa crimes contra a ocupação nazista de Paris”
Reportagem – p. A12-A13	20/05	“Dois personagens em busca da verdade”	“Criada para investigar violações de direitos humanos durante a ditadura militar, a Comissão da Verdade começará nesta semana a se debruçar sobre as histórias das vítimas da violência política do período”
Reportagem – p. A12	20/05	“Filha de guerrilheiros quer resgatar memória dos pais”	“Pedagoga vivia em Cuba e era apenas um bebê quando eles foram mortos”
Reportagem – p. A13	20/05	“Vítima de bomba também espera receber reparação”	“Corretor teve a perna amputada em atentado contra consulado americano”
Reportagem – p. A5	21/05	“Cabo Anselmo já era agente duplo em 64, dizem documentos”	“Comissão de Anistia deve julgar amanhã pedido de indenização de ex-militante que ajudou a ditadura”
Reportagem – p. A5	21/05	“Lei de Acesso gera pedidos de acesso a papéis da ditadura”	-
Capa	22/05	“Comissão de Anistia julgará pedidos de soldados do Araguaia”	-
Artigo de opinião – Vladimir Safatle – p. A2	22/05	“Toda violação será castigada”	-
Artigo de opinião – Carlos Heitor Cony – p. A2	22/05	“O cavalo e o camelo”	-
Reportagem – Coluna Mônica Bergamo (que remete à Capa) – p.	22/05	“Caminho de volta”	-

E2			
Capa	23/05	“Comissão de Anistia nega indenização ao Cabo Anselmo”	-
Reportagem – p. A10	23/05	“Governo nega indenização a Cabo Anselmo”	“Comissão de Anistia rejeita, por unanimidade, a solicitação de reintegração de agente duplo da ditadura à Marinha”
Nota – p. A10	23/05	“Justiça adia julgamento de recurso de Ustra”	-

Quadro 5 - Textos produzidos pelo *Estado de S. Paulo* a respeito da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, entre os dias 12 e 23 de maio

TIPO DE TEXTO	DATA	MANCHETE	SUBTÍTULO
Capa	11/05	“Dilma escolhe membros da Comissão da Verdade”	-
Reportagem – p. A10	11/05	“Dilma dá posse à Comissão da Verdade na 4ª feira”	“Entre os 7 escolhidos estão sua ex-advogada na ditadura militar, ex-ministro do governo FHC e ex-procurador-geral da República”
Capa	12/05	“Comissão da Verdade agirá ‘do a quem dor’, diz Dipp”	-
Artigo de opinião – Romulo Bini Pereira (general do Exército) – p. A2	12/05	“Lei do silêncio”	“Após a Anistia, apenas as Forças Armadas adotaram a concórdia. Não se pode mais calar”
Reportagem – p. A4	12/05	“Comissão da Verdade será rigorosa, mas sem revanche, dizem membros”	“Gilson Dipp, ministro do STJ que vai compor colegiado encarregado de apurar os fatos ocorridos durante a ditadura, afirma que objetivo do trabalho é promover a ‘reconciliação nacional’ e resgatar a memória; integrantes do grupo negam revisão da Lei da Anistia”
Reportagem – p. A4	12/05	“Devassa na vida de integrantes já está em curso”	-

Artigo analítico – Tania Monteiro – p. A4	12/05	“Militares reagem à escolha de advogada”	-
Reportagem – p. A4	12/05	“Entidades destacam ‘valores éticos e morais’ de escolhidos”	“Instituições que atuam na defesa dos direitos humanos avaliam como positivas e ponderadas as indicações para comissão”
Editorial – p. A3	13/05	“A comissão escalada”	-
Reportagem – p. A5	14/05	“Clube Naval cria comissão da verdade paralela à oficial”	“Objetivo é dar assessoria jurídica a militares que possam depor e evitar ações pró-revogação da Lei de Anistia”
Capa	15/05	“Comissão da Verdade não vai investigar militantes”	-
Reportagem – p. A8	15/05	“Membros da Comissão da Verdade querem apurar apenas ações de agentes do Estado”	“Grupo, cuja instalação ocorrerá amanhã, não mostra disposição de investigar atos de terrorismo praticados por militantes da esquerda”
Nota – p. A8	15/05	“Para dar caráter de Estado, Dilma leva ex-presidentes”	-
Entrevista – Paulo Sérgio Pinheiro – p. A8	15/05	“‘Nenhuma comissão tem essa bobagem de dois lados’”	“Trabalho do grupo, diz integrante, é esclarecer circunstâncias em que ocorreram as violações de direitos humanos”
Capa	16/05	“Comissão da Verdade mira desaparecidos”	-
Reportagem – p. A4	16/05	“Comissão da Verdade inicia trabalhos com desaparecidos como prioridade”	“Pressão internacional e ‘questões humanitárias’ levam integrantes do órgão, que será instalado hoje em Brasília pela presidente Dilma, a buscar elucidar as circunstâncias em que 150 pessoas desapareceram durante a ditadura militar brasileira”
Nota – p. A4	16/05	“OEA condenou o Brasil em 2010”	-
Reportagem – p. A4	16/05	“Militares reagem à declaração de que investigação não tem 2 lados”	“Após entrevista de diplomata ao ‘Estadão’, generais da reserva dizem que integrantes da comissão não são parciais”

Reportagem – p. A4	16/05	“Direito à ‘história’ pautará solenidade hoje no Planalto”	“Presidente compartilha a visão majoritária do grupo que defende o foco das investigações no período da ditadura”
Capa	17/05	“Comissão da Verdade não será revanchista, diz Dilma”	“Presidente descarta ‘confrontos inúteis’ e afirma que grupo respeitará ‘pactos nacionais’ pela democracia”
Reportagem – p. A4	17/05	“Dilma enaltece Comissão da Verdade, mas destaca ‘pacto da redemocratização’”	“História revisada. Emocionada, presidente, que foi presa e torturada na ditadura militar, instala órgão da sociedade civil para investigar crimes do período, porém pede apuração sem ‘revanchismo’ contra militares e alerta para o respeito à Lei de Anistia, de 1979”
Artigo analítico – Roldão Arruda – p. A4	17/05	“Discurso foi duro, mas trafejou no limite constitucional”	-
Reportagem – p. A4	17/05	“Revisão da Lei de Anistia depende da opinião pública”	“Para Rosa Cardoso da Cunha só um movimento popular e não a Comissão da Verdade pode levar o STF a rever a lei de 1979”
Reportagem – p. A5	17/05	“Lula ressalta democracia, e FHC, ‘reconciliação’”	“Os 4 ex-presidentes da pós-ditadura participaram da cerimônia de instalação da Comissão da Verdade a convite de Dilma; petista foi o mais aplaudido”
Artigo analítico – João Mellão Neto (jornalista, escritor e ex-ministro de FHC) – p. A2	18/05	“Comissão da Verdade para quê?”	“Mesmo que a Lei de Anistia viesse a ser revogada, o que se faria com os octogenários?”
Artigo de opinião – Dora Kramer – p. A8	18/05	“Lição da memória”	“Repasse do passado ensina aos nascidos na democracia o quanto vale a liberdade”
Reportagem – p. A9	18/05	“Comissão da Verdade é ‘moeda falsa’, diz general”	“Aos 91 anos, Leônidas Pires, ex-ministro do governo Sarney, mostra indignação e diz que Exército está sendo ‘sumariamente julgado’”
Reportagem – p. A13	19/05	“Dilma doa indenização a grupo antitortura”	-

Reportagem – p. A13	19/05	“Ordem para comissão é ignorar militares”	-
Artigo analítico – Celso Lafer (professor de direito e ex-ministro de FHC) – p. A2	20/05	“Sobre a Comissão da Verdade”	“A verdade factual a ser buscada deverá ser uma contribuição para a História”

Nos períodos analisados – cujos recortes temporais se diferenciam quando se trata de revista semanal ou jornal diário –, encontramos um total de 76 manchetes⁷⁸ que levam a 62 textos. Esses números estão divididos da seguinte maneira:

- iv) das nove edições analisadas da revista *Veja*, apenas aquela imediatamente posterior à criação da Comissão Nacional da Verdade – edição n. 2270, de 23 de maio de 2012 –, repercutiu o acontecimento: três manchetes, com três textos (uma carta ao leitor, uma reportagem e um quadro comparativo);
- v) no período analisado, de 11 a 23 de maio de 2012, o jornal *Folha de S. Paulo* repercutiu amplamente o tema: 43 manchetes (sendo nove na capa do jornal, mas nenhuma delas funcionando como chamada principal) e 34 textos, divididos entre 22 reportagens, oito artigos de opinião, dois editoriais, um artigo analítico e uma nota;
- vi) nesse mesmo período, o diário *Estado de S. Paulo* também repercutiu o tema de forma intensa: 30 manchetes (sendo cinco de capa, uma delas funcionando como chamada principal) e 25 textos, divididos entre 15 reportagens, quatro artigos analíticos, dois artigos de opinião, duas notas, um editorial e uma entrevista.

Embora nossa preocupação primeira – isto é sempre importante reiterar – não seja quantitativa, é importante salientar que os números apresentados nos ajudam a compreender o processo de circulação do tema. Em comparação a 2010, quando houve o processo de tentativa de revisão da Lei de Anistia, ao qual já nos detivemos neste capítulo, houve um *boom* no ‘falar a ditadura’, uma vez que, no mesmo recorte temporal (também com nove edições da revista e 13 dos diários), houve um aumento de aproximadamente 153% no número de manchetes e textos que tratavam do acontecimento em si (a criação da Comissão),

⁷⁸ Reiteramos que, aqui, como nas análises do processo de revisão da Lei de Anistia, não consideramos como manchetes as chamadas de Capa para editoriais e artigos de opinião das páginas 2 e 3 dos jornais, pois repetem as manchetes daqueles artigos e, principalmente, porque as chamadas de Capa para editoriais e artigos de opinião são comuns nesses jornais, independentemente do tema abordado.

de fatos a ele atrelados ou do período de uma maneira geral. Além disso, também foi ampliada a diversidade de gêneros textuais e o número de manchetes de Capa. Dessa forma, a repercussão, tanto do fato (a instauração da Comissão Nacional da Verdade) quanto do período militar em si (e a produção da sua memória), foi muito maior, implicada pelo movimento de circulação dos discursos – vale lembrar que no processo de revisão da Lei de Anistia, os textos da mídia que analisamos detiveram-se quase todos ao fato, não se estendendo a acontecimentos paralelos, outros, também atrelados ao que chamamos “grande tema ditadura”.

É importante, então, observar como o fato e os acontecimentos a ele relacionados eram tratados pela mídia naquele momento, quais os enunciados que apareceram (e ‘por que esses e não outros em seu lugar’) e, mais importante para nosso trabalho, quais os sentidos produzidos nesse olhar para um acontecimento do presente que reflete acontecimentos do passado, seu intercâmbio com dizeres do presente e do futuro, e também sobre o passado, e a formulação de novas discursividades.

4.5.1 Na *Veja* não se vê a ditadura

Quando se pensa na consolidação do ‘dizer a ditadura’, na fixação de um limite de dizibilidade no qual é possível dizer o passado sem a sombra viva da interdição – e seja para dizê-lo apenas olhando para trás, seja olhando também para o presente e o futuro –, pensa-se, também, em liberdade total. Ora, isso, sabemos, não é possível, uma vez que a interdição é um mecanismo de regulação permanente do discurso e, por isso, faz com que ‘nem tudo possa ser dito por todos em qualquer lugar’ (FOUCAULT, 2004). A liberdade total e irrestrita, portanto, é ilusória e as possibilidades de dizer mudam não apenas conforme o tempo e o espaço como também de acordo com as diferentes formações discursivas.

Sem dúvida, foi criada no século XXI, especialmente a partir de sua segunda década, a possibilidade real de emergência de dizeres – de certa forma, combativos – sobre a ditadura militar brasileira. Isso, como já destacamos, a partir de acontecimentos-base, de dispositivos de produção discursiva, como a possibilidade de revisão da Lei de Anistia e a instauração da Comissão Nacional da Verdade. Mas, também conforme já tratamos, esses dizeres emergem e circulam com intensidades diferentes também de acordo com seus espaços de produção e com

as formações discursivas, que apresentam diferentes mecanismos de regulação. E é por isso que voltamos nosso olhar primeiramente para a revista *Veja*, semanário explicitamente alinhado ao conservadorismo e às propostas da direita econômica, que no momento do primeiro acontecimento-base não deu qualquer destaque a ele – já observamos a ausência total de textos em torno do tema – e no segundo publicou apenas dois textos e um quadro comparativo (uma espécie de ilustração à reportagem principal), em uma mesma edição, no período recortado.

É importante, contudo, que também nos desloquemos – sem deixar de observá-los, mas não os tomando como prioridade – dos dados quantitativos para analisar, naquilo que emergiu, a produção discursiva e seus efeitos de sentido. São dois textos (um editorial e uma reportagem) nesta edição que remetem à instauração da Comissão pelo governo federal e suas manchetes são compostas pelos seguintes enunciados:

44. *A verdade vos libertará*

45. *O direito à verdade*

O primeiro enunciado é a manchete para um editorial (na revista, sua *Carta ao leitor*) que discute dois fatos ligados ao governo federal: a instalação da Comissão Nacional da Verdade e a aprovação da Lei de Acesso à Informação – dois fatos que se encontravam tendo como pano de fundo um tema comum, a *verdade*, mas em extensões e amplitudes diferentes: a verdade que abrange os períodos ditatoriais (desde o período Vargas até o fim da ditadura militar, embora o foco se dê neste segundo período) e a verdade das informações administrativas do Estado (um tema ligado à transparência administrativa).

O enunciado (44), nesse sentido, apresenta uma dupla implicação: i) *luz*: a clarificação dos fatos (a verdade das ditaduras e o acesso a documentos do passado e do presente) liberta (e, até mesmo, salva) os homens dos ecos do passado repressivo (recordar para não repetir; não se trata, portanto, de punir) e dos desvios administrativos (a transparência do Estado e de seus órgãos); ii) *opacidade*: a ‘simples’ emergência da verdade, no caso da ditadura militar, o esclarecimento dos fatos, faz com que não sejam necessários o julgamento e a condenação de agentes da repressão, porque a verdade já é ela um ‘acerto de contas’ com o passado – há, nesse caso, uma espécie de continuidade discursiva, uma vez que retoma e/ou reitera enunciados que circularam na época do processo de revisão da Lei de Anistia, dois anos antes deste acontecimento-base.

A verdade é tomada como um ‘dado a priori’, que se manifesta também em (45) como um ‘direito’: *o direito à verdade*. Contudo, a partir desses enunciados alguns questionamentos se impõem e marcam a opacidade de ambos: a quem e de que a verdade libertará? Qual é essa verdade que liberta? O esclarecimento do passado (a verdade) é suficiente para a liberdade no presente? Quem tem direito à verdade, é um direito universal? Qual é essa verdade que é um direito? A questão, olhando por esse viés, nos parece mais filosófica que história (a ditadura) e política (a ditadura, mas também o acesso a informações do Estado).

Nesse aspecto, é importante observar, levando sempre em conta os enunciados (44) e (45), pela reiteração do vocábulo, que a *verdade* está acima da *ditadura*, enquanto aspecto temático e possíveis inscrições em diferentes formações discursivas: ora, apenas pela leitura dos enunciados que compõem as manchetes não é possível identificar que será também tratado da criação da Comissão Nacional da Verdade e, muito menos, que essa verdade tem relação com acontecimentos ocorridos durante o período de ditadura militar no Brasil. Portanto, a discussão em torno da verdade contingente (a verdade como direito) carrega, em si, silêncios sobre o debate que se queria no momento, a verdade do passado, o que é preciso saber sobre a ditadura militar brasileira e que ainda naquele momento não se sabia, as relações efetivas de militares, do Estado, com a repressão política.

Em ambos os enunciados, assim observamos, a relação é mais forte com o presente do que com o passado, pois o foco, como vimos, está na *verdade*, e não na *ditadura*. Desse modo, há um desvio, aqui, na produção da memória da ditadura militar brasileira, ou melhor, a produção dessa memória, se tomássemos como parâmetro apenas publicações da revista *Veja*, se dá na opacidade do discurso que emerge em torno da verdade: configura-se maior grau de relevância à *verdade* em detrimento da *ditadura*. Não é preciso que se mostre claramente qual é essa verdade, a quem ela serve e quem a tem como direito, porque, na opacidade discursiva, ela é ampla, universal, ela é única. Importa menos ‘dizer a ditadura’ que ‘revelar a verdade’, seja ela qual for e sobre o que for.

A memória da ditadura, desse modo, vai se formando pelo não dizer completamente. Se a instauração da Comissão Nacional da Verdade possibilitou que mais se falasse sobre a ditadura – e sempre lembramos que no processo de revisão da Lei de Anistia nada foi publicado naquela revista –, esse dizer era ainda opaco. Por outro lado, esse acontecimento-base gerou na grande mídia um debate mais amplo sobre diversos aspectos, levantados a partir dele. Nos diários paulistas, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, naquele período, borbulharam reportagens e textos analíticos.

4.5.2 Visibilidade '(im)parcial'

Os diários paulistas, em contraposição à revista *Veja*, deram visibilidade ao acontecimento por meio de manchetes em Capa e de inúmeros textos de diferentes gêneros (cf. Quadro 4 e Quadro 5), com foco principal na instauração da Comissão, mas também no 'seu entorno'. Num primeiro olhar, então, observa-se que o foco do debate se deu sobre três aspectos – mas em diferentes níveis, de que trataremos mais adiante –, quais sejam: i) a instauração da Comissão Nacional da Verdade, a atuação de seus membros na vida política e social e as generalidades sobre seu campo de atuação; ii) o imbróglio em torno das investigações: se verificar ações apenas de agentes do Estado ou as ações tanto de agentes do Estado como também da resistência armada; iii) a memória do período de ditadura militar no Brasil, porque tomando outros aspectos daquele período, deslocando-se do acontecimento-base para um debate mais profundo (a revisão da Lei de Anistia, a abertura de documentos das forças armadas, a punição a agentes da repressão, as reações das Forças Armadas frente aos debates sobre a ditadura etc.). Nota-se que os pontos um e dois estão interligados, uma vez que a base é ainda a Comissão, contudo os separamos pelo fato de que um é a própria constituição do grupo, outro é a polêmica em decorrência de sua formação e de sua atuação, que de certo modo gerou um embate entre Forças Armadas e governo. Por outro lado, o terceiro ponto é um deslocamento acabado dos demais, porque trata do período sem recorrer diretamente à formação da Comissão, ou, de outro modo, parte dos trabalhos que seriam atribuídos à Comissão para uma reflexão mais ampla sobre o período ou para uma especificidade da ditadura.

Em suas reportagens, tanto a *FSP* como o *ESP* apelam mais para os enunciados que chamamos, aqui, de 'informativos' em suas manchetes, muitas vezes, inclusive, com a utilização dos discursos indireto e direto. Esse tipo de enunciado informa o leitor sobre os acontecimentos, pautando-se numa espécie de narrativa noticiosa, instaurando um título genérico para o texto da notícia.

Observemos, primeiramente, três exemplos de manchetes para reportagens retiradas de cada jornal:

46. *Militares aprovam escolhidos para a Comissão da Verdade (FSP, 12/05)*
47. *Acordo prevê que esquerda será investigada, afirma Jobim (FSP, Capa, 16/05)*
48. *'Comissão da Verdade não deve ter ódio nem perdão', afirma Dilma (FSP, Capa, 17/05)*
49. *Dilma escolhe membros da Comissão da Verdade (ESP, Capa, 11/05)*
50. *Comissão da Verdade será rigorosa, mas sem revanche, dizem membros (ESP, 18/05)*
51. *Comissão da Verdade agirá 'doa a quem doer', diz Dipp (ESP, Capa, 12/05)*

De modo distinto dos enunciados encontrados na revista *Veja* e analisados anteriormente, as manchetes desses jornais partem de afirmativas diretas, como quando ocorreu a repercussão do processo de revisão da Lei de Anistia, corroborando o caráter informativo. O primeiro enunciado de *Veja* – *A verdade vos libertará* – é título para um editorial da revista, que supostamente justifica seu caráter vago, cujos sentidos se completam pela reflexão analítica do texto (o editorial em si). O segundo enunciado – *O direito à verdade* –, por sua vez, é título para sua reportagem sobre a instauração da Comissão Nacional da Verdade, no entanto, ainda assim esse título mantém caráter vago, incompleto, ou, antes, aberto, próprio de uma reflexão filosófica ou sociológica, e que em muito se distingue das afirmativas jornalísticas, que estão mais evidentes nos exemplos que apresentamos da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo*.

A opacidade que se revela nos enunciados introdutórios produzidos pela revista, que inscrevem sentidos de silenciamento sobre a ditadura militar brasileira, é contraposta, então, pela visibilidade (e pela explicitação) dada pelos enunciados aos acontecimentos tratados nos diários paulistas. Nota-se, nesse aspecto, que os seis exemplos apresentados acima (de 46 a 51) são enunciados que mostram, ou dão uma ideia, ao leitor aquilo que será tratado no texto da reportagem. O leitor, aqui, a partir desses seis enunciados, consegue perceber que o tópico central (para nós, o acontecimento-base) é a Comissão Nacional da Verdade, sublinhando, cada qual, diferentes especificidades da Comissão e de seu trabalho.

Essa visibilidade se sustenta ainda mais quando observamos que, em grau numérico menor – mais uma vez recorreremos a aspectos quantitativos para sustentar nosso olhar para a circulação –, mas bastante relevante, muitos textos que aparecem têm como foco a ditadura militar brasileira, sem diretamente tratar da Comissão e de seus trabalhos. Esse é um fator que corrobora nossas análises que mostram a instauração da Comissão como um acontecimento-base – ou, se preferir, um dispositivo – que fundamenta um limite de dizibilidade e aciona dizeres que vão além do próprio acontecimento, instados na e pela memória discursiva, sustentando essa memória que se produz da ditadura.

Vejamos, então, mais três exemplos retirados de cada um dos jornais que, agora, reforçam os três aspectos que elencamos acima:

- 52. *Dilma indica grupo que vai investigar crimes na ditadura (FSP, Capa, 11/05)*
- 53. *Advogada defende que comissão não investigue esquerda (FSP, Capa, 15/05)*
- 54. *Dois personagens à procura de uma história (FSP, Capa, 20/05)*
- 55. *Dilma escolhe membros da Comissão da Verdade (ESP, Capa, 11/05)*
- 56. *Comissão da Verdade não vai investigar militantes (ESP, Capa, 15/05)*
- 57. *Revisão da Lei de Anistia depende da opinião pública (ESP, 17/05)*

No jornal *Estado de S. Paulo*, foram três manchetes para reportagens que tratavam de outros temas ligados à ditadura que não a Comissão da Verdade (como no exemplo 57), além de dois artigos de opinião, e três manchetes para reportagem (exemplo 56) e uma para entrevista que tratam do debate entre investigar apenas as Forças Armadas ou também a esquerda. Na *Folha de S. Paulo*, 11 manchetes para reportagem (exemplo 54) e três para artigos de opinião informaram temas da ditadura não ligados à Comissão, além disso, sete manchetes de reportagem (exemplo 53) e uma de artigo de opinião que apontam a discussão entre julgar apenas as *Forças Armadas* ou também a esquerda.

Se aparentemente o recurso ao texto de informação – com os enunciados informativos que mencionamos – apaga reflexões tanto sobre o passado quanto sobre o presente e o futuro, uma vez que trata apenas do fato em si, ele também é base para a produção da memória do período, porque do acontecimento-base emerge a necessidade de informações sobre outros fatos a ele atrelados, ou correlacionados. Notamos que a maior parte das reportagens é sobre a Comissão Nacional da Verdade, sua forma de trabalhar, seus mecanismos de investigação e seu objetivo. Contudo, carece de uma abordagem mais ampla, que contemple análises do passado ditatorial, de traços no presente e de reflexões sobre o futuro. Essa abordagem, de certa forma, se dá pelas reportagens que aparecem, em menor medida, mas, como apontamos, em grau relevante, paralelamente à constituição da Comissão e tratam de aspectos outros daquele período ou a ele associados. Também essas reportagens, e suas manchetes, exercem o papel de informar o leitor sobre outros acontecimentos da ou ligado à ditadura – como, por exemplo, uma possível revisão da Lei de Anistia (57).

No mesmo sentido, mas de modo distinto, os editoriais, os artigos analíticos e de opinião também ampliam o debate e suas manchetes assemelham-se àquelas da revista *Veja*. Vejamos alguns exemplos.

58. *A verdade que dói* (FSP, Eliane Cantanhêde, 13/05)
59. *Mais luz* (FSP, Editorial, 16/05)
60. *O cavalo e o camelo* (FSP, Carlos Heitor Cony, 22/05)
61. *Lei do silêncio* (ESP, general Romulo Bini Pereira, 12/05)
62. *Lição da memória* (ESP, Dora Kramer, 18/05)

Como se vê, pelos exemplos de 58 a 62, a ampliação do debate – fator que demonstra a fixação de um limite claro de dizibilidade em torno da ditadura – é marcada por comentários que partem do acontecimento-base e vão para uma discussão mais profunda: a verdade (como em *Veja*), a memória, o silêncio (e o dizer), a história etc. O uso de enunciados metafóricos sustenta o caráter analítico e reflexivo dos textos, que não se querem focar apenas o acontecimento. Dessa forma, produz-se uma memória cujo trânsito se dá entre passado e futuro (sobretudo enunciados 58, 59 e 60), distinguindo-se, também, do texto propriamente jornalístico (a reportagem, as notas, as matérias etc.), cujo foco é quase sempre o fato, o próprio acontecimento.

A memória da ditadura, então, se fortalece, também pela mídia, pela ampliação dos limites de dizibilidade. A emergência de acontecimentos-base (como a revisão da Lei de Anistia e a instauração da Comissão da Verdade) são reflexos de uma transição, ou de um movimento, nos regimes de discursividade, instaurando, também, uma nova *ordem do discurso*. Se voltarmos à breve análise que traçamos dos discursos de posse de Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, percebemos esse movimento na ordem do discurso e notamos que os acontecimentos dos quais partimos para nos ajudar a compreender a memória da ditadura que se produz na contemporaneidade são fruto desse movimento mas são também instauradores de novas discursividades. São, portanto, eles o reflexo do alargamento nos limites de dizibilidade e também um ponto de partida para tal alargamento. Esses acontecimentos apenas foram possíveis porque se pôde dizer a ditadura, mas também atualmente se diz mais a ditadura porque houve a emergência desses acontecimentos.

A memória da ditadura militar brasileira está, então, em constante produção, porém, hoje mais que antes, se consolida pela *vontade de memória* que se instaura no século XXI. A Comissão Nacional da Verdade, além de reflexo, funciona como um dispositivo fruto dessa *vontade*, que diz a ditadura e que a coloca no centro de debates sociais, históricos, políticos, cotidianos.

PALAVRAS EM CONSOLIDAÇÃO: VISIBILIDADES E OPACIDADES DEMOCRÁTICAS NO ‘DIZER A DITADURA’

A produção de memórias da ditadura militar brasileira é fortemente marcada pelo “processo”, pela formação nem sempre contínua – e talvez mesmo o contrário disto, pela descontinuidade – de um “dizer a ditadura”, que vai se estabelecendo com a redemocratização do país – e até mesmo antes disso, com a abertura política pós-Lei de Anistia, quando já se construía uma história do tempo presente –, com a busca também de uma consolidação democrática. A emergência e a formação desse dizer perpassam tanto o discurso eminentemente político quanto o discurso histórico-social, atingindo espaços públicos e, mais que isso, populares. De todo modo, conforme pudemos mostrar no decorrer deste trabalho, seu nascedouro está na margem – uma vez que apenas cotejado pelo oficial – e aos poucos ganha o palanque e o auditório, cuja transformação, o movimento próprio deste processo, revela diferentes formas de opacidade e de visibilidade.

Acompanhar esse trajeto é, portanto, bastante difícil, pois muitas coisas se perdem pelo caminho e não são possíveis de serem resgatadas, ou mesmo delas se apropriar. Além disso, como é próprio de qualquer pesquisa de grande porte, cujo *corpus* pode ser composto por uma gama imensa de materiais de diferentes formas e tipos, muitos (re)cortes devem ser feitos. É por isso, portanto, que recortamos nosso objeto e fizemos a seleção de nosso *corpus* por meio de três frentes; mas nem isso foi totalmente suficiente, obrigando-nos, ainda, devido à sua longa extensão, a dar mais destaque a uma delas, aquela formada por materiais produzidos ainda durante o período ditatorial e que retornam hoje republicados e/ou reeditados pelo trabalho quase sempre conjunto entre ‘participantes daquela história’, editoras, institutos de memória e órgãos estatais que patrocinam esses projetos.

Esse processo de ‘afirmação’ de dizeres sobre a ditadura, que constitui a formação de memórias daquele período, inscreve mudanças na ordem do discurso e, conseqüentemente, um movimento nos regimes de historicidade que, sem dúvida, está atrelado a movimentos nos regimes de discursividade. Nossas últimas palavras neste trabalho procuram reafirmar esse processo – que é ao mesmo tempo histórico-discursivo e, para nós, analítico. Na conjunção e consolidação de dizeres sobre a ditadura, inscreve-se um processo que perpassa a relação entre dever/necessidade e abuso da memória para constituir-se como uma *vontade de*

memória. Esse aspecto, por ora apenas referido em nosso trabalho, é o *start* para pesquisas futuras, assim como são as referências que faremos ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade e o paralelo que estabeleceremos com o *caso argentino*. Todos eles são, portanto, sinais de um processo não acabado, cujas palavras estão ainda em fase de consolidação, e, talvez mesmo, de ampliação.

A – VONTADE DE MEMÓRIA, UMA NOVA DISCURSIVIDADE

Na luta pela memória da ditadura militar no Brasil surge o dever de torná-la, de certo modo, política ao inscrevê-la no debate político-oficial. O resgate histórico para a produção da memória é também o resgate do debate político, e isso se dá em diferentes esferas da sociedade. Ainda que aquele material que era reeditado, coletado e compilado pudesse também se inscrever num processo de fetichismo do passado – conforme observamos no *Capítulo 3* deste trabalho –, em que o velho era tornado novo, e belo, sua inscrição discursiva abria espaço, e possibilidade, para que outros materiais fossem produzidos⁷⁹, para a emergência de comentários e de novos e diferentes discursos cujo “eixo temático” era também a memória – como exemplo, as frentes analisadas no *quarto capítulo*. Longe de se portarem como a origem do debate, inscreviam, ou antes, possibilitavam e afirmavam uma nova vontade de verdade: a luta pela memória. Uma vontade de memória, então.

Do mesmo modo que uma “vontade de verdade”⁸⁰ se estabelece numa relação entre história, saberes e sociedade, essa *vontade de memória* que se vê emergir hoje no Brasil releva dessa relação, que congrega claramente linguagem, historicidade e cultura (política), portanto discursos. Ora, o julgamento entre o certo e o errado, o verdadeiro e o falso nesse aspecto é claramente irrelevante. O que é importante observar é que essa *vontade de memória*, bem como aquela “vontade de verdade”, funciona como um mecanismo de produção e regulação discursiva – um trabalho discursivo acerca da produção da memória (ou de memórias) – essa *vontade de memória* está, se voltarmos sempre a Foucault (1979a; 1979b; 2004), nos limites e nas formas de produção e emergência de discursos: dizibilidade, conservação, memória (que aparece nas diferentes formações discursivas), reativação e apropriação. Os discursos que se

⁷⁹ O Instituto Vladimir Herzog, por exemplo, é corresponsável pela publicação de outras duas coleções: *Os cartazes desta história* (2012) e *Resistir é preciso* (2013).

⁸⁰ Cf. Foucault (1979a; 1979b; 2004).

formam estão em constante relação e embate com os já-ditos; daí que as memórias da ditadura militar brasileira se produzem no conflito entre a possibilidade de tudo dizer – suposição manifesta dos regimes democráticos – e o silêncio: de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff, com a instituição da Comissão Nacional da Verdade, os limites vão se transformando e a possibilidade de consolidação da memória tornando-se mais evidente.

O debate que se constrói hoje, então, acerca da memória no Brasil é fruto e aspecto marcante desse fator. Aquilo que se produz atualmente acerca do período militar advém de uma condição de produção criada por uma *vontade de memória*. Se ponderamos que Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, por exemplo, vivenciaram ditaduras militares contemporâneas e similares e estabeleceram políticas conjuntas, mas produziram memórias distintas desse período é porque aí aparecem os aspectos histórico e político-cultural. A memória que se forma da ditadura brasileira é fruto, portanto, do modo de se fazer política no Brasil e de tratamento da história⁸¹ – nem certo, nem errado; trata-se de um aspecto histórico que trabalha na produção dos dizeres e na construção dos regimes de produção discursiva –; embora se parta de um fato histórico semelhante, as ditaduras militares, é possível observar regimes de historicidade e, também, regimes de discursividade distintos, em função de aspectos mencionados.

Para além de um *dever de memória*, que inscreve a “intenção” do sujeito político e social de reviver a história a qualquer custo e dela cobrar uma indenização⁸², e de um *abuso da memória*, que advém dessa produção “sem censuras”, há hoje no Brasil a emergência de uma vontade de memória, que orienta e regula uma produção a respeito de um período importante da história do Brasil e possibilita dizeres sobre a ditadura. É, portanto, a consolidação de um ‘dizer a ditadura’, que, retomando Foucault (2004), além de Hartog (2009; 2012) e Ledoux (2012), funda um novo regime de discursividade, contudo ainda não se concretiza um novo regime de historicidade, mas movimentos em seu interior, uma vez que a regulação do presente – um tempo memorial sustentado pela vontade de memória – tem ligação estrita com o passado (seus dizeres e práticas) e o futuro. Não se fala, portanto, de um novo regime de historicidade justamente porque ainda há ‘restos da ditadura’ no presente. A volta daquele material – reeditado, organizado ou compilado – é fruto eufórico dessa vontade, que reescreve a história e reordena (os sentidos de) a resistência (a luta contra o silêncio).

⁸¹ Ver, especialmente, Holanda (1995) e Damata (2004).

⁸² Indenização aqui pensada num sentido abstrato e, portanto, mais amplo, uma vez que não limitada ao aspecto financeiro/material, mas a uma prestação de contas do/com o passado. O sujeito vitimado reivindica uma prestação de contas daquele que cometeu o crime, o Estado.

Nota-se, portanto, uma possibilidade de reorganização da história e de produção da memória, que se fortalece no século XXI e que é vista neste trabalho a partir das três frentes de material que compuseram nosso *corpus*. Essa *vontade de memória* é, então, inscrita no entrelaçamento entre movimentos no regime de historicidade e a possibilidade de uma nova ordem do discurso.

Nesse processo é essencial voltarmos à observação e à compreensão do movimento nos regimes de discursividade. Ora, aí retomamos brevemente nossa passagem pelos discursos de posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e de Dilma Rousseff, em 2011. Em ambos são perceptíveis os dizeres sobre a ditadura, contudo suas posições são bastante distintas. Interessante é observar que o movimento que se dá no discurso de um presidente a outro, de FHC a Dilma, é parte de um processo cuja consequência maior é a possibilidade de ‘dizer a ditadura’, de emergência e consolidação de um fio discursivo que possibilita, também, a emergência de uma memória – ou de memórias – da ditadura militar brasileira. Nessa transição dos regimes de discursividade, cujo governo de FHC portou-se bem como ponte entre o silêncio e o dizer, cria-se no âmbito político-oficial a possibilidade de ‘dizer a ditadura’ e, também, de questionar seus paradigmas, como a repressão e a tortura, ‘esquecidas’ pela instituição da Lei de Anistia, ainda que esta permanecesse válida.

É importante lembrar que, da transição negociada – uma vez que foi promovida pelos próprios militares – ao restabelecimento da (nossa suposta) democracia, ainda em fase de consolidação, houve um silenciamento, um apagamento inicial daquele período ditatorial – fruto, também, de seu processo de transição. Na primeira década pós-ditadura, pouco se produziu sobre o período no âmbito oficial. A memória que se formava, portanto, era visível na margem, cujos reflexos na sociedade eram pouco reluzentes. O discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso se apresenta, com isso, como uma espécie de virada discursiva. Ainda que em seu pronunciamento o período ditatorial fosse apenas sugerido, já ali se percebia um movimento nas formas de enunciá-la.

De FHC a Dilma, portanto, a luta pela memória está no espaço discursivo, congregando suas diferentes posições discursivas, e o discurso de posse – uma data comemorativa, importante no âmbito político e social – funciona como marco e vetor de um embate no campo do poder. Esse aspecto vai ao encontro daquilo que aponta Jelin (2002): as datas públicas são objeto de disputas e conflitos pelo fato mesmo de haver diferentes interpretações do passado. Essas datas apresentam sentidos político-históricos distintos dependendo do sujeito que as apropria.

Entre aquele discurso de FHC e o de Dilma Rousseff, pronunciado 15 anos depois, as formas de circulação dos dizeres sobre a ditadura foram, aos poucos, sendo ampliadas. Ainda centrada na marginalidade, porque ainda distante do debate político-oficial, a produção de memórias da ditadura estendeu-se para o cinema, para os livros (da literatura memorialista aos trabalhos acadêmicos), para a mídia etc. A ditadura tornou-se, pouco a pouco, produto de mercado. Seu estatuto político se modificava e consolidava novas formas de dizer, novos regimes de discursividade. Daí, então, é que entra definitivamente no centro do debate político governamental; e o governo de Dilma Rousseff é parte atuante nesse processo, sobretudo com políticas de rememoração e compreensão daquele passado – especialmente, a criação da Comissão Nacional da Verdade, que trabalhou conjuntamente com outras comissões regionais e organismos da sociedade civil.

Se hoje ainda não é possível falar em democracia consolidada no Brasil, e, por consequência, em um novo regime de historicidade, a emergência e o fortalecimento de um ‘dizer a ditadura’ é parte de destaque nesse processo, uma vez que carrega a preocupação com os direitos humanos – a reflexão sobre eles –, sociais e civis dos cidadãos, e, com isso, faz com que o país caminhe em direção ao fortalecimento desse aspecto político. O processo de produção da memória da ditadura militar brasileira é, sem dúvida, ainda fundado numa linha tênue entre a opacidade e a visibilidade que realça as transformações na ordem do discurso. Mesmo na opacidade, contudo, e como é exemplo as três frentes sobre as quais nos debruçamos neste trabalho, o discurso sobre a memória aumenta cada vez mais seu espaço de circulação, adentra diversas esferas da sociedade e institui uma *vontade de memória*. A seu modo e diferentemente de outros países da América do Sul – como é o caso da Argentina, que apresentaremos a título de exemplificação a seguir –, que contemplam diferentes regimes de historicidade e de discursividade, o Brasil entra aos poucos no seu tempo memorial e o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, com o qual fecharemos este trabalho, é aspecto marcado desse movimento.

B – MEMÓRIAS DAS DITADURAS NO CONE SUL: REGIMES SEMELHANTES, HISTORICIDADES DISTINTAS

Entre os países do Cone Sul que enfrentaram regimes civil-militares ditatoriais na segunda metade do século XX, a Argentina⁸³ é reconhecida pela forma como vem enfrentando seus fantasmas do passado, com atenção para a memória, os direitos humanos e a justiça. A produção da memória de sua ditadura revela uma especificidade que a difere fortemente dos demais países: a produção dessa memória tem início no âmbito jurídico, já no momento de transição para a redemocratização e a partir daí expande-se para outros espaços sociais e políticos, bem como para a mídia e para a escola, dando visibilidade a movimentos de resgate da memória e de culpabilização do Estado pelo ocorrido, como as propostas das mães e avós da Plaza de Mayo. Embora descontínuo, ora com avanços ora com retrocessos, esse movimento de produção da memória é ainda, e atualmente bastante forte, marcante na história político-social argentina.

Essa especificidade do caso argentino amplia a diferença em relação ao que se viu no Brasil, sobretudo no que tange à justiça e aos direitos humanos, na medida em que, por exemplo, 30 anos após o fim da ditadura brasileira a Lei de Anistia continua vigente e nenhum responsável pela repressão pôde ser julgado. Brasil e Argentina – bem como Chile, Uruguai, Paraguai, entre outros – passaram por regimes políticos ditatoriais semelhantes na segunda metade do século XX, quando, inclusive, seus governos traçaram estratégias de apoio político-militar. Uma particularidade se revela, então, na forma de produção das memórias desses períodos. E nesse aspecto retomamos mais uma vez as noções tão caras para nosso trabalho de pesquisa e que temos reforçado neste fechamento, quais sejam, de *regime de historicidade* e de *regime de discursividade*. No Brasil, a transição para a democracia foi negociada pelos militares e o poder presidencial não foi diretamente entregue à população, que não pôde eleger seu representante na primeira eleição pós-ditadura. Além disso, e como consequência, a ditadura sofreu um processo de apagamento, cujos dizeres foram silenciados, quando muito marginalizados, aparecendo aos poucos na segunda metade da década de noventa, por meio de narrativas memorialistas. No âmbito político, uma memória da ditadura ganha força apenas nos anos 2000. Na Argentina, por sua vez, a memória ganha status político já na transição para a democracia, logo com o fim do regime, quando militares e guerrilheiros são processados e condenados pela justiça. Chile e Uruguai também apresentam particularidades: no primeiro, embora ainda tenha em vigor sua lei de anistia, foi possível o julgamento de crimes aos direitos humanos praticados durante a ditadura Pinochet; no

⁸³ Sobre a questão da memória da ditadura argentina, cf. Vitale (2007a; 2007b; 2009), Zopi-Fontana (2011), Raïter (1999), Zullo (2014), Jelin (2002) e Greco (2012).

segundo, o processo memorial é lento, contudo foi possível julgar e prender o presidente José María Bordaberry, que comandou a ditadura entre os anos 1973-1985.

Interessante, então, é observar que, ainda que tenham processos histórico-políticos semelhantes – suas ditaduras e suas políticas de cooperação –, existem regimes de historicidade bastante distintos. A ruptura entre a repressão e o processo de democratização na Argentina com o fim da ditadura provoca já ali a emergência de um novo regime de historicidade, que, sem dúvida, é sustentado por dizeres, por discursos. A possibilidade de ‘dizer a ditadura’ naquele país, que engloba, inicialmente, o campo político e, posteriormente, o histórico, o midiático, o acadêmico, o escolar etc., sustenta esse processo de transformação de um regime ditatorial para um regime democrático de base memorial, com ênfase nos direitos humanos, sociais, civis. Ainda que um regime de historicidade não surja da ruptura completa e imediata com o anterior, a transição de um a outro, nesse caso argentino, é curta.

No Brasil, por sua vez, conforme pudemos perceber ao longo deste trabalho, a transição de um regime de historicidade a outro é mais lenta, e ainda não está acabada, sendo que a sobreposição, quando dois deles mostram ainda seus traços, é mais longa. Mostramos que a inscrição no processo democrático, aqui, é lenta, com direito ao voto, mas com direitos sociais e humanos restritos. As transformações provocadas nos regimes de discursividade, especialmente a partir dos anos 2000, quando um ‘dizer a ditadura’ é explicitado, proporcionam também um fortalecimento do processo democrático. Ainda que, no Brasil, a memória da ditadura não carregue o âmbito jurídico, manifestações de rememoração e de condenação do passado repressor inscrevem uma virada memorial, que aos poucos e lentamente vai tomando temas caros à sociedade e aos direitos humanos. A Comissão Nacional da Verdade é um exemplo desse processo, uma vez que, ainda que não tenha tido o poder criminalizar o passado, exerceu papel fundamental nessa mudança e consolidação de dizeres, assim como mostra seu relatório final.

C – O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A VIRADA MEMORIAL: UM TRABALHO QUE NÃO SE CONCLUI

Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade divulgou seu relatório final⁸⁴, composto por três volumes, com um total de 4.319 páginas, assim colocados: a) volume 1 (976 páginas): dividido em dois tomos, com um texto de apresentação da Comissão, de seus objetivos e de seu trabalho, e textos sobre a repressão e as violações aos direitos humanos; b) volume 2 (404 páginas): contém nove textos que dão conta das violações aos direitos humanos em diversos setores da sociedade (militar, trabalhadores, camponeses, igrejas, índios, universidades, homossexuais), da colaboração de civis à ditadura e da resistência da sociedade civil àquelas violações; c) volume 3 (2.939 páginas): traz um relatório detalhado de cada um dos mortos e desaparecidos políticos pelo regime, cuja estrutura dos perfis se divide em oito entradas – dados pessoais, biografia, considerações sobre o caso anteriores à instituição da CNV, circunstância da morte ou do desaparecimento, identificação do local, identificação da autoria, fontes principais da investigação e conclusões e recomendações.

A estrutura do relatório, já ela, coloca em destaque pontos que marcamos como essenciais para – além da compreensão do passado, daquele passado repressor – a consolidação da democracia. Os três volumes têm, de certa forma, foco na discussão sobre os direitos humanos, que é atrelada à repressão e às violações daquele tempo. A própria apresentação do primeiro volume dá conta desse aspecto, vejamos alguns trechos, todos com grifos nossos:

- “[a Comissão Nacional da Verdade] empenhou-se, assim, em examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2014a, p. 15).
- “[...] tomamos centenas de depoimentos, realizamos audiências públicas por todo o território nacional, dialogamos intensamente com a sociedade, buscando fazer de nossa missão fator de mobilização da sociedade brasileira na defesa e na promoção dos direitos humanos” (BRASIL, 2014a, p. 15).
- “Priorizamos enfoque calcado na descrição dos fatos relativos às graves violações de direitos humanos do período investigado, com especial atenção ao regime ditatorial que se prolongou de 1964 a 1985” (BRASIL, 2014a, p. 15).

⁸⁴ O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, com seus três volumes, está disponível para consulta pública e download em seu site oficial, a partir do seguinte endereço eletrônico: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Último acesso em: 11 fev. 2015.

Observa-se, portanto, que o foco analítico está na violação dos direitos humanos, sobretudo no período de ditadura militar (1964-1985). Há um olhar especial para as violações produzidas pelo Estado brasileiro e por suas Forças Armadas, conforme sustenta outro trecho da apresentação ao primeiro volume: “[os repressores] levaram a violação sistemática dos direitos humanos à condição de política estatal” (BRASIL, 2014a, p. 16). Esse fator é ponto de avanço no debate sobre o período, conforme pudemos notar pelas análises apresentadas ao longo deste trabalho. O deslocamento no objeto, que passa da compreensão da história para o esclarecimento dos abusos e as implicações no presente, inscreve uma nova ordem do olhar, e, portanto, uma nova ordem discursiva que sustenta aquela vontade de verdade que se forma neste início de século.

Já tocamos os elementos basilares para o fortalecimento e a consolidação da democracia, tal qual apresentou Zaverucha (2010), ou seja, direitos políticos atrelados fundamentalmente a direitos sociais, civis e humanos. O relatório da Comissão Nacional da Verdade vai nessa direção e, antes de ser lido como resultado final de um trabalho, deve ser encarado como abertura para novas questões, novas pesquisas, novas formas de promoção e afirmação da memória: “a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2014a, p. 15), como ainda é proposto naquele texto de abertura. Por outro lado, embora apareça para nós como um avanço no projeto memorial brasileiro, o relatório da CNV revela, contudo, em alguns pontos, também aspectos de adesão ao discurso oficial de transição, como se observa neste último trecho citado, uma vez que produzir memória para a reconciliação é produzir também silenciamento.

O texto de apresentação ao terceiro volume do relatório final complementa a proposta consolidação democrática e também põe ênfase nos direitos humanos, como podemos observar pelos seguintes trechos, também sublinhados:

- “O volume III do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) traz os perfis dos 434 mortos e desaparecidos políticos, no Brasil e no exterior, de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988 [...]. Buscou-se o esclarecimento circunstanciado das graves violações de direitos humanos praticadas nesses casos” (BRASIL, 2014b, p. 31).
- “[...] a CNV beneficiou-se dos esforços de vítimas, familiares e amigos de mortos e desaparecidos na busca por memória, verdade e justiça, assim como dos organismos que a precederam e conduziram o Estado brasileiro a assumir a responsabilidade por graves violações de direitos humanos – como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e as comissões estaduais de reparação” (BRASIL, 2014b, p. 31).

- “Buscou-se a padronização das conclusões sobre o caso, identificando as graves violações de direitos humanos praticadas (prisão ilegal e arbitrária, tortura, morte ou desaparecimento forçado), evidenciando-se durante a ditadura militar um contexto sistemático de violações de direitos humanos” (BRASIL, 2014b, p. 35).

Esses enunciados são resultado, portanto, dessa virada memorial a qual nos referimos, que explora o âmbito histórico para a compreensão e a resolução de problemas tanto do passado – que também deixam marcas – como do presente. O processo de produção da memória da ditadura brasileira produz opacidades e visibilidades que encaminham, jamais na continuidade suposta da história tradicional, para um ‘dizer a ditadura’. Diferentes são e foram as formas de enunciá-la, e mais, de discursivizá-la nesses 30 anos de transição para a formação do período democrático, visíveis, parcialmente, pelas três frentes que compuseram nosso *corpus*. A especificidade brasileira aqui se revela, então, pelo processo lento, próprio de sua história, cujas esferas políticas e sociais mantêm a distância que, muitas vezes, promove mais silenciamentos que dizibilidades. O trabalho da CNV vai, em certa medida – embora também produza silenciamento, como já apontamos –, na direção oposta e traz, portanto, questões sociais e humanas para o debate histórico-político necessário.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, dessa forma, funciona, ao mesmo tempo, como princípio de consolidação desse ‘dizer a ditadura’ e como impulsão para novos dizeres e novas práticas. As discussões sobre a(s) memória(s) da ditadura militar brasileira, conforme reiteramos ao longo deste texto, não se encerram com a finalização dos trabalhos da CNV e a apresentação de seu relatório – nem mesmo o nosso com este trabalho de tese. Ao contrário, abre-se aqui mais frentes de pesquisa, mais possibilidades de tratar e de dizer a ditadura também no âmbito acadêmico, estendendo a temática e o objeto para questões que estão amplamente relacionadas à memória, à ditadura e à democracia, como os direitos humanos, a liberdade de expressão, a censura, o ensino de história etc. É momento de consolidação: novos dizeres, novas discursividades...

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana Aparecida de. **O Pasquim e o Pasquim 21**: práticas discursivas jornalísticas de resistência. 2006. 135f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 205-236.
- AUGÉ, Marc. **Les formes de l'oubli**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997a, p. 399-414.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997b, p. 277-326.
- BELTING, Hans. **Pour une anthropologie des images**. Paris: Éditions Gallimard, 2004.
- BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor del Quijote. In: **Ficciones**. Buenos Aires: Editora Buenos Aires, 1944.
- BRANCA-ROSOFF, Sonia et al. Questions d'histoire et de sens. **Langages**. 29^e année, n. 117, p. 54-66, 1995.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014a.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**: mortos e desaparecidos. v. 3. Brasília: CNV, 2014b.
- CANDAU, Joël. **Anthropologie de la mémoire**. Paris: Presses Universitaire de France, 1996.
- _____. **Mémoire et identité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- CARUSO, Eliana (Org.). **Pif Paf quarenta anos depois**: coleção fac-similar das 8 edições da Revista Pif Paf de Millôr Fernandes. 2.ed. Rio de Janeiro: Argumento, 2005.
- CARVALHO, Ricardo. Precusores desta história. In: _____ (ed.). **As capas desta história**. Projeto Resistir é preciso..., 2012
- CASEY, Edward. **Remembering**: a phenomenological study. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**: revista latinoamericana de Ciencias Sociales, año 1, n. 1, Buenos Aires: CLACSO, p. 55-76, 2008.

CHINEM, R. **Imprensa alternativa**: jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Ática, 1995.

CHISS, Jean-Louis ; PUECH, Christian. F. de Saussure et la constitution d'un domaine de mémoire pour la linguistique contemporaine. **Langages**. 28^e année, n. 114, p. 41-53, 1994.

CONAN, Henry; ROUSSO, Éric. **Vichy**: un passé qui ne passe pas. Nouvelle édition argumentée. Paris: Gallimard, 1996

COURTINE, Jean-Jacques. Mémoire et discours. **Sédiments**. Montréal, p. 97-117, 1986.

_____. Corps et discours. In: _____. **Corps et discours**: éléments d'histoire des pratiques langagières et expressive. (Présentation de Thèse d'Etat sur Travaux). Paris: Université de Paris X – Nanterre, 1989, p. 84-95.

_____. Le discours introuvable: Marxisme et linguistique (1965-1985). In : **Histoire Épistémologie Langages**. Tome 13, fascicule 2, 1991, p. 153-171.

_____. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. **Polifonia**. v. 12, n. 2, Cuiabá, EdUFMT, p. 1-13, 2006a.

_____. Linguagem, discurso político e ideologia. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, 2006b, p. 59-86.

_____. Uma genealogia da Análise do discurso. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, 2006c, p. 37-57.

_____. Introdução. In: **História do corpo** – As mutações do olhar. O século XX. vol. 3. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008a, p. 7-12.

_____. O corpo anormal. História e antropologia culturais da deformidade. In: **História do corpo** – As mutações do olhar. O século XX. vol. 3. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008b, p. 253-340.

_____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

_____. **Déchiffrer le corps**. Penser avec Foucault. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2011a.

_____. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Org.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos, SP: Claraluz, 2011b, p. 145-162.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours?. In: CONEIN, Bernard et al. (coord.). **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981, p. 21-33.

COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. O homem desfigurado. Semiologia e antropologia política de expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. **Revista brasileira de história**. São Paulo: Marco Zero, v. 7, n. 13, p. 7-32, 1986.

_____. **Histoire du visage**. Exprimer et taire ses émotions (XVIe-début XIXe siècle). Paris: Éditions Payot & Rivages, 1994.

DAMATA, Roberto. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DE CERTEAU, Michel. L'opération historique. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **Faire de l'histoire**: nouveaux problèmes, nouvelles approches, nouveaux objets. Paris: Gallimard, [1974] 2011, p. 17-66.

DEL ROIO, Marcos. Prefácio. In: PINHEIRO, Milton. **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 7-13.

DINGES, John. **Os anos do Condor**: um década de terrorismo internacional no Cone Sul. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

EVANGELISTA, Ulisflávio Oliveira. A distinção entre filmes ficcionais e não-ficcionais: o documentário como representação da realidade. **Recanto das letras**. s/d, s/n. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/992779>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a, p. 15-37.

_____. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b, p. 1-14.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Resposta a uma questão. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foucault**: repensar a política. (Ditos & Escritos VI). Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 1-24.

_____. O olho do poder. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foucault**: repensar a política. (Ditos & Escritos VI). Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 107-125.

_____. Sobre as maneiras de escrever a história. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foucault**: Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento. (Ditos & Escritos II). Trad. Elisa Monteiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 64-80.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 177-186.

GENSBURGER, Sarah; LAVABRE, Marie-Claire. Entre "devoir de mémoire" et "abus de mémoire": la sociologie de la mémoire comme tierce position. In: MÜLLER, Bertrand (dir.). **L'histoire entre mémoire et épistémologie**: autour de Paul Ricœur. Dijon-Quetigny: Editions Payot Lousanne, 2005, p. 75-96.

GRECO, María Florencia. **De revoluciones y utopías**. Análisis discursivo de las subjetividades de los años sesenta y setenta, el PRT-ERT (1965-1976) y de las representaciones de estas experiencias (1983-2011). 2012. 328f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

GUILHAUMOU, Jacques. Vers une histoire des événements linguistiques. Un nouveau protocole d'accord entre l'historien et le linguiste. **Histoire Épistémologie Langage**. Tome 18, fascicule 2, p. 103-126, 1996.

_____. Discours. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas. **Historiographies**: concepts et débats. v. 2. Paris: Gallimard, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel; Bibliothèque de l'Évolution de l'Humanité, 1994.

_____. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRIS, Z. Discourse Analysis. **Language**, n. 28, 1952.

HARTOG, François. Sur la notion de régime d'historicité. Entretien avec François Hartog. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (dir.). **Historicités**. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

_____. **Régimes d'historicité**: présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JELIN, Elizabeth (org.). **Las conmemoraciones**: las disputas en las fechas "in-felices". Colección Memorias de la Represión, v. 3. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LALIEU, Olivier. L'invention de « devoir de mémoire ». **Vingtième Siècle**. Revue d'Histoire. n. 69, p. 83-94, janvier-mars 2001.

LAVABRE, Marie-Claire. Paradigmes de la mémoire. **Transcontinentales** : sociétés, idéologies, système mondial. n. 5, p. 139-147, 2007.

LEDOUX, Sébatien. Écrire une histoire du « devoir de mémoire ». *Le Débat* : histoire, politique, société. n. 170, p. 175-185, mai-août 2012.

LE GOFF, Jacques. Foucault e a “nova história”. **Plural**. v. 10, Sociologia, USP, São Paulo, p. 197-209, 2003.

LEVI, Primo. **Le devoir de mémoire**. Entretien avec Anna Bravo et Federico Cereja. Paris: Mille et Une Nuits, 2000.

MALDIDIER, Denise ; GUILHAUMOU, Jacques. La mémoire et l'événement : le 14 juillet 1989. **Langages**. 28^e année, n. 114, p. 109-125, 1994.

MOIRAND, Shopie. 2004. De la dénomination au dialogisme: quelques questionnements autour de l'objet de discours et de la mémoire des mots. In: CASSANAS, A et al. (dir.). **Dialogisme e nomination**. Montpellier: Publications de l'Université Paul Valéry, p. 27-61.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NITRINI, Dácio; SEVERIANO, Mylton; CHIODI, Amancio (Ed.). **Ex-**: edição fac-similar completa de novembro de 1973 a dezembro de 1975. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Instituto Vladimir Herzog, 2010.

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de mémoire**: La République; La Nation; Les France. t. 1. Malesherbes: Quarto Gallimard, 1997a, p. 23-43.

_____. Présentation. In: NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de mémoire**: La République; La Nation; Les France. t. 1. Malesherbes: Quarto Gallimard, 1997b, p. 15-21.

NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de mémoire**: La République; La Nation; Les France. 3t. Malesherbes: Quarto Gallimard, 1997c.

ORWELL, George. **1984**. Trad. Alexandre Hubner; Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Pasquim 40 anos: edição comemorativa. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

PAVEAU, Marie-Anne. **Les prédiscours**: sens, mémoire, cognition. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.

PAVEAU, Marie-Anne. Palavras anteriores: os pré-discursos entre memória e cognição. **Filologia e Língua Portuguesa**. n. 9, Universidade de São Paulo, p. 311-331, 2007.

PAVEAU, Marie-Anne; PRADEAU, Christophe; ZOBBERMAN, Pierre (dir.). **Le concept de mémoire**: approches pluridisciplinaires. Itinéraires. Littérature, textes, cultures. Paris: L'Harmattan, 2011.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Sampaio Corrêa Mariani et al. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 311-318

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campina: Pontes, 1999, p. 49-57.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5.ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Bacharéis em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009a, p. 21-26.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009b.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo. 2008. 278f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2007.

_____. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: UNESP, 2009.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Políticas do sentido, práticas da expressão e história do corpo. Uma apresentação da obra de Jean-Jacques Courtine ao leitor brasileiro. In: COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009, p. 7-20.

PUECH, Christian. A emergência da noção de “discurso” na França: Foucault e Pêcheux leitores de Saussure. Trad. Israel de Sá e Jocenilson Ribeiro dos Santos. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (org.). **Presenças de Foucault na Análise do discurso**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014, p. 23-53.

RAITER, Alejandro. Hacer la historia: estrategias de la prensa a propósito de los veinte años del golpe. In: _____. **Lingüística y política**. Buenos Aires: Biblos, 1999.

RÉMOND, René. **Écrire l'histoire du temps présent**: en hommge à François Bédarida. Paris: Éditions du CNRS, 1993.

RICŒUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

RIOUX, Jean-Pierre. Les avatars du “devoir de mémoire”. *Le Débat* : histoire, politique, société. n. 170, p. 186-192, mai-août 2012.

Robin, R. **Berlin Chantiers**. Millau: Stock, 2001.

_____. Entre histoire et mémoire. In: MÜLLER, Bertrand (dir.). **L'histoire entre mémoire et épistémologie**: autour de Paul Ricœur. Dijon-Quetigny: Éditions Payot Lousanne, 2005, p. 39-73.

ROUSSO, Henry. **La hantise du passé**. Entretien avec Philippe Petit. Paris: Textuel, 1998

SÁ, Israel de. **Da repressão à abertura política**: processos de espetacularização do discurso político. 2011, 213f. Dissertação de Mestrado em Linguística. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011.

SÁ, Israel; SARGENTINI, Vanice. Jogo das imagens: a espetacularização da memória na mídia.. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; KOGAWA, João Marcos (Org.). **Análise do Discurso e Semiologia**: problematizações contemporâneas. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica, 2012.

SALOMON, Marlon. “Saber dos arquivos”. In: _____. (org.). **Saber dos arquivos**. Goiânia, GO: Edições Ricochete, 2011a, p. 5-17.

_____. “A danação do arquivo: ensaio sobre a história e a arte das políticas culturais”. In: _____. (org.). **Saber dos arquivos**. Goiânia, GO: Edições Ricochete, 2011b, p. 29-41.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos. Análise do discurso, semiologia e história: confluências, singularidades e fronteiras. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Org.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos, SP: Claraluz, 2011, p. 5-16.

SCRAMIM, Susana; HONESKO, Vinícius Nicastro. Apresentação. AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 7-22.

STEIMBERG, Laura Calabrese. De Hiroshima aux Twin Towers: les désignants d'événements, une mémoire de l'actualité? In: PAVEAU, Marie-Anne; PRADEAU, Christophe; ZOBBERMAN, Pierre (dir.). **Le concept de mémoire**: approches pluridisciplinaires. Itinéraires. Littérature, textes, cultures. Paris: L'Harmattan, 2011, p. 114-127.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **L'abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1998.

_____. **Os inimigos íntimos da democracia**. Trad. Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VERNANT, Jean-Pierre. La mémoire et les historiens. In: GUILLON, Jean-Marie; LABORIE, Pierre (dir.). **Mémoire et Histoire: la Résistance**. Toulouse: Éditions Privat, 1995, p. 341-345.

VEJA. Foi suicídio?. n. 529, Editora Abril, 25 out. 1978a, p. 27-30.

VEJA. Sob o império da lei. n. 530, Editora Abril, 01 nov. 1978b, p. 24-29.

VEJA. A década da abertura. n. 590, Editora Abril, 26 dez. 1979, p. 24-53.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a História. In: _____. **Como se escreve a História. Foucault revoluciona a História**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 149-198.

_____. **O inventário das diferenças: história e sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VITALE, María Alejandra. Las memorias discursivas de mayo de 1810 como legitimación de los golpes militares en la Argentina (1930-1976). **Signo & Señal**, Buenos Aires, n. 18, p. 233-247, 2007a.

_____. Prensa escrita argentina y autoritarismo. El tópico de la caída hacia el abismo (1930-1976). **Páginas de guarda**, n. 4, p. 47-61, 2007b.

_____. La dimensión argumentativa de las memorias discursivas. El caso de los discursos golpistas de la prensa escrita argentina (1930-1976). **Forma y Función**, v. 22, n. 1, p. 125-144, jan./jun. 2009.

YATES, Frances A. **The art of memory**. Londres : ARK Editions, 1984.

WEINRICH, Harald. La mémoire linguistique de l'Europe (leçon inaugurale au Collège de France en 23 février 1990). **Langages**. année 28, n. 114, p. 13-24, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-76.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. As imagens do invisível. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Org.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos, SP: Claraluz, 2011, p. 163-181.

ZULLO, Julia. El golpe de Estado llega al aula. La versiones para niños de la historia reciente. **Discurso & Sociedad**, v. 8, n. 1, p. 12-36, 2014.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

A DITADURA militar no Brasil: a história em cima dos fatos. Coleção Caros Amigos. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2007.

CAROS amigos – edição especial: O golpe de 64. n. 19. São Paulo: Editora Casa Amarela, março/2004.

CARUSO, Eliana (Org.). **Pif Paf quarenta anos depois:** coleção fac-similar das 8 edições da Revista Pif Paf de Millôr Fernandes. 2.ed. Rio de Janeiro: Argumento, 2005.

CARVALHO, Ricardo. (ed.). **As capas desta história:** a imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do Golpe à Anistia). Projeto Resistir é preciso.... Brasília: BNDES; São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2012.

CULT. n. 78. São Paulo: Editora Bregantini, março/2004, p. 37-61.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.574, edição de 23 abr. 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.575, edição de 24 abr. 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.576, edição de 25 abr. 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.577, edição de 26 abr. 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.578, edição de 27 abr. 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.579, edição de 28 abr. 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.580, edição de 29 abr. 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.581, edição de 30 abr. 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.582, edição de 01 maio 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.583, edição de 02 maio 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.584, edição de 03 maio 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.585, edição de 04 maio 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 90, n. 29.586, edição de 05 maio 2010, 2010.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.354, edição de 11 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.355, edição de 12 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.356, edição de 13 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.357, edição de 14 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.358, edição de 15 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.359, edição de 16 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.360, edição de 17 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.361, edição de 18 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.362, edição de 19 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.363, edição de 20 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.364, edição de 21 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.365, edição de 22 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 92, n. 30.366, edição de 23 maio 2012, 2012.

FOLHA de S. Paulo, ano 94, n. 31.035, edição de 23 mar. 2014, 2014.

FOLHA de S. Paulo, ano 94, n. 31.042, edição de 30 mar. 2014, 2014.

JAGUAR; AUGUSTO, Sérgio. **O Pasquim**: antologia 1969-1971. v. 1. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

JAGUAR; AUGUSTO, Sérgio. **O Pasquim**: antologia 1972-1973. v. 2. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

JAGUAR; AUGUSTO, Sérgio. **O Pasquim**: antologia 1973-1974. v. 3. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

NITRINI, Dácio; SEVERIANO, Mylton; CHIODI, Amancio (Ed.). **Ex-**: edição fac-similar completa de novembro de 1973 a dezembro de 1975. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Instituto Vladimir Herzog, 2010.

O ESTADO de S. Paulo, ano 115, n. 26.119, edição de 31 mar. 1994, 1994.

O ESTADO de S. Paulo, ano 125, n. 40.342, edição de 31 mar. 2004, 2004.

O ESTADO de S. Paulo, ano 131, n. 42.556, edição de 23 abr. 2010, 2010.

O ESTADO de S. Paulo, ano 131, n. 42.557, edição de 24 abr. 2010, 2010.

O ESTADO de S. Paulo, ano 131, n. 42.558, edição de 25 abr. 2010, 2010.

O ESTADO de S. Paulo, ano 131, n. 42.559, edição de 26 abr. 2010, 2010.

- O ESTADO de S. Paulo**, ano 131, n. 42.560, edição de 27 abr. 2010, 2010.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 131, n. 42.561, edição de 28 abr. 2010, 2010.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 131, n. 42.562, edição de 29 abr. 2010, 2010.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 131, n. 42.563, edição de 30 abr. 2010, 2010.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 131, n. 42.564, edição de 01 maio 2010, 2010.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 131, n. 42.565, edição de 02 maio 2010, 2010.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 131, n. 42.566, edição de 03 maio 2010, 2010.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 131, n. 42.567, edição de 04 maio 2010, 2010.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 131, n. 42.568, edição de 05 maio 2010, 2010.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.305, edição de 11 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.306, edição de 12 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.307, edição de 13 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.308, edição de 14 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.309, edição de 14 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.310, edição de 15 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.311, edição de 16 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.312, edição de 17 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.313, edição de 18 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.314, edição de 19 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.315, edição de 20 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.316, edição de 21 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.317, edição de 22 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 133, n. 43.318, edição de 23 maio 2012, 2012.
- O ESTADO de S. Paulo**, ano 135, n. 43.993, edição de 30 mar. 2014, 2014.
- PASQUIM 40 anos**: edição comemorativa. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

VEJA, ano 43, n. 14, edição 2.159, de 7 abr. 2010, 2010.

VEJA, ano 43, n. 15, edição 2.160, de 14 abr. 2010, 2010.

VEJA, ano 43, n. 16, edição 2.161, de 21 abr. 2010, 2010.

VEJA, ano 43, n. 17, edição 2.162, de 28 abr. 2010, 2010.

VEJA, ano 43, n. 18, edição 2.163, de 5 maio 2010, 2010.

VEJA, ano 43, n. 19, edição 2.164, de 12 maio 2010, 2010.

VEJA, ano 43, n. 20, edição 2.165, de 19 maio 2010, 2010.

VEJA, ano 43, n. 21, edição 2.166, de 26 maio 2010, 2010.

VEJA, ano 45, n. 16, edição 2.265, de 18 abr. 2012, 2012.

VEJA, ano 45, n. 17, edição 2.266, de 25 abr. 2012, 2012.

VEJA, ano 45, n. 18, edição 2.267, de 2 maio 2012, 2012.

VEJA, ano 45, n. 19, edição 2.268, de 9 maio 2012, 2012.

VEJA, ano 45, n. 20, edição 2.269, de 16 maio 2012, 2012.

VEJA, ano 45, n. 21, edição 2.270, de 23 maio 2012, 2012.

VEJA, ano 45, n. 22, edição 2.271, de 30 maio 2012, 2012.

VEJA, ano 45, n. 23, edição 2.272, de 6 jun. 2012, 2012.

VEJA, ano 45, n. 24, edição 2.273, de 13 jun. 2012, 2012.

VEJA, ano 47, n. 13, edição 2.366, de 26 mar. 2014, 2014.

II) Filmes, documentários e especiais televisivos

ARAGUAYA – conspiração do silêncio. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Ronaldo Duque e Márcio Curi. Intérpretes: Norton Nascimento, Françoise Farton, Danton Mello, Narcisa Leão e outros. Roteiro: Ronaldo Duque, Guilherme Reis e Paula Simas. Paris Filmes, 2004 (109 min.).

CABRA-CEGA. Direção: Toni Venturi. Produção: Toni Venturi. Intérpretes: Bri Fiocca, Débora Duboc, Jonas Bloch, Leonardo Medeiros, Michel Bercovitch e outros. Roteiro: Di Moretti. Europa Filmes, 2005 (107 min.).

CIDADÃO Boilesen (Documentário). Direção: Chaim Litewski. Produção: Chaim Litewski, Pedro Asbeg, Jose Carlos Asbeg, Jorge Jose de Melo e Ojvind Kyro. Roteiro: Chaim Litewski. Imovision, 2009 (92 min.).

GUERRILHA do Araguaia – as faces ocultas da história (Documentário). Direção: Eduardo Castro. Co-produção: Eduardo Castro Ana Cristina Evangelista. Ideia Produções / TV Brasil Central, 2007 (55 min.).

LAMARCA – o capitão da guerrilha. Direção: Sérgio Resende. Produção: José Joffily, Mariza Leão e Andréa Queiroga. Intérpretes: Paulo Betti, José de Abreu, Carla Camuratti, Nelson Xavier, Carlos Zara, Selton Mello e outros. Roteiro: Alfredo Oroz, Sergio Rezende, baseado em livro de José Emiliano e Miranda Oldack. Paramount, 1994 (124 min.).

O ANO em que meus pais saíram de férias. Direção: Cao Hamburger. Produção: Caio Gullane, Cao Hamburger e Fabiano Gullane. Intérpretes: Abrahão Farc, Caio Blat, Daniela Piepssyk, Eduardo Moreira, Liliana Castro e outros. Roteiro: Adriana Falcão, Adriana Muylaert, Bráulio Montovani, Cao Hamburger e Cláudio Galperin. Buena Vista International, 2006 (106 min.).

O QUE é isso, companheiro?. Direção: Bruno Barreto. Produção: Lucy Barreto e Luiz Carlos Barreto. Intérpretes: Fernanda Torres, Pedro Cardozo, Claudia Abreu, Matheus Natchergaele e outros. Roteiro: Leopoldo Serran, baseado em livro de Fernando Gabeira. Luiz Carlos Barreto Produções Cinematográficas / Filmes do Equador / Pandora Cinema / Quanta / Sony Corporation of America, 1997 (105 min.).

ⁱ Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Les transformations des analyses du discours sont, à leur manière, un reflet des mutations de l'objet lui-même dans ses modalités d'existence matérielle, dans ses perceptions individuelles et collectives. On ne fait pas la même analyse du discours politique lorsque la communication politique consiste en meetings rassemblant une foule autour d'un orateur et lorsqu'elle prend la forme de shows télévisés auxquels chacun assiste à domicile. On ne fait pas non plus la même analyse du discours indépendamment des préjugés, des cloisonnements sociaux et idéologiques, des polémiques anciennes ou récentes ; ils exercent leurs contraintes sur le discours des sciences humaines, dans le choix des sujets, dans la définition des objectifs, dans la production de découpages formels".

ⁱⁱ Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Une histoire des événements discursifs [...] ne peut s'orienter sur l'approche empirique des événements linguistiques [...] sans prendre en compte des problèmes de changement linguistique, de naissance de valeurs nouvelles, de formation de normes, de structuration de l'échange langagier, de constitution du savoir linguistique, y compris au sens de la philosophie du langage, etc. La simple injection, si l'on peut dire, d'une perspective d'histoire de la langue dans la description de l'événement discursif nous semble inadéquate à l'appréhension de tels problèmes".

ⁱⁱⁱ Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "La spécificité de l'AD en sciences humaines repose sur l'incontournable présence de la *matière du langage* au sein des processus sociaux : elle construit en effet son objet propre à partir des ressources du langage, de sa dimension foncièrement réflexive. Elle est une discipline *interprétative*, irréductible à tout formalisme linguistique comme à toute lecture non instrumentalisée".

^{iv} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "La mémoire [...] [est] plutôt UNE SORTE DE CONSCIENCE DE SOI DE LA DISCIPLINE qu'il s'agirait dans un premier temps pour l'historien de reconnaître en tant que telle et dont il conviendrait de mesurer au plus près l'efficace. [...] il s'agit plutôt de repérer et décrire la diversité des modalités des réemplois de ce passé".

^v Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "[...] quand nous nous souvenons, nous partons du présent, du système d'idées générales qui est toujours à notre portée, du langage et des points de repère adoptés par la société, c'est-à-dire de tous les moyens d'expression qu'elle met à notre disposition, et nous les combinons de façon à retrouver soit tel détail, soit telle nuance des figures ou des événements passés, et, en général, de nos états de conscience d'autrefois. Mais cette reconstruction n'est jamais qu'approchée. Nous sentons bien qu'il y a des éléments personnels de nos impressions anciennes que nous ne pouvons évoquer par une telle méthode. Il y a un vide dans l'impression, qui mesure le défaut d'adaptation de la compréhension sociale aux conditions de notre vie consciente personnelle d'autrefois".

^{vi} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Ce sera avant tout le plus illustre à la fois des classiques en la matière et le moins connu, l'auteur anonyme d'un livre de rhétorique adressé à un certain Hérennius. Dans cet "Auctor ad Herennium", le moyen âge croyait d'ailleurs [...] devenir le grand "Tullius", c'est-à-dire Cicéron en personne. Celui-ci, en effet, a traité de la mémoire de l'orateur dans ces livres *De inventione* et *De oratore*. Le troisième maître de la mnémotechnie antique est Quintilien qui parle en détail de ce sujet dans son grand ouvrage *Institutio Oratoria*. Tous ces ouvrages classiques assignent à l'Art de la mémoire une place dans la rhétorique, où il fait suite à l'*Inventio*, à la *Dispositio* et à la *Elocutio* et précède à son tour l'*Actio*, à savoir la performance du discours public".

^{vii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "La mémoire est désormais perçue comme l'Ancien Régime des intellectuels, la Bastille de l'esprit conservateur et traditionaliste: ceux qui pensent font usage de leur raison critique et non pas de leur mémoire".

^{viii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "*L'Archéologie du savoir* (1969) marque une rupture [...] en introduisant à la fois les techniques d'une discipline et les conflits sociaux dans l'examen d'une structure épistémologique, celle de l'histoire (et ce n'est pas un hasard)".

^{ix} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "La mémoire sociale, c'est aussi la façon dont, par les journaux, par les récits, par le cinéma, par les écrivains, les poètes, tout ce passé est mis en scène d'une certaine façon, suivant des stratégies, suivant des politiques qui sont diverses. Et, en particulier, dans cette mémoire sociale, il y a ce qu'on appelle commémorations. Le fait que les autorités officielles, ou les groupes particuliers, choisissent certains jours, certains lieux [...] exprime un choix. Et ce choix, bien entendu, est une discrimination. On ne les choisit pas par hasard, et ils ne sont pas neutres. Ils retiennent certaines choses, ils en oblitérent d'autres. Il y a donc dans cette mémoire sociale, tout un travail de reconstruction, voire de fabrication du passé".

^x Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "On écrit l'Histoire pour arriver, d'une part, à retrouver les faits tel qu'ils ont eu lieu et deuxièmement pour comprendre quelle a été la règle du jeu, comment les choses se sont mises en place".

^{xi} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Si l'histoire vise à éclairer du mieux possible le passé, la mémoire cherche plutôt à l'instaurer, instauration immanente à la mémorisation en acte. L'histoire cherche à révéler les formes du passé, la mémoire les modèle, un peut comme le fait la tradition. La première a

un souci de mise en ordre, la seconde est traversée par le désordre de la passion, des émotions et des affects. L'histoire peut venir légitimer, mais la mémoire est fondatrice. Là où l'histoire s'efforce de mettre le passé à distance, la mémoire cherche à fusionner avec lui".

^{xii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "La 'mémoire' renvoie aux formes de la présence du passé qui ne relèvent pas de l'histoire (entendue comme savoir-faire, méthodes et exigences du métier d'historien)".

^{xiii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Mémoire, histoire: loin d'être synonymes, nous prenons conscience que tout les oppose. La mémoire est la vie, toujours portée par des groupes vivants et à ce titre, elle est une évolution permanente, ouverte à la dialectique du souvenir et de l'amnésie, inconsciente de ses déformations successives, vulnérable à toutes les utilisations et manipulations, susceptible de longues latences et de soudaines revitalisations. L'histoire est la reconstruction toujours problématique et incomplète de ce qui n'est plus. La mémoire est un phénomène toujours actuel, un lien vécu au présent éternel; l'histoire, une représentation du passé. Parce qu'elle est affective et magique, la mémoire ne s'accommode que des détails qui la confortent; elle se nourrit de souvenirs flous, télescopants, globaux ou flottants, particuliers ou symboliques, sensible à tous les transferts, écrans, censures ou projections. L'histoire, parce que opération intellectuelle et laïcisante, appelle analyse et discours critique. La mémoire installe le souvenir dans le sacré, l'histoire l'en débusque, elle prosaïque toujours. La mémoire sourd d'un groupe qu'elle soude, ce qui revient à dire, comme Halbwachs l'a fait, qu'il y a autant de mémoires que de groupes; qu'elle est par nature, multiple et démultipliée, collective, plurielle et individualisée. L'histoire, au contraire, appartient à tous et à personne, ce qui lui donne vocation à l'universel. La mémoire s'enracine dans le concret, dans l'espace, le geste, l'image et l'objet. L'histoire ne s'attache qu'aux continuités temporelles, aux évolutions et aux rapports des choses. La mémoire est absolu et l'histoire ne connaît que le relatif".

^{xiv} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Sans doute un criticisme généralisé conserverait-il des musées, des médailles et des monuments, c'est-à-dire l'arsenal nécessaire à son propre travail, mais en les vidant de ce qui, à nos yeux, en fait des lieux de mémoire".

^{xv} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "[...] en s'interrogeant sur ces moyens matériels et conceptuels, sur les procédures de sa propre production et les relais sociaux de sa diffusion, sur sa propre constitution en tradition, c'est l'histoire tout entière qui est entrée dans son âge historiographique, consommant sa désidentification avec la mémoire. Une mémoire devenue elle-même objet d'une histoire possible".

^{xvi} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Les lieux de mémoire, ce sont d'abord des restes. La forme extrême où subsiste une conscience commémorative dans une histoire qui l'appelle, parce qu'elle ignore. C'est la déritualisation de notre monde qui fait apparaître la notion. Ce secrète, dresse, établit, construit, décrète, entretient par l'artifice et par la volonté une collectivité fondamentalement entraînée dans sa transformation et son renouvellement. Valorisant par nature le neuf sur l'ancien, le jeune sur le vieux, l'avenir sur le passé. Musées, archives, cimetières et collections, fêtes, anniversaires, traités, procès-verbaux, monuments, sanctuaires, associations, ce sont les buttes témoins d'un autre âge, des illusions d'éternités. D'où l'aspect nostalgique de ces entreprises de pitié, pathétiques et glaciales. Ce sont les rituels d'une société sans rituels; des sacralités passagères dans une société qui désacralise; des fidélités particulières dans une société qui rabote les particularismes; des différenciations de fait dans une société qui tend à ne connaître que des individus égaux et identiques".

^{xvii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Comme la notion de culture, les concepts de mémoire et d'identité sont fondamentaux pour quiconque porte quelque intérêt au champs des sciences humaines et sociales?".

^{xviii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Cette discipline s'intéresse à l'homme dont la spécificité est d'être un animal social et culturel. La prise en compte – et au sérieux – de cette spécificité implique que l'anthropologie s'attache à élucider aussi rigoureusement que possible les modalités d'accès de l'homme à son statut d'être social et culturel. L'enjeu revient à déterminer comment, à partir d'une forme individuelle – un être humain – qui est une donnée immédiate du *cogito* mais aussi de toute expérience intersubjective, on passe à des formes collectives dont l'existence et l'essence sont problématiques et qui demandent toujours à être attestées. Alors que le psychologue et le sociologue s'attachent l'un à élucider la nature et le comportement des individus, l'autre ceux des groupes et sociétés, l'anthropologue travaille essentiellement à l'articulation de ceux deux approches. Guetteur embusqué au point de passage entre l'individu et le groupe, il s'efforce de comprendre à partir de données empiriques comment des individus parviennent à *partager* des pratiques, des représentations, de croyances, des souvenirs, en un mot du sens, produisant ainsi, dans la société considérée, ce qu'on appelle la culture".

^{xix} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "[...] les modalités de la faculté de la mémoire sont réglées, elles varient selon les sociétés et même selon les groupes et individus dans les cadres de contraintes globales propres de l'espèce [...]. Par conséquent, puisque la règle se manifeste dans la place accordée à la mémoire par les différentes sociétés ou encore dans les expressions concrètes, particulières et observables de

cette faculté, nous sommes dans ces cas là à l'étage de la culture: c'est donc ce domaine précis qui va s'intéresser avant tout l'anthropologie".

^{xx} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "La prétention à agir sur la mémoire renvoie à une interrogation sur la place du politique et sur le rapport au passé dans nos démocraties pluralistes. Elle invite à se demander comment agir dans le présent, rétablir la confiance, assurer la paix civile ou la réconciliation quand on sait que le passé et son cortège de drames, de morts et d'injustices pèsent sur le présent. Pourtant, de la même manière que la bataille contre l'oubli ne peut être livrée que quand le passé n'est pas encore oublié, le dessein d'agir sur la mémoire, de combattre ses abus, notamment pour assurer le règlement des conflits, n'est formulé que dans des situations où le passé n'est pas passé. Au travers des termes d'abus de la mémoire' et de 'devoir de mémoire', la question de la mémoire en démocratie se trouve donc posée".

^{xxi} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "La question de la mémoire est difficile à traiter en linguistique car elle ne se laisse pas définir ni circonscrire par l'une de ses paires antonymiques si pratiques en sciences humaines et sociales, comme histoire/mémoire, sur laquelle s'appuient fractueusement historiens et philosophes. En effet, dans la langue et le discours, tout ne saurait-il pas mémoire, finalement? Mémoire lexicale du 'trésor' de la langue traité et stocké au fil du temps, mémoire sémanthique de tout sujet parlant, mémoire-compétence des structures syntaxiques [...], mémoire immédiate des enchaînements textuels assurant la cohérence du discours, mémoire pragmatique des connaissances utiles au fonctionnement de l'interaction ("mémoire discursive" selon A. Berrendonner^{xxi}), mémoire plus lointaine, sociale et idéologique, des répétitions et reformulations de discours antérieurs ("mémoire discursive" introduite en analyse du discours par J.-J. Courtine en 1981). Décrire la mémoire en termes linguistique, ce serait donc presque, à la limite, décrire l'usage de la langue elle-même pour la production de discours historicisés".

^{xxii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: " Il faut cependant préciser qu'il existe deux concepts de mémoire discursive en analyse du discours. [...] celui qui a été proposé en 1981 par J. -J. Courtine, dans le contexte de l'analyse du discours marxo-freudienne engagée autour de M. Pêcheux, notamment à partir du concept d'interdiscours. Dans un autre contexte, celui d'une analyse du discours plus étroitement harrissienne, qui porte sur l'intradiscours, c'est-à-dire qui limite les contextes à la matérialité des énoncés, le pragmaticien A. Berrendonner développe dans les années 1990 une 'autre' notion de mémoire discursive, définie comme une compétence psycho-cognitive qui permet au récepteur d'interpréter les énoncés en recourant aux trois mémoires: imédiate, à moyen terme et à court terme".

^{xxiii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "le préconstruit désigne des formes syntaxiques d'enchâssement grammatical qui reprennent des fragments, bribes de discours antérieurs dont on a oublié l'énonciateur".

^{xxiv} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "[...] produite par l'AD, objet construit et repérable, lié à la présence dans l'intradiscours d'une séquence discursive d'une formulation saturée ou d'un enchâssement syntaxique; renvoyant au fait que 'ça parle avant, ailleurs et indépendamment' du sujet qui énonce et à l'effet d'évidence dans lequel le sujet énonciateur découvre les objets qu'il s'approprie dans la formulation. Une condition de possibilité de l'énonçable, donc".

^{xxv} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "L'interdiscours d'une formation discursive peut ainsi être saisi comme *ce qui règle le déplacement de ses frontières*".

^{xxvi} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Avec la description d'un trajet thématique, nous sommes donc immergés dans de multiples réseaux d'énoncés, articulés chronologiquement autour d'actes configurants. Le travail configurationnel, si décisif pour l'historien du discours, met en évidence des ressources interprétatives inédits pour la mobilisation d'éléments langagiers d'une grande diversité : actes de langage, désignants socio-politiques, normes politico-linguistiques explicites, notions-concepts, notions-pratiques, etc."

^{xxvii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Nous devons à Michel Foucault, dans *L'Archeologie du savoir* (1969), une approche novatrice de l'énoncé attesté dans la lecture d'archives, et par là même disjoint de la phrase historiographique constitutive du métadiscours de l'historien".

Dans *l'énoncé d'archive* se mêlent de façon indissociable éléments descriptifs et données réflexives. Décrire l'itinéraire d'un sujet, l'organisation d'un thème, la formation d'un concept, un dispositif événementiel à partir de configurations d'énoncés attestés dans l'archive, c'est donc rendre compte, en même temps, de leur dimension interprétative. La description d'un *énoncé attesté* permet d'accéder immédiatement, sans passer par le déjà-dit de la tradition historiographique, à la compréhension du *sens advenu*. A ce titre, l'archive n'est pas un simple matériau où l'on puise des référents, elle participe d'un *geste de lecture* où s'actualisent des configurations signifiantes, des dispositifs significatifs. Nous savons bien que l'archive d'une époque n'est jamais descriptible dans sa totalité, qu'elle se donne à lire par fragments, thèmes, événements, sujets et même concepts".

^{xxviii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Distinguer les conditions de production d'une formulation et les conditions de formation de l'énoncé, rendre leur mémoire aux FD en faisant correspondre à toute formulation un *domaine de mémoire* d'où pourront être extraites les formulations avec lesquelles elle

formera une série; rendre un rôle central à la contradiction dans l'instance de l'interdiscours: trois tâches primordiales pour l'analyse du discours".

^{xxxix} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Relire Foucault donc, en ayant auparavant montré comment la réinterprétation du concept de FD en analyse du discours, à travers les notions de 'conditions de production du discours', d'«énoncé», d'«énonciation», conduisent à son rebattement sur une problématique où le discursif, au sens où nous l'envisageons ici, est absent; et avancer que l'on trouve dans *L'Archéologie...* des éléments de nature à lever certaines difficultés liées au repérage empirique et à la définition théorique des FD".

^{xxx} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "les objets que nous avons appelés 'énoncés', dans la formation desquels se constitue le savoir propre à une FD existent dans le *temps long d'une mémoire*, alors que les formulations sont prises dans le *temps court de l'actualité d'une énonciation*".

^{xxxii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Toute FD reliée au fonctionnement d'un appareil connaît un *système de conservation de l'archive* [...] un système documentaire qui gère l'accès, permettant qu'une formulation ressurgisse, qu'une position déterminée soit retrouvée, mais aussi que telle autre soit gommée, vouée...".

^{xxxiii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Il me permettait de m'éloigner de ce qui avait été ma perspective jusqu'alors – il s'agissait cette fois-ci bien d'histoire, d'histoire avant tout – sans rompre pour autant totalement avec celle-ci: je concevais le terme de 'sémiologie', et avec celui-ci, la problématique du signe".

^{xxxiiii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "penser et à décrire la manière dont s'entrecroisent, – dans la matérialité de l'archive tout autant que dans le support 'psychique' des mémoires individuelles et collectives – régimes de pratiques, séries d'énoncés, réseaux d'images".

^{xxxv} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Ce que j'ai voulu faire, en introduisant la notion d'intericonicité, c'est tout d'abord souligner le caractère discursif de l'iconicité: j'ai pensé que, plutôt qu'à un modèle de la langue, c'était un modèle du discours qu'il fallait référer l'image. Mais au discours, au sens de Foucault, c'est-à-dire en un sens où le discours peut être aussi bien un fragment d'image qu'un éclat de langage. Il m'a semblé que les recherches que j'avais menées dans cette perspective sur la notion de mémoire discursive étaient de nature à pouvoir rendre quelques services tout à la fois conceptuels et méthodologiques dans le champs de l'analyse des images. [...] l'idée de mémoire discursive implique qu'il n'y a pas de discours qui ne soient pas interprétables sans référence à une telle mémoire, qu'il y a 'toujours-déjà' du discours, selon la formule que nous employions alors pour désigner l'interdiscours. Je dirais la même chose de l'image: toute image s'inscrit dans une culture visuelle, et cette culture visuelle suppose l'existence chez l'individu d'une mémoire visuelle, d'une mémoire des images où toute image a un écho. Il y a 'toujours-déjà' de l'image. Cette mémoire des images, ça peut être une mémoire des images externes, perçues, mais ça peut être tout aussi bien la mémoire des images internes, suggérées, 'réveillées' par la perception extérieure d'une image".

^{xxxvi} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Il y a ainsi chez Foucault deux éléments qui me paraissent essentiels dans la saisie de la dimension anthropologique et historique des images: ce sont la notion de 'domaine de mémoire', condition de possibilité des savoirs; et celle, à nouveau, de 'dispositif', qui peut éclairer les pouvoirs inédits qui se devinent dans les processus technologiques de production et de dissémination des images [...]".

^{xxxvii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Il n'est que l'expression d'un ordre dominant du temps. Tissé de différents régimes de temporalité, il est, pour finir, une façon de traduire et d'ordonner des expériences du temps – des manières d'articuler passé, présent et futur – et de leur donner sens".

^{xxxviii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Partant des diverses expériences du temps, le régime d'historicité se voudrait un outil heuristique, aidant à mieux appréhender, non le temps, tout les temps ou le tout du temps, mais principalement des moments de crise du temps, ici et là, quand viennent, justement, à perdre de leur évidence les articulations du passé, du présent et du futur. [...] Ce serait aussi une façon de jeter une éclairage sur les débats multiples, ici et là, sur la mémoire et l'histoire, la mémoire contre l'histoire, sur le jamais assez ou le déjà trop de patrimoine".

^{xxxix} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "[...] une bonne médication contre la rationalisation *a posteriori*, contre des illusions d'optique que peuvent entraîner la distance et l'éloignement".

^{xl} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "la notion devait pouvoir fournir un instrument pour comparer des types d'histoire différents, mais aussi et même d'abord [...] pour mettre en lumière des modes de rapport au temps: des formes d'expérience du temps, ici et là-bas, aujourd'hui et hier. Des manières d'être au temps".

^{xli} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Avec le régime d'historicité on touche ainsi l'une des conditions de possibilité de la production d'histoires: selon les rapports respectifs du présent, du passé et du futur, certains types d'histoire sont possibles et d'autres non".

^{xli} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Une telle formation discursive ne se trouve nullement à l'état naturel à la surface des textes, elle ne se confond pas avec un genre de discours qu'une classification d'époque aurait préétabli, elle n'est pas plus l'expression d'un siècle, ou d'une période, encore moins d'un auteur. Sa configuration d'ensemble, la durée de son déploiement dans le temps, les unités qui la composent et qui son autant de traces qu'elle dépose au fil des textes et des images, tout cela doit être construit. Alors, et alors seulement, on se trouve véritablement dans le domaine du discours, dans son 'archéologie'".

^{xlii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "[...] c'est-à-dire un ensemble hétérogène d'institutions et de lois, de choses et d'idées, d'actes et de pratiques, de paroles et de textes, le dit et le non-dit".

^{xliii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Analyser des discours dans une telle perspective, c'est en effet tenter de reconstruire, au-delà des mots, le régime des regards et l'économie des gestes propres aux dispositifs [...]. Le terme de 'discours' ne doit donc être ici une source d'ambiguïté ou de confusion: le problème n'est que secondairement linguistique, et le matériau langagier rien de plus qu'une des traces concrètes de l'existence d'un dispositif bien plus vaste et complexe que Foucault nommait alors 'formation discursive', et rien d'autre qu'une des voies d'accès possibles à la reconstruction de celles-ci. [...] Le savoir est de ce fait une combinaison de visible et d'énonçable propre à chaque strate historique: combinaison de deux formes hétérogènes, différentes de nature [...], qui pourtant se présupposent réciproquement et s'insinuent l'une dans l'autre' dans un 'prodigieux entrecroisement'. Le discours, poursuit Paul Vayne, 'sont des lunettes à travers lesquelles, à chaque époque, les hommes ont perçu toute chose, on pensé et agi'. *Perçu, pensé, agi...* Les formations discursives se situent tout à la fois en deçà de la matérialité linguistique des énoncés qu'elles traversent, et bien au-delà, dans l'extreme dissémination de leurs formes d'existence empirique".

^{xliiv} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "De surcroît [...], la question de la mémoire (et là encore, le vocabulaire que lui est associé) est aujourd'hui largement internationalisée, au prix peut-être de quelques malentendus".

^{xli v} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "[...] la mémoire instituée fonctionne comme un disque rayé, boutant toujours sur les mêmes points, symptôme d'un détraquage de la politique et de la culture. Comme certains vieillards, nous cultivons les émotions rétrospectives. Si la croyance prévaut que plus on s'améliore, c'est que nous manque la force de reformuler une identité éclairée par l'expérience" (Paul Thibaud apud RIOUX, 2012, p. 188).

^{xli vi} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "L'obligation morale de témoigner, individuellement, d'événements dont la connaissance et la transmission sont jugées nécessaires pour tirer les leçons du passé (la Résistance ou la déportation pendant la Second Guerre mondiale par exemplo)".

^{xli vii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Cette évidence implique plus généralement de considerer la 'mémoire' comme nouvelle vertu sociale de notre 'condition postmoderne' marquée par la fin des grands récits".

^{xli viii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "le phénomène mémoriel revendiqué comme tel par des acteurs sociaux et politiques, et d'autre part l'attention que portent les sciences sociales au phénomène, datée du milieu des années 1970 [...]".

^{xli ix} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Affirmer un de 'devoir de mémoire' c'est accepter et défendre l'idée que chacun peut souhaiter assumer le devoir d'honorer la mémoire de ses mots, que chaque groupe social, autrefois victime et aujourd'hui héritier de la douleur, peut revendiquer la reconnaissance du préjudice subi et la célébration des siens, martyrs ou héros, voire la réparation symbolique ou matérielle".

¹ Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "La notion de 'devoir de mémoire' est politique (au sens où elle participe d'une politique de la mémoire), elle n'est ni philosophique, ni historiographique. Elle est vœu pied sur forme d'injonction certes, mais paris sur les générations suivantes, sur le souvenir à maintenir vivant des victimes, en particulier des victimes de la Shoa".

^{li} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Comme l'avait remarqué François Hartog, le 'devoir de mémoire' renvoie en effet à un nouveau régime d'historicité dans lequel nous nous trouverions depuis les années 1970. L'expression apparaît comme un indicateur, parmi d'autres, de notre nouvelle présence au monde en lien avec son passé et son avenir. Une présence dilatée dans une société de l'innovation et non plus de la tradition, caractérisée par une intention patrimoniale qui a la particularité de produire une 'filiation inversée'".

^{lii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "[...] différentes pratiques sociales, de leur forme et de leur contenu, ayant pour objet et pour effet, explicitement ou non, la représentation du passé et l'entretien de son souvenir, soit au sein d'un groupe donné, soit au sein de la société tout entière".

^{liii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "L'oubli est nécessaire à la société comme à l'individu. Il faut savoir oublier pour goûter la saveur du présent, de l'instant et de l'attente, mais la mémoire elle-même a besoin de l'oubli : il faut oublier le passé récent pour retrouver le passé ancien".

^{liiv} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Faire l'éloge de l'oubli, ce n'est pas vilipender la mémoire, encore moins ignorer le souvenir, mais reconnaître le travail de l'oubli dans la première et repérer sa

présence dans le second. La mémoire et l'oubli entretiennent en quelque sorte le même rapport que la vie et la mort".

^{lv} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Il faut d'abord rappeler une évidence: c'est que la mémoire ne s'oppose nullement à l'oubli. Les deux termes qui forment contraste sont l'*effacement* (l'oubli) et la *conservation*; la mémoire est, toujours et nécessairement, une interaction des deux. La restitution intégrale du passé est une chose bien sûr impossible [...] et, par ailleurs, effrayante; la mémoire, elle, est forcément une sélection: certains traits de l'événement seront conservés, d'autres sont immédiatement ou progressivement écartés, et donc oubliés".

^{lvi} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "l'expérience des images se rattache à son tour à une expérience de leurs médiums. Ceux-ci ont une forme dynamique qu'ils acquièrent dans les cycles historiques de leur développement. [...] Chaque médium possède une forme temporelle qui en signale la marque à un moment donné. La question des médiums est donc aussi, par essence, une question historique".

^{lvii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Les sources examinées – ouvrages de rhétorique, manuels de déchiffrement du corps par la physiognomonie, livres de civilité, arts de la conversation – permettent de préciser l'inflexion de la problématique, par rapport à celle qui en constitue l'origine: on passe ainsi d'une analyse linguistique des discours à un travail historique sur l'articulation du discours et du corps dans des pratiques langagières et expressives; au temps court d'une synchronie succède le temps long d'un processus; à une pensée de l'assujettissement se substitue un ensemble de relations complexes, où les stratégies politiques, les mécanismes de pouvoir s'imbriquent dans les sociabilités quotidiennes, les formes de la vie civile, mais aussi les sensibilités et les résistances individuelles. Car tous les textes le disent et le répètent: le visage parle. Par le visage, c'est l'individu qui s'exprime. Ou qui se tait".

^{lviii} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "[...] autant que le verbe, le corps est expression subjective, lien social de communication, langage naturel de l'âme".

^{lix} Tradução do original em francês realizada pelo próprio autor: "Le corps, le visage sont des objets historiques et culturels dont les perceptions sont liées, dans le register de l'*expression*, aux représentations langagières, aux transformations de celles-ci".